Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CDPA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007
Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Junho de 2007

Índice

Ataque preventivo – Folha de São Paulo – Editorial – 01/06/2007 16

Bush pede metas contra crise do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007 ... 17

Discurso muda, mas posição não – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007 18

G-4 mantém divergências importantes para retomada de Doha, avalia Itamaraty – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007 19

A última reunião dos mentirosos - Nina L. Khrushcheva – Valor Econômico – Opinião - 01/06/2007 20

Bush propõe novo acordo de clima mas sem cortes obrigatórios - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 01/06/2007 22

Discurso de americano recebe saraivada de críticas na Europa – Folha de São Paulo – Ciência – 02/06/2007 23

Europa vê Mercosul sem voz única e fragmentado – Claudia Trevisan – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2007 24

Lula repudia ataques de Chávez - Natália Viana* e Eliane Oliveira – O Globo – O País – 02/06/2007 25

Críticas a Bush por proposta ambiental - Natalia Viana – O Globo – O País – 02/06/2007 26

Lula articula aliança com a Índia para pressionar o G8 – Kennedy Alencar - Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2007 27

Manifestação contra reunião do G8 termina em confronto – Folha de São Paulo – Mundo – 03/06/2007 28

Putin diz que Rússia reagirá a escudo antimíssil – Folha de São Paulo – Mundo – 03/06/2007 29

Pela primeira vez, Brasil tem voz ativa no G8 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/06/2007 30

Convidados buscam criar estratégia comum para G8 – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007 32

G-8 sob a sombra de mil feridos - Graça Magalhães-Ruether* e Diana Fernandes** - O Globo – Economia – 04/06/2007 33

Brasil quer que G-8 vincule etanol a clima - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 04/06/2007 34

Um G-8 contestado e sem horizonte - Cândido Grzybowski – Agência Carta Maior – 05/06/2007 35

A rodada e o Plano B – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/06/2007 37

Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul - Rosa Costa – Estado de São Paulo – Internacional – 05/6/2007 38

Negócios da Índia – Folha de São Paulo – Opinião – 05/06/2007 39

Pedras e palavras – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 05/06/2007 40

Antes de G8, Lula critica países ricos – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2007 41

Oposição quer Venezuela fora do Mercosul – Fernanda Krakovics – Folha de São Paulo – Mundo – 05/06/2007 42

Índia recusa mais concessões para destravar Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/06/2007 43

Lula vai destacar tecnologia e desmatamento no G-8 - Daniela Chiaretti e Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 05/06/2007 44

Oposição vai obstruir aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul -Raquel Ulhôa, Paulo de Tarso Lyra e Sérgio Leo – Valor Econômico – Política - 05/06/2007 45

Etanol deve ser incluído em documento paralelo - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007 46

Reunião do G8 começa em "prisão de luxo" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 06/05/2007 47

Democracia russa descarrilou, diz Bush – Folha de São Paulo – Mundo – 06/05/2007 .. 49

Brasil ainda participa como um "outsider" – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 06/05/2007 50

Brasil e emergentes querem incluir etanol na agenda da nações do G-8 - Diana Fernandes – O Globo – Economia – 06/06/2007 51

Discussão sobre Doha esquenta na Alemanha – Valor Econômico – Internacional - 06/06/2007 52

Ainda falta definir como incluir os emergentes no convescote dos ricos – Valor Econômico – Internacional - 06/06/2007 52

Protesto bloqueia sede da reunião do G8 – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Mundo – 07/06/2007 54

Bush veta metas para redução de poluentes - Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 07/06/2007 55

EUA rejeitam meta de redução de poluentes – O Globo – Economia – 07/07/2007 57

Lula ataca compromisso parcial do G-8 para conter efeito estufa - Jamil Chade e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007 58

G-5 quer ser mais do que convidado - Jamil Chade e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007 59

G-20 está disposto a flexibilizar Doha - Denise Chrispim Marin e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007 60

Desafios para a cúpula do G8 – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2007 62

G8 evita compromisso com metas no clima – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 08/06/2007 64

G-8 quer cooperação econômica com emergentes como Brasil e China - Deborah Berlinck – O Globo – Economia - 08/06/2007 65

Venezuela ainda está distante do Mercosul -Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 08/06/2007 66

Emergentes terão mais acesso ao G-8 - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 08/06/2007 68

G-8 ignora emergentes no relatório final e Lula pede mais diálogo - Denise Chrispim Marin e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2007 69

Sarkozy mantém defesa agrícola - Denise Chrispim Marin e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2007 71

O xadrez do clima – Folha de São Paulo – Opinão – 09/06/2007 72

O G8 vale pelo antes – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 09/06/2007..... 73

Chávez - o começo do fim? - Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/06/2007 74

Ataque de Chávez põe em xeque entrada da Venezuela no Mercosul - Lourival Sant'Anna – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007 75

George e Vladimir – Folha de São Paulo – Opinião – 10/06/2007 77

Um Bush amazônico? – Rubens Rocupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/06/2007 78

Putin diz que OMC é 'arcaica' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/06/2007 79

Brasil reúne G-20 e aguarda disputa entre Canadá e EUA - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 11/06/2007 81

G-8 e G-5 buscam aparar as arestas no 2º semestre - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 11/06/2007 81

Canadá vai à OMC contra os subsídios americanos – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007 83

Quo vadis? - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 12/06/2007 83

Proposta do Banco do Sul deve sair hoje – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2007 86

Bush fala com Lula sobre Doha - Tânia Monteiro – Valor Econômico – Economia e Negócios – 12/06/2007 86

Lula conversa com Bush sobre Rodada Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/2007 86

Doha não terá sacrifícios, diz Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/2007 .. 87

Barreiras técnicas da UE barram biodiesel brasileiro – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007 87

Um novo eixo na América do Sul – Rubens Barbosa – O Globo – Primeiro Caderno – 12/06/2007 88

Bush a Lula: um toma-lá-dá-cá para Doha - Chico de Góis – O Globo – Economia – 12/06/2007 90

A integração da América do Sul - Roberto Abdenur – Valor Econômico – Opinião - 12/06/2007 91

Duas dúvidas convenientes - José Eli da Veiga – Agência Carta Maior – 13/06/2007 93

Lamy avisa: Brasil terá de fazer concessões - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007 95

G-4 inicia reunião em Paris para destravar Doha - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007 96

Acordo entre Mercosul e UE está próximo, diz conselheiro - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007 97

Definidas as bases do Banco do Sul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007 98

"Carona" em briga na OMC está em análise – Mauro Zafalon - Valor Econômico – Agronegócios - **1**3/06/2007 98

Lamy faz alerta sobre histórico de subsídios no Brasil - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2007 99

RODADA DE DOHA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/06/2007 100

PACOTE MÍNIMO– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/06/2007 100

PRODUTOS SENSÍVEIS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/06/2007 101

Mercosul tem 'pacote mínimo' para Doha – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 14/06/2007 101

Propostas do G-20 serão base de acordo agrícola, diz Lamy - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 14/06/2007 103

O Brasil e a cúpula do G-8 - Rabih Ali Nasser – Valor Econômico – Opinião - 14/06/2007 104

Fazendeiros pressionam OMC para evitar corte de subsídios - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios -..... 106

G-4 encerra reunião em Paris sem acordo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 15/06/2007 107

Segunda Quinzena

O desmonte do Mercosul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/06/2007 . 108

EUA vão seguir UE na agricultura - EFE – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2007 109

Adesão ao Mercosul ameaçada - *EFE E AP* – Estado de São Paulo – Internacional – 18/06/2007 111

Acordo negociado por diplomatas na OMC desagrada exportadores - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2007 111

Saída para evitar fracasso é um acerto político modesto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2007 113

Pascal Lamy negocia com chineses – O Globo – Economia – 18/06/2007 114

Aprovada criação do Instituto Social do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2007 115

Agricultor quer subsídio por produto nos EUA - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2007 116

Após Doha, Brasil buscará acordos bilaterais - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2007 118

Interesse dos EUA permitirá acordo na OMC - Ricardo Balthazar –Valor Econômico – Especial - 18/06/2007 119

'Reunião de Doha será briga de foice' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007 123

Proposta de corte de tarifas ameaça indústria do País - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007 124

Uruguai e Argentina discordam - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007 125

Estados Unidos propõem lei para proteger seus subsídios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007 127

Cidade simbólica pode destravar Rodada Doha –Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007 127

Banco do Sul divide Brasil e Venezuela - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 19/06/2007 129

Bird pode apoiar países pobres para compensar Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 19/06/2007 130

Amorim quer bilaterais e não a Alca – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 19/06/2007 131

Sem acordo à vista, G-4 inicia reunião em Potsdam - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 19/06/2007 132

Brasil e EUA divergem sobre teto para subsídio - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2007 133

Venezuela promete 'surpresa' ao G4 – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2007 135

Para ativista europeu, Brasil é vilão agrícola – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2007 136

G8 pede desculpas por "erro" em cúpula – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 20/06/2007 137

Chávez não irá à cúpula do Mercosul no fim deste mês – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo – 20/06/2007 138

EUA resistem a limitar subsídios em US$ 15 bi - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/06/2007 139

Falta transparência nas negociações, criticam as ONGs - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 20/06/2007 141

A riqueza das nações – José Luis Fiori – Valor Econômico – Opinião - 20/06/2007..... 142

G-8 se diz pronto a dialogar com o G-5 - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 20/06/2007..... 144

Novo impasse ameaça Rodada Doha - Jamil Chade – Valor Econômico – Economia e Negócios – 21/06/2007 145

Europeus ensaiam nova proposta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007 146

Venezuela lidera grupo de oposição às negociações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007 147

Sem Chávez, Cúpula do Mercosul deve ter clima ameno - Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007 148

Venezuelano diz que 'velho' Mercosul não interessa - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007 149

A política acabou – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 21/06/2007 149

Não quero o velho Mercosul, diz Chávez – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo – 21/06/2007 150

Adesão a bloco depende do Congresso – Folha de São Paulo – Mundo – 21/06/2007... 151

Diplomacia brasileira avalia que as declarações são para o público interno – Folha de São Paulo – Mundo – 21/06/2007 152

UE oferece cortar tarifa mais alta em 70% - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 21/06/2007 153

Congresso dos EUA resiste a mudanças na política agrícola - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 21/06/2007 154

Americanos pedem silêncio total na reunião – Assis Moreira – Valor Ecnoômico – Brasil - 21/06/2007 155

EUA e Europa culpam Brasil e Índia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 155

Fracassa reunião para acordo da OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 157

Amorim acusa: estava tudo combinado – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 158

No Teatro, jogo de cena e tensão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 159

UE descarta acerto com Mercosul - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 160

'Êxito no G-4 não é indispensável' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 161

'A Rodada Doha já estava morta' - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 162

Saída para o Brasil é relançar a Aladi – Sonia Racy - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 164

Lições de Potsdam - José Botafogo Gonçalves – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 166

O fracasso da Rodada Doha - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007 167

Após fracasso, Brasil, EUA e UE se atacam – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007 169

"Não poderia trair a indústria", diz Amorim – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007 170

Chance de acordo global diminui ainda mais – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007 171

Não houve acordo nem sobre quem desistiu das negociações na Alemanha – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007 172

Colapso no G4 provoca primeira desavença pública entre Bush e Lula – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007 173

IMPASSE DOHA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/06/2007 174

O banco de Chávez – O Globo – Opinião – 22/06/2007 174

G-4 se desentende e põe Rodada Doha no caminho do fracasso - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007 175

Bush culpa o Brasil e Lula cobra os ricos - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007 176

Confiança vai a zero entre principais negociadores – Assis Moreir – Valor Econômico – Brsil - 22/06/2007 177

UE diz que ganho em acordo bilateral será menor – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007 178

Amorim diz que EUA e UE "se acertaram antes" - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 22/06/2007 179

Setor agrícola critica decisão, mas indústria aplaude - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007 181

O "não-acordo" na Rodada Doha - André M. Nassar – Valor Econômico – Opinião - 22/06/2007 182

Blair reforça pressão sobre Lula e ouve outro não - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007 184

Presidente insiste em encontro de líderes mundiais – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007 185

EUA tentam isolar Brasil e Índia na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007 186

EUA queriam manter subsídios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007 187

'Não vamos ser catastrofistas', diz Amorim - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007 187

Ação de Lula fracassa e deixa pouca opção – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2007 188

Tiroteio do G4 se transfere para Genebra – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2007 190

Estava previsto – O Globo – Opinião – 23/06/2007 191

OMC tenta salvar Rodada de Doha do fracasso - Cristiane Jungblut e Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 23/06/2007 192

Ricos vão a Amorim para salvar Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 24/06/2007 193

Chance de acerto comercial com os EUA diminui - Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007 194

Sem OMC, Mercosul enfrenta novo desafio - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007 195

Chávez troca o 'velho Mercosul' por Irã e Rússia - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – 24/06/2007 196

'Primeiro precisa entrar no clube' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2004 198

'Sem Doha, crescimento será menor' - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007 198

Rebaixar o Mercosul - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007 201

Doha enterrada. Vamos acordar? - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007 202

Correção de rota – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/06/2007 204

Eu protejo, tu liberas – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 24/06/2007 205

Amorim descarta novo Mercosul pedido por Chávez – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 24/06/2007 206

Triste fim da Rodada de Doha - Paulo Kliass – Carta Maior – 25/06/2007 207

Doha será tema de cúpula do Mercosul - Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/06/2007 210

Brasil decide adotar nova estratégia após fracasso de Potsdam - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 25/06/2007 211

Ajuda a sócios menores gera divergência no Mercosul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 25/06/2007 212

Difíceis acordos, com ou sem OMC – Sérgio Leo – Valor Econômico – Brasil - 25/06/2007 214

O Mercosul pós-Doha – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/06/2007 216

G-20 racha e ameaça liderança do Brasil - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2007 217

Brasil não cabe mais no Mercosul, diz especialista - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2007 218

'Só um milagre pode salvar Doha' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2007 219

Argentina deixa sessão e impede votação sobre RCTV no Mercosul – Rodrigo Rötzsch – Folha de São Paulo – Mundo – 26/06/2007 222

Países têm proposta alternativa para Doha – Folha de São Paulo – Mundo – 26/06/2007 223

MAPA LAMENTA IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES DO G-4 – Sitio Eletrônico do MAPA – 22/06/2007 224

Brasil deve mudar foco na discussão climática, diz britânico - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007 225

Países em desenvolvimento racham após fracasso do G-4 - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007 226

Para Mandelson, a aliança entre brasileiros e indianos fica ' fraca' após Potsdam – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007 227

O sentido da integração sul-americana - Jorge d´Escragnolle Taunay Filho – Valor Econômico – Opinião - 26/06/2007 228

Contra transposição, grupo invade fazenda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/06/2007 229

MST lucra com venda de arroz para americanos - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/06/2007 230

Cresce insatisfação do Paraguai com o bloco – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/06/2007 231

Negociação de acordo com a UE deve ser iniciada até outubro - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 2706/2007 232

CNI pede ao Congresso que tire Venezuela do Mercosul - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 27/06/2007 234

País precisa ter alternativas comerciais à Rodada Doha - Valor Econômico – Brasil - 27/06/2007 235

Fiasco de Doha é alívio para pecuaristas irlandeses – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2007 237

'Pequenos' terão voz em cúpula do Mercosul - Denise Chrispim Marin e Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007 237

Bloco inicia discussão para reformar tarifa comum – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007 238

Atraso em adesão ajuda a Venezuela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007 240

Amorim cobra países emergentes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007 240

Novo colapso da Rodada Doha – Paulo – Nogueira Batista Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/06/2007 241

À espera de desculpas - Eliane Oliveira, Ascânio Seleme e Sergio Fadul – Entrevista com Celso Amorim – O Globo – Economia – 28/06/2007 242

Brasil perde preferência nos EUA - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007 244

Brasil e Argentina são colonialistas, diz jornal – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007 245

'Se os ricos não abrirem a agricultura, não tem negócio' - Leonencio Nossa e Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007 246

Amorim espera palavra simpática do venezuelano – Folha de São Paulo – Mundo – 29/06/2007 248

Sem abertura na agricultura, não tem mais conversa com EUA e UE, afirma Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2007 248

O bloco do 'cada-um-por-si' - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/06/2007 249

Venezuela não vai se retratar com parlamentares, como propôs Amorim - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/06/2007 250

Brasil foi o país que mais ganhou com o Mercosul, indica estudo - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 29/06/2007 251

"Se não abrirem a agricultura, não tem conversa", diz Lula sobre Doha - Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 29/06/2007 253

Democracia e integração econômica - Fábio Ulhoa Coelho – Estado de São Paulo – Espaço Aberto -30/06/2007 254

O Mercosul e Chávez – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 30/06/2007 256

Lula é alvo de críticas no Mercosul - Denise Chrispim Marin Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007 257

Venezuela volta a atacar a 'direita' - Denise Chrispim Marin e Ariel Palácios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007 259

Chile recua e mantém apoio a Lula em Doha - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007 260

'ABC' volta a chamar Brasil de imperialista – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007 261

Mercosul deve ter exportação recorde - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007 262

Adesão do Brasil à OCDE pode comprometer liderança no G-20 – Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007 263

Na fronteira, políticos criam "mini-Mercosul" – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007 264

Decisão paraguaia tem remédio, diz Amorim – Rodrigo Rötzsch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007 265

Mercosul deve aprofundar parcerias, diz Lula – Rodrigo Rötzsch - Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007 266

Morales critica 'entusiasmo nocivo' com etanol - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 30/06/2007 267

Ataque preventivo – Folha de São Paulo – Editorial – 01/06/2007

NO QUE PARECE ser um ataque preventivo às fortes críticas que os EUA sofreriam na Cúpula do G-8 -a realizar-se na semana que vem na Alemanha- por conta de sua posição sobre a mudança climática, o presidente George W. Bush lançou ontem uma nova proposta para tentar conter o aquecimento anormal do planeta.

O mandatário norte-americano não foi específico, mas falou em convocar os 15 países que mais emitem gases-estufa para uma reunião, que poderia durar 18 meses, em que acertariam uma meta global de redução. Bush quer que a China e a Índia (e provavelmente o Brasil) participem. Na primeira fase do Protocolo de Kyoto (a iniciativa da ONU contra o efeito estufa), países em desenvolvimento foram dispensados de cortar emissões.

A aceitação de metas por parte de Bush marca uma guinada em sua posição. O presidente passou a maior parte de sua administração afirmando que não havia provas de que a queima de combustíveis fósseis era responsável pelo aquecimento planetário, e uma das primeiras ações que adotou na Presidência foi retirar os EUA do Protocolo de Kyoto.

Não há razões, porém, para acreditar que o líder norte-americano tenha de fato se curvado à questão ambiental. Seu gesto parece, antes, ser pragmático. Ao anunciar sua iniciativa às vésperas de embarcar para a Alemanha, Bush não só alivia a pressão que sofreria de seus pares europeus como praticamente garante que a cúpula não vá tomar decisões sobre o problema climático.

Mais ainda, a proposta dos EUA também atropela as negociações em curso a respeito da segunda fase de Kyoto, o que tende a dificultar o avanço dessa discussão no âmbito planetário. E, na implausível hipótese de que a iniciativa da Casa Branca prospere, o que não ocorreria antes do fim de 2008, não seria Bush, mas seu sucessor que teria de arcar com o ônus econômico.

Bush pede metas contra crise do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007

Após rejeitar plano do G8 de cortar emissões, líder dos EUA convoca 15 nações a definir até 2008 esquema comum de redução

Declaração dada ontem é a maior guinada no discurso do presidente sobre o clima e visa romper isolamento em relação a aliados da UE

DA REDAÇÃO - Na maior guinada até agora em seu discurso sobre a questão climática, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush convocou ontem os 15 países que mais emitem gases de efeito estufa a se reunirem para tentar definir metas comuns de redução de emissões.
As declarações de Bush, dadas às vésperas da reunião do G8 (grupo dos países mais industrializados do mundo), visam reduzir a pressão internacional sobre sua administração. A mudança do clima está no topo da agenda do encontro, que começa na semana que vem em Heiligendamm, Alemanha.

Conhecido -e internacionalmente criticado- como o homem que rejeitou o Protocolo de Kyoto contra o aquecimento global, Bush propôs uma série de reuniões entre os maiores poluidores, a serem iniciadas no segundo semestre deste ano. A lista de convidados incluiria Índia, China, nações européias e, talvez, Brasil.

"Até o final do ano que vem, a América e outras nações estabelecerão metas de longo prazo para reduzir os gases-estufa", declarou Bush. E foi além: "Além dessa meta de longo prazo, cada país estabeleceria metas nacionais de médio prazo. (...) É importante assegurar que tenhamos resultados, então criaremos um sistema forte e transparente para avaliar o desempenho de cada país".

Bush não deu nenhum detalhe sobre que padrões de emissão e de redução a conferência deveria estabelecer. Rejeitou novamente um programa global que permitiria aos países vender e comprar créditos de carbono, considerado a melhor forma de lidar com a crise do clima. E deu as costas para as metas de eficiência energética defendidas pela UE. Mas seu discurso, proferido durante uma conferência sobre desenvolvimento em Washington, foi considerado por alguns líderes europeus e pelo chefe da Convenção do Clima da ONU como um possível primeiro passo na direção de ações concretas por parte do maior poluidor do planeta.

"Sendo o presidente dos Estados Unidos, qualquer coisa que não seja o discurso de sempre é um avanço", disse à Folha o físico José Goldemberg, da USP, especialista em energia e mudança do clima.

Goldemberg, no entanto, diz que o objetivo do presidente é só um: "Ele está se preparando para evitar uma guerra civil em Heiligendamm".
Bush tem sido pressionado por seus aliados europeus, a começar pelo premiê britânico Tony Blair, a rever sua posição sobre o combate ao aquecimento global. Desde 2005, quando o tema virou prioridade do G8, os europeus tentam convencê-lo a se engajar em um acordo multilateral com metas e prazos de execução.

Têm dado sucessivamente com a cara na porta. Na semana passada, por exemplo, os negociadores americanos disseram não ao plano da presidente do G8, a chanceler alemã Angela Merkel, de reduzir em 50% as emissões globais até 2050, evitando assim que o planeta aqueça mais de 2C em 2100.

O plano anunciado ontem foi, portanto, recebido com ceticismo por ambientalistas. "Este é um esforço para desviar a atenção da recusa presidencial de aceitar qualquer proposta de redução de emissões na reunião do G8", disse Philip Clapp, da ONG National Environmental Trust.

A própria Merkel foi cautelosa ao comentar a aparente "conversão" de seu colega americano. "Acho que é positiva, e o discurso do presidente dos EUA torna claro que ninguém pode evitar mais a questão do aquecimento global", disse. Embora o fraseado seja inovador -para um político que até recentemente duvidava das evidências científicas de que o aquecimento global é real-, a receita de Bush para fazer cumprir as eventuais metas é a de sempre: investir em tecnologias de energia limpa e em pesquisa, algo que não vem dando resultado.

O fato de os EUA continuarem se opondo ao comércio de emissões foi apontado por Gylvan Meira Filho, especialista em negociações climáticas da USP, como uma contradição no discurso de Bush -que será percebida pelo G8. "Ele está desesperado, mal assessorado e se enganou", disse.

Com agências internacionais

Discurso muda, mas posição não – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2007

Quem acredita em George Walker Bush? Como o pastor que grita "lobo!" na fábula de Esopo, o presidente dos EUA passou tanto tempo dizendo que metas de redução de gás carbônico eram "prejudiciais à economia" que fica difícil engolir sua aparente mudança de posição.

Ela vem, aliás, em lugar e hora no mínimo curiosos: o discurso climático foi colado, como se às pressas, no pé de um pronunciamento sobre outro assunto. E é proferido dois dias depois que Nancy Pelosi, a democrata presidente da Câmara, deu a mão à chanceler alemã Angela Merkel e disse que um eventual governo democrata aceitará um acordo multilateral contra o aquecimento. Pelosi é o principal símbolo da derrota republicana nas eleições legislativas de 2006.

Sozinho externa e internamente, Bush não conseguiu mais sustentar a retórica da negação climática. Mas sua posição continua a mesma. O discurso de ontem é propositalmente vago, contraditório e inclui um oximoro ("carvão limpo") entre as soluções do problema ambiental.

Na verdade, a "proposta" americana se limita a chamar uma reunião para discutir metas (reinventando a roda, já que tanto o Painel do Clima quanto a Convenção do Clima da ONU têm esse objetivo) e acordá-las só em 2008.

Acontece que em 2008 Bush possivelmente será substituído por um democrata. Portanto, além de não fazer nada, ele está empurrando o ônus da decisão para seu sucessor. Não seria a primeira vez que o republicano trombeteia uma proposta inócua para lidar com o aquecimento. Em 2002, ele anunciou uma "alternativa flexível" a Kyoto que consistia essencialmente em deixar a economia seguir seu curso. Não colou.

O novo plano de Bush não é só inócuo como também pernicioso: chutando o debate para 2008, ele automaticamente cancela as esperanças do G8 de produzir um acordo multilateral sólido contra o aquecimento neste mês. E torna mais difícil evitar o aquecimento perigoso, (acima de 2C), que demanda ação imediata.

Resta saber se UE e Japão cairão no novo conto do texano -que, apesar da pele de cordeiro, continua tóxico como sempre.

G-4 mantém divergências importantes para retomada de Doha, avalia Itamaraty – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007

O Brasil saiu com "otimismo moderado" de negociação com os Estados Unidos, União Européia e Índia, porque, apesar de alguns avanços, persistem "divergências importantes" para levar a um acordo na Rodada Doha. Foi como o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo, resumiu a reunião de quase três dias de altos funcionários do G-4, encerrada ontem em Paris. Foi a primeira de duas, preparando o terreno para a ministerial de 19 a 22 de junho, considerada decisiva para o futuro da negociação global de comércio.

Azevedo disse confiar em um entendimento até o fim de junho que leve ao desbloqueio da negociação global na OMC. "Não posso dar garantia de resultado, mas de empenho", afirmou, prudente. "Estamos trabalhando duro para que os ministros tenham a possibilidade de concluir o entendimento do G-4 em junho."

O representante brasileiro disse que o grupo está buscando o "melhor acordo possível", em meio ao crescente sentimento entre outros países de que só vai sair mesmo algo modesto em termos de liberalização agrícola e industrial. "Acordo modesto é aquele que não traz benefício para as partes", retrucou Azevedo. "Nenhum país vai conseguir o acordo que considera ideal, mas estamos na busca de um acordo possível, que traga o máximo de benefício para todos, e com o máximo de ambição."

O subsecretário deixou claro que "o Brasil não vai fechar acordo apenas para virar a página, queremos melhorar o sistema multilateral e diminuir as assimetrias que prejudicam os países em desenvolvimento". Azevedo insistiu que o Brasil trabalha unicamente com o cenário de entendimento em junho com os EUA, UE e Índia. Outros negociadores admitiram que houve algum avanço nas áreas agrícola e industrial, mas que os grandes números de cortes de subsídios e tarifas vão mesmo ser discutidos na reunião dos ministros.

Em Bruxelas, o presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, deixou uma mensagem clara: sem compromisso do Brasil e de outros emergentes de aceitar cortes reais

nas tarifas aplicadas nas importações de produtos industriais, a UE não terá condições de submeter um acordo agrícola a seus 27 Estados membros para aprovação. Por sua vez, certos negociadores estimam que a UE, na impossibilidade de melhorar as concessões na área agrícola, procura desviar o foco da negociação para a área industrial, na busca de outros culpados.

Para Barroso, Bruxelas precisa obter vantagens importantes nas áreas industrial, de serviços, de indicações geográficas e de patentes, para que um acordo equilibrado ocorra em Doha. "Espero mais comprometimento do Brasil", disse Barroso. Ele acena com "esforço suplementar"' na negociação agrícola, desde que os parceiros façam a reciprocidade nos outros temas de interesse dos europeus.

Para Barroso, o grande problema atual de Doha é a resistência dos EUA em aceitar limitar mais os subsídios domésticos agrícolas. Segundo ele, o problema na área industrial também precisa ser resolvido, e aí são os emergentes que precisariam se mover. Ele acha que o Brasil "só tem a ganhar" com corte real nas tarifas de importação de produtos industriais, porque aumentaria a competitividade e reduziria ineficiência na economia.

A tarifa média industrial aplicada no Brasil fica por volta de 10% comparado ao que o país pode realmente adotar, que é 35%. Os europeus notam que a China investe cada vez mais em tecnologia, e é por aí que o Brasil também deveria estimular importações. Em Bruxelas, dirigentes não escondem o temor com o avanço chinês. Barroso parece ter ficado surpreso em suas viagens ao Brasil com o nível da resistência à abertura na área industrial, pelo que pode perceber em debate na Fiesp. **(AM)**

A última reunião dos mentirosos - Nina L. Khrushcheva – Valor Econômico – Opinião - 01/06/2007

Oencontro de cúpula da próxima semana dos oito países economicamente mais avançados do mundo, o G-8, provavelmente será o último do tipo para os presidentes George W. Bush e Vladimir Putin. Há sete anos, no seu primeiro encontro em Liubliana, na Eslovênia, Bush sondou os olhos de Putin e de alguma forma identificou a alma de um cavalheiro cristão, não de um agente secreto. Na próxima semana, eles não precisarão se surpreender se enxergarem o reflexo um do outro, porque os dois exemplificaram a arrogância do poder.

Tanto Bush como Putin chegaram ao poder em 2000, no ano em que seus países se debatiam para reconquistar o respeito mundial: a Rússia, do caos dos anos Yeltsin; e os EUA, do "impeachment" fracassado do presidente Clinton. Cada país pensou que estava imerso numa mediocridade não ameaçadora. Os dois homens, porém, ao se verem em posições de autoridade, governaram a partir das suas posições de referência: Bush como um evangélico convencido de que Deus estava do lado americano, e Putin como o graduado na KGB, convencido de que todo o poder emana de intimidações e ameaças.

E qual foi o resultado? Convencido de que estava certo, e desinteressado em ouvir argumentos contrários, Bush se sentiu livre para solapar o império da lei na América, com vigilância doméstica sem autorização judicial, erosão dos procedimentos estabelecidos e defesa da tortura, além de enganar o público e se recusar a levar em consideração a opinião de especialistas ou de reconhecer fatos no campo de batalha. Dos benefícios fiscais em 2001 à guerra no Iraque, a convicção hipócrita de Bush o levou a acreditar que podia dizer e fazer qualquer coisa para alcançar seu intento.

O dano que a presunção e o delírio de Bush infligiram foram ampliados por sua tosca característica de superestimar o poderio dos EUA. Muito simplesmente, ele imaginou que a América poderia prosseguir completamente só na promoção da sua política externa porque ninguém poderia impedi-lo. Enquanto o seu pai arregimentava o apoio do mundo, além de tropas de mais de uma dezena de países, para a primeira guerra do Golfo, o filho pensou que os aliados eram mais obstáculo que ajuda: à exceção de Tony Blair, ele não se importou em tê-los. Quatro anos depois, a arrogância e a falsidade de Bush foram expostas para o mundo todo ver, inclusive o público americano.

Putin também sucumbiu à mesma arrogância de poder. Sustentado pelos altos preços do petróleo, agora tenta dominar o mundo como se as calamidades sociais que assolam a Rússia - população declinante, crescente crise de Aids e tuberculose, corrupção aumentando a níveis não imaginados por Yeltsin - não importassem. Num encontro de alto nível sobre segurança realizado em Munique em fevereiro, Putin, que geralmente recorre ao paradigma reservado, manipulador e de confronto típicos da Guerra Fria, naquilo que constitui o comportamento diplomático russo, atacou violentamente os EUA com o tipo de linguagem que não se ouvia desde a época em que Krushchev disse: "Enterraremos vocês". As ações dos EUA foram "unilaterais", "ilegítimas" e haviam forjado um "foco de conflitos adicionais".

A avaliação de Putin a respeito do unilateralismo dos EUA (se despida da sua retórica inflamada) pode estar correta. O problema é que ele carece de credibilidade quando exalta a moderação na política externa. Os altos preços do petróleo lhe ajudaram a reconstruir e centralizar o "Estado forte", que foi a sua meta desde o começo da sua presidência. As suas tentativas recentes de usar os recursos energéticos da Rússia para coação política na Geórgia, Ucrânia, Belarus e demais lugares, porém, expuseram a Rússia como um parceiro não-confiável, irritando até os chineses, que não querem ver um império russo reconstituído na sua fronteira.

O público russo, habituado ao autoritarismo, quer que seus dirigentes sejam firmes. O verdadeiro teste de um governante, porém, não reside em se curvar às expectativas do seu povo, mas em perscrutar o futuro e combinar as aspirações do país com suas necessidades e capacidades. Nisto, a arrogância de Putin está decepcionando a Rússia enormemente. Seu projeto monomaníaco de centralizar poder está afastando a mesma categoria de especialistas de que o país necessita para se desenvolver. A Shell e a BP estão sendo expulsas do setor petrolífero no exato momento em que a produção de petróleo da Rússia declina dramaticamente. Suas amarguradas tentativas de oposição ao poderio americano são igualmente desprovidas de visão: ajudar o Irã a desenvolver seu programa nuclear e vender armamentos dotados de tecnologia avançada para a China dificilmente se inserem nos interesses estratégicos de longo prazo da Rússia.

Como de costume, a história está focada em ritmo acelerado na América. Todos podem ver agora os fracassos históricos e grosseiros da presidência de Bush. Com efeito, o povo americano antecipou os historiadores, censurando Bush ao eleger um Congresso democrata em novembro de 2006. Enquanto isso, os problemas da Rússia continuam ocultos por trás de táticas violentas e dos cofres abarrotados de petróleo da burocracia autocrática de Putin. Mas o fato de os males sociais e econômicos da Rússia permanecerem sem tratamento remeteu o país ao declínio de longo prazo que sua presidência deveria ter revertido.

No século XX, a paridade entre a Rússia e a América da Guerra Fria era notória. Para os russos, a América era um império do mal, o mundo da exploração capitalista e uma

superpotência nuclear, mas também um berço de prosperidade econômica e da liberdade individual. Para a América, a Rússia também era um império do mal, o mundo do expansionismo comunista e uma superpotência nuclear, mas também um berço de ciência, vigor, e alma.

Uma paridade semelhante caracterizou a era Bush-Putin. Ao contrário da América, contudo, o povo da Rússia ainda não entendeu o preço do poder arrogante em total estado de descontrole.

Nina Krushcheva leciona Relações Internacionais na "The New School" em Nova York. Seu livro "Imagining Nabokov: Rússia Between Art and Politics" ["Imaginando Nabokov: a Rússia entre a arte e a política"] será publicado neste outono. © Project Syndicate/Europe´s World, 2007. www.project-syndicate.org

Bush propõe novo acordo de clima mas sem cortes obrigatórios - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 01/06/2007

O presidente dos EUA, George Bush, apresentou ontem uma proposta de combate ao aquecimento global. O plano traz alguns avanços, muita ambigüidade e mantém a rejeição a pontos fundamentais que o governo Bush sempre descartou, como limites obrigatórios de emissão de gases estipulados em acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto.

Apesar do tom aparentemente conciliador de Bush, está em curso uma queda de braço entre americanos e europeus sobre como tratar a mudança climática. A Alemanha, que sedia na próxima semana a reunião do G-8+5, queria que os EUA se comprometessem com as negociações já em andamento. A Europa tem tido papel protagonista no tema, e anunciou a intenção de cortar suas emissões de gases-estufa em 20% ou 30% até 2020, "se outros fizerem o mesmo."

Em discurso, Bush deu o recado que os EUA estão fora disso, correm em raia própria e querem negociar algo novo. Ele anunciou que irá convidar os 15 países mais poluidores do mundo para um encontro no segundo semestre com a intenção de adotarem objetivos globais de redução dos gases. Esses 15 seriam os países do G-8, os cinco emergentes (Brasil, Índia, China, África do Sul e México) e dois convidados, a Austrália e a Coréia do Sul. A China, de industrialização recente, já disse que não aceita metas. "Os EUA estão assumindo a liderança, e esta é a mensagem que vou levar ao G-8", disse Bush.

Pela proposta, no final de 2008, os EUA e outras nações teriam costurado um "objetivo global de longo prazo" de corte das emissões. "Cada país estabelecerá metas nacionais de médio prazo", continuou. Embora Bush diga, pela primeira vez, que os EUA levam "a sério" o tema e que quer contribuir para o "importante diálogo" na Alemanha, ele embala a proposta em "uma nova moldura nas emissões de gases-estufa quando o Protocolo de Kyoto expirar, em 2012."

Há vários pontos nas entrelinhas dessa repentina atitude americana. O primeiro é que já existem metas de redução acordadas hoje, no Protocolo de Kyoto, que os EUA nunca ratificaram. Bush sinalizou ontem que não mudará de opinião sobre esse acordo. As metas de Kyoto, que valem só para as nações mais ricas, não são globais, mas compromissos que cada país listado tem que cumprir sob o olhar internacional. Metas nacionais, como quer Bush, não são verificáveis e fogem a esta espécie de controle mundial. Mas os EUA não aceitam metas impostas do exterior.

Outro ponto, defendido pelas nações em desenvolvimento, o chamado G-77, é que não existe data de término no Protocolo de Kyoto. O que está lá, e que termina, é apenas o primeiro prazo de compromisso de emissões, que vai de 2008 a 2012. O G-77, Brasil na dianteira, quer que se negocie agora uma segunda fase com novas metas, mas não um novo acordo.

A chanceler alemã Angela Merkel, que está empenhada em fazer com que o encontro do G-8+5 avance, reagiu de forma protocolar ao anúncio de Bush. "O positivo no discurso do presidente Bush é notar que ninguém pode ignorar a questão das mudanças climáticas", disse Merkel. Os críticos alertaram para o que pode ser uma estratégia de Bush de atrasar as negociações em curso ou apenas uma resposta sua às pressões da sociedade americana, mas de efeito nebuloso.

Espera-se que a China anuncie dias antes da reunião do G-8+5 seu plano de combate ao aquecimento. "Mas não aceitaremos agora metas obrigatórias, não são justas", adiantou um negociador chinês. A reunião do G 8 é um foro de perfil eminentemente político, não tem mandato para se sobrepor aos principais acordos internacionais no tema, mas suas mensagens têm influência. Com o pronunciamento antecipado de Bush, fica a ameaça de o encontro ser esvaziado.

Discurso de americano recebe saraivada de críticas na Europa – Folha de São Paulo – Ciência – 02/06/2007

DO "FINANCIAL TIMES" - Às vésperas do encontro do G8 na Alemanha, a União Européia reagiu negativamente à aparente mudança de intenções de George W. Bush em sua política sobre o aquecimento global. No dia seguinte ao que o presidente americano ensaiou uma aparente guinada em seu discurso sobre o clima -e sugeriu que o G8 e as Nações Unidas não são os foros adequados para discutir o assunto-, a Europa rebateu as declarações.Um porta-voz da chanceler alemã Angela Merkel afirmou que a posição da Europa de discutir a emissão de gases-estufa no G8 é "não-negociável". O comissário europeu para o ambiente, o grego Stavros Dimas, afirmou que a proposta apresentada por Bush ontem é vaga e permanece "na linha clássica dos Estados Unidos".

O português José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia, diz que Bush deveria ser "mais ambicioso" e que a ONU deve "continuar a base para estabelecer -e atingir- metas obrigatórias e mensuráveis [de redução nas emissões de gases-estufa]". Sigmar Gabriel, ministro do Ambiente alemão, disse não saber se o discurso de Bush é "uma mudança na posição dos EUA ou uma manobra com o objetivo de causar confusão". Bush também foi alvo hoje da presidente da Câmara dos Representantes (deputados) dos EUA, Nancy Pelosi, que promete tentar aprovar ainda neste ano uma lei que imponha limites à emissão de gases do efeito estufa no país. "O Congresso vai agir no sentido de uma legislação sobre comércio [de emissões]", disse ontem, após classificar o discurso do republicano uma "reciclagem de idéias ultrapassadas".Com Reuters

Europa vê Mercosul sem voz única e fragmentado – Claudia Trevisan – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2007

Negociação entre os blocos será retomada no 2º semestre

A União Européia vê o Mercosul como um bloco fragmentado, sem posições unificadas sobre temas de política internacional e com um novo integrante -a Venezuela- que ainda não definiu suas obrigações com os demais parceiros.

Ainda assim, os europeus consideram prioritária a conclusão das negociações de um acordo de livre comércio com os latino-americanos, que deverão ser retomadas no segundo semestre, depois de um período de paralisia iniciado em novembro de 2006.

"Depois da Rodada Doha, a negociação com o Mercosul é a mais avançada que temos e a que acreditamos poder concluir mais rapidamente", afirmou ontem, em São Paulo, Karl Falkenberg, diretor-adjunto de Comércio e negociador-chefe para o Mercosul da União Européia, no 3º Fórum Europeu.

Falkenberg e o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Evandro Didonet, ressaltaram que o andamento da negociação União Européia-Mercosul depende do desfecho da Rodada Doha, que ocorre em âmbito multilateral na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Só depois que forem definidos os compromissos em relação a todos os membros da OMC é que os dois blocos poderão decidir o tipo de concessões adicionais que farão no seu comércio bilateral.

As próximas quatro semanas serão decisivas para o futuro da Rodada Doha, que corre o risco de naufragar. De 19 a 22 de junho, EUA, União Européia, Brasil e Índia -o chamado G4- se reúnem para tentar aproximar suas posições. Na opinião de Falkenberg, o desfecho da rodada multilateral, seja ele positivo ou negativo, dará clareza às negociações entre a União Européia e o Mercosul.

O representante europeu deixou claro que o baixo grau de integração do Mercosul será um dos focos das discussões bilaterais. Segundo ele, a Europa oferece um mercado de 450 milhões de pessoas em 27 países, aos quais os produtos importados têm acesso depois de passar por um único posto alfandegário, o que não ocorre no Mercosul. "Seria uma situação muito desequilibrada se de um lado houver um mercado integrado e grande e, do outro, um mercado fragmentado."

Falkenberg também demonstrou desconforto com a entrada da Venezuela no Mercosul, anunciada no ano passado. "Há muitas questões em aberto. A Venezuela ainda não definiu quais são suas obrigações em relação a seus parceiros dentro do Mercosul. Enquanto isso não for esclarecido, será muito difícil definir quais seriam os compromissos que ofereceria à União Européia."

A ausência de posições unificadas no Mercosul em relação a temas internacionais foi destacada pelo representante europeu para justificar o estabelecimento de parceria estratégica entre a UE e o Brasil -e não com todo o bloco.

A parceria será anunciada no dia 4 de julho em Lisboa, na primeira cúpula UE-Brasil. "Essa é uma possibilidade de falar sobre temas internacionais específicos, em relação aos quais o Mercosul não fala com uma única voz. O Mercosul é um sistema de integração econômica, mas não integrou sua posição em temas como Nações Unidas, missões de paz ao redor do mundo etc.", disse Falkenberg.

Lula repudia ataques de Chávez - Natália Viana* e Eliane Oliveira – O Globo – O País – 02/06/2007

Brasileiro reage a crítica ao Congresso, cobra explicação e manda colega 'cuidar da Venezuela'

Em resposta ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que chamou o Congresso brasileiro de papagaio por, segundo ele, apenas repetir o que diz o Parlamento americano e o governo George W. Bush, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou ontem Chávez "cuidar da Venezuela". De passagem por Londres, a caminho da Índia, Lula inicialmente resistiu a comentar o ataque de Chávez, mas depois não só respondeu, em defesa do Congresso brasileiro, como também mandou o Itamaraty cobrar explicações do embaixador venezuelano no Brasil, Julio Garcia Montoya, e pedir que transmita sua indignação ao governo do país vizinho.

— Todos nós somos adultos, e cada um tem responsabilidade pelo que fala. Eu penso que o Chávez tem que cuidar da Venezuela, eu tenho que cuidar do Brasil, o Bush tem que cuidar dos Estados Unidos, e assim por diante — disse Lula.

Em rápida entrevista, antes de seguir para o jogo da seleção brasileira com a da Inglaterra, Lula disse que o fechamento do canal venezuelano Radio Caracas Televisión (RCTV) é um problema "do Chávez com a legislação da Venezuela": — Não é um problema do Brasil. O problema do Brasil é outro, é que temos uma prática extremamente democrática na relação com a imprensa, consolidada. E acho que cada país tem que ter soberania para entender o que tem que ser feito — disse Lula, que no começo da semana já fizera veemente defesa da liberdade de imprensa.

Senado fez petição em defesa de TV

A reação de Lula foi motivada pelas declarações de Chávez sobre uma petição do Senado brasileiro solicitando a reabertura do canal privado RCTV.A licença da emissora expirou no domingo passado e não foi renovada pelas autoridades venezuelanas.

A primeira declaração de Lula sobre os ataques de Chávez ontem tinha sido mais tímida: — Veja como sou diplomata. Não posso falar de um discurso de um chefe de Estado porque você (um jornalista) está me fazendo uma pergunta.

Numa situação dessa, não sei se o Chávez falou ou não. Se falou, certamente o embaixador brasileiro em Caracas vai comunicar ao Itamaraty — disse Lula, que, horas depois, reagiu.

Em cadeia de rádio e TV, na noite de anteontem, Chávez atacou o Congresso do Brasil por protestar contra a não renovação da concessão da RCTV: — Que triste para o povo brasileiro.

Dou condolências a esse povo, que não merece isso. Um Congresso que repete como um papagaio o que diz Washington. Que tristeza! E foi além: — A esses representantes da direita brasileira, posso dizer que será mais fácil, muito mais fácil, que o império português volte a se instalar em Brasília do que o governo da Venezuela devolver a concessão da TV — disse Chávez, para quem os parlamentares brasileiros "deveriam ocupar-se dos problemas do Brasil." Com a crise diplomática, o Itamaraty divulgou uma nota em tom duro, fora do habitual: "O presidente Lula reafirmou seu total apoio às instituições brasileiras e expressou seu repúdio a manifestações que coloquem em questão a independência, a dignidade e os princípios democráticos que norteiam essas instituições", diz um trecho do comunicado do Ministério das Relações Exteriores, chamando de "indispensáveis" os esclarecimentos que seriam dados por Montoya.

O presidente em exercício José Alencar evitou alimentar polêmica, mas afirmou: — Vocês sabem da minha condição de intransigência em relação à democracia e, portanto, à liberdade de imprensa.

Nunca desrespeitei nenhum órgão de imprensa, mesmo quando levantaram alguma coisa contra mim.

A Venezuela decidiu entrar como membro pleno do Mercosul em meados do ano passado, quando Chávez assinou o documento de adesão. O presidente tem voz, mas não pode votar, uma vez que, tecnicamente, não se adequou ainda às regras do bloco, principalmente o compartilhamento da Tarifa Externa Comum (TEC) — tabela de alíquotas praticadas no comércio com terceiros mercados.

O vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e integrante do Parlamento do Mercosul, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), alertou que as críticas do presidente venezuelano vão dificultar a aprovação do ingresso da Venezuela pelo Legislativo brasileiro. O assunto estará na pauta da reunião do Parlamento do Mercosul no próximo dia 25.

— Foi uma agressão o que ele disse.

Agora fica mais difícil a inclusão da Venezuela no Mercosul, pois há uma demonstração de que ocorre uma escalada antidemocrática, uma vez que houve o episódio da RCTV — disse o senador.

Críticas a Bush por proposta ambiental - Natalia Viana – O Globo – O País – 02/06/2007

Presidente dos EUA, contrário a Kyoto, sugeriu metas de redução de gases

LONDRES. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem em Londres a proposta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de um acordo paralelo ao Protocolo de Kyoto para a redução de gases de efeito estufa. Bush propôs anteontem que os 15 países mais poluentes do mundo, incluindo o Brasil, estabeleçam metas de redução até 2008. Os EUA não são signatários do acordo multilateral.

— Ora, se nós já temos a proposta de Kyoto, por que inventar outra e não cumprir aquilo que já está determinado? — disse Lula.

Lula diz que não crê em modelo de redução voluntária Lula, porém, disse que vai ouvir a proposta do próprio Bush no encontro dos líderes do G-8, de 6 a 8 de junho, em Heiligendam, na Alemanha. No entanto, frisou que não crê na eficácia do modelo de reduções voluntárias; os termos de Kyoto são compulsórios para os países desenvolvidos.

— Não existe perspectiva da proposta do presidente Bush prevalecer sobre Kyoto e outras decisões multilaterais. O Brasil não aceita que tentem jogar nas costas dos países em desenvolvimento os males que os países desenvolvidos causaram — afirmou Lula.

O presidente também aproveitou o encontro com a imprensa, na casa do embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, para fazer propaganda dos biocombustíveis, tema de artigo de Lula publicado ontem no jornal inglês "Guardian". Lula disse acreditar que os biocombustíveis são uma chance de desenvolvimento para os países africanos e latino-americanos.

— É só uma questão de tempo.

O mundo vai precisar do biocombustível.

O presidente defendeu ainda a conclusão da rodada de Doha, que discute a liberalização comercial. Uma nova negociação entre os países que compõem o G-4 — Brasil, Japão, Índia e Alemanha — está prevista para acontecer de 19 a 22 de junho na Europa, em local a ser definido.

— A tese que defendo e acredito é que há uma predisposição dos países para fazerem um acordo da rodada de Doha. Por um lado, queremos que os europeus flexibilizem o acesso europeu aos produtos agrícolas dos países pobres.

De outro lado, queremos que os Estados Unidos reduzam os seus subsídios.

Lula almoça com ministros e governador em Londres Antes de encontrar os jornalistas, Lula almoçou com os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Gilberto Gil (Cultura), Franklin Martins (Comunicação Social) e Orlando Silva (Esportes). Também compareceram o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e o ex-governador do Acre Jorge Viana.

Lula articula aliança com a Índia para pressionar o G8 – Kennedy Alencar - Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2007

Brasil prega criação de mercado mundial de álcool e queda de subsídios agrícolas - Terceiro ponto é compensar países pobres por desmatar menos; petista quer que discurso agrade opinião pública dos países ricos

O principal objetivo da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia é articular uma aliança para defesa de três temas na reunião do G8 (grupo dos sete países mais ricos mais a Rússia), que será realizada de quarta a sexta na Alemanha. Os três pontos são: criação de um mercado mundial de álcool, queda de subsídios agrícolas na Rodada Doha e criação de um mecanismo que compense os países em desenvolvimento e mais pobres que reduzam o desmatamento.

Lula chega hoje a Nova Déli, capital indiana. À noite, terá jantar com o premiê indiano, Manmohan Singh. O brasileiro tentará fechar a aliança; o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) preparou acertos bilaterais em abril.

Em conversa reservada, na semana passada, Lula teria dito que "nessa viagem, vou falar de etanol o tempo inteiro". Hoje não existe um mercado mundial de álcool, com transporte planetário regular e estoques que garantam suprimento em escala global. Ou seja, não é "commodity", que possa ser negociada facilmente.

Lula está ciente de que não obterá todas as concessões que deseja dos países mais ricos. Nas palavras de um ministro, "o presidente sabe que não vai levar tudo, mas faz um acúmulo e, aos poucos, vai avançando".

O petista avalia que a reunião do G8, que terá a participação de países em desenvolvimento, é a última grande oportunidade de "destravar as negociações da Rodada Doha", diz um auxiliar direto. Brasil, Índia, China, África do Sul e México foram convidados para a reunião.

Junho é o mês decisivo para as negociações que andam emperradas no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). Na semana seguinte à reunião do G8, haverá encontro do G20, grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil. Na segunda quinzena, uma reunião ministerial do G4. Formado por EUA, União Européia, Brasil e Índia, discutirá o destino da Rodada Doha.

Logo, uma aliança Brasil-Índia ajudará países em desenvolvimento a tentar arrancar concessões dos países mais ricos, que pedem abertura de mercado para seus bens industriais.

O discurso de Lula ao longo da viagem deve ser o seguinte, resume um auxiliar direto: "Os países ricos podem melhorar a qualidade de vida do planeta melhorando a economia dos mais pobres". O petista tenta se consolidar como porta-voz dos países mais pobres. Para isso, vai defender uma plataforma que tem apelo ante a opinião pública dos países avançados.

O embaixador do Brasil na Índia, José Vicente Pimentel, resume a visita: "De vitrine, mostrar para o mundo que os dois, Lula e Singh, saem de Nova Déli unidos para Heiligendamm [onde o G8 se reunirá]".

Manifestação contra reunião do G8 termina em confronto – Folha de São Paulo – Mundo – 03/06/2007

Encapuzados atacam polícia com pedras, garrafas e paus DA REDAÇÃO

Um protesto na cidade alemã de Rostock contra a cúpula do G8, na próxima semana, acabou em confronto entre a polícia e os manifestantes -estimados em 20 mil pelas autoridades locais e em 80 mil pelos organizadores do ato.

Ao fim de uma manifestação até então pacífica, um grupo de cerca de 500 pessoas encapuzadas atacou a polícia com pedras, garrafas e pedaços de pau.
Os policiais reagiram com gás lacrimogêneo e prenderam ao menos 78 manifestantes. Aproximadamente 150 policiais ficaram feridos.

Os manifestantes se reuniram na cidade portuária alemã, a cerca de 25 km de Heiligendamm, que sediará a cúpula de três dias dos oito países mais desenvolvidos do mundo a partir da próxima quarta-feira.

O resort onde os líderes se reunirão foi cercado, e 16 mil policiais foram convocados, na maior operação de segurança realizada na Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial.

Mais cedo, outros manifestantes haviam marchado pelas ruas de Rostok aos gritos de "parem as privatizações", "paz mundial já" e "água é um direito humano".

Medieval

Muitos envergavam máscaras do presidente dos EUA, George W. Bush, e do russo Vladimir Putin -ambos presentes na cúpula cuja anfitriã será a chanceler alemã, Angela Merkel. Outros usavam fantasias de reis da idade média, uma alusão ao que vêem como o comportamento dos líderes do G8 hoje.

Mais de 160 grupos vindos de diferentes países da Europa tomaram parte no protesto, entre entidades antiglobalização, grupos radicais de esquerda, estudantes, grupos religiosos, associações feministas e anarquistas.

O G8 é integrado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia.

A reunião terá participação de cinco países emergentes, entre os quais o Brasil. Também estarão presentes China, México, Índia e África do Sul. Por conta disso, o encontro da próxima semana foi batizado de G8+5.

Putin diz que Rússia reagirá a escudo antimíssil – Folha de São Paulo – Mundo – 03/06/2007

DA REDAÇÃO - O presidente russo, Vladimir Putin, voltou a subir a retórica contra o projeto dos EUA de instalar no Leste Europeu um sistema antimísseis e declarou ao semanário alemão que a ação americana "obrigará a Rússia a reagir". O projeto -que inclui a instalação de um radar na República Tcheca e de lançadores de mísseis na Polônia, ambos ex-satélites soviéticos- tem fermentado os atritos entre as duas potências nos últimos meses.

Washington diz que visa impedir eventuais ataques vindos do Oriente Médio, mas Putin, na entrevista que será publicada amanhã, voltou a afirmar que tal risco "não existe" e que o sistema "aumentará o risco de um conflito nuclear" e "romperá o equilíbrio estratégico mundial".

Também ontem, o ex-premiê russo Mikhail Kasayanov, demitido por Putin em 2004, foi nomeado pela União Popular Democrática Russa, de oposição, candidato à Presidência nas eleições de 2008.

Pesquisas indicam, no entanto, que o eleitorado tende a apoiar o candidato do governo. Putin não pode tentar nova reeleição.

Com agências internacionais

Pela primeira vez, Brasil tem voz ativa no G8 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/06/2007

A partir de quarta-feira, na Alemanha, país falará sobre a produção de álcool, tema em que é mundialmente reconhecido

Assunto principal da cúpula será a busca por fontes de energia que sejam menos prejudiciais ao ambiente e venham de países seguros

Pela primeira vez nos 31 anos de história do G7 (transformado em G8 a partir de 1998), o Brasil não é um ausente ou mero convidado de pedra, que nada tem a dizer sobre o tema principal.

A partir do dia 6, em Heiligendamm, pequeno balneário alemão no Báltico, sede do G8 de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá falar -e ser ouvido com interesse- sobre biocombustíveis, na medida em que o assunto principal da cúpula passou a ser a busca por fontes de energia que sejam menos prejudiciais ao ambiente e, ao mesmo tempo, provenham de fornecedores seguros.

O Brasil não faz parte do G8, composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia. Mas Lula foi convidado a participar na forma que a imaginativa retórica diplomática batizou de G8+5 (os cinco são, além do Brasil, a China, o México, a Índia e a África do Sul).

Qual a diferença entre as 31 cúpulas anteriores e a de Heiligendamm? Simples: antes, os temas passavam a anos-luz da possibilidade de interferência do Brasil. Tratava-se, acima de tudo, de discutir como ajeitar a economia mundial de acordo com os humores e interesses dos sete grandes. A incorporação da Rússia não mudou quase nada o espírito do grupo, tanto que os russos, nos primeiros anos após a sua entrada, ficaram confinados ao dia final, quando já estava encerrado o debate de temas econômicos.

Mesmo neste ano, o projeto inicial da Alemanha, presidente de turno do G8, previa debater a transparência dos mercados financeiros mundiais, a redução dos desequilíbrios macroeconômicos, a liberdade de investimento e as conseqüências sociais da globalização. O que mudou tudo foi o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática,

que prevê uma catástrofe global se não forem adotadas medidas urgentes para combater o chamado efeito estufa, os gases que causam o aquecimento global.

A mudança de agenda foi honestamente admitida por Bernd Pfaffenbach, o "sherpa" alemão, em entrevista recente ao jornal britânico "Financial Times" ("sherpa" é a palavra que se usa em cúpulas globais para designar os funcionários que fazem o trabalho preparatório, como os guias que conduzem os alpinistas no Himalaia). "Os líderes não podem falar durante um dia e meio apenas sobre como alcançar um crescimento econômico mais equilibrado. Energia e mudança climática são tão importantes quanto a economia", afirmou.

O Brasil não tem peso para reequilibrar a economia mundial, como é óbvio. Mas, em matéria de combate ao aquecimento global, pode, sim, falar daquilo em que é especialista mundialmente reconhecido: a produção de álcool, combustível limpo e que não procede, ao menos por enquanto, de países sujeitos a tormentas políticas, como a Venezuela e os países árabes, grandes fornecedores de petróleo. Ou mesmo a Rússia, cujo gás tem sido usado para o que a União Européia considera uma chantagem.

Desta vez, ao contrário do que vinha sendo a norma até recentemente, o Brasil não é o vilão em matéria ambiental. Claro que ainda há críticas ao desmatamento da Amazônia, claro que há vários especialistas que começam a questionar o álcool como combustível quase milagroso e limpo.

Mas as críticas e suspeitas sobre o álcool, ao menos o brasileiro, vindo da cana-de-açúcar, dizem respeito a um suposto futuro em que a cultura para produzir o combustível deslocaria a plantação de alimentos e aumentaria o desmatamento. São mais palpáveis os benefícios imediatos, ante a urgência colocada ao planeta pelo relatório sobre mudança climática.

Tanto que o presidente norte-americano George Walker Bush já assinou com o Brasil um memorando de entendimento em torno do álcool, e a União Européia convidou Lula para falar sobre biocombustíveis em conferência especial no dia 6 de julho, em Bruxelas.

Por isso, o chanceler Celso Amorim anuncia "uma posição muito combativa, não defensiva" durante o G8, no qual Lula intervirá apenas no último dia. Até sobre a Amazônia o Brasil agora sai da defesa para, segundo Amorim, vender a tese de que "a Amazônia será uma grande vítima da mudança climática, correndo o risco de virar uma savana em 70 anos".

Tudo somado, o presidente Lula estará à vontade para dizer que os biocombustíveis são uma importante contribuição para mudar o padrão de consumo energético, reduzindo os elementos mais poluidores.

Convidados buscam criar estratégia comum para G8 – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007

Lula quer ajuda de Bush em mercado de etanol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que os cinco países em desenvolvimento convidados para a reunião do G8 estabelecerão na quinta-feira, em Berlim, "uma estratégia para a participação" no encontro anual do grupo dos sete países mais industrializados do mundo e da Rússia. Os convidados são: Brasil, Índia, China, África do Sul e México.

Há ainda previsão de encontro entre Lula e o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, na tarde de sexta, em Heiligendamm, onde se realizará a reunião do G8. O petista quer ajuda do norte-americano na criação de um mercado mundial de etanol, na queda de subsídios agrícolas nos países mais ricos e numa compensação financeira às nações mais pobres por diminuição do desmatamento.

Lula tentou marcar o encontro com Bush para quinta, mas houve dificuldade na agenda dos dois. Eles já se encontraram duas vezes e se falaram em outras duas ocasiões neste ano.

Na visão de Lula, um mercado mundial de etanol beneficiará a economia dos países mais pobres e diminuirá o aquecimento global. E ainda agradará a Bush por seu apelo ambiental, aspecto que ganha importância crescente na opinião pública dos países mais desenvolvidos.

Em rápida entrevista ontem à noite, antes do jantar com o primeiro-ministro da Índia, Lula disse que sua visita a Nova Déli tinha "interesse político", além do aspecto comercial. "A Índia é considerada a nossa parceira estratégica. A Índia tem um papel importante nas discussões da OMC [Organização Mundial do Comércio]. Índia e Brasil têm trabalhado juntos. Temos problemas similares e virtudes similares."

Indagado se desejava que Índia e Brasil chegassem "afinados" ao encontro do G8, o brasileiro respondeu: "Penso que sim. Temos uma reunião em Berlim para estabelecermos uma estratégia para a participação no G8. Brasil e Índia têm muitas afinidades políticas e vamos reforçá-las mais".

A tese que Lula pretende que seja abraçada na reunião do G8 é a seguinte: os países ricos melhorariam a qualidade de vida do planeta ao fazer prosperar a economia dos países mais pobres, que poderiam ser grandes produtores de etanol. O sucesso da Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial, é fundamental.

Lula avalia que Bush abraçará a idéia como forma de melhorar sua "foto na história", diz um auxiliar direto do petista. O presidente dos EUA, que sairá do cargo em 2008, não quer deixar como herança o fracasso da Guerra do Iraque.

Articulações

Nesse contexto, Lula pediu, em conversa por telefone, apoio do primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, que está deixando o cargo após o desgaste em sua popularidade com o apoio a Bush na Guerra do Iraque. Blair também teria uma chance de sair do posto defendendo bandeira popular.

Na reunião do G8, Lula quer apoio da Alemanha à instituição de crédito de carbono para a queda do desmatamento nos países em desenvolvimentos.

Lula terá encontros na quinta na capital alemã com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e da Nigéria, Umaru Yar'Adua. Vai se reunir também com o secretério-geral da ONU. **(KENNEDY ALENCAR)**

G-8 sob a sombra de mil feridos - Graça Magalhães-Ruether* e Diana Fernandes** - O Globo – Economia – 04/06/2007

Alemanha reforça segurança da cúpula, após violentas manifestações antiglobalização

BERLIM, ROSTOCK (Alemanha) e NOVA DÉLHI Aatmosfera em torno da reunião de cúpula do G-8 (grupo que reúne as sete nações mais industrializadas do mundo e a Rússia), que terá início depois de amanhã na Alemanha, foi contaminada pelo gás lacrimogêneo usado pela polícia para dispersar manifestantes antiglobalização em Rostock, no último sábado. O violento confronto entre a tropa de choque e ativistas de diversas linhagens ideológicas — entre ambientalistas, anarquistas e socialistas — provocou um dos mais sangrentos protestos de rua na Alemanha desde os anos 80, com cerca de mil feridos, 50 deles em estado grave. O radicalismo de manifestantes do chamado bloco negro (em referência às roupas e máscaras que usam), e a força excessiva da polícia geraram críticas e levaram as autoridades alemãs a reforçar a segurança em Heiligendamm, cidade onde os chefes de Estado do G-8 e representantes de países emergentes se reunirão para discutir temas como aquecimento global — assunto que promete rachar EUA e União Européia (UE) —; retomada das negociações de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC); ajuda a países africanos; entre outros.

A manifestação do último sábado começou pacificamente, mas terminou com 420 policiais e 580 manifestantes feridos, sobretudo com fraturas e ferimentos causados por pedradas.

Ontem, o resultado do confronto era visível no Centro de Rostock, com carcaças de carros incendiados e lojas com as vidraças destruídas.

A chanceler alemã e titular da presidência rotativa do G-8, Angela Merkel, condenou a violência nas ruas de Rostock.

— Nada justifica a violência — disse ela, ontem, na televisão alemã.

A Attac, uma das ONGs organizadoras dos protestos de Rostock, disse ontem que vai excluir das próximas manifestações os ativistas do bloco negro.

— Queremos protestar pacificamente — disse Peter Wahl, da Attac alemã, garantindo, porém, que os protestos continuarão.

Brasil defenderá fim de subsídios agrícolas

Tim Laumeyer, do bloco negro, disse que a violência foi uma reação à truculência da polícia.

Parlamentares alemães, por sua vez, protestaram contra o uso excessivo de força pela tropa de choque e, segundo o jornal "Tagesspiegel", o chefe de polícia de Rostock foi substituído por seu colega de Berlim, que teria mais experiência em lidar com protestos.

Para impedir manifestantes em Heiligendamm, as autoridades fecharam ontem a estrada de acesso à cidade. Também construíram um muro de 11,6 quilômetros para isolar a sede da cúpula.

A polícia, que terá 16 mil agentes, estima que dez mil manifestantes tentarão furar o bloqueio.

O Brasil, que participará da reunião do G-8 com outras quatro nações emergentes — México, Índia, China e África do Sul —, defenderá o fim do protecionismo dos países ricos. Em visita à Índia, onde se encontra hoje com o primeiroministro Manmohan Singh para fechar uma série de acordos, o presidente Lula disse ontem que os dois países têm posições afinadas, que levarão à reunião do G-8. Lula ressaltou as convergências entre Brasil e Índia nas discussões da OMC sobre a redução de subsídios agrícolas e maior acesso dos países em desenvolvimento aos mercados dos países ricos: — A Índia é nossa parceira estratégica nas discussões da OMC.

Além do comércio, Lula discutirá com Singh a política brasileira de biocombustível.

Em Wismar, cidade próxima a Rostock, 74 adolescentes dos países do G-8 e de diversos países emergentes iniciaram ontem a "cúpula da juventude", um evento promovido pelo Unicef que tem por objetivo a elaboração das metas da juventude para o G-8. Uma das participantes é a brasileira Fernanda Winter Oliveira, de 17 anos: — Pediria ao G-8 que nos ouvissem.

Brasil quer que G-8 vincule etanol a clima - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 04/06/2007

O Brasil e as principais nações industrializadas podem mostrar diferentes abordagens sobre o etanol, na reunião do G-8 esta semana na Alemanha.

O interesse do Brasil é vincular mais o etanol ao combate a mudanças climáticas e não só à eficiência energética. O país defenderá maior utilização de biocombustíveis como uma das principais alternativas para limitar emissões de efeito-estufa e para diversificar a matriz energética mundial, informou o negociador brasileiro, o embaixador Everton Vargas.

No G-8, no entanto, a tendência é ver o etanol preferencialmente no contexto da eficiência energética no setor de transportes, segundo uma fonte alemã ouvida pelo Valor. Num esboço de comunicado que ainda estava em negociação, o G-8 promete evitar "possível efeito negativo no desenvolvimento do biocombustível", particularmente nos países em desenvolvimento, "afim de prevenir concorrência entre diferentes formas de uso da terra, e promover padrões de sustentabilidade no cultivo de biomassa".

Nesse esboço de comunicado o G-8, sem a participação dos emergentes convidados, destaca que hoje existem 600 milhões de veículos no mundo, e que esse número deve dobrar até 2020. Assim, os países do G-8 se comprometeriam em melhorar em 20% a eficiência energética nos transportes até 2020 em comparação a 2005.

Para isso, precisam aumentar a parte de combustíveis alternativos, de forma que estes representem 15% do consumo total dentro de 13 anos. Mas a Alemanha não desejava que fosse feita menção específica ao etanol porque a indústria automobilística do país não demonstra entusiasmo pelo produto. Os EUA e a própria União Européia, por sua vez, continuam mantendo alta tarifas na entrada do produto.

A presidência alemã terá também uma declaração conjunta com o G-5, que reúne Brasil, China, Índia, México e África do Sul. O texto terá alto nível de generalidades em uma página e meia.

O Brasil insiste ainda no vínculo entre clima e desenvolvimento, aponta o chefe da Sub-secretária-Geral Política do Itamaraty, Everton Vargas, que atua como "sherpa", ou representante pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a preparação ao G-8. O termo "sherpa" é uma referência aos carregadores do Himalaia que ajudam os alpinistas a chegar ao topo das montanhas.

"Temos que limitar emissões sem sacrificar o desenvolvimento e sem sacrificar a competitividade do país. E para isso, precisamos de tecnologias de cooperação tecnológica", afirmou. Ou seja, o Brasil está disposto a trabalhar na redução de emissões, mas levando em conta as assimetrias internacionais.

O professor Roberto Schaeffer, especialista brasileiro que participou de estudo encomendado pela Alemanha destinado ao G-8, nota que o Brasil, ao chamar a atenção para o etanol, pode demonstrar que já estaria fazendo a sua parte reduzindo emissões voluntariamente, pela substituição de gasolina pelo álcool. Além disso, o país mantém a pressão contra barreiras protecionistas que penalizam a exportação do produto para os EUA e Europa.

Na área de eficiência energética, Schaeffer considera que alguns setores industriais no Brasil poderiam assumir voluntariamente compromissos, na medida em que competem internacionalmente, como o siderúrgico. Ao contrário da visão do governo, o analista considera que a eficiência energética é cada vez menos questão de transferência de tecnologia e mais de vontade política.

Um G-8 contestado e sem horizonte - Cândido Grzybowski – Agência Carta Maior – 05/06/2007

O G-8 afunda na própria ilegitimidade de sua existência. Não é o convite para as tais potências emergentes, entre elas o Brasil, que vai resolver o seu problema. Só a volta ao mais genuíno multilateralismo pode apontar alguma saída.

Parece coisa de minorias insatisfeitas. Mas o fato é que os(as) manifestantes em Rostock, na Alemanha, são o grito de muita gente, de milhões e milhões que não agüentam mais, mundo afora. As cenas, que se repetem todas as noites diante de nossos olhos na pequena tela, são tristes e lembram um clamor contido contra o que está sendo decidido lá dentro dos muros. Afinal, por que os governos dos sete países mais industrializados do mundo, mais a Rússia, precisam se isolar num lugar tão distante de tudo, como o complexo turístico de Heiligendamm, e protegidos por quilômetros de cercas e muros, com milhares de policiais dispostos a reprimir qualquer manifestação? Algo está invertido nesta história de bons mocinhos e maus bandidos. Quem está se escondendo?

O G-7 e depois G-8, com a inclusão da Rússia, potência nuclear e energética, nasceu no bojo da globalização neoliberal triunfante do final do século XX. Representa o maior atentado contra a ONU e o sistema multilateral, montado nas décadas de 1940 e 1950, no esforço de conciliação e paz emergido da traumática II Guerra Mundial. O G-8 funciona como uma espécie de clube privado dos governos das nações mais poderosas do planeta. É um lugar de concertação política, sem dúvida, mas sem os indesejáveis, para manter e ampliar o poder e a dominação de uns poucos sobre o mundo. Tudo sob o controle da maior potência econômica e militar da atualidade, os EUA. O aparecimento do G-8 tem como correlato um esforço de esvaziamento dos fundamentos ainda frágeis do multilateralismo, expresso particularmente no sistema ONU. Na prática, opera-se uma verdadeira privatização do poder mundial, declaradamente como suporte à expansão das grandes corporações econômico-financeiras, em sua estratégia de submeter o mundo a uma lógica de mercados e de negócios globais.

O mal-estar com tudo o que significa a globalização dominante vai criando força na segunda metade da década de 1990. No início, poucos(as) se manifestavam. Mas, devagar, uma onda gigante vai tomando corpo. Tudo o que era visto como expressão da globalização neoliberal passa a ser alvo de coalizões de entidades e movimentos cada vez mais amplos. Podem ser as reuniões semestrais do Banco Mundial e FMI, as reuniões do clube G7+1, as cúpulas da União Européia, as rodadas da novíssima OMC, os encontros anuais do Fórum Econômico Mundial, de Davos. Multiplicam-se os eventos de governos e empresas pró-globalização e, como contra-força, amplificam-se os protestos antiglobalização dos(as) deixados(as) de fora. A efervescência atinge um ápice na virada do século. Os marcos – diferentes em conteúdo e forma, mas unidos umbilicalmente na expressão da crescente insatisfação social com os rumos do mundo – são o bloqueio cívico à conferência da OMC em Seattle, nos EUA, em fins de novembro e início de dezembro de 1999, e a emergência do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, em Porto Alegre.

A partir daí, o triunfalismo da globalização como modelo de desenvolvimento e vida cede lugar às incontroláveis contradições e fraturas que a movem. Os governos dominantes, quando se reúnem, evitam, de todas as formas, a proximidade com a cidadania que os constitui. Esta é a situação em que se encontra o G-8. Cada vez mais contestado. Cada vez com menos legitimidade. Mas ainda poderoso. Desde alguns anos, o G-8 vem mudando a sua agenda oficial, incluindo temas caros para a emergente cidadania planetária, como o cancelamento da dívida externa, o enfrentamento da pobreza, a atenção às regiões e países menos desenvolvidos.

Agora, no calor do debate sobre a mudança climática, até isto entra na agenda. Mas no fundo, o que interessa mesmo é a segurança e a ordem, para a prosperidade dos negócios, bem entendido. É estranho o aparente esforço do G-8 em ser aberto às demandas da cidadania ativa, reprimindo aquela que se manifesta à sua porta. Promete-se muito e pouco se faz. O G-8, com todo o seu poder, afunda na própria ilegitimidade de sua existência. Não é o convite para as tais potências emergentes, entre elas o Brasil, que vai resolver o seu problema. Só a volta ao mais genuíno multilateralismo pode apontar alguma saída.

A humanidade vai continuar a caminhar para um beco sem saída se os governantes continuarem a lhe dar as costas e olhar mais para empresas e negócios. Estamos diante de sinais claros de crise da civilização industrial capitalista, que ao mesmo tempo cria abundância e miséria, gera concentração de riquezas e exclusão social, produz muito e destrói a base natural de produção e vida, organiza a economia e o poder em escala global e mina as bases de existência de sociedades sustentáveis em sua diversidade. Precisamos, urgentemente, reconstruir uma ordem mundial democrática, subsidiária de economias e poderes locais fortalecidos, que não necessita de G-8 ou qualquer clube de países zelosos em proteger os interesses de suas corporações capitalistas.

Cândido Grzybowski, sociólogo, é diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

A rodada e o Plano B – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/06/2007

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, fez uma avaliação realista das possibilidades de acordo nas negociações globais de comércio. Ainda se poderá salvar a Rodada Doha, mas o resultado, muito provavelmente, ficará longe do que se ambicionava inicialmente. A abertura dos mercados agrícolas será menor do que a pretendida pelo Brasil e outros emergentes. Mas estes, em contrapartida, cederão menos que o desejado pelos parceiros desenvolvidos, em termos de comércio de bens industriais. "Nós vamos procurar a convergência entre o mínimo de ambição necessário e o que é aceitável", disse o chanceler em entrevista ao Estado. "Não vamos desindustrializar o Brasil e o Mercosul", acrescentou.

Ainda não há garantia de um acordo, porque o tempo restante é muito curto e os blocos e os países de maior peso mantêm divergências importantes. Apesar disso, o ministro manifesta certo otimismo, porque, segundo ele, os governantes das maiores potências mostram maior determinação de concluir a rodada. Ele preferiu não se estender sobre as divergências entre Brasil e Índia quanto às concessões dos emergentes no caso do comércio agrícola. "A Índia sabe que a conclusão da rodada será importante e que tem de ser agora. (...) Isto pode ser dito aos indianos. Mas não vamos dizer a eles o que devem fazer."

Diante da incerteza quanto ao futuro das negociações globais, o governo brasileiro deveria estar dando maior atenção a possíveis acordos bilaterais e inter-regionais de comércio - algo mais ambicioso do que foi tentado nos últimos quatro anos. Seria o Plano B. Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe têm falhado tanto na escolha dos objetivos quanto na execução das ações. O acordo de preferência comercial entre Mercosul e Índia, assinado há três anos, ainda não foi aprovado pelo Congresso brasileiro. Poderia ter sido, sem dificuldade, com um pouco mais de empenho do Executivo.

A negociação entre Mercosul e União Européia (UE), emperrada há anos, é obviamente a primeira alternativa, diante do risco de fracasso da Rodada Doha. A União Européia poderá atribuir ao Brasil, em breve, o status de parceiro estratégico. Essa decisão

não envolverá diretamente a fixação de objetivos comerciais, mas esse desdobramento será natural, seja qual for o resultado das negociações globais. O diretor-adjunto da UE para Comércio e negociador-chefe para o Mercosul, Karl Falkenberg, esteve em São Paulo na semana passada. Juntamente com o diplomata Evandro Didonet, do setor de negociações comerciais do Itamaraty, ele anunciou para setembro a retomada das discussões entre os dois blocos. Falkenberg esteve na capital paulista depois de um giro pela Argentina, Paraguai e Uruguai, os outros sócios fundadores do bloco sul-americano. Segundo ele, a busca de um acordo com o Mercosul será a prioridade da UE depois do fechamento da Rodada Doha. É uma novidade positiva, mas o bloco europeu também pôs no alto da agenda, segundo noticiário recente, a aproximação com as dinâmicas economias da região da Ásia-Pacífico. Terá de fazê-lo, se não quiser ficar atrás dos Estados Unidos, que já negociaram com a Coréia do Sul e agora se voltam para outros países da área.

Mas o Mercosul ainda não está preparado para retomar a conversação com os europeus. Há divergências consideráveis no interior do bloco sul-americano, e nem o comércio do setor automotivo entre Brasil e Argentina foi ainda liberalizado.

A solução desse problema depende, em boa parte, das políticas internas dos países do Mercosul. Na Argentina, apenas começa a retomada de investimentos industriais, indispensáveis à melhora da competitividade. O chanceler Amorim, na entrevista ao Estado, chamou a atenção indiretamente para as dificuldades brasileiras: “Hoje, a nossa situação cambial evidencia sensibilidades que antes não seriam tão óbvias.”

Se quisesse ir mais fundo na discussão do assunto, o ministro teria de reconhecer que as tais “sensibilidades” evidenciadas pela valorização do câmbio resultam principalmente do custo e da inoperância da máquina governamental: impostos muito pesados e de baixa qualidade, infra-estrutura insuficiente, excesso de entraves burocráticos e políticas deficientes de educação e de inovação tecnológica. Dificilmente a diplomacia comercial poderá ser mais audaciosa, enquanto a política interna for incapaz de remover esses obstáculos.

Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul - Rosa Costa – Estado de São Paulo – Internacional – 05/6/2007

PSDB e DEM prometem obstruir tramitação do protocolo de adesão se Chávez não se retratar - Os partidos da oposição (PSDB e DEM) reagiram ontem aos elogios que o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, ministro Marco Aurélio Garcia, fez no domingo ao regime de Hugo Chávez, e anunciaram que vão obstruir a tramitação, na Câmara e no Senado, do protocolo que prevê a adesão da Venezuela ao Mercosul. O protocolo está nas comissões técnicas da Câmara - já foi aprovado pelo Paraguai e Argentina, que também integram o bloco.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), as declarações de Garcia foram 'desrespeitosas e inoportunas, um procedimento

que envergonha a todos nós, brasileiros'. Para Fortes, as declarações mostram que o governo brasileiro está 'acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo'.

O líder dos tucanos, senador Arthur Virgílio (AM), chamou o assessor de Lula de 'professor diletante.' E acrescentou: 'Ele não pode contrapor-se a uma das diplomacias mais profissionalizadas do mundo.'

Na quarta-feira, os senadores aprovaram uma moção pedindo ao presidente da Venezuela que revisse a posição sobre o fechamento da RCTV. Acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na visita oficial à Índia (ler no Caderno de Economia), Marco Aurélio Garcia admitiu, anteontem, que a moção dos senadores 'não foi ofensiva', mas acrescentou que não via 'nada de ilegal' na não renovação da licença da RCTV.

Ontem, na tribuna, os discursos contra Chávez uniram parlamentares da oposição e do governo. Os líderes do DEM e do PSDB, senadores José Agripino (RN) e Arthur Virgílio (AM), anunciaram a decisão dos partidos de 'obstaculizar' a tramitação da proposta que trata do termo de adesão da Venezuela ao Mercosul, se Chávez não se retratar. 'Faremos isso em nome do respeito a um pilar muito importante que é exigido de qualquer participante ou sócio do Mercosul, que é a absoluta vigência do regime democrático e seus princípios', alertou Agripino.

Negócios da Índia – Folha de São Paulo – Opinião – 05/06/2007

Mercado indiano ainda tem pouca importância para empresas do Brasil; parceria na Rodada Doha é bem mais promissora Q UADRUPLICAR , para US$ 10 bilhões anuais, o comércio com a Índia nos próximos dez anos -o objetivo declarado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua visita à nação asiática- demandará mudança substancial na relação entre os dois países. Se a economia indiana vai cumprindo as expectativas no rumo de tornar-se uma potência global no decurso deste século, o Brasil ainda se aproveita parcamente dessa ascensão.

As transações de lado a lado evoluíram ao longo dos últimos anos. A soma das exportações do Brasil para a Índia e das compras de produtos desta nação pelo mercado brasileiro foi multiplicada por cinco nos últimos sete anos. Ainda assim, o mercado indiano participa só com 1,1% no total do comércio externo brasileiro -fatia comparável à do Peru, país próximo, mas de economia muito menor que a da Índia.

Há razões para o baixo aproveitamento, pelo Brasil, das oportunidades oferecidas pela Índia, que cresce a taxa anual média próxima de 7% há mais de uma década. À diferença, por exemplo, da China -cuja participação no comércio brasileiro saltou de 1,6% para 7,2% entre 1999 e 2006-, o encaixe entre o mercado brasileiro e o indiano não favorece "naturalmente" o incremento das transações.

A Índia, dentre as economias emergentes, é uma das mais fechadas, praticando tarifas de importação proibitivas em vários segmentos. Em sua estratégia de inserção

externa, mais do que mercadorias, a nação asiática tem privilegiado a exportação de serviços, basicamente para o público norte-americano. Em situações como essa, a eficiência da diplomacia é fundamental para que os óbices à evolução dos negócios entre os dois países possam ser superados.

É incompreensível, nesse sentido, que o Congresso brasileiro ainda não tenha ratificado um modesto acordo de preferências tarifárias assinado há três anos entre Índia e Mercosul. Trata-se de uma injustificada demonstração de desleixo no momento em que novas iniciativas bilaterais são encetadas, como a criação de um fórum empresarial permanente e a assinatura de um acordo de cooperação entre as estatais petrolíferas dos dois países.

Bem mais concreta, felizmente, é a colaboração entre Nova Déli e Brasília no campo das negociações para a liberalização do comércio global, no âmbito da chamada Rodada Doha. A expectativa de uma baixa generalizada de tarifas -beneficiando em boa medida os países menos desenvolvidos- terá talvez seu momento decisivo nesta semana, na reunião do grupo de países ricos, o G8, em Rostock (Alemanha).

Brasil e Índia, que participarão do encontro como convidados, lideram a associação de nações emergentes, o G20, que pleiteia a queda das barreiras às importações agrícolas do mundo desenvolvido. Que ajam com sabedoria, o que significa ceder com discernimento às pressões dos ricos pela redução nas tarifas de mercadorias industrializadas.

Pedras e palavras – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 05/06/2007

BERLIM - Se a TV brasileira mostrou e se você viu os distúrbios ocorridos na cidade alemã de Rostock, durante os protestos contra a cúpula do G8, a inaugurar-se amanhã, cuidado para não confundir as coisas. A violência é a arma de um número reduzido de manifestantes, em geral anarquistas, cuja única proposta é jogar pedras no capitalismo e fazer manchetes.

A polícia alemã calcula que os violentos não passem de 2.000, no total, em meio a uma massa difícil de calcular, porque se manifesta em várias cidades, mas que chegou perto de 50 mil no sábado em Rostock.

Os outros grupos são, em sua grande maioria, favoráveis a um outro tipo de globalização ou, para usar o jargão, acreditam que "outro mundo é possível". Não atiram pedras. Alguns atiram palavras ao vento, que nem sequer arranham o capitalismo. Mas há uma fatia ponderável que está, sim, mudando se não o mundo ao menos sua agenda. Basta saber que o grande assunto deste ano entre chefes de governo do G8 (os mais poderosos do planeta) será o aquecimento global, ou, de forma mais genérica, a defesa do ambiente.

Essa idéia vem da rua. Vem de uma batalha morro acima de grupos ecologistas que até chegaram a ser rotulados de "ecochatos".

Agora, depois que a ciência demonstrou que não eram chatos, mas tinham o fio terra ligado, os governantes correm atrás. Não é só nesse ponto que os que chamei anos atrás de poetas conseguem mudar as coisas. O perdão da dívida dos países mais pobres do mundo é outro exemplo. Foi campanha de ONGs, virou decisão dos governos. Funciona: a Oxfam diz que o dinheiro desviado da dívida para a educação na Tanzânia, por exemplo, ajudou milhares de crianças a ter horizontes.

É pouco? Sim, claro. Mas é bem mais do que fariam os governos sem a pressão dos poetas, que, por definição, não jogam pedras. **crossi@uol.com.br**

Antes de G8, Lula critica países ricos – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2007

Contra o protecionismo agrícola, presidente defende mercado mundial de álcool e pede mais comércio com a Índia - Brasileiro se lembra de sua viagem em pau-de-arara até São Paulo e brinca que só não foi até a Ásia a nado por causa de sua bursite

A dois dias do início da reunião anual do G8, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o protecionismo dos países mais ricos, sobretudo o agrícola. Em discurso no Fórum de Lideranças Empresariais Brasil-Índia, afirmou que os países ricos parecem dizer aos mais pobres: "Precisamos de liberdade comercial, mas só para os nossos produtos". Em rápida entrevista antes de se dirigir a um banquete oferecido pelo presidente da Índia, Abdul Kalam, Lula disse que sua defesa da criação de um mercado mundial de álcool não é feita em causa própria. "O Brasil não quer fornecer para todo mundo. O Brasil quer incentivar formas de os países pobres terem condições de plantar [o que pode ser transformado em biocombustível]."

No encontro do G8, grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, entre amanhã e sexta, na Alemanha, Lula insistirá na tese de que o álcool e o biodiesel podem contribuir para diminuir o aquecimento global e a miséria. Bastaria a derrubada de subsídios agrícolas dos países mais ricos, o que exigiria concessões das nações do G8 na Rodada Doha.

O petista afirmou que o estabelecimento de "parceria estratégica" entre as nações em desenvolvimento é a "condição única de criar um mundo comercial onde não haja hegemonia dos países que subsidiam a sua agricultura em detrimento dos países que têm milhões de trabalhadores trabalhando na agricultura para sobreviver". Lula afirmou que o mundo desenvolvido não pode ignorar o Brasil e a Índia nas negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio). "As grandes economias terão de sentar conosco para negociar."

Segundo a Folha apurou, Lula está insatisfeito com o volume comercial entre Brasil e Índia. Acha pouco os US$ 2,5 bilhões de 2006. Por isso, fez discurso com bom humor, mas com cobranças aos empresários brasileiros e indianos.

"Antes de 1500, os portugueses saíam de Portugal num barco pouco recomendável. Não tinha avião, nem Boeing, nem Airbus. Mas eles davam volta no continente africano e vinham aqui na Índia fazer negócio. Por isso, quero lembrar aos nossos queridos empreendedores que não existe distância que possa diminuir o apetite comercial de um empresário ousado, de governos ousados."

Lula brincou com o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, que "viajou 19 horas [de avião] e chegou cansado". Afirmou: "Eu viajei da minha terra natal até São Paulo 13 dias num pau-de-arara e não cheguei cansado. (...) Só não venho a nado [do Brasil à Índia] porque tenho problema de bursite".

Uma reunião de Lula e Gabrielli com o ministro do Petróleo e do Gás Natural da Índia, Murli Deora, mostrou as dificuldades para a criação do mercado mundial de álcool. A Índia adiciona hoje 5% de álcool à gasolina em nove de seus 28 Estados e sete territórios. Poderia elevar esse percentual para 10% nesses Estados ou fixar 5% para todo o país. Para isso, deseja garantia de fornecimento. Gabrielli disse que isso dependeria de garantia de demanda.

Oposição quer Venezuela fora do Mercosul – Fernanda Krakovics – Folha de São Paulo – Mundo – 05/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - A oposição no Senado brasileiro ameaça travar a votação do protocolo que permite a adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul se Hugo Chávez não se retratar dos ataques feitos à Casa. A matéria ainda está na Câmara dos Deputados.

O líder do DEM (ex-PFL), senador José Agripino (RN), afirmou que um dos pilares do bloco é a democracia. "Ele não é um bom parceiro para o Brasil (...) e para o Mercosul." O PSDB adotou a mesma posição. "O PSDB não aceita a permanência da Venezuela sob nenhuma forma, a menos que, formal e cabalmente, o presidente Chávez se retrate", disse o líder do partido, Arthur Virgílio (AM).

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), voltou a criticar Chávez pelos ataques feitos à Casa. O imbróglio começou com a aprovação pelo Senado, na semana passada, de um requerimento solicitando ao governo venezuelano que revisse o fim da RCTV. "Acho que a democracia não é um regime perfeito, mas é o melhor dos regimes políticos. O chefe de Estado da Venezuela tem de saber conviver com as posições políticas do Brasil", disse Renan. **(FERNANDA KRAKOVICS)**

Índia recusa mais concessões para destravar Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/06/2007

A duas semanas de um encontro entre os principais negociadores da rodada de liberalização comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC), as intensas discussões das últimas semanas foram insuficientes para reduzir a distância entre as posições dos Estados Unidos, que pedem maiores concessões dos parceiros, inclusive os países em desenvolvimento, e da Índia, que recusa novas concessões por parte dos países emergentes. "Estamos esperando que os países desenvolvidos apresentem números que corrijam a estrutura e falhas no comércio global", declarou o ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath.

"Esses números serão determinantes para o sucesso da rodada de desenvolvimento", comentou o ministro, que atribuiu a responsabilidade pelo sucesso na rodada aos Estados Unidos, que formam, com Brasil, Índia e União Européia, o G-4, grupo encarregado de destravar as negociações da chamada Rodada Doha. "Espero que os EUA venham com uma proposta de substancial redução do subsídio à produção doméstica que distorce o comércio mundial", disse. "Se não, tenho medo que percamos o impulso para o acordo."

As declarações de Nath conflitam com o aparente otimismo do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que diz ver avanços nas negociações e garante ser possível um acordo, ainda que limitado, nos próximos dias. Os indianos passaram a atribuir ao Brasil, nos últimos dias, o interesse em evitar maior redução nas tarifas de produtos industriais, que os países ricos exigem como contrapartida por uma possível queda nas tarifas de produtos agrícolas.

Escudado no enorme contingente de miseráveis no setor rural indiano, Nath insiste em recusar reduções substanciais nas tarifas protecionistas sobre produtos agrícolas de países em desenvolvimento. Para Nath, não se trata de extrair mais concessões dos países desenvolvidos, mas de "corrigir desigualdades no comércio global." No dia 11, reúne-se o G-20, grupo de países em desenvolvimento liderados por Brasil e Índia para enfrentar as propostas dos desenvolvidos em relação à agricultura.

As duras observações de Nath mostram pouca flexibilidade para apresentar aos EUA e aos europeus na próxima reunião do G-4, que deverá acontecer depois do dia 19. Nath argumenta que quer apenas que se cumpra o que já foi acertado nas reuniões anteriores da Rodada Doha, ou seja, garantia de tratamento especial aos países em desenvolvimento.

O tema será debatido pelos chefes de Estado do G-8, o grupo de países mais poderosos, que convidou à reunião outros governos, de países como o Brasil, Índia e África do Sul. Reunido com o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, em Nova Déli, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina hoje um comunicado conjunto em que os dois países falam em "estreita coordenação" e cobram um "resultado ambicioso" em matéria de redução de subsídios e distorções no comércio agrícola.

Lula vai destacar tecnologia e desmatamento no G-8 - Daniela Chiaretti e Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 05/06/2007

Na sexta de manhã, antes do almoço às margens do Mar Báltico, o presidente Luis Inácio Lula da Silva tentará mostrar a outros 12 líderes mundiais que o Brasil está fazendo sua lição de casa contra o aquecimento global: deixou de emitir 600 milhões de toneladas equivalentes de carbono nos últimos oito anos com a adição de álcool à gasolina e evitou lançar à atmosfera outras 400 milhões de toneladas de CO2 ao conter o desmatamento da Amazônia em 2005/2006. Lula deve ainda pedir recursos para a combater o desmatamento e defender a necessidade urgente de se transferir tecnologia dos países ricos aos em desenvolvimento.

Não há discursos previstos na reunião do G-8+5. A cúpula é uma conversa entre líderes dos países mais ricos do mundo e a Rússia (o G-8), com cinco emergentes convidados ao encontro em Heiligendamm, na Alemanha (Brasil, China, África do Sul, Índia e México). Cada um fala por 4 ou 5 minutos. O presidente Lula terá à mão papeizinhos com informações concisas preparados pelo Itamaraty para usá-los se achar conveniente.

Será a primeira vez que Lula mencionará a proposta brasileira de receber incentivos positivos para evitar o desmatamento, idéia já apresentada pela ministra Marina Silva, no Quênia, em 2006. A base da proposta é que um hectare de Amazônia retêm de 120 a 200 toneladas de carbono, liberadas quando a floresta é cortada ou queimada. Isso poderia significar recursos para o gerenciamento e fiscalização das matas, tomando como referência o preço do carbono no mercado internacional.

Uma taxa de referência, calculada pela média do desmatamento numa série de anos, serviria de parâmetro. Quando o desmatamento for menor que a taxa, os países em desenvolvimento com florestas teriam direito a recursos; se superar o índice, não receberiam nada até compensar o aumento. O dinheiro viria de países ricos que, pela convenção do clima, devem ajudar com recursos e tecnologia para que os outros, em desenvolvimento, possam crescer sem poluir.

Segundo críticos, o ponto frágil da proposta é que os países ricos teriam de doar recursos de forma voluntária. Outra idéia, de atrelar recursos para combater o desmatamento aos mecanismos de comércio de carbono, não agrada ao Brasil. "Com projetos de combate do desmatamento da Amazônia daríamos licenças para as nações industrializadas poluírem", diz uma fonte do governo brasileiro. "Isto afetaria a integridade ambiental do protocolo". Também derrubaria o preço do carbono no mercado internacional.

É possível que o G-8 encampe a idéia de o Banco Mundial de criar um novo fundo, o Forest Carbon Partnership (FCP), para reduzir as emissões de gases-estufa do desmatamento. Este pode ser um ponto de divergência. O fundo, que ainda está em estudo no Bird e só seria criado por volta de 2010, é uma fonte de financiamentos; a idéia brasileira é que ela se sustente por "doações" dos países ricos, dadas a título de "incentivo" para deter o desmatamento.

No G8+5, Lula deve falar muito em etanol e biodiesel. Tocará ainda num ponto nevrálgico: a necessidade de ampliar a cooperação tecnológica. Transferência tecnológica sempre está em pauta nas negociações, mas parece um tópico fadado a ficar na retórica. Uma trava é que as patentes costumam ser privadas. "Sem dúvida, o setor privado é componente importante neste processo. Mas há muita tecnologia em laboratórios governamentais e em privados mas com financiamento público", diz a autoridade brasileira.

"É uma questão de desenhar modalidades para facilitar a transferência de tecnologia, de ter vontade política para isso." A questão da propriedade intelectual é complexa, mas tem que ser enfrentada, aposta o governo brasileiro. "Ou enfrentamos isso ou teremos, nos próximos anos, um processo de desenvolvimento de países emitindo e que não vão abrir mão do direito de crescer."

Lula usou a entrevista ontem no programa Café com o Presidente para eximir os países em desenvolvimento da responsabilidade pelo aquecimento global. Para ele, os países ricos emitem muito mais gases poluentes e desmataram muito mais. "Portanto, cabe a eles maior responsabilidade para despoluir o planeta". O Brasil rejeita metas para suas emissões de gases. Os países ricos emitem 65% dos gases-estufa. "A Europa tem só 0,03% de floresta, e o Brasil ainda tem mais que 60%", citou. Lula afirmou que, nos últimos dois anos, o Brasil diminuiu em 52% o desmatamento. **(Colaboraram Assis Moreira, de Genebra, e a sucursal de Brasília)**

Oposição vai obstruir aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul -Raquel Ulhôa, Paulo de Tarso Lyra e Sérgio Leo – Valor Econômico – Política - 05/06/2007

Os principais partidos de oposição, Democratas e PSDB, decidiram impedir a votação, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, do termo de adesão da Venezuela no Mercosul, enquanto o presidente daquele país, Hugo Chávez, não fizer uma "retratação" pelo que consideram agressão ao Congresso brasileiro. Líderes dos dois partidos criticaram as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia sobre o assunto.

"O PSDB não aceita a permanência da Venezuela sob nenhuma forma, a menos que, formal e cabalmente, o presidente Chávez se retrate pelas ofensas praticadas contra o Congresso brasileiro, contra o Senado da República deste país", disse o líder tucano no Senado, Arthur Virgílio (AM), da tribuna. O termo de adesão está na comissão do Mercosul, na Câmara dos Deputados, e precisa ser votado nas duas Casas.

Na quarta-feira passada, o plenário do Senado aprovou requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pedindo que o governo venezuelano reconsiderasse a decisão de não renovar a licença de funcionamento da emissora de televisão RCTV. A reação de Chávez foi chamar o Senado brasileiro de "papagaio" do governo americano.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), lembrou que um dos pilares para a participação de um país da América do Sul no Mercosul é a prática da democracia em sua essência. "Agora se fala claramente na participação do parceiro do Brasil no Mercosul. Desse jeito? Sem liberdade de imprensa? Sem oposição? Com um Congresso agindo não se sabe como? ", perguntou .

Os líderes lembraram que, quando houve ameaça de golpe no Paraguai, houve reação do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que ameaçaram expulsar o país do Mercosul por causa da cláusula democrática. "Foi talvez esse o maior antídoto para o golpe", disse Virgílio. O tucano foi duro com Chávez. "A vontade que ele tem de se perpetuar no poder é proporcionar à incompetência que ele tem para perceber o mundo que o envolve. Seria um um aprendiz de ditadorzinho qualquer, se não tivesse a sustentá-lo algo que criminosamente ele usa, a única riqueza à mão do povo venezuelano".

Agripino criticou também o fato de Marco Aurélio Garcia - "alter ego" de Lula no que diz respeito à política externa, segundo ele -, ter dito que não há cerceamento à

imprensa na Venezuela. "Só o Marco Aurélio não enxerga as imagens que o mundo inteiro está vendo?", perguntou.

Os dois líderes citaram vários casos de requerimentos aprovados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado com críticas e condenações a atos de outros países e que nunca houve reação contrária. "Até Cuba, que nem democrático é, aceitou um voto de censura", disse Agripino.

A Executiva do PT divulgou uma nota ontem, redigida pela Secretaria de Assuntos Internacionais, defendendo a decisão do presidente da Venezuela de fechar a emissora. O documento, redigido pelo secretário Valter Pomar, diz que a Venezuela "é um país democrático, com um presidente eleito pelo voto por intermédio de eleições livres". Para o secretário de relações internacionais do PT, é um erro classificar o governo venezuelano de anti-democrático. "Eles são uma concessão pública, devem, por isso, ter limites de ação bastante claros", justificou.

O petista não quis entrar no mérito sobre o conflito de Chávez com o Congresso . Disse que, se ele fosse o presidente venezuelano, não se daria ao trabalho de responder às críticas do legislativo brasileiro. O presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), ao contrário de Pomar, criticou Chávez pelos ataques ao Congresso. Para o ministro da coordenação política, Walfrido dos Mares Guia, ao fechar a RCTV, Chávez tirou de seu país as características de país "moderno e desenvolvido".

O governo brasileiro espera ainda uma retratação de Hugo Chávez pelos insultos do venezuelano ao Congresso brasileiro. Chávez, alvo de nota e declarações de repúdio feitas pelo Itamaraty, falou por telefone com o embaixador do Brasil na Venezuela, João Carlos Souza Gomes, em "tom conciliatório", segundo Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores. O venezuelano não voltou atrás e tentou justificar os ataques ao Congresso brasileiro, o que desagradou o governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva preferiu evitar o tema, durante sua visita à Índia.

Etanol deve ser incluído em documento paralelo - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007

Declaração que falará do combustível não é a mesma que o G-8 fará ao final de seu encontro - O Brasil conseguiu incluir uma menção ao biocombustível na declaração final que será emitida na sexta-feira pelos países emergentes e pela Alemanha como uma das alternativas para lidar com o aquecimento do planeta. O documento foi negociado entre Brasil, China, Índia, África do Sul e México, além dos alemães como presidentes do G-8.

O Brasil, porém, deixou claro que não aceitaria qualquer menção a uma meta de emissões de gás carbônico (CO2) para os países emergentes. Na avaliação do Itamaraty, tal medida teria repercussões para o próprio desenvolvimento do País nos próximos anos. 'Um teto nas emissões é também um teto no desenvolvimento', afirmou um representante do Palácio do Planalto.

A questão do meio ambiente será um dos pontos centrais do encontro entre França, Alemanha, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, Japão, Canadá e Itália. Cinco países emergentes foram também convidados para o encontro que começa hoje. Mas apenas poderão participar dos debates na sexta-feira e por apenas uma hora e meia. Como vem ocorrendo há vários anos, o grupo de países ricos se reúne isoladamente por dois dias e apenas no terceiro dia de reuniões é que permite a participação dos emergentes.

A declaração que falará do etanol não é a mesma que o G-8 fará ao final de seu encontro. Mesmo assim, o governo alemão foi obrigado a negociar com os demais países do grupo de economias industrializadas para dar o sinal verde para que o etanol fosse mencionado.

A diplomacia brasileira comemorou a inclusão do tema no documento de Heiligendamm. Em Berlim, diplomatas alemães confessaram ao Estado que uma grande ajuda foi dada a Brasília pelo apoio dos Estados Unidos ao tema. Em março, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush estabeleceram acordos de cooperação na área do etanol.

A verdade é que a menção ao etanol no G-8 convém não apenas ao Brasil, mas também aos Estados Unidos, que quiseram evitar de todas as formas que os alemães conseguissem a inclusão de novas metas de emissões de CO2. A Casa Branca preferiu se concentrar em temas como inovações tecnológicas como forma de lidar com o meio ambiente. Nessa manobra, portanto, o etanol cai como uma luva.

TETOS - Já quanto à insistência dos europeus em ver os emergentes com tetos de emissões de CO2 nos próximos anos, o Brasil é enfático em negar tal proposta. O governo aceita que todos os países tenham responsabilidades, mas alerta que não há como aceitar um teto para as emissões enquanto uma tendência contrária ocorre nos países ricos. Os Estados Unidos não aceitam as metas para os países ricos com temores de perder competitividade no setor industrial. Já os europeus, apesar do discurso, viram suas emissões aumentarem entre 2005 e 2006.

O governo defenderá na Alemanha que, se o desmatamento no País for reduzido, o Brasil deixa a lista dos 20 maiores emissores de CO2 do mundo. Pelos cálculos do governo, em oito anos, o País deixou de emitir mais de 600 milhões de toneladas de CO2 graças ao etanol.

Reunião do G8 começa em "prisão de luxo" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 06/05/2007

Muro com 11,6 quilômetros de extensão, que custou US$ 20 milhões, isola dirigentes em encontro hoje na Alemanha - Divergências entre os participantes diferenciam a cúpula deste ano das anteriores; não há acordo sobre clima, principal tema

O presidente George Walker Bush desembarcou ontem em Rostock, na Alemanha, e foi imediatamente levado para "um campo de prisioneiros de luxo", de acordo com a irônica descrição do escritor alemão Hans Magnus Enzensberger para o hotel em que ficarão os participantes da cúpula do G8 e, na sexta-feira, também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que entra no último dia para o encontro batizado de G8+5. O G8 é o clubão dos sete países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) mais a Rússia. A sua cúpula anual começa hoje e vai até sexta-feira, quando entram dois grupos externos. Um é chamado de "outreach Africa" (só países africanos); o outro é só "outreach" (África do Sul, Brasil, China, Índia e México). A ironia de Enzensberger se justifica: Heiligendamm, o pequeno balneário no Mar Báltico em que se reúnem os grandes do mundo, é o mais antigo balneário alemão, no qual a realeza se refrescava no verão.

Mas as autoridades alemãs gastaram cerca de US$ 20 milhões para construir uma cerca de 2,5 metros de altura e 11,6 quilômetros de extensão, encimada por arame farpado, que isola completamente Heiligendamm e seus hóspedes ilustres. A cerca invade até as águas entre cinza e verdes do Báltico.

Muro de Berlim

Pior que "prisão de luxo", a cerca é comparada ao Muro de Berlim até por uma alta autoridade alemã, o vice-presidente do Bundestag (Parlamento). "A mim traz recordações da época da RDA", diz Wolfgang Thierse (social-democrata), em alusão à antiga República Democrática Alemã (comunista), separada da Alemanha Federal pelo Muro, que caiu junto com o comunismo em 1989.

A paranóia com a segurança dos governantes é tamanha que a cidadezinha ficou fechada ao público em geral desde quarta-feira da semana passada, seis dias portanto antes da chegada do primeiro participante da cúpula, justamente o americano George Walker Bush.

O "Muro de Heiligendamm" não é a única recordação dos velhos tempos do comunismo na cabeça de Thierse. Ele disse que a Stasi, a política política do comunismo, também colhia amostras do cheiro de suspeitos de dissidência, tal como fez recentemente a polícia da Alemanha unificada, para que seus cães possam farejar eventuais terroristas ou agitadores.

Divergências

Tudo indica, no entanto, que os governantes vão precisar de proteção tanto para separá-los dos manifestantes como deles próprios, na medida em que o G8 de 2007 é o mais carregado de divergências dos últimos muitos anos -americanos e europeus estão divididos, por exemplo, sobre como lidar com o aquecimento global.

Houve também tiroteios verbais antes da cúpula. O maior exemplo é a declaração do presidente russo Vladimir Putin de que apontaria mísseis para a Europa como represália ao escudo antimísseis que os EUA vão entronizar na República Tcheca e na Polônia.

Reação de Sean McCormack, porta-voz do Departamento de Estado: "Tais declarações têm o tom mais de 1977 do que de 2007", aludindo a um ano em que a Guerra Fria estava no auge, a Rússia ainda era comunista e, portanto, não fazia parte do G7, este criado, entre outras razões, para coordenar os principais países do Ocidente contra o comunismo. Depois que a Rússia entrou para o clube, em 1998, ele perdeu parte de sua graça, na medida em que não havia um inimigo a combater. Perdeu tanto que o principal jornal econômico da Alemanha, o "Handelsblatt", diz que um dos resultados seguros da cúpula deste ano "será um novo debate sobre a supressão desse grande evento internacional".

É mais uma ironia. A agenda do G8 não inclui discutir o suicídio, mas inclui, sim, mudar a forma, para incluir mais participantes, uma tese que ganha adeptos a cada cúpula. Exemplo: Lawrence Summers, ex-secretário norte-americano do Tesouro, pede que os países em desenvolvimento sejam chamados a participar da discussão sobre aquecimento global (o grande tema deste ano), com o seguinte argumento: "Eles tenderão a fazer mais se puderem ajudar a moldar as políticas em vez de apenas serem carregados pelo G7". Vale para o aquecimento, vale para quase todos os demais temas da agenda global.

Democracia russa descarrilou, diz Bush – Folha de São Paulo – Mundo – 06/05/2007

Na véspera de encontro entre os dois líderes no G8, presidente dos EUA diz que Rússia não é inimiga, mas critica Moscou

Troca de farpas cresceu nos últimos meses por conta de projeto dos EUA e piorou após Putin ameaçar voltar mísseis para alvos na Europa

O presidente americano, George W. Bush, soltou uma frase bastante dura contra o presidente russo, Vladimir Putin, durante conferência que fez em Praga a dissidentes e militantes de movimentos democráticos de 17 países.

"Na Rússia, provocaram o descarrilamento das reformas que prometiam dar o poder ao povo, com conseqüências perturbadoras para a evolução da democracia", afirmou. Em entrevista no sábado, Putin havia desqualificado a democracia nos EUA, afirmando que aquele país havia gerado "horror, tortura, sem-tetos e [a prisão de] Guantánamo". Bush e Putin estarão juntos a partir de hoje no encontro do G8 na cidade alemã de Heiligendamm. A troca de acusações reflete o ponto a que chegaram as relações bilaterais. Horas antes de sua conferência, no entanto, Bush foi bem mais amistoso para com o presidente russo. Disse que, ao encontrá-lo, o chamaria pelo prenome, Vladimir, e voltaria a dizer que o sistema antimísseis que o Pentágono planeja instalar na República Tcheca e na Polônia procura deter um possível ataque do Irã e não tem como alvo as instalações militares russas.

"A Rússia não é nossa inimiga", afirmou. "A Guerra Fria acabou." Os tchecos, disse, podem ser ao mesmo tempo amigos dos EUA e da Rússia. Disse ainda que convidaria Putin a enviar seus cientistas e generais para se assegurarem de que o escudo antimísseis não era voltado contra eles.

Foi até mais longe. Convidou o próprio Putin a participar da construção do escudo, e disse que a questão seria abordada a portas fechadas, quando proximamente o presidente russo visitar os Estados Unidos e se hospedar numa casa de campo pertencente à família Bush.

Putin havia há dias ameaçado mirar seus mísseis nucleares em alvos na Europa, em resposta ao projeto americano.

Mencionar o "descarrilamento" da democracia russa e afagar Putin são gestos contraditórios. Mas o "New York Times" disse que os dois pronunciamentos do presidente americano foram ponderados pela Casa Branca para enviar uma mensagem "calibrada e firme".

Na conferência de Praga, Bush também criticou a China. "Os governantes chineses acreditam que podem continuar a abrir a economia do país sem abrir o sistema político. Discordamos disso."

Brasil ainda participa como um "outsider" – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 06/05/2007

DO ENVIADO ESPECIAL À ALEMANHA

Não deixa de ser um símbolo, ainda que no detalhe: a cidade de Kühlungsborn, na qual foi montado o centro de mídia para a cúpula do G8, mandou fazer elegantes cadeiras de praia, com assento duplo, cobertura de plástico e bandeiras dos países participantes. Só os oito do grupo. Nada de Brasil, Índia, China, África do Sul ou México, o "outreach", o grupo externo convidado para a cúpula deste ano (e para três das quatro anteriores). É um sinal de que esse grupo, ainda que tenha crescente participação global, continua tão "out" que ainda não entrou na cultura do mundo rico como participante de pleno direito. Neste ano, a Alemanha até que deu tratamento diferente ao grupo, na forma de um "diálogo expandido" pelo qual os "externos" participaram de discussões preparatórias para a cúpula. Agora, a forma de diálogo mudou. Passará a ser "diálogo estruturado", ou seja, o Brasil, como seus parceiros do "outreach", terá direito a ser ouvido plenamente. Nas quatro cúpulas anteriores de que participou, seu representante (foi sempre Luiz Inácio Lula da Silva) entrava no último dia, falava o que queria, mas todo o pacote já havia sido discutido e finalizado antes pelos membros permanentes do G8.

Para Heiligendamm, repetiu-se o esquema, mas o G5 teve direito a discutir um segundo documento final, a ser assinado pela presidência do G8 e pelos cinco. Mas nada que interferisse no documento principal.

De todo modo, o "diálogo estruturado" tem um horizonte de dois anos, o que significa que o Brasil será de novo convidado para as cúpulas do Japão (2008) e Itália (2009).

Poderia até ter carteirinha de membro pleno do clube se aceitasse o âmbito de negociação proposto pelo G8, que é a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, o clube dos 30 países supostamente mais ricos do mundo). O Brasil é um dos 30, mas até agora não se interessou em ser membro da OCDE. O secretário-geral do clube queria convidá-lo já neste ano, mas o Brasil esnobou. De todo modo, a participação brasileira na agenda global tende a crescer, com a prioridade dada ao tema ambiental. Amanhã mesmo, Lula recebe, na embaixada do Brasil em Berlim, o secretário-geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon, que vai convidá-lo para o jantar na véspera da Assembléia Geral de setembro, no qual será discutido o aquecimento global. Lula será um dos 15 convidados, com o que o fato de a bandeira do Brasil não queimar ao sol tímido do Báltico neste fim de primavera será compensado no verão em Nova York. **(CR)**

Brasil e emergentes querem incluir etanol na agenda da nações do G-8 - Diana Fernandes – O Globo – Economia – 06/06/2007

Governo brasileiro também pretende pôr em discussão mudanças climáticas

NOVA DÉLHI. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva de diplomatas e negociadores embarcaram ontem para a reunião do G-8 (grupo das sete maiores economias do mundo mais a Rússia), na Alemanha, que começa hoje. Eles apostam que os países emergentes, sobretudo Brasil e Índia, vão conseguir incluir definitivamente na agenda das nações ricas dois temas: mudanças climáticas e energias alternativas, ou seja, o etanol brasileiro. Além disso, a pauta será dominada pelo tema da liberalização do comércio mundial por meio da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), com foco na redução dos subsídios agrícolas dos países ricos.

— Não estamos falando em decisões ou resoluções sobre esses assuntos nesta reunião do G-8. Estamos falando em debates, em instruções que devem ser encaminhadas — disse o chanceler Celso Amorim.

O ministro lembrou que quando o G-8 decidiu convidar os países emergentes para os debates, o grupo sabia que não poderia ignorar China, Índia e Brasil (que formam com a Rússia os chamados Brics) nas discussões de comércio. Os Brics têm reunião preparatória para o G-8 amanhã, em Berlim.

Amorim vê avanço sobre Doha até o fim do ano Sobre Índia e Brasil, após a segunda visita de Lula ao país, Amorim avaliou: — Estamos muito bem afinados.

Nós nos preocupamos com aquecimento global, defendemos que as metas de redução de emissão de gases sejam cumpridas e que todos os esforços nesse sentido sejam canalizados para os foros multilaterais.

Quanto ao desbloqueio de Doha, o chanceler brasileiro ainda acredita num acordo até o fim do ano. Ele ressaltou a força que as nações em desenvolvimento conquistaram nesse debate: — De modo indireto, temos influído na agenda do G-8.

Sobre questões climáticas, além de encarnar o papel de garoto-propaganda do etanol brasileiro, Lula falará aos chefes de Estado dos países ricos sobre a proposta brasileira de recompensar financeiramente as nações pobres pelo desmatamento evitado. Essa conta seria paga pelo mundo desenvolvido. Em casos como o do Brasil, o incentivo se daria por financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável.

Discussão sobre Doha esquenta na Alemanha – Valor Econômico – Internacional - 06/06/2007

A poderosa federação das indústrias alemãs levantou o tom ontem, ao dizer que é preferível não ter acordo nenhum na Rodada Doha do que um acordo que corte pouco as tarifas de importação de produtos industriais em emergentes como o Brasil e a Índia.

Hoje à tarde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá diretores da Thyssen-Krupp Steel e Mercedes Benz, mas certamente não será para abordar a rodada de comércio. Em contrapartida, Doha estará no centro de reunião bilateral com o presidente George W. Bush, ainda a ser confirmada para a sexta-feira em Heiligendamm.

Ontem, o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, conclamou os líderes do G-8 e dos emergentes, que participam da reunião na Alemanha, a fazer um esforço adicional para concluir Doha. Disse temer que questões políticas estariam conduzindo negociadores "a endurecer suas posições, ao invés de oferecer compromisso e flexibilidade".

Certos negociadores em Genebra entenderam isso como uma flecha em direção do Brasil, depois que o ministro Celso Amorim passou a defender mais vigorosamente um corte menor de tarifa industrial, diante da modéstia da redução proposta por Washington para seus subsídios domésticos agrícolas. No entanto, entre a própria indústria brasileira a mensagem clara é que o Itamaraty tem o apoio para fechar um entendimento.

A Rodada Doha será discutida pelos líderes do G-8 amanhã à noite. Na sexta-feira, eles voltam a discutir a liberalização, agora junto com Brasil, China, México, índia e África do Sul, além do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy.

Ainda falta definir como incluir os emergentes no convescote dos ricos – Valor Econômico – Internacional - 06/06/2007

A Alemanha quer concluir a cúpula do G-8 nesta sexta envolvendo mais o Brasil, China, Índia, México e África do Sul na "governança global". Mas até ontem havia incerteza sobre como isso ocorrerá.

Bernd Pfaffenbach, secretário de Estado de economia e o principal organizador do G-8, como negociador da premiê Angela Merkel, disse ao Valor que a idéia é abrir um diálogo de dois anos com o que chama de "O-5". Dentro de um ano, a presidência japonesa do G-8 fará um relatório preliminar, e no ano seguinte será a vez da presidência italiana fazer a avaliação final da experiência.

Mas só a partir de hoje os países vão realmente discutir como formalizar e estruturar o diálogo entre o G-8 e o "O-5", já que os negociadores dos países ricos passaram a maior parte do tempo discutindo sobre a questão do clima. Os líderes vão se debruçar amanhã sobre a relação com os emergentes.

O secretário alemão destacou que, em todo caso, duas coisas são certas: primeiro, que o convite aos cinco não significa alargar o G-8 para 13. Mas, segundo, é "indispensável" que "alguns" desses emergentes estejam na mesa de discussões sobre os temas globais, referindo-se especialmente à China, com US$ 1,2 trilhão de reservas internacionais, para ajudar a reequilibrar a economia mundial.

"O presidente Lula quer ampliar o papel do Brasil na economia mundial, e não só na agricultura. O ministro Celso Amorim tem papel central nas negociações da Rodada Doha. O Brasil é um importante 'player' e precisa estar à mesa."

Ele destacou que um dos temas nos quais interessa ampliar a cooperação com o Brasil é o combate ao desmatamento na Amazônia.

Diante da "dura concorrência" dos mercados asiáticos e da América Latina "no futuro", a Alemanha tomou a iniciativa de propor a seus parceiros do G-8 o chamado "Processo de Heiligendamm", para juntar forças com os principais emergentes, que são assim chamados a assumir mais responsabilidades.

Pfaffenbach confirmou que a proposta alemã continua sendo de que a discussão sobre temas como propriedade intelectual e investimentos ocorra sob "o guarda-chuva" da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do qual apenas o México dos cinco emergentes é sócio.

Nesse ponto está uma das divergências, porque o Brasil, por exemplo, prefere separar esse dialogo com o G-8 de sua participação normal na OCDE como observador. O Brasil até aceita que o dialogo entre ministros sobre variados temas ocorra na OCDE, mas como base logística, e sem a participação dos outros membros dessa entidade. Já Pfafenbach acha que "até por cortesia" todos os membros da OCDE deveriam participar dos encontros com o "O-5"' - o que aumenta a pressão sobre os emergentes.

Ocorre que o Japão resiste a dar seu sinal verde ao projeto alemão, porque não quer dar espaço internacional para a China. Mas Pfafenbach nota que a participação dos cinco emergentes no PIB mundial não cessa de subir (veja gráfico), e que a parte maior vem da China.

Exemplificou que a parte da China no PIB global pulou de 5,7%, em 1990, para 15,4% em 2005, seguirá a subir e vai superar a União Européia. As economias china e indiana sozinhas colocam 105 milhões de novos trabalhadores por ano no mercado de trabalho, contra menos de um milhão na UE.

Uma fonte alemã considera que, se os emergentes decidirem logo formar o G-5, seria mais fácil estruturar o dialogo com os ricos. Essa possibilidade foi discutida por Brasil, China, Índia, México e África do Sul e não está excluída.

"O G-8 precisa desses emergentes, porque não tem sentido discutir com Itália e Canadá e não com China e Índia", afirma o professor Eckert Stratenschulte, diretor da Academia Internacional de Berlim, que estuda política externa. "Outra questão é se o próprio G-8 tem futuro. Essas reuniões fazem muito barulho. Seria mais importante as discussões na ONU."

A Alemanha prepara um megaesquema de segurança para a reunião. Já ocorrem protestos.

Protesto bloqueia sede da reunião do G8 – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Mundo – 07/06/2007

Ativistas burlam policiais, ocupam estradas e ferrovia e chegam ao muro construído pela Alemanha, anfitriã do encontro - Líderes de países mais ricos e Rússia são transportados de helicóptero para abertura da cúpula; ponte naval é improvisada para 2º escalão

O governo alemão colocou 16 mil policiais e ergueu um muro de quase 12 quilômetros de extensão e 2,5 metros de altura para proteger a cúpula do G8, o clubão dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia.

Não adiantou: cerca de 8.000 manifestantes, a grande maioria jovens imberbes armados apenas de uma fenomenal disposição, conseguiram burlar todos os controles e chegar às portas do muro, desafiando a proibição de manifestações a menos de seis quilômetros do hotel Kempinsky, no balneário de Heiligendamm, transformado em "campo de prisioneiros de luxo" para os governantes, no dizer do escritor alemão Hans Magnus Enzensberger.

Os manifestantes cortaram também a linha de trem que leva até Heiligendamm e as pequenas estradas arborizadas que serpenteiam até o mar Báltico. O governo alemão teve que improvisar uma ponte naval para levar pessoal de apoio, jornalistas e autoridades de segundo escalão até o hotel. Os governantes e o primeiro escalão foram de helicóptero. Os jovens driblaram o esquema de segurança cortando caminho no meio do mato e derrubando as cercas de arame farpado antes de serem detectados. Só o foram quando já estavam perto da cerca principal, por volta de meio-dia (7h em Brasília). Aí começou a repressão, com o uso de cassetetes e canhões de água, o que levou a um pequeno recuo dos manifestantes e, em conseqüência, a uma moderação policial, de acordo com a política de "desescalação" dos conflitos determinada após os violentos incidentes de sábado em Rostock, provocados por um grupo de anarquistas, minoritários entre os manifestantes. Desta vez, a polícia só voltou a reagir quando foguetes caíram perto da tropa de choque, que lançou gás lacrimogêneo e deteve 15 jovens, depois que oito policiais ficaram feridos. Ferida ficou também a organização da cúpula, de que dá prova o cálculo feito pela jornalista ucraniana Nathalia para um colega italiano: "Quatro horas de percurso para meia hora de entrevista coletiva não era bem a relação custo/benefício que tínhamos em mente quando aderimos ao capitalismo".

Quatro horas

Nathalia, como a **Folha** e pelo menos 60 outros jornalistas, levou as citadas quatro horas para ir e voltar de Kühlungsborn, onde fica o centro internacional de mídia, até Heiligendamm, oito quilômetros distante, para uma entrevista de José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia.

Eram 12h30 quando me apresentei no centro de imprensa, embora a entrevista estivesse marcada para 14h. A organização alemã perdeu o rumo, colhida de surpresa pela ocupação da linha de trem que levaria os jornalistas (um percurso de apenas dez minutos).

Mesmo devidamente credenciados, todos os jornalistas tiveram que preencher listas improvisadas à porta da tenda que serve de centro de controle.

Tudo pronto, então? Nada. Havia um segundo controle de segurança para ter acesso ao embarque. Checagem de segurança feita, restava esperar o ônibus que nos levaria a Heiligendamm. Mas acabaram nos encaminhando a um atracadouro onde três barcos da Marinha alemã esperavam balançando nas águas do Báltico.

A travessia durou uns 40 minutos, e o último barco chegou ao atracadouro de Heiligendamm às 14h30 para uma entrevista que deveria começar às 14h. O segurança de plantão ainda queria exigir uma credencial azul de que ninguém tinha ouvido falar até então. Foi convencido por um colega a deixar os jornalistas marcharem em conjunto sob seu comando até o "briefing point".

Quando entrei na sala, Barroso já estava falando, embora a entrevista tivesse sido adiada para 14h30, justamente para esperar os jornalistas.

Na volta, foi preciso esperar meia hora de absoluto blecaute de informações sobre o que faríamos para voltar a Kühlungsborn. Repetiu-se o percurso até o atracadouro, em tempo de ver três limusines com placa da Rússia e cortinas fechadas estacionadas ao longo do caminho -Putin pode estar brigando com o Ocidente, mas jamais com os símbolos mais lustrosos do capitalismo.

Foi então que a ucraniana Nathalia fez seu comentário sobre a relação custo/benefício. Ela ainda não sabia que, desta vez, não havia ônibus para nos conduzir de volta ao centro de mídia, quatro quilômetros distante. Depois de ônibus e barco, ainda havia um percurso a pé.

Bush veta metas para redução de poluentes - Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 07/06/2007

DO ENVIADO ESPECIAL À ALEMANHA - O projeto alemão de obter do G8, o clube dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, metas numéricas para a redução dos gases que causam o aquecimento global ruiu antes mesmo de começar formalmente o encontro de cúpula do grupo, o que se daria em um jantar na noite de ontem.

O torpedo definitivo na linha de flutuação do projeto foi disparado pela manhã por James Connaughton, principal assessor da Casa Branca para o ambiente, ao dizer que não existe "uma solução tamanho único para todos" e acrescentar que os EUA se opõem à meta dos 2C como teto admissível para o aumento médio da temperatura até o fim deste século, em relação à era pré-industrial.

Para que esse teto fosse alcançado, o projeto alemão determinava que a emissão de gases do efeito estufa (que causam o aquecimento global) deveria ser reduzida à metade, sobre os níveis de 1990, até 2050. Sem o teto de 2C tampouco há a meta decorrente. Connaughton disse também que três outros países do G8 (Japão, Canadá e Rússia) têm

posição idêntica à dos EUA. Depois do torpedo, Angela Merkel, a chanceler alemã e, como tal, anfitriã da cúpula, reuniu-se com o presidente George Walker Bush, no que era encarado como a última tentativa para um acordo que permitisse um desfecho ambicioso da cúpula, na questão ambiental.

Não funcionou. Merkel deixou a reunião dizendo que os dois haviam encontrado "pontos comuns em temas como o combate à pobreza e à doenças infecciosas na África", mas que, em "áreas aqui e ali", haveria necessidade de discussões adicionais.

Europa x EUA

Bush, por sua vez, expressou "o forte desejo" de trabalhar "com os países do G8 na elaboração de um novo acordo para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e para reduzir a dependência do fornecimento de petróleo de fontes externas".

Mas não mencionou nem de passagem as metas defendidas por Merkel. De todo modo, os EUA podem admitir outro ponto-chave para os europeus: o de que as futuras negociações para o tratado que vai substituir o Protocolo de Kyoto sejam conduzidas no âmbito da ONU.

O protocolo, do qual os EUA se retiraram, vence em 2012 e, por isso, é urgente iniciar negociações para o seu substituto. Mas os europeus temiam que os norte-americanos quisessem conduzir um processo paralelo, a partir do convite feito na semana passada por Bush para uma reunião dos 15 países mais poluentes (Brasil inclusive) no último trimestre do ano.

Ontem mesmo, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, que fala em nome do conglomerado de 27 países, dizia que espera que os EUA se integrem ao processo global, sob o argumento de que, "se há um problema que é global por natureza, é esse".

Durão Barroso defendeu o estabelecimento de metas "obrigatórias e mensuráveis" para conter o aquecimento. Mas admitiu que elas não sairão da cúpula de Heiligendamm, pelo menos não nesse formato. O que pode, sim, sair é o reconhecimento da necessidade de estabelecer metas em algum momento futuro.

O presidente da Comissão Européia queixou-se da falta de liderança no processo, em alusão indireta aos EUA, depois de citar dados comparativos sobre o desempenho europeu e norte-americano no quesito emissão de gases do efeito estufa. Segundo ele, os 27 países da União Européia reduziram 5% as emissões, desde 1990, ao passo que os EUA aumentaram-nas 15,8%. **(CR)**

EUA rejeitam meta de redução de poluentes – O Globo – Economia – 07/07/2007

Cúpula do G-8 começa com divergência em discussões sobre aquecimento global e conflito verbal entre Bush e Putin

HEILIGENDAMM, Alemanha. Os Estados Unidos rejeitaram ontem a proposta de fixar limites rígidos para a redução das emissões de gases poluentes, mas asseguraram que seu plano de combate ao aquecimento global não vai enfraquecer os esforços da ONU. Na abertura da cúpula do G-8 (que reúne os sete países mais industrializados e a Rússia), a posição do governo George W.

Bush deixou claro que a chanceler alemã, Angela Merkel, terá de batalhar muito para cumprir seu objetivo de arrancar dos membros do G-8 o compromisso de reduzir as emissões à metade até 2050.

A chegada de Bush à cúpula também foi marcada por um confronto verbal com o presidente russo, Vladimir Putin.

Este avisou que, se os EUA levarem adiante seu plano de instalar um escudo antimíssil na Europa, vai voltar a mira de suas armas para o continente.

Isso fez com que Bush criticasse a falta de democracia na Rússia em uma conferência em Praga, na terça-feira. Ontem, seu tom foi mais conciliador: — A Rússia não vai atacar a Europa — afirmou. — Não há necessidade de uma resposta militar porque não estamos em guerra com a Rússia.

França sugere aumentar pressões sobre EUA Anfitriã do evento, Merkel busca uma redução de 50% na emissão de gases poluentes até 2050, para interromper o processo de aquecimento global, que ameaça o planeta com secas, enchentes e elevação do nível do mar. Mas Washington já avisou que os EUA não estão prontos para assumir esse compromisso em Heiligendamm.

— Neste momento, não estamos preparados para adotar essa proposta — disse James Connaughton, assessor sênior da Casa Branca.

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, sugeriu que a Europa poderia aumentar suas pressões sobre Washington: — Precisamos de objetivos quantificáveis no texto final. É um ponto extremamente importante, e pretendo conversar com o presidente americano sobre isso esta noite mesmo.

Os EUA são o único país do G-8 que não assinou o Protocolo de Kioto, da ONU, que visa à redução da emissão de gases poluentes — decorrente, principalmente, da queima de combustíveis fósseis — até 2012. Mas Bush disse a Merkel que quer trabalhar em um acordo que chamou de pós-Kioto.

Bono, Geldof e N'Dour fazem campanha pela África Merkel também quer que o G8 se comprometa a limitar o aumento da temperatura global a dois graus Celsius, patamar considerado o limite para alterações perigosas. Outra de suas prioridades é o combate à pobreza na África. Os membros do G-8 vão discutir o compromisso assumido em 2005, na cúpula de Gleneagles, para dobrar a ajuda àquele continente até 2010. Mas Canadá, Japão e Itália vêm se mostrando reticentes à adoção de metas.

Para reforçar os apelos de Merkel para a ajuda à África, marcaram presença no G-8 os músicos Bono, da banda de rock U2, Bob Geldof (idealizador do megaconcerto Live Aid) e Youssou N'Dour. Eles se reuniram com o presidente americano.

— Como vêem, aprecio uma boa companhia — disse Bush, que pouco antes brincou com um de seus assessores sugerindo "Bono para presidente" (os EUA realizam eleições ano que vem).

Bono ainda vai se reunir com Sarkozy, Merkel, Tony Blair e Romano Prodi, informou ontem a Data, organização da qual o cantor é cofundador, que luta contra a pobreza e a Aids na África.

Lula ataca compromisso parcial do G-8 para conter efeito estufa - Jamil Chade e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007

Para presidente, 'países ricos têm de assumir a responsabilidade de ajudar a despoluir o planeta que poluíram'

Os líderes do G-8 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo e a Rússia) concordaram ontem em "considerar seriamente" a adoção de metas para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Na prática, porém, deixaram para o futuro a implementação de medidas para combater o aquecimento global, o que foi criticado por ambientalistas e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda em Berlim, Lula partiu para o ataque em uma conferência de imprensa, após reuniões com líderes de outros países emergentes. Ele criticou o acordo fechado entre as nações ricas em Heiligendamm e garantiu que o Brasil não aceitará a pressão do G-8 para que os emergentes estabeleçam metas de redução de emissão de gás carbônico (CO^2), posição similar à da China. Para Lula, os países ricos "precisam assumir a responsabilidade de ajudar a despoluir o planeta que eles poluíram".

As propostas do presidente americano, George W. Bush, segundo Lula, são "voluntaristas" e "inaceitáveis". Lula também alertou que o prazo de 2050 marcado para a redução de emissão de CO^2 significa que "ninguém fará nada até 2049". "Cinquenta anos é muito tempo e vai permitir que os que poluem continuem poluindo e não façam nada", atacou. "Vai passar tanta água debaixo da ponte e tantas revoluções tecnológicas que acho que a decisão estará superada", afirmou.

Outra crítica de Lula é contra a proposta de Bush de insistir em que o tema das emissões seja tratado fora do Protocolo de Kyoto. "Não é um avanço tentar abolir o multilateralismo e fazer um clube de amigos que se reúnem de vez em quando e cada um cumpre se quiser ou não (os compromissos). Isso não dá para aceitar."

Assessores do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, revelaram ao Estado que Lula, em seu encontro com o coreano ontem, deixou claro que apoiará o envolvimento da ONU no tema. "Nossa tese é que temos de cumprir Kyoto e fazer valer cada palavra assinada."

O presidente ainda ironizou Bush, alegando que o americano talvez tenha se dado conta da importância dos temas climáticos depois de assistir ao documentário de Al Gore, Uma Verdade Inconveniente. O filme trata dos perigos das mudanças climáticas e critica a

política de Bush. Gore perdeu as eleições para o atual presidente americano em uma disputa polêmica.

Lula fez questão de atacar qualquer plano de estabelecer responsabilidades para os países emergentes na redução de emissões de CO^2, uma tese tanto dos europeus como dos americanos. A posição é a mesma adotada pelo governo da China, acusada de já ser a maior poluidora do mundo. Segundo estudos da Comissão Européia, se os países emergentes não se comprometerem a reduzir emissões, não há como evitar o aquecimento global.

"Todos sabemos que os países ricos são responsáveis por 60% das emissões de gás e, portanto, precisam assumir responsabilidades. Os países em desenvolvimento têm o direito de crescer como os ricos cresceram e ter a mesma qualidade de vida que eles conquistaram", defendeu. "Não aceitamos a idéia de que os emergentes é que têm de fazer sacrifícios. Inclusive porque a pobreza já é um sacrifício." Lula ainda acredita que a solução passa pelos biocombustíveis e, portanto, levará o tema hoje ao G-8.

G-5 quer ser mais do que convidado - Jamil Chade e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007

Brasil, China, Índia, África do Sul e México vão pressionar por maior participação no encontro dos países do G-8

O Brasil e os países emergentes participarão hoje do último dia da reunião de cúpula do G-8. Mas exigirão que, a partir dos próximos encontros do bloco, sejam de fato ouvidos, e não apenas convidados para um debate de menos de duas horas com os líderes da Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Estados Unidos, Japão e Rússia. "Eles (ricos) precisam se sensibilizar de que quem está falando com eles não é menor que eles ", afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de encontros com China, Índia, África do Sul e México (G-5).

Ontem, em preparação à reunião com o G-8 em Heiligendamm, os países emergentes chegaram a um consenso em Berlim de que vão pressionar por três temas. O primeiro deles será o de pedir avanços nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), que estão em uma fase crítica.

O segundo é para que os países ricos de fato ajudem no desenvolvimento das economias mais pobres e que as Metas do Milênio da ONU, de redução de pobreza, sejam atingidas até 2015. O terceiro pede que os países do G-8 assumam suas responsabilidades em lidar com o aquecimento do planeta.

O único problema é que o documento final do encontro já está fechado desde ontem e não leva em consideração consultas com os países emergentes. Na realidade, assessores do secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, já mostravam a declaração final do G-8 ao Estado antes mesmo de Lula se reunir com os chefes de Estado e de governo de China,

Índia, África do Sul e México para montar uma estratégia de como atuar no encontro de Heiligendamm. Hoje, apenas um texto paralelo entre o G-5 e a chanceler alemã Angela Merkel ainda será divulgado (ler abaixo).

Países como os Estados Unidos hesitam em aceitar a ampliação do grupo. Neste ano, o tempo é tão curto para os países em desenvolvimento que Lula afirmou que nem sequer vai comer durante o almoço que será oferecido hoje por Merkel a todos os países. "Não vou nem almoçar. Quero falar. É a chance de que os países ricos ouçam coisas que nem sempre é possível ouvirem."Lula, junto com os demais quatro convidados, terá uma hora e meia para debater cinco temas diferentes.

O tempo ainda deverá impedir que Lula tenha um encontro com o presidente americano George W. Bush. Seus assessores acreditam que os dois poderão conversar, mas apenas informalmente.

Para Lula, não há mais como debater temas como comércio, clima ou pobreza "sem levar em conta a existência de países em fase de desenvolvimento como Brasil, China, Índia, África do Sul e México". "Isso se tornou humanamente impossível, seja do ponto de vista político ou econômico", disse.

O presidente se queixou do fato de não ser consultado na elaboração dos documentos finais da reunião e de apenas participar em um texto paralelo entre o G-5 e a Alemanha. "Nós somos convidados, mas não temos incidência sobre documento final", afirmou Lula. "Precisamos exigir participação na elaboração dos documentos, para que saia o que nós pensamos também", defendeu o presidente. "Certamente, não conquistaremos tudo o que queremos. Mas espero que o G-8 fique mais sensibilizado e que levem em conta que quem está falando com eles não é menor que eles. São países importantes, cada um em seu continente e que representam 42% da humanidade."

O chanceler Celso Amorim informou que há a idéia de que o G-5 volte a se reunir durante o ano para se preparar para a próxima cúpula no Japão, em 2008. "Não é satisfatório que cheguemos quando o documento do G-8 já está pronto e não temos como influir", disse.

G-20 está disposto a flexibilizar Doha - Denise Chrispim Marin e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007

Mas UE terá de abrir seu mercado para produtos agrícolas e os EUA reduzirem os subsídios a seus agricultores - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ontem que o Brasil e o G-20 - grupo de economias em desenvolvimento que atua em conjunto na negociação agrícola - estão dispostos a flexibilizar suas ofertas de abertura do mercado industrial nas discussões da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)

sob duas condições: se a União Européia abrir seu mercado para produtos agrícolas e os Estados Unidos reduzirem os subsídios a seus agricultores. Mas esse sacrifício dos países pobres e em desenvolvimento, destacou Lula, deverá corresponder ao tamanho de cada economia.

Diante do esgotamento do prazo para a conclusão da rodada no dia 30 deste mês, a necessidade de um acordo favorável ao mundo em desenvolvimento tornou-se uma das reivindicações das cinco economias emergentes - África do Sul, Brasil, China, Índia e México - ao G-8, o grupo que reúne os sete países mais industrializados e a Rússia. Essa posição será apresentada em almoço das duas frentes, hoje, no balneário alemão de Heiligendamm e será registrada em um documento que terá a assinatura também da Alemanha, coordenadora do G-8 até hoje.

"Nós do Brasil e nós do G-20 estamos dispostos a fazer a flexibilização que for necessária nos produtos industriais. Mas todo mundo tem de saber que o sacrifício tem de ser proporcional à riqueza dos países e ao tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) desses países", afirmou Lula. "Não peçam para os países pobres fazerem o mesmo sacrifício dos países ricos porque só o fato de ser pobre já é um sacrifício maior do que o dos países ricos", completou.

O presidente afirmou que é "descabida" a idéia de que os países com muito dinheiro possam conceder pesadas somas em subsídios a seus agricultores, "em detrimento da competitividade dos países pobres e em desenvolvimento". Destacou que não seria o caso do Brasil, competitivo "com qualquer país do mundo em se tratando de agricultura". Nesse exato momento, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, assoprou: "Fica melhor sem subsídio".

Mesmo com o prazo de apenas 23 dias que resta para a conclusão do acordo, ainda não há expectativa clara sobre o atendimento das exigências do G-20 pelos dois principais atores do mundo desenvolvido na Rodada. A União Européia não cravou a abertura de 54% de seu mercado agrícola nem os Estados Unidos chegaram perto da definição de um teto de US$ 12,4 bilhões ao ano para os subsídios domésticos. Mesmo uma questão fechada no final de 2005, a eliminação dos subsídios às exportações agrícolas até 2013, ainda depende da definição das economias mais ricas sobre disciplinas para a ajuda alimentar aos países pobres.

"Para nós, está claro: o mundo rico precisa abrir mão dos subsídios e, ao mesmo tempo, precisa flexibilizar a entrada dos produtos agrícolas dos países mais pobres", resumiu Lula. "Se tudo isso estiver de acordo, nós poderemos presentear o mundo com um acordo que parecia impossível alguns anos atrás. Sem esse acordo, não adianta falar de paz, não adianta falar de terrorismo, porque a tendência é a situação se agravar."

Outro tema caro ao Terceiro Mundo será cobrado por Lula e pelos líderes dos outros quatro emergentes - o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio, um compromisso no âmbito das Nações Unidas de redução pela metade da população que vive abaixo da linha de pobreza até 2015.

Ele disse ainda que a produção de biocombustíveis seria uma alternativa e uma "chance histórica" para melhorar as condições de vida nos países mais pobres. "É muito bonito: 190 países vão a Roma (em 2000) e assinam as Metas do Milênio, mas fica para os pobres cumprirem. E, como os pobres não têm jeito, não vão cumprir".

Desafios para a cúpula do G8 – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2007

Não podemos tratar de forma igual países com capacidades e responsabilidades tão desiguais

A REALIZAÇÃO de mais uma cúpula ampliada do G8, em Heiligendamm (Alemanha), oferece nova oportunidade para os líderes da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México aprofundarem o diálogo, iniciado em Evian, em 2003, com as principais economias industrializadas sobre temas prioritários da agenda internacional. Essas reuniões vêm se fortalecendo ano após ano, ganhando reconhecimento por introduzir novos enfoques nos debates do G8. Estou convencido de que mudança do clima, desenvolvimento sustentável, fontes novas e renováveis de energia e financiamento para o desenvolvimento são temas sobre os quais as principais economias emergentes precisam ser mais ouvidas. Não só porque as populações de nossos países são diretamente afetadas mas também pela capacidade de nossos países de formular e implementar propostas inovadoras para responder a esses múltiplos desafios.

A transformação dos biocombustíveis em commodities internacionais é um exemplo de como estamos juntando esforços para encontrar respostas coordenadas. A difusão do uso do etanol e do biodiesel ajuda a democratizar o acesso à energia, diminuindo a dependência mundial de reservas finitas de hidrocarbonetos. Ao mesmo tempo, contribui para reduzir emissões de gases poluentes, ajudando na luta para reduzir os efeitos da mudança do clima, que afeta a todos.

Os biocombustíveis têm relevância especial para os países em desenvolvimento. Pelo enorme potencial de geração de empregos e de renda, oferecem uma verdadeira opção de crescimento sustentável, especialmente para países que dependem da exportação de poucos bens primários. Ao mesmo tempo, o etanol e o biodiesel abrem novas avenidas de desenvolvimento, sobretudo nas indústrias bioquímicas. São alternativas econômicas, sociais e tecnológicas que oferecem a países pobres economicamente, mas ricos em sol e terra aráveis.

As críticas de que os biocombustíveis podem afetar a segurança alimentar ou agravar as mudanças climáticas partem de uma falsa premissa. Desde que os países adotem cultivos adequados para suas realidades e necessidades, os biocombustíveis podem andar de mãos dadas com a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente. Um sistema de rigorosa certificação pública, lastreado em acordos multilaterais, preservará o meio ambiente, assim como garantirá condições decentes de trabalho.

O equilíbrio entre as pequena propriedade familiar e as grandes plantações também pode ser garantido, como prescreve, por exemplo, a legislação brasileira. Essa experiência estamos partilhando com nossos vizinhos da América Latina e do Caribe e com os irmãos africanos.

Para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio, será preciso multiplicar mecanismos financeiros inovadores aptos a assegurar os recursos necessários para mudar a condição de vida de milhões de marginalizados. A cobrança de contribuição sobre passagens aéreas é um pequeno exemplo do que pode ser feito, como ficou claro na criação da Unitaid (central internacional de medicamentos).

A cúpula ampliada oferece oportunidade para formularmos estratégias integradas mundialmente para lidar com as grandes ameaças planetárias.

Não haverá desenvolvimento sustentável, harmonia ambiental e segurança duradoura se não eliminarmos a fome e a extrema desigualdade.

É por isso que as negociações comerciais multilaterais devem avançar. Precisamos de uma verdadeira rodada do desenvolvimento na OMC. Com resultados que tragam para os países mais necessitados os benefícios tantas vezes prometidos, mas nunca plenamente materializados, da liberalização comercial.

Talvez o maior teste de nossa capacidade de forjar uma governança verdadeiramente global esteja na distribuição das responsabilidades e custos das mudanças inadiáveis à frente. Essas responsabilidades são compartilhadas, porém diferenciadas. Ao falarmos de aquecimento global ou de negociações comerciais multilaterais, não podemos tratar igualmente países com capacidades e responsabilidades tão desiguais. A legítima proteção da propriedade intelectual, por exemplo -que está na agenda do G8-, não pode se sobrepor ao imperativo ético de garantir medicamentos essenciais a preços acessíveis. O Brasil tem plena consciência de suas obrigações e está ativamente engajado em todas essas iniciativas. Por isso, confiamos em que o diálogo ampliado do G8 continuará a ser instância indispensável na consolidação de uma agenda comum, de interesses e desafios compartilhados por todos.

A constituição de um foro permanente entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para tratar as questões centrais do mundo de hoje ajudará a tornar a globalização menos assimétrica e mais solidária.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 61, é o presidente da República Federativa do Brasil.

G8 evita compromisso com metas no clima – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 08/06/2007

Texto final reconhece necessidade de "redução substancial" nas emissões poluentes, mas não especifica como chegar lá

Única concessão dos EUA foi concordar em "considerar seriamente" iniciativas contra aquecimento já adotadas por UE e Japão

A cúpula 2007 do G8, o clube das sete maiores economias do mundo mais a Rússia, terminou ontem com o mero reconhecimento do óbvio em matéria de ambiente: o documento final diz que que o grupo reconhece a necessidade de "reduzir substancialmente" a emissão dos gases que provocam o aquecimento global.

Depois que o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática produziu recentemente um texto devastador sobre as conseqüências do aquecimento global, os países ricos, os maiores poluentes, não poderiam deixar de dizer o que disseram ontem. Mas a presidência, a cargo da Alemanha neste ano, queria muito mais: queria metas numéricas específicas. Queria que o G8 fixasse 2C como o máximo tolerável para o aumento da temperatura média no planeta, para o que seria necessário cortar pela metade, sobre os níveis de 1990, a emissão dos gases do efeito estufa até 2050.

Os Estados Unidos vetaram metas precisas, do que resultou um comunicado aguado, no qual só um ponto passa perto do projeto original da Alemanha: o G8 diz que "considerará seriamente" as decisões já tomadas pela União Européia, o Canadá e o Japão, as quais incluem cortar ao menos pela metade as emissões até 2050.

Nada no documento, no entanto, é de cumprimento obrigatório pelas partes. Mesmo assim, Angela Merkel, a anfitriã como chanceler da Alemanha, soltou a comemoração de praxe nesse tipo de evento. "É um grande passo adiante", disse. "Posso viver muito bem com esse tipo de compromisso."

Só Nicolas Sarkozy, recém-eleito presidente da França e que, durante a campanha, foi retratado pela esquerda como "um neoconservador americano com passaporte francês", distinguiu-se pela crítica ao texto, ainda que elegante e velada. "O acordo é significativo, mas eu preferiria metas obrigatórias", disse. E ainda acrescentou: "Não dá para esperar".

Chama da discórdia

Já os EUA, como é natural, festejaram genuinamente e, ao mesmo tempo, mantiveram no ar a chama da discórdia com o mundo em desenvolvimento. O assessor da Casa Branca Steve Hadley disse que o compromisso do G8 é "muito consistente" com as idéias do presidente Bush sobre a necessidade de cooperação entre países ricos e economias emergentes para combater o aquecimento global. "É preciso haver uma meta de longo prazo para reduzir substancialmente as emissões, mas fixar tais metas exige a participação de todos os países emissores, incluindo a China e a Índia", completa. A China, a Índia (e o Brasil) não aceitam uma distribuição igual da carga pelo combate à

mudança climática entre países ricos e em desenvolvimento porque dizem que foi e ainda é o mundo desenvolvido o maior responsável pelo problema.

Agora, os próximos passos na batalha contra o aquecimento global serão os seguintes:

1 - Hoje, o G8 ouve o grupo de cinco países convidados, Brasil inclusive. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva proporá uma nova reunião como a Eco-92, realizada no Rio, para 2012. Seria a Rio+20.

2 - Antes, em setembro, a ONU organiza um jantar com os presidentes de cerca de 15 países para discutir o tema. Lula e Bush estarão presentes.

3 - Imediatamente depois, Bush organiza a sua própria reunião, com os 15 países que são considerados responsáveis pela emissão de 85% dos gases do efeito estufa, Brasil incluído.

4 - Em novembro, na Indonésia, os peritos da ONU voltam a discutir os detalhes de um eventual acordo que substitua o Protocolo de Kyoto, que vence precisamente em 2012. O protocolo foi a mais ambiciosa meta para conter a mudança climática, frustrado porque os EUA, o maior emissor de gases, não participaram.

G-8 quer cooperação econômica com emergentes como Brasil e China - Deborah Berlinck – O Globo – Economia - 08/06/2007

Grupo vai debater combate à pirataria com 5 nações em desenvolvimento

* Enviada especial

BERLIM e HEILIGENDAMM. No segundo dia da cúpula, os membros do G-8 (grupo dos países mais ricos do mundo e a Rússia) afirmaram ontem querer uma maior cooperação com os países em desenvolvimento, reconhecendo que não é mais possível conduzir a economia global sem a participação de Brasil, China e Índia. O G-8 também quer fechar um acordo com cinco nações emergentes — China, Índia, Brasil, México e África do Sul — para combater a pirataria e proteger a propriedade intelectual.

"Faremos um esforço para conseguir, em nível mundial, um contexto econômico e político que fomente e proteja as inovações", afirma o documento "Crescimento e responsabilidade na economia mundial", aprovado ontem pelos líderes do G-8 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Rússia). A declaração ressalta que são necessárias medidas concretas urgentes para fazer frente à pirataria e reduzir a demanda por produtos falsificados.

Cúpula deve anunciar hoje US$ 60 bi para África Com relação à cooperação com os cinco emergentes, o G8 fará uma experiência de dois anos, que incluirá eficiência energética e políticas de desenvolvimento, voltadas especialmente para a África.

O continente mais pobre do mundo será o foco das atenções do G-8 hoje, que deve anunciar uma ajuda de US$ 60 bilhões para combater a Aids e outras doenças na África, com a presença dos chefes de Estado de seis países africanos.

— Os líderes do G-8 têm apenas 24 horas para restaurar a fé numa promessa que representa vida ou morte para milhões de pessoas — disse Steve Cockburn, coordenador da campanha Parem a Aids.

Em 2005, na cúpula realizada na Escócia, o G-8 se comprometeu a dobrar a ajuda financeira à África até 2010.

'Sacrifício tem de ser proporcional à riqueza' O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai bater duro contra os subsídios agrícolas, num almoço que vai reunir hoje o G-8 (grupo dos sete países ricos mais a Rússia) e os emergentes reunidos no chamado G-5: Brasil, México, Índia, China e África do Sul.

— Os países ricos precisam compreender que é descabida a idéia de que os países que têm muito dinheiro podem fazer os subsídios internos na sua agricultura em detrimento da competitividade dos países pobres e em desenvolvimento — afirmou o presidente.

Lula disse que o Brasil e seus colegas do G-20 — que reúne, entre outros, China e Índia — estão dispostos a flexibilizar suas posições. Em troca de os emergentes abrirem seus mercados para os produtos industrializados, os países ricos têm de permitir a entrada de itens agrícolas das nações em desenvolvimento.

Só não se pode exigir, disse Lula, que o Brasil abra seu mercado na mesma proporção: — O sacrifício tem de ser proporcional à riqueza dos países e ao tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) deles. Não peçam para os países pobres fazerem o sacrifício dos ricos, porque só o fato de ser pobre já é um sacrifício maior do que o dos países ricos.

Lula também defendeu veementemente a Rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), que prevê a liberalização do comércio. Já o presidente americano, George W. Bush, afirmou que será muito difícil garantir um acordo.

Venezuela ainda está distante do Mercosul -Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 08/06/2007

A adesão econômica da Venezuela ao Mercosul está cada vez mais atrasada. O país acaba de ganhar mais um ano de prazo para definir apenas o cronograma de sua adaptação às regras do bloco. Enquanto isso, a entrada política da Venezuela, comandada pelo presidente Hugo Chávez, caminha a passos largos. Os Congressos venezuelano, argentino e uruguaio já aprovaram o protocolo de adesão do país. Faltam apenas Brasil e Paraguai.

As entidades empresariais brasileiras estão pressionado o Congresso para postergar seu aval, argumentando que a Venezuela já terá seus "direitos", mas não cumprirá seus "deveres". Os empresários temem a oposição da Venezuela a acordos com parceiros importantes, como a União Européia. Chávez deu uma ajuda ao lobby empresarial ao se indispor com o Senado, chamando os parlamentares de "papagaios" dos Estados Unidos, por criticarem o fim da concessão de um canal de TV na Venezuela.

Ao assinar a adesão da Venezuela ao Mercosul em julho de 2006, os presidentes fixaram um período de oito meses para um grupo de trabalho estabelecer o passo-a-passo do processo. O prazo expirou em março deste ano. No fim de maio, o Conselho do Mercado Comum do Mercosul concedeu mais seis meses, prorrogáveis por igual período, para concluir as "tarefas pendentes". "Terminar tudo em oito meses foi ambicioso demais. Subestimaram a complexidade da tarefa. Mas talvez agora não seja necessário todo esse tempo", diz uma fonte do governo.

s países do Mercosul tentam chegar a um acordo com a Venezuela sobre quatro temas: a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), a adesão aos acervos normativos, a

liberalização comercial entre os sócios, e os acordos externos já assinados pelo bloco. Cada um desses aspectos da integração econômica encontra-se em uma fase diferente, mas nenhum foi concluído.

O tema que está mais atrasado é exatamente a liberalização comercial entre os sócios. O grupo de trabalho praticamente já concluiu os cronogramas de abertura de mercados entre Venezuela e Paraguai e Uruguai, mas avançou pouco no que diz respeito as duas maiores economias do bloco, Brasil e Argentina.

O Brasil já possui um acordo de livre comércio com a Venezuela, assinado quando o país ainda integrava a Comunidade Andina, que garante livre comércio em 2018. Mas, quando o Venezuela se tornou sócia do Mercosul, os presidentes se comprometeram a atingir o livre comércio até janeiro de 2014. O problema dos negociadores é exatamente como cumprir esse prazo.

Outro tema sensível é a adoção da TEC pela Venezuela. Embora as estruturas tarifárias sejam razoavelmente convergentes, o país de Hugo Chávez terá de fazer um esforço de liberalização importante, principalmente em produtos agrícolas e manufaturados intensivos em mão-de-obra. O grupo de trabalho definiu que a Venezuela terá de ajustar 3% da tarifas de importação 60 dias após entrar no Mercosul, 20% em um ano e 77% em três anos. Mas os negociadores não determinaram quais produtos se encaixaram nesses limites. Os venezuelanos prometeram enviar essa lista até setembro ou no momento que o Congresso brasileiro aprovar a adesão.

Para a entrada do país andino no Mercosul, os negociadores tiveram um significativo trabalho extra para determinar quais as resoluções do Mercosul que estão efetivamente em vigor em meio a um turbilhão de promessas. O grupo de trabalho identificou 783 normas e determinou que a Venezuela poderá aderir em três fases, que vão de seis meses a dois anos. Mas para 169 normas não foram estabelecidos prazos de incorporação. Entre elas, estão temas importantes para o comércio como a eliminação da dupla cobrança da TEC, a adequação ao regime automotivo, os assuntos financeiros ou as regras de origem dos produtos.

Sobre os acordos externos já selados pelo Mercosul, os venezuelanos pediram mais 270 dias de avaliação. Esse assunto terá que ser discutido não apenas dentro do bloco, mas com os países com quem o Mercosul já possui acordos, como Peru, Bolívia ou Chile. Os negociadores dizem que não estão muito preocupados com o tema, porque a Venezuela também possui acordos com vários países, bastando apenas compatibilizar os dois acertos.

Se os Congressos brasileiro e paraguaio aprovassem hoje a adesão da Venezuela ao Mercosul, o país de Hugo Chávez entraria no bloco nas condições descritas acima. Para fontes do governo brasileiro, o ideal seria ter concluído todo o processo, mas não se trata de um grande problema. O governo pondera que o Brasil já tem preferências tarifárias em vigor com a Venezuela e que o Mercosul funciona apesar de muitas imperfeições.

Já os empresários brasileiros estão temerosos. Eles admitem que o ganho econômico com a antecipação da abertura do mercado da Venezuela de 2018 para 2014 é pequeno, mas se preocupam com a influência de Chávez nas negociações comerciais futuras com os países ricos. Representantes das entidades empresariais estão fazendo lobby no Congresso brasileiro para postergar a aprovação da entrada da Venezuela. "Se esse protocolo entrar em vigor hoje, haverá um desequilíbrio muito grande entre as obrigações e os deveres da Venezuela no Mercosul. Esse assunto merece uma discussão mais ampla", diz Lúcia Maduro, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Emergentes terão mais acesso ao G-8 - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 08/06/2007

O encontro de cúpula do G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, decidiu ontem reformar essa espécie de direção do planeta ao aprovar a ampliação do dialogo com Brasil, China, Índia, África do Sul e México, que representam quase metade da população e 28% do PIB global.

Os cinco vão ganhar maior acesso, mas ainda limitado, ao "clube de elite" nos próximos dois anos "como uma resposta importante para o processo de globalização", anunciou a premie alemã Angela Merkel, em Heiligendamm.

Ao mesmo tempo, os líderes dos cinco emergentes, reunidos em Berlim, praticamente iniciaram a criação formal do G-5. Decidiram coordenar melhor desde já suas posições, para ter "participação mais equilibrada" com o G-8.

Mas os cinco foram enfáticos em afirmar que podem debater no G-8, mas que deve ser sem prejuízo do sistema multilateral, ou seja, que as decisões mesmo tem de ser no âmbito das Nações Unidas, a começar pela questão climática.

Merkel disse que os líderes do Brasil e dos outros quatro países "são tão importantes" que deverão ser chamados a se envolver de modo mais detalhado em outras sessões do G-8 sobre economia global, energia, questões sociais etc.

A chefe do governo alemão disse que a decisão de envolver os grandes emergentes na "governança global", ao invés de apenas encontrá-los algumas horas, como na manhã de hoje, é uma resposta a todos os que questionam se o G-8 ainda é uma organização que tem seu espaço nos tempos modernos.

Merkel e os líderes do G-8 se opõem a uma expansão formal do "clube da elite" global, mas a Alemanha argumentava que era necessário dar um status especial para as novas potências econômicas.

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, isso é o reconhecimento da importância dos cinco emergentes. "Hoje não se discute mais clima, comércio e qualquer grande assunto global sem levar em conta a existência desses emergentes. É impossível do ponto de vista político e econômico."

Hoje, Lula e os presidentes da China, Índia, África do Sul e México participam ainda na condição de "convidados" de duas sessões com o G-8. Se o tempo for repartido igualmente, o presidente brasileiro terá não mais de 12 minutos para manifestar as posições do país.

O próprio Lula lamentou ontem que chegará a Heiligendamm sem "sem incidência" no documento final do G-8, pois o texto já foi elaborado e aprovado sem eles. No ano passado, em São Petersburgo, ele apresentava o documento dos cinco que seria levado ao G-8, quando foi surpreendido pela observação de um repórter de que o grupo dos ricos já tinha dado todas as respostas ao documento em seu comunicado, divulgado horas antes.

"Em relação a cinco anos atrás, o diálogo melhorou, mas não é satisfatório que cheguemos lá quando [as decisões] do G-8 estão prontas", afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Com o novo diálogo, chamado de "Processo de Heiligendamm", haverá encontros regulares entre ministros dos 13 países nos próximos dois anos. Será criada uma "unidade especial" na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para administrar esse diálogo. O resultado satisfaz ao Brasil, que queria evitar confusão sobre o papel da OCDE e sua própria atuação como um dos lideres do mundo em desenvolvimento.

A Alemanha acalmou os emergentes, garantindo que a OCDE terá papel meramente técnico e não político, para facilitar as discussões entre os 13 países.

Pelo acerto, esse diálogo formal incluirá questões como liberdade de investimentos, proteção de propriedade intelectual, energia, além de questões da globalização, incluindo padrões sociais e ambientais. **(Com o Financial Times)**

O site da cúpula o G-8 é www.g-8.de

G-8 ignora emergentes no relatório final e Lula pede mais diálogo - Denise Chrispim Marin e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2007

Documento inclui temas que haviam sido vetados em negociações prévias com as nações em desenvolvimento

A proposta de diálogo aberto e franco entre o grupo dos países mais influentes no cenário internacional, o G-8, e as cinco principais economias emergentes - África do Sul, Brasil, China, Índia e México - converteu-se em um engodo, ontem, no balneário alemão de Heiligendamm, onde os líderes se reuniram.

Os países ricos, diferentemente do que estava acertado, divulgaram a declaração final do encontro sem consultar os líderes dos emergentes. Mais: incluíram no documento temas que haviam sido vetados em negociações prévias com as nações em desenvolvimento, como a abertura desses países para o investimento estrangeiro.

Uma nova versão do documento acabou sendo divulgada à tarde, após as reclamações dos emergentes. A chanceler alemã Angela Merkel, que presidiu a reunião, respondeu que tudo havia sido apenas um "mal-entendido". "Obviamente, ficou claro que os países emergentes não aceitaram os pontos que colocamos e então fizemos um novo documento", afirmou.

A confusão irritou especialmente a delegação brasileira, pois o documento foi divulgado antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcar em Heiligendamm, vindo de Berlim. Avisadas pela reportagem do Estado, fontes do Palácio do Planalto se surpreenderam com o anúncio do texto.

Lula saiu da reunião visivelmente contrariado com o fato de o G-8 ter afirmado, no documento final, compromissos sobre temas delicados para o mundo em desenvolvimento - a liberação dos investimentos diretos, a reabertura das discussões sobre a quebra de patentes em casos de emergência de saúde pública e o compromisso de redução de emissão de gases poluentes - ignorando as posições dos emergentes.

Lula anunciou que propôs para o próximo encontro, previsto para 2008, no Japão, que se tenha o "cuidado" de adotar uma nova metodologia. A fórmula sugerida por Lula é tão simples quanto óbvia: promover a discussão entre o G-8 e os cinco emergentes antes do

encontro reservado apenas aos oito grandes, para que eles possam refletir e analisar as posições de seus convidados.

"Eu fiz questão de dizer (durante a reunião) que não tinha havido essas discussões e, portanto, tinha coisas no documento do G-8 com as quais nós não poderíamos concordar", relatou o presidente. "Eu propus que o G-5 (os cinco emergentes) e outros países convidados se reúnam antes com o G-8, que disséssemos o que pensamos antes. Para que, quando eles forem fazer a reunião do G-8, levem em conta a existência das nossas propostas."

De maneira ainda mais enfática, Lula declarou que o documento do G-8 "levou muito em conta" a proposta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, sobre a mudança do clima - sem metas específicas e fora do sistema das Nações Unidas. Com uma "agravante": a decisão de ignorar a posição do G-5 sobre o assunto, que é totalmente oposta e leva em consideração a responsabilidade maior das grandes economias na emissão de gases que provocam o efeito estufa.

"Houve uma reunião, em Berlim, na qual não foram discutidas as questões que estão no documento do G-8. (O texto) passa a idéia que houve uma discussão e que houve concordância", assinalou o presidente, referindo-se ao encontro dos países em desenvolvimento, ocorrido, um dia antes, na capital alemã. "Fiz questão de começar a reunião dizendo que não tinha havido essa discussão e que tinha coisas no documento do G-8 com as quais não poderíamos concordar."

A irritação girou em torno das divergências entre o documento "Crescimento e Responsabilidade na Economia Mundial", redigido pelo G-8 em Heiligendamm, e o comunicado final do encontro do G-5, concluído e divulgado anteontem, mas em Berlim. O texto do G-8 defende fortemente a liberalização do ingresso de capitais produtivos, sobretudo nas economias em desenvolvimento, o combate à pirataria e a revisão de regras e mecanismos de maior controle governamental sobre as patentes industriais.

Trata-se de temas caros para os países emergentes, sobretudo ao Brasil. O abrandamento de suas posições sobre esses temas significaria, do ponto de vista do Itamaraty, a diminuição da capacidade de o Estado adotar políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento.

Sarkozy mantém defesa agrícola - Denise Chrispim Marin e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2007

Presidente francês diz que não cabe ser "ingênuo" nessa questão e que será tão rígido quanto os Estados Unidos

Depois de ameaçar com o veto um possível acordo da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o presidente francês, Nicolas Sarkozy, declarou ontem que não se pode ser "ingênuo" nessa questão e que seu governo vai defender a proteção do mercado agrícola com o mesmo afinco com que os Estados Unidos se mantiverem reticentes ao corte nos subsídios a seus agricultores. "A ingenuidade, nós precisamos deixá-la no vestiário", alertou, ao final do encontro anual do G-8, as sete economias mais industrializadas do mundo e a Rússia, com países emergentes, entre os quais o Brasil e a Índia.

Sarkozy deixou claro que não mudará a posição tradicional da França em relação ao protecionismo agrícola enquanto a Europa não obtiver ganhos reais na rodada. "Disse muito francamente ao presidente (dos Estados Unidos, George) Bush: somente teremos qualquer acordo se houver reciprocidade", afirmou o francês. Referiu-se a um dos principais obstáculos das negociações - a insistência dos americanos em reduzir seus subsídios só quando os europeus cortarem suas tarifas de importação. "Todos concordam que as negociações da OMC estão em sua hora crucial", afirmou Angela Merkel, chanceler alemã.

A farpa atirada por Sarkozy, entretanto, não estremeceu o otimismo exacerbado sobre a conclusão em "tempo menor" da Rodada Doha com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relatou ter saído da reunião do G-8 com os cinco emergentes e mais dez países africanos. "Eu estou convencido de que estamos apenas por um fio (da conclusão da rodada), como se fosse um jogo de pôquer. Ou seja, cada um está com suas cartas escondidas, pedindo mais cartas e colocando mais fichas. Sempre haverá um momento em que o jogo vai aparecer", afirmou. "Eu saí convencido de que todos querem fazer o acordo. Portanto, não se surpreendam se, em um tempo menor do que vocês esperam, seja anunciado finalmente um acordo da Rodada de Doha. Aquilo que parecia impossível vai acontecer." Lula confessou porém não saber se a conclusão da rodada se dará até o final deste mês - a última fresta da janela de oportunidade política para a finalização do acordo da OMC.

Apesar do período exíguo que resta, a negociação ocupou uma espécie de rodapé do encontro do G-8 no balnerário de Heiligendamm, na Alemanha. Foi tratada apenas ontem, durante o almoço entre os oito sócios do G-8 com as cinco economias emergentes - África do Sul, Brasil, China, Índia e México - e os dez países africanos convidados. O tema não constou da declaração final do G-8.

Lula disse que o fato mais relevante desse processo negociador na OMC será dar "chance" para que os países mais pobres sejam os vencedores.

Isso envolverá, acrescentou, concessões das frentes em jogo - a maior abertura do mercado agrícola da União Européia, a redução dos subsídios domésticos pelos Estados Unidos e a flexibilização das posições do Brasil e de seus sócios do G-20, o principal grupo de economias em desenvolvimento, sobre o acesso a seus mercados industriais.

O xadrez do clima – Folha de São Paulo – Opinão – 09/06/2007

G8 avança pouco na questão do aquecimento global, mas resistência dos Estados Unidos parece ter sido quebrada

À PRIMEIRA vista, perspectiva preferida dos que não têm olhos para os lentos movimentos da história, Angela Merkel sai derrotada da cúpula do G8. Os sete países mais ricos do mundo e a Rússia deixam o balneário báltico de Heiligendamm sem compromisso com a meta de reduzir pela metade emissões de gases do efeito estufa até 2050, como pretendia a premiê alemã.

Desse ângulo enviesado, George W. Bush retorna aos Estados Unidos como vencedor. Conseguiu barrar o alvo de redução que cientistas indicam ser necessário para impedir que o aquecimento global já em curso ultrapasse os 2C, nível considerado perigoso. Enchentes e secas mais graves e mais freqüentes, quebra de safras agrícolas e hordas de refugiados seriam as conseqüências agora mais prováveis dessa licença para prosseguir produzindo os gases que, como o CO2, aprisionam radiação na atmosfera e a aquecem perigosamente.

Essa é uma leitura no mínimo parcial, se não equivocada. Contar com a assinatura de Bush numa declaração que acata a autoridade científica das previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e se compromete a enfrentar pronta e decididamente o problema do clima sob a égide da ONU era algo impensável poucas semanas atrás.

Pode-se tomar como tíbio o compromisso de "considerar seriamente as decisões tomadas por União Européia, Canadá e Japão, que incluem cortar no mínimo pela metade as emissões globais até 2050". Decerto seria melhor para o clima mundial se, em lugar desse objetivo vago, o G8 adotasse metas obrigatórias.

Por outro lado, existia o temor de que os EUA estivessem decididos a esvaziar a negociação multilateral da questão climática. No último dia de maio, Bush havia proposto um processo paralelo, com participação dos 15 maiores emissores. Parecia fadado ao fracasso, ou jogo de cena, por indicar que países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, deveriam adotar obrigações similares aos dos grandes poluidores. Desse ponto de vista, o acordo de Heiligendamm surge como avanço ponderável.

O deslocamento na posição até então refratária dos EUA pode ter sido mínimo, mas aconteceu. Tão ou mais decepcionante mostrou-se a declaração conjunta do G8 e seus cinco convidados (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). O máximo que se lê ali é um

não menos vago compromisso de "contribuir com nossa parcela justa para enfrentar a mudança climática".

Tal objetivo não pode mais ser alcançado sem redução de emissões também nesses cinco países. A China, por exemplo, deve ultrapassar os EUA como maior poluidor antes de 2010, talvez ainda neste ano. Sem dúvida sua produção de CO2 per capita é muito inferior à de países ricos.

No entanto, há cada vez menos razão para traduzir como recusa de obrigações o princípio inscrito na Convenção sobre Mudança do Clima de que todas as nações do mundo têm sobre ela uma responsabilidade comum porém diferenciada.

Para deixarem de ser coadjuvantes do G8, esses países precisarão também dar pequenos passos. Um por vez -mas logo.

O G8 vale pelo antes – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 09/06/2007

KÜHLUNGSBORN - O circo do G8 foi embora, a sorveteria na esquina do Centro Internacional de Mídia já não vende o "Eis G8" (sorvete G8), os aposentados, que são, ao menos por enquanto, a clientela majoritária deste balneário no Báltico, podem dar seus lentos e intermináveis passeios sem maiores sustos do que ver uma ou outro jogar-se pelado/a na água.

Fica realmente alguma coisa dessa formidável mobilização de governantes, assessores, jornalistas, seguranças e toda uma imensa corte de auxiliares? Para alguns, certamente fica: uma moça portuguesa que estuda canto em Rostock (a 30 km) ganhou um extra como auxiliar no atendimento à delegação brasileira. Como ela, uma boa centena de outros jovens, de roupa impecavelmente branca, sorriso permanente e cortesia também impecável.

Fica também um baita debate em torno dos assuntos que, bem ou mal, muito ou pouco, formam a agenda global. É verdade que a mudança climática ocupou o centro da agenda por conta do apocalíptico relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Mas a cúpula do G8 deu novo fôlego à discussão ao transformar o tema no seu assunto principal. O problema é que o debate mais rico se dá antes de os governantes chegarem, dentro e fora do perímetro de segurança que cerca sempre reuniões do gênero. Fora, nos ricos encontros de organizações da sociedade civil. Dentro, entre os funcionários que preparam tudo para que seus chefes assinem e posem para a foto tipo álbum de família.

Na hora da cúpula propriamente dita, o texto acaba sendo caudaloso e genérico demais. O mundo poderia perfeitamente viver sem ele. Mas seria mais pobre sem as discussões prévias. Ficaria mais rico se os governantes criassem coragem para tomar decisões em vez de apenas debater questões complexas. **crossi@uol.com.br**

Chávez - o começo do fim? - Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/06/2007

Os recentes destampatórios do coronel Hugo Chávez contra o Brasil e o Senado da República talvez sejam mais do que grosserias de um homem desequilibrado. Possivelmente são manifestações de um desespero incipiente com a antevisão do fracasso como governante e como revolucionário. Vejamos alguns fatos.

O déficit orçamentário venezuelano atingiu 7,97 trilhões de bolívares, ou 3,7 bilhões de dólares, no primeiro trimestre de 2007, segundo anúncio do Banco Central da Venezuela.

Esta escalada de 161% em relação ao déficit do primeiro trimestre de 2006 ocorreu malgrado um aumento da receita fiscal do petróleo.

O descalabro tem uma causa inescapável: a política de gastos governamentais desenfreados no país e no exterior.

Resultado: a inflação venezuelana já chegou a uma taxa anualizada de 19,5% em maio e vai subir rapidamente.

A PDVSA - estatal do petróleo -, que é fonte de toda a riqueza do Estado, acha-se cada vez mais sobrecarregada e menos capaz dos pesados investimentos necessários para manter e expandir a produção não só de petróleo, como também de gás natural.

O coronel já eliminou quase todos os alicerces de uma democracia e está fortemente empenhado em liquidar os últimos vestígios que restam na Venezuela. Está agora apoplético com o apoio que a emissora RCTV recebeu dentro e fora do país, após ser vítima de um fechamento digno da Alemanha dos anos 30. Em comício de massa dia 2 de junho, Chávez atacou violentamente os apoiantes da RCTV e os mandou "ao diabo". Ora, estes apoiantes são pessoas e organizações respeitáveis, como os estudantes universitários de Caracas e os cidadãos que davam um ibope de 40% à RCTV, para não falar dos não-venezuelanos. Pois bem, o coronel avisou que melhor fariam se não fossem aos freqüentes comícios da oposição, pois "poderiam machucar-se". Para comprová-lo seus asseclas atacam fisicamente os manifestantes. Vale recordar que Adolf Hitler também foi eleito originalmente pelo povo e usou as instituições para instalar uma das mais negras ditaduras da História moderna.

Até quando, nessas condições, será legítimo ignorar que existe no Mercosul e no Grupo do Rio uma cláusula democrática e aceitar que o coronel de camisa vermelha pretenda ditar as regras da convivência entre as nações da América do Sul? É aceitável, por exemplo, admitir a Venezuela no Mercosul depois que o próprio Chávez afirmou claramente que seu objetivo é destruir o Mercosul como ele existe? Em qualquer clube do mundo, uma afirmação do gênero levaria a uma chuva de bolas pretas contra o candidato a sócio.

Não é necessário ser um grande economista para perceber que o governo de Chávez está transformando a Venezuela num enorme Titanic rumo ao iceberg, mesmo sem a queda dos preços do petróleo, que um dia ocorrerá, inevitavelmente. As perspectivas políticas e econômicas para 2007 já são instáveis, quanto mais as dos próximos anos. Tensões se multiplicam à medida que a oposição se enrijece e o coronel recrudesce. Na própria aliança que governa a Venezuela surgem divisões patentes, com uma vertente "light" que julga excessiva a radicalização em marcha. As pressões inflacionárias se intensificam e, como aprendemos duramente no Brasil antes do Plano Real, quem paga mais caro por este descontrole é o povo. Ora, é este segmento da população que Chávez alega defender e que até agora o sustenta politicamente.

O mais grave para o futuro da Venezuela é a profunda divisão que o coronel introduziu na nação. Mesmo que seu consulado termine em breve, Chávez terá marcado seu país com uma carga de ódio político e de divisão social que demorará muito a cicatrizar. Este país amigo, cujo povo tanto se parece com o brasileiro em muitos aspectos, está hoje emparedado num imenso fosso. Tardará muito até que possa sair desta armadilha.

Com uma obsessão digna de Macbeth, Chávez vê em toda parte uma conspiração para derrubá-lo. Os que o acompanham nos últimos anos dizem que sua paranóia se acentuou muito desde a tentativa de golpe contra ele em 2002. Com isso o coronel se isola cada vez mais internacionalmente e rompe as pontes com aliados potenciais na região e no Ocidente em geral. Hoje a Venezuela se encontra em posição diplomática muito fraca, como o comprova seu fracasso na tentativa de se eleger para uma cadeira transitória no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo.

Ataque de Chávez põe em xeque entrada da Venezuela no Mercosul - Lourival Sant'Anna – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007

Declaração abre guerra no Congresso e oposição promete dificultar ao máximo ingresso no bloco comercial

Se o presidente Hugo Chávez queria tornar a Venezuela membro pleno do Mercosul, não poderia ter encontrado momento pior para atacar o Congresso brasileiro. O Itamaraty enviou na semana passada ao Congresso o protocolo de adesão plena da Venezuela à união aduaneira. Furiosos com as declarações de Chávez, parlamentares da oposição garantem que o protocolo não tem futuro no Congresso.

Tudo começou no dia 30, quando a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou um pedido ao governo venezuelano para que reconsiderasse a decisão de não renovar a concessão da RCTV. O troco veio no dia seguinte. "Que triste para o povo brasileiro!", lamentou Chávez, ao lado do secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, que vinha do Brasil. "Minhas condolências para esse povo, que não merece isso. Um Congresso que repete como um papagaio o que dizem em Washington. Que prejuízo esse Congresso causa à integração latino-americana!"

Mesmo acreditando que a Venezuela padece de "excesso de democracia", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu em defesa do Congresso, assim como os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). E o tempo fechou para a Venezuela em Brasília, justamente quando a comissão de nove senadores e nove deputados que representam o Brasil no Parlamento do Mercosul se prepara para discutir o pedido de adesão plena da Venezuela, que hoje não tem poder de voto no bloco.

Para o DEM e o PSDB, a Cláusula Democrática do Mercosul exclui países autoritários, como seria o caso da Venezuela. "Lembra-se do Paraguai?", pergunta o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), referindo-se ao apoio do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996, ao então presidente paraguaio, Juan Carlos Wasmosy, contra a tentativa de golpe do comandante das Forças Armadas, general Lino Oviedo. A Cláusula Democrática foi inspirada nesse episódio.

"Uma condição sine qua non para a presença de países no Mercosul é o Estado Democrático de Direito completo", enfatiza Agripino. "O Brasil tem a obrigação de fazer o mesmo em relação à Venezuela. É claro que está maculada a democracia venezuelana. Foi aplicada a lei da mordaça e a oposição está garroteada, sufocada, praticamente inexistente." Segundo o senador, "os Democratas, até para honrarem o nome do partido, vão ter que exigir uma demonstração clara da substância democrática da Venezuela".

A Venezuela pode não virar membro pleno do Mercosul, mas Chávez conseguiu repetir, no Brasil, a proeza realizada no seu país: a de polarizá-lo em torno de identidades e fantasmas que se julgavam sepultados.

"Esses que hoje gritam em defesa da democracia, durante a ditadura militar brasileira calaram a boca de jornalistas e da imprensa nacional", acusa o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), associando o DEM à antiga Arena. "Na hora em que a RCTV estimulou um golpe de Estado, eles também não ficaram indignados. Eles não têm razão política para se indignar porque a concessão acabou e não foi renovada."

Numa nota, o Partido dos Trabalhadores apoiou oficialmente a decisão de Chávez de tirar a RCTV do ar. "O PT resolveu comprar essa desculpa rota de que a TV participou do golpe", critica o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). "O PT se recusa a aprender uma lição, que é quase uma maldição: todo aquele que nega solidariedade a quem é violentado no seu direito democrático terminará um dia precisando de solidariedade sem obtê-la."

BLOQUEIOS - Da comissão mista do Mercosul, o protocolo de adesão deve seguir diretamente para os plenários da Câmara e do Senado, nessa ordem. É o que prevê projeto de resolução sobre o funcionamento da comissão, que está para ser aprovado no Senado. Em cada uma dessas instâncias, DEM e PSDB prometem impedir sua aprovação. As bancadas estão representadas na comissão proporcionalmente a seus tamanhos, o que, em tese, daria maioria ao governo. "Mas alguns partidos ditos da base estão se manifestando contra o protocolo", lamenta Dr. Rosinha, vice-presidente do Parlamento do Mercosul.

"A minoria tem muitos instrumentos", acena o líder do DEM na Câmara, Onyx Lorenzoni (RS). "Dá para obstruir na tramitação, nas votações do plenário, não permitir acordo para incluir na pauta." Virgílio, diplomata de carreira, que já era contra a entrada da Venezuela antes do ataque de Chávez, prevê: "No plenário da Câmara, com certeza vai tumultuar bastante as votações. E aqui, vai ser um paredão para eles passarem."

"Para aprovarmos o protocolo, precisaremos, primeiro, de superar as grosserias do presidente Chávez", avalia Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da comissão do Mercosul e entusiasta da entrada da Venezuela no bloco. "A Venezuela terá de fazer uma manifestação de desagravo, porque ofendeu as instituições do Brasil."

Zambiasi não espera uma retratação do presidente venezuelano, mas "um gesto de reconhecimento de que houve um excesso". E diz que não há pressa nem prazo para aprovar o protocolo na comissão.

Apesar da clara divisão entre o PT e a oposição, o ambiente negativo que Chávez criou para si no Congresso é ilustrado por um recado do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). "O Congresso que Chávez hoje critica o apoiou na época do golpe contra ele", recorda o líder do PT no Senado, referindo-se a uma moção aprovada pela Câmara em 2002, por sua iniciativa. "Quando faz uma moção pedindo para manter a concessão da RCTV, o Congresso brasileiro está defendendo os mesmos princípios que o levaram a defender Chávez."

George e Vladimir – Folha de São Paulo – Opinião – 10/06/2007

VLADIMIR [Putin] e George [W. Bush] -parece que é assim que eles se tratam agora- não resolveram as diferenças entre seus países na cúpula do G8, mas conseguiram moderar o tom da retórica que vinha opondo Rússia e EUA.

Dias atrás, o mandatário russo havia ameaçado assestar suas armas nucleares contra a Europa. O líder americano, por seu turno, havia dito que a democracia russa descarrilara - resposta de bom tamanho para quem havia acusado Washington de produzir "horror, tortura, sem-tetos e Guantánamo". É um avanço quando se considera que, semanas antes, Putin comparara os EUA à Alemanha nazista.

Apesar de as declarações reviverem os piores momentos da Guerra Fria, Bush e Putin seguem tratando-se pelo prenome e trocando visitas e fórmulas de cortesia. Ambos sabem que parte da oratória do presidente russo tem como alvo o público doméstico. Em dezembro haverá eleições para a Duma (Parlamento russo) e, em março, ocorrerá o pleito presidencial. Putin está impedido de concorrer a um terceiro mandato, mas planeja fazer seu sucessor. Atacar o Ocidente é algo que normalmente ajuda.

Daí não segue que tudo seja pirotecnia eleitoral. Além da questão dos mísseis, há importantes diferenças entre os países. O problema de Kosovo (região sérvia que a ONU poderá emancipar) é outro que fala alto ao pan-eslavismo. O governo russo também se

considera mal recompensado pelo apoio dado os EUA após o 11 de Setembro, oferecendo bases e inteligência para derrubar o Taliban no Afeganistão.

Ancorada na recuperação econômica movida a petróleo, a Rússia quer voltar a atuar como a potência militar que ainda é. Não se sujeita ao papel de coadjuvante do Ocidente. Descontados exageros retóricos, não deixa de ser boa notícia para um mundo que se queixava, com razão, do unilateralismo americano.

Um Bush amazônico? – Rubens Rocupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/06/2007

PEDESTRE ATRAVESSA na faixa e vê carro que avança a seu encontro; motorista trafega na mão correta e enxerga jamanta que invade a pista na sua direção. O que faria você:

a) cederia lugar para que o energúmeno passasse? b) morreria esmagado, com sorriso nos lábios por estar no seu direito? Quem escolheu a letra "b" pertence à categoria ilustrada pelos presidentes George W. Bush e Luiz Inácio Lula da Silva no que tange ao aquecimento global. O primeiro por velhaquice inata. Sabe que é o vilão principal da emissão dos gases-estufa, no passado e no presente, mas joga o ônus nas costas da China, da Índia, do Brasil, dos emergentes que aumentam suas emissões a ritmo mais acelerado que os ricos.

Alega que 73% do aumento das emissões vem dos países em desenvolvimento, não sendo justo eximir de controle aqueles que logo serão os maiores culpados até em termos absolutos (41% no momento).

O segundo faz raciocínio inverso. Os industrializados respondem por 60% dos gases acumulados (77% do dióxido de carbono, segundo a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos). Cabe-lhes resolver o problema que criaram.

Nós e a torcida do Flamengo (e do Corinthians), isto é, a China, a Índia, a Indonésia, a África do Sul, o México, seis entre os dez primeiros poluidores, não assumiremos nenhum compromisso a não ser o de torcer para que os ricos façam seu dever. Ambos invocam direito e eqüidade. Os dois têm e não têm razão, ou melhor, a razão de cada um é insuficiente, embora a do nosso presidente seja melhor que a do americano. Mas de que serve ter razão e contribuir por omissão para o suicídio do país e do planeta? É fácil ver o que ganha com isso o primeiro, ligado por família à indústria petrolífera, fonte de sua fortuna pessoal. Já o segundo não está claro o que ganha, ele ou o país, que é o nosso, em declarar: "Não aceitamos fazer sacrifícios porque temos o direito de crescer como fizeram os ricos".

A China tem dito isso desde a conferência de Estocolmo (1972) e do Protocolo de Kyoto (1997) e vem, de fato, crescendo de modo predatório. Em parte por esse motivo, põe em risco até a indústria brasileira. O Brasil, diria o companheiro Chávez, repete como papagaio o que dizem os chineses. Só que fala e não faz pois quase não cresce.

Nossa vocação parece ser a de tirar as castanhas do fogo para os chineses saborearem. O Brasil, por exemplo, inventou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mas a China, que em breve será o maior poluidor do planeta, sozinha abiscoitou mais de três quintos do dinheiro que ele produziu no ano passado.

Nesse ponto, é absurda a aliança do Brasil, país de matriz energética limpa, com os "sujos" como a China e a Índia, dependentes do carvão. Razão teve o professor Eduardo Viola, da UnB (Universidade de Brasília), grande autoridade no assunto, ao escrever: "A vantagem da matriz energética ficou sempre subordinada à desvantagem do desmatamento na Amazônia na formação da posição brasileira".

A frase atribuída ao nosso presidente na reunião do G8 (grupo dos países mais industrializados) dá a entender que teríamos de sacrificar o crescimento para limitar a emissão de gases. Acontece que 75% das emissões brasileiras vêm das queimadas e do desmatamento. Dizer que isso é crescimento é tão leviano e irresponsável como afirmar que usineiros exploradores de trabalho semi-escravo e devastadores de matas são os heróis do nosso povo.

RUBENS RICUPERO , 70, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.

Putin diz que OMC é 'arcaica' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/06/2007

Presidente da Rússia, que não faz parte da organização, chegou a propor a criação de uma entidade alternativa

O presidente russo, Vladimir Putin, atacou a Organização Mundial do Comércio (OMC), acusando-a de ser 'arcaica, não democrática e inflexível'. A Rússia não faz parte da OMC, mas isso não impediu que Putin criticasse a organização e até sugerisse a criação de uma entidade alternativa.

As críticas ocorreram às vésperas de uma reunião que será realizada hoje em Genebra entre os ministros do G-20 (países emergentes como Brasil, Índia e China) para pressionar as economias ricas a liberalizarem seus mercados agrícolas. As negociações lançadas em 2001 entram em suas semanas decisivas. Para o Itamaraty, um acordo poderá ser concluído até julho. Mas, falando ontem em uma conferência em São Peterburgo, Putin acusou a OMC de atender apenas aos interesses dos países ricos.

'Hoje, o protecionismo que a OMC tenta combater vem dos países desenvolvidos que criaram a organização', afirmou, lembrando que o discurso do Ocidente em defesa do livre comércio não é traduzido na prática. Para Putin, o fracasso dos governos em fazer

avançar a Rodada Doha de negociações é uma demonstração de que existem problemas no funcionamento da entidade. 'Métodos velhos de tomada de decisão não funcionam', disse.

O presidente russo chegou a ameaçar a criação de uma organização paralela. 'Para estimularmos comércio e investimentos, valeria a pena pensar na criação de um instituto regional da Eurásia que poderia se beneficiar da experiência da OMC', disse. Os russos negociam há anos a entrada do país na organização. O processo, porém, está complicado diante da falta de acordo com os parceiros europeus no setor de investimentos e energia.

Pascal Lamy, diretor da OMC, concordou que o sistema internacional não é adequado. Mas insistiu que a opção não seria abandonar a OMC.

'Precisamos modificar o sistema, adaptá-lo e reformá-lo, pois foi criado num tempo em que o mundo era diferente', disse Lamy.

ESTRATÉGIA

Enquanto os russos atacam a entidade, Brasil, Índia, China e outros países emergentes tentarão fechar hoje uma estratégia conjunta do grupo, conhecido como G-20, para a fase final das negociações da OMC.

Ministros dos países emergentes esperam acertar seus ponteiros para pressionar os países ricos a cortarem seus subsídios agrícolas e reduzirem tarifas de importação.

No sábado, o chanceler Celso Amorim se reuniu com o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, em um encontro em Genebra. Diplomatas revelaram que Mandelson tratou do grau de abertura do mercado europeu e teria indicado que poderia aceitar taxas de liberalização próximas ao que quer o G-20.

Além da pressão contra os países ricos, a reunião ministerial de hoje servirá ainda para que os membros do G-20 demonstrem unidade em um momento crítico das negociações.

Amorim também tratará de temas como o grau de abertura que o País e demais economias emergentes estarão dispostas a aceitar no setor industrial.

Na semana passada, durante a cúpula do G-8 na Alemanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já avisou que o País estaria disposto a flexibilizar suas posições, uma exigência das economias ricas para aceitarem uma abertura de seus mercados agrícolas. Os líderes do G-8 também pediram a conclusão rápida da Rodada Doha.

A partir do dia 19, em Potsdam, na Alemanha, ministros do Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa se reunirão para três dias de encontros que serão decisivos para a OMC. Em Genebra, diplomatas reconhecem que essa será 'a última chance'.

O diretor da OMC, Pascal Lamy, ainda acredita que conclusão da rodada pode ser concretizada. 'Precisamos de tração política, e os negociadores precisam ser instruídos a fazer todos os esforços possíveis. Acredito que isso é factível, mas ainda não chegamos lá', concluiu Lamy.

Brasil reúne G-20 e aguarda disputa entre Canadá e EUA - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 11/06/2007

O Brasil reúne hoje ministros do G-20 em Genebra, ao mesmo tempo em que se prepara para entrar na disputa que o Canadá deflagrou contra os subsídios agrícolas dos Estados Unidos, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Num momento decisivo da Rodada Doha, os canadenses denunciaram os EUA de violarem as regras globais com subsídios domésticos excessivos a seus agricultores e pagamento ilegal de subvenções à exportação. O pedido de painel (comitê de investigação) será examinado pela OMC no dia 20.

No dia 19, justamente, os ministros do Brasil, EUA, União Européia e Índia começarão uma reunião em Potsdam, na Alemanha, que pode durar toda a semana, para a barganha final sobre um entendimento agrícola e industrial entre eles, ou empurrar a Rodada Doha para os próximos anos.

Representantes do Canadá confirmam que sua ação contra os EUA visa influenciar a negociação agrícola na OMC, onde os americanos continuam sob pressão para reduzir seus subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio. Querem também influenciar na futura lei agrícola americana que determina o total dos gastos pelos próximos cinco anos no setor.

As articulações aumentam em Genebra, na tentativa de salvar a negociação global de comércio. Confiante, o presidente Lula disse na Alemanha que o acordo está "por um fio". O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comandará hoje reunião dos ministros do G-20. O grupo reitera que a agricultura é central e está pronto a negociar. Também hoje, serão discutidas opções na negociação de produtos industriais.

G-8 e G-5 buscam aparar as arestas no 2º semestre - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 11/06/2007

Representantes dos principais países industrializados e do G-5 (os cinco grandes emergentes: Brasil, China, Índia, África do Sul e México) se reunirão no segundo semestre para tentar superar o mal-estar e a desconfiança deixados no encontro de cúpula do G-8 em Heiligendamm (Alemanha).

O G-8 deflagrou um mecanismo para envolver mais esses emergentes na governança global, mas a maneira como agiu em Heiligendamm demonstrou a pouca intenção de tomar em consideração a posição de Brasil, China, Índia, África do Sul e México.

Essa visão pareceu especialmente forte na briga sobre responsabilidade de cada um no combate ao aquecimento do planeta, que tem a ver com competitividade econômica, desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Já na quinta-feira à noite, antes de seu encontro com o G-8, os emergentes descobriram que o comunicado dos países industrializados sobre mudanças climáticas dava a entender que o G-5 tinha aprovado seu teor, que deixou seus dirigentes irritados.

O problema é que a redação do documento pode ser interpretada como apoio à posição dos EUA de colocar em pé de igualdade os emergentes e os industrializados na responsabilidade em atacar as mudanças climáticas.

No entanto o Brasil e os outros emergentes insistiram que não aceitavam metas específicas de redução de emissões que afetem seu desenvolvimento econômico.

Em comunicado conjunto da presidência alemã do G-8 e de Brasil, China, Índia, África do Sul e México, os emergentes se dizem prontos a contribuir de maneira proporcional para estabilizar as emissões, mas sempre no âmbito multilateral e de forma "flexível".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva advertiu que a negociação para combater o aquecimento não deve ser um instrumento "para inibir o crescimento de economias pobres ou em desenvolvimento". O presidente da China, Hu Jintao, cobrou flexibilidades.

A questão da "proporcionalidade" será central na conferência da ONU em dezembro na Indonésia, quando se discutirá a segunda etapa do Protocolo de Kyoto. Para os americanos, não haverá acordo se os emergentes recusarem metas de redução de emissões.

O segundo episódio que alimentou a desconfiança dos emergentes foi o comunicado do G-8 anunciando o aprofundamento do diálogo entre os dois blocos sobre as grandes questões internacionais. O texto foi distribuído antes mesmo que os líderes dos emergentes tenham lido ou aprovado seu teor. Na primeira linha, porém, o G-8 diz que discutiu com eles e pede a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), espécie de clube dos ricos, para fornecer a plataforma para esse novo diálogo.

As duas maiores economias em desenvolvimento, China e Índia, ficaram preocupadas, pois já tinham avisado que não aceitavam discutir no âmbito da OCDE. O Brasil também fez ressalvas, admitindo a entidade como ponto logístico apenas, mas não discutir investimentos, propriedade intelectual e desenvolvimento com base em suas convenções.

"Ficou um tremendo mal-estar. Agora é deixar a poeira passar, para restabelecer a discussão sobre as bases desse dialogo", afirmou um representante dos emergentes.

O que aconteceu no G-8 de Heiligendamm mostra os riscos dessa relação com o G-8. O Brasil e os outros emergentes passarão a ter papel maior, mas sem realmente entrar para o clube de elite que é o G-8. Assim, seus ministros serão chamados a participar da preparação do G-8 no Japão, em 2008. Isso pode ser interpretado como respaldo a posições que não se sabe como ficarão nos documentos finais.

O presidente Lula reiterou que G-8 e G-5 deveriam se reunir antes da aprovação dos documentos. Até porque o Brasil não tem intenção de vir só para as fotos oficiais.

Canadá vai à OMC contra os subsídios americanos – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007

O governo do Canadá solicitou à Organização Mundial do Comércio (OMC) a instalação de um painel para discutir a concessão de subsídios agrícolas nos Estados Unidos, informou David Emerson, ministro do Comércio Internacional e Agricultura do Canadá.

"Continuamos preocupados com o fato de os EUA estarem concedendo subsídios agrícolas, transgredindo compromissos firmados na OMC", afirmou Emerson. "Pedir a instalação do painel solidifica nossos esforços nas negociações da Rodada de Doha para a redução das distorções comerciais causadas pelos subsídios americanos". Os países ricos não gostam, mas nas discussões sobre preços dos alimentos é preciso lembrar que muitas vezes há produtos agrícolas mantidos com cotações artificialmente elevadas em razão dos subsídios, que beiram US$ 1 bilhão por dia no mundo - nem todos condenados pela OMC.

O governo canadense alega que os EUA excederam os limites definidos pela OMC entre 1999 e 2002, em 2004 e 2005. Segundo as regras estabelecidas pelo órgão, os EUA podem liberar US$ 19,1 bilhões por ano em subsídios aos agricultores, sem causar distorções de mercado. A maior parte desses subsídios são provenientes do programa estabelecido pela lei agrícola do país e são concedidos para um grande grupo de produtos, incluindo milho, trigo, soja e açúcar.

Ainda conforme o Canadá, os EUA também contrariam as regras da OMC com garantias de crédito à exportação. Em 8 de janeiro, o Canadá já havia solicitado uma consulta junto à OMC sobre o assunto. Na ocasião, União Européia, Austrália, Brasil, Argentina, Nicarágua, Guatemala, Uruguai e Tailândia participaram como terceiras partes interessadas.

Quo vadis? - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 12/06/2007

Participei recentemente de encontro sobre Mercosul no Woodrow Wilson Center, em Washington. Ali se discutiram os cenários estratégicos futuros para o Mercosul e as atuais relações entre os Estados membros.

Os palestrantes - ex-ministros das Relações Exteriores do Paraguai e do Uruguai e ex-altos funcionários da Argentina e do Brasil com ligações estreitas com o Mercosul - em larga medida refletiram as percepções dos governos e agentes econômicos hoje prevalecentes em seus respectivos países. Essas visões variaram de uma profunda frustração com os resultados do Mercosul nos últimos anos a um grau diferenciado de ceticismo quanto a avanços significativos no processo de integração. No tocante aos cenários estratégicos para o Mercosul, todos reconheceram o estado atual de paralisia das negociações em relação aos objetivos finais do Tratado de Assunção (livre circulação de bens, coordenação macroeconômica, harmonização de regras).

Houve concordância de pontos de vista quanto às razões das dificuldades atuais do bloco:

Falta de vontade política, da parte de todos os países, para enfrentar os desafios que o déficit institucional do Mercosul representa;

a não-aplicação plena das regras vigentes e dos mecanismos de solução de controvérsias do Mercosul nas disputas internas (comerciais, políticas e econômicas) cada vez mais freqüentes;

falta de liderança do Brasil para levar adiante uma profunda reforma institucional para a revitalização do Mercosul;

as estratégias do Brasil (visão de longo prazo do processo de integração no contexto sul-americano) e da Argentina (visão comercialista de curto prazo) são distintas e muitas vezes contraditórias;

o aumento do número de membros plenos do bloco com a incorporação da Venezuela e, possivelmente, da Bolívia terá conseqüências sérias para a eficácia do Mercosul e a consolidação de seu processo decisório;

a perda da importância relativa do Mercosul no contexto de todos os membros (no caso do Brasil, a participação do bloco no comércio externo brasileiro caiu de cerca de 16% para menos de 10%).

De minha parte, indiquei que, em decorrência do estado das negociações e dos problemas institucionais derivados da não-aplicação plena do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, três seriam os cenários futuros que poderiam ser vislumbrados:

O Mercosul, como uma união aduaneira imperfeita, continuará como hoje, paralisado e pouco significativo como propulsor do comércio dentro do bloco. O aumento do comércio entre os quatro países membros pouco teve que ver com o funcionamento dos mecanismos e das regras do Mercosul e, por outro lado, a negociação externa conjunta limita e dificulta a adequada defesa dos interesses brasileiros.

A volta para uma área de livre comércio. As dificuldades para aprofundar a união aduaneira a fim de corrigir as distorções e perfurações e para avançar nas negociações comerciais externas levarão o governo e o setor privado, nos próximos anos, a reexaminar essa matéria. Uma nova institucionalidade, com diferentes velocidades e com maior flexibilidade na aplicação das regras poderá ser uma perspectiva futura.

Transformação do Mercosul em pacto de natureza política. O aparente avanço do exercício de integração por meio de símbolos (criação, por exemplo, do Parlamento e do Instituto Social) transformará a natureza do bloco, que, originalmente comercial, passaria a ser um fórum de articulação política.

No que diz respeito às relações entre os países membros do Mercosul, alguns dos painelistas ressaltaram que:

As relações intrabloco deterioraram-se, ao invés de melhorarem;

o Brasil encontra dificuldade para substituir o Mercosul por um espaço mais amplo na América do Sul;

em termos do equilíbrio de poder na região, prevalece a multipolaridade, sendo difícil a emergência de um país como líder regional;

o aparecimento da Venezuela como uma liderança competitiva com o Brasil apresenta desafios com que Brasília não está sabendo lidar;

os crescentes problemas entre os países membros, inclusive os associados, e a explicitação de agendas nacionais tornam cada vez mais difícil aprofundar as prioridades de um regionalismo que beneficie todos;

o enfraquecimento do Mercosul abriu espaço para a prevalência das relações bilaterais, com o Brasil, na retórica do atual governo, procurando aprofundar sua solidariedade e generosidade em relação aos países menores.

À guisa de conclusão, os debates evidenciaram o contraste entre a retórica otimista de todos os países em relação ao Mercosul e os parcos resultados na negociação comercial. Exemplo desse contraste é a afirmação do lado brasileiro de que os avanços no Mercosul têm ajudado a mudar a geografia comercial do mundo. Por outro lado, apesar das declarações públicas do governo, o Mercosul está-se tornando irrelevante do ponto de vista da integração comercial. Sem vontade política e sem a observância de uma disciplina coletiva nas regras, crescerá o déficit de credibilidade e de eficácia do Mercosul.

A grande pergunta que ficou no ar é: qual será o papel do Brasil nesse processo?

Seria o Mercosul pequeno para o Brasil, impondo-se uma reavaliação da estratégia que vincule a posição brasileira à de quais membros? Como o Brasil reagirá ao desafio da presença de outro pólo de poder (Venezuela) na América do Sul? Como o Brasil reagirá a uma agenda que a Venezuela e seus seguidores no novo eixo em formação estão impondo na região (Banco do Sul, megagasoduto, medidas populistas-nacionalistas)? Como o Brasil reagirá aos desafios do ingresso da Venezuela e da Bolívia no Mercosul (negociações comercias e cláusula democrática)?

Até aqui, como se viu nos últimos dias, no tocante ao fechamento da TV privada venezuelana, as reações oficias são dúbias e hesitantes.

Rubens Barbosa, consultor, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha

Proposta do Banco do Sul deve sair hoje – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2007

Técnicos dos governos dos países que participam do projeto do Banco do Sul, que estão reunidos desde ontem em Buenos Aires, devem concluir hoje o documento que servirá de base para a criação da instituição. Segundo o presidente do Equador, Rafael Correa, os presidentes dos países envolvidos no projeto assinariam o documento de criação da entidade no fim deste mês, na Venezuela, coincidindo com a abertura da Copa América. A gênese do Banco do Sul conta, até o momento, com Venezuela, Argentina, Brasil , Bolívia e Equador. O Chile enviou observadores. Os demais países da América do Sul não enviaram representantes.

Bush fala com Lula sobre Doha - Tânia Monteiro – Valor Econômico – Economia e Negócios – 12/06/2007

O presidente americano, George W. Bush, telefonou ontem para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutirem as negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio e a questão das mudanças climáticas. De acordo com nota divulgada pelo Planalto, no telefonema, Bush comentou que 'algumas concessões adicionais de todas as partes serão suficientes para viabilizar a Rodada Doha'.

Lula, por sua vez, reiterou que 'o Brasil continua com a mesma disposição de cooperar para o bom resultado da Rodada Doha e enfatizou a importância do respeito ao princípio da proporcionalidade nas negociações'. Bush manifestou sua apreciação pelo otimismo de Lula quanto às possibilidades de um acordo. Quanto a questão climática, Bush disse ser favorável a que o G-8 inclua, de maneira mais efetiva, alguns países em desenvolvimento nas reuniões em que se discutem metas globais em termos de mudança do clima.

Lula conversa com Bush sobre Rodada Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou ontem por telefone durante 20 minutos com o presidente dos EUA, George W. Bush, sobre a Rodada Doha e sobre mudanças climáticas. Segundo o Planalto, o telefonema partiu da Casa Branca e Bush elogiou o "otimismo" de Lula em relação à possibilidade de um acordo e disse também acreditar "que algumas concessões adicionais de todas as partes serão suficientes para viabilizar a Rodada Doha".

Bush disse ser favorável, segundo o Brasil, a que o G8 inclua os países em desenvolvimento nas reuniões que discutem metas de mudança de clima.

Doha não terá sacrifícios, diz Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/2007

DA REDAÇÃO - O chanceler Celso Amorim disse ontem, em Genebra, que os países em desenvolvimento não "sacrificarão" suas posições fundamentais para conseguir um avanço mais rápido da Rodada Doha, de liberalização comércio mundial. "Todos sabemos que estamos em uma fase de negociação, mas não estamos dispostos a sacrificar nossas posições fundamentais simplesmente para conseguir um resultado rápido", afirmou após reunião do G20 e de outros países em desenvolvimento. Amorim e o ministro do Comércio indiano, Kamal Nath, também pediram que os EUA reduzam seus subsídios agrícolas.

Barreiras técnicas da UE barram biodiesel brasileiro – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007

Exportação ao bloco está prevista para 2008, mas exigências podem atrapalhar - Europa usa padrões técnicos baseados no desempenho do biodiesel de colza, que são diferentes dos do dendê e da mamona brasileiros

As especificações técnicas da União Européia para o biodiesel vêm dificultando a entrada do produto brasileiro nos países do bloco e podem representar mais um revés para a indústria nacional no ano que vem. O Itamaraty até pressiona nos bastidores por mudanças nas normas européias, mas pode ser atropelado por uma revisão unilateral que já teve início e está em curso.

Segundo produtores, empresários e diplomatas brasileiros e europeus ouvidos pela Folha nas duas últimas semanas, as especificações técnicas européias impedem a entrada de biodiesel brasileiro no maior mercado consumidor do produto.

"Estamos negociando contratos para a venda do excedente da produção para o ano que vem, mas barreiras comerciais impedem a venda do nosso biodiesel. Eles utilizam o produto deles como especificação", diz Jório Dauster, integrante do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel.

Tecnicamente, são barreiras da União Européia os parâmetros de viscosidade, densidade, índice de iodo e ponto de entupimento a frio -grosso modo, a temperatura em que o óleo congela e pode causar entupimento do motor.

O Ministério das Relações Exteriores acompanha o problema, mas o assunto não recebe urgência porque as exportações brasileiras para o bloco europeu só devem começar no início do ano que vem.

"O governo brasileiro e o Itamaraty estão trabalhando para criar as condições de um mercado de biocombustíveis livre de barreiras", disse o embaixador Antonio Simões, diretor do Departamento de Energia.

A União Européia utiliza padrões técnicos baseados no desempenho do biodiesel de colza, semente de couve de clima temperado e amplamente utilizada pela Alemanha, Itália e França, maiores produtores mundiais. As características são bem diferentes das da mamona e do dendê brasileiros, cujas culturas recebem incentivo fiscal do governo. Não é apenas o biodiesel brasileiro que poderá ficar de fora do mercado europeu. Indonésia e Malásia já encontram dificuldades em vender para a União Européia o seu biocombustível, fabricado com dendê.

Rever normas

Representantes da União Européia negam que a barreira vá continuar. "É muito mais sexy fazer manchetes sobre protecionismo, mas estamos elaborando a regulamentação de maneira aberta, com a cooperação dos maiores produtores mundiais, inclusive do Brasil", afirmou Fabian Del Cross, conselheiro de assuntos comerciais da missão em Brasília.

Segundo apurou a Folha, um corpo técnico deu início à revisão das normas européias, em Bruxelas. Diplomatas europeus ouvidos pela reportagem, porém, deixaram claro que o objetivo principal é definir a especificação para o produto que melhor se adapte a máquinas e equipamentos europeus.

O Ministério da Agricultura minimiza a importância da barreira européia. Se for mantida, o Brasil venderá mais alimentos, já que produtores europeus podem migrar para a colza. "A tendência é que a UE acomode mudanças, pois a dúvida é se importará mais alimentos ou se será apenas biocombustível", diz José Nilton de Souza Vieira, do Departamento de Cana e Agroenergia.

As especificações técnicas prometem ser a letra miúda no novo mercado de biocombustíveis. Como são oriundos de produtos agrícolas, podem ter características químicas bastante díspares entre si. Uniformizar essas regras transformará os biocombustíveis em commodities, permitindo sua negociação em Bolsa e a fiscalização da qualidade do produto.

Um novo eixo na América do Sul – Rubens Barbosa – O Globo – Primeiro Caderno – 12/06/2007

Participei, recentemente, de encontro sobre o Mercosul, no Woodrow Wilson Center, em Washington.

Ali se discutiram os cenários estratégicos futuros para o Mercosul e as atuais relações entre os Estados membros.

No tocante aos cenários estratégicos para o Mercosul, todos reconheceram o estado atual de paralisia das negociações em relação aos objetivos finais do Tratado de Assunção (livre circulação de bens, coordenação macroeconômica, harmonização de regras).

Houve concordância de pontos de vista, quanto às razões das dificuldades atuais do Mercosul:

• falta de vontade política, da parte de todos os países, para enfrentar os desafios que o déficit institucional do Mercosul representa.

• a não aplicação plena das regras vigentes e dos mecanismos de solução de controvérsias do Mercosul nas disputas internas (comerciais, políticas e econômicas) cada vez mais freqüentes.

• os crescentes problemas entre os países membros, inclusive os associados, e a explicitação de incorporação da Venezuela, e possivelmente da Bolívia, terá conseqüências sérias para a eficácia do Mercosul e a consolidação de seu processo decisório.

• a perda da importância relativa do Mercosul no contexto de todos os membros (no caso do Brasil a participação do bloco no comércio externo brasileiro caiu de cerca de 16% para menos de 10%).

De minha parte, indiquei que, em decorrência do estado das negociações e dos problemas institucionais derivados da não aplicação plena do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, três seriam os cenários futuros que poderiam ser vislumbrados:

1. O Mercosul, como uma união aduaneira imperfeita, continuará como hoje, pouco significativo como propulsor do comércio dentro do bloco. O aumento do comércio entre os quatro países membros pouco teve a ver com o funcionamento dos mecanismos e das regras do Mercosul e, por outro lado, a negociação externa conjunta limita e dificulta a adequada defesa dos interesses brasileiros.

2. A volta para uma área de livre comércio. As dificuldades para aprofundar a união aduaneira a fim de corrigir as distorções e perfurações e para avançar nas negociações comerciais externas levarão o governo e o setor privado, nos próximos anos, a reexaminar essa matéria. Uma nova institucionalidade, com diferentes velocidades e com maior flexibilidade na aplicação das regras, poderia ser uma perspectiva futura.

3. Transformação do Mercosul em pacto de natureza política. O aparente avanço do exercício de integração por meio de símbolos (criação do Parlamento e do Instituto Social) transformará a natureza do bloco, que, originalmente comercial, passaria a ser um fórum de articulação política.

No que diz respeito às relações entre os países membros do Mercosul, alguns dos panelistas ressaltaram que:

• as relações intrabloco deterioraram-se ao invés de melhorar.

• o Brasil encontra dificuldade para substituir o Mercosul por um espaço mais amplo na América do Sul.

• em termos do equilíbrio de poder na região, prevalece a multipolaridade, sendo difícil a emergência de um país como líder regional.

• o aparecimento da Venezuela como uma liderança competitiva com o Brasil apresenta desafios que Brasília não está sabendo lidar.

• falta de liderança do Brasil para levar adiante uma profunda reforma institucional para a revitalização do Mercosul.

• o aumento do número de membros plenos do bloco com a agendas nacionais tornam cada vez mais difícil aprofundar as prioridades de um regionalismo que beneficie a todos.

• o enfraquecimento do Mercosul abriu espaço para a prevalência das relações bilaterais, com o Brasil, na retórica do atual governo, procurando aprofundar sua solidariedade e generosidade em relação aos países menores.

A grande pergunta que ficou no ar é qual será o papel do Brasil nesse processo?

Seria o Mercosul pequeno para o Brasil, impondo-se uma reavaliação da estratégia que vincule a posição brasileira à de quais membros? Como o Brasil reagirá ao desafio da presença de outro pólo de poder (Venezuela) na América do Sul? Como o Brasil reagirá a uma agenda que a Venezuela e seus seguidores no novo eixo em formação estão impondo na região (Banco do Sul, megagasoduto, medidas populista-nacionalistas)? Como o Brasil reagirá aos desafios do ingresso da Venezuela e da Bolívia no Mercosul.

Até aqui, como se viu, nos últimos dias, no tocante ao fechamento da TV privada venezuelana, as respostas oficiais são dúbias e hesitantes.

RUBENS BARBOSA é consultor de negócios e presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp.

Bush a Lula: um toma-lá-dá-cá para Doha - Chico de Góis – O Globo – Economia – 12/06/2007

Presidente dos EUA reduz subsídio se houver contrapartida

BRASÍLIA. O presidente dos Estados Unidos, George W.Bush, telefonou ontem à noite para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse, segundo nota à imprensa divulgada pelo Palácio do Planalto, que "algumas concessões adicionais de todas as partes serão suficientes para viabilizar a Rodada de Doha". A ligação durou cerca de 20 minutos.

A proposta de Bush pode ser interpretada da seguinte forma: os EUA apresentam uma proposta mais vantajosa de redução dos subsídios domésticos à agricultura e o Brasil melhora a oferta de abertura nas áreas de serviços e produtos industrializados.

Desde que o presidente esteve no Brasil, há três meses, este é o segundo telefonema de Bush para seu colega brasileiro.

A outra ligação ocorreu há cerca de um mês. De acordo com a nota à imprensa, "Lula reiterou que o Brasil continua com a mesma disposição de cooperar para o bom resultado da Rodada Doha e enfatizou a importância do respeito ao princípio da proporcionalidade nas negociações".

Bush também tratou com Lula da questão do aquecimento global. Segundo o que divulgou o Palácio do Planalto, "o presidente norte-americano disse ser favorável a que o G-8 inclua, de maneira mais efetiva, alguns países em desenvolvimento nas reuniões em que se discutem metas globais em termos de mudança do clima.

E aceita que esse tema global seja debatido no contexto da ONU." Na reunião semana passada na Alemanha, os EUA se recusaram a assinar um acordo sobre redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. O presidente Lula, por sua vez, defendeu, segundo nota do Planalto, que "nos próximos eventos em que sejam discutidos temas de interesse global, países em desenvolvimento especialmente interessados sejam chamados a tomar parte ativa nos debates."

A integração da América do Sul - Roberto Abdenur – Valor Econômico – Opinião - 12/06/2007

O recente episódio do ataque verbal de Chávez ao Congresso nacional dá ensejo a reflexão sobre certos aspectos da política de integração regional ora praticada pelo Brasil. A construção de um amplo projeto de integração na América do Sul apresenta à diplomacia o desafio de conciliar o pragmatismo inerente à fria defesa do interesse nacional com não pequena dose de idealismo. Só a visão de um futuro melhor mediante a convergência entre economias e sociedades pode dar constância e sustentação a décadas, ou mesmo gerações, de esforços por sobrepor interesses comuns de longo prazo a interesses nacionais divergentes ou mesmo conflitantes no presente imediato.

Mas problemas surgem quando o idealismo subjacente ao processo de integração é distorcido - ou radicalizado, se se preferir - a ponto de passar ao plano ideológico. Nos últimos anos tem estado presente nas posturas brasileiras a idéia de que afinidades político-ideológicas proporcionariam mais coesão à região, dariam fluidez ao projeto integracionista e propiciariam ao Brasil o exercício de uma supostamente bem-vinda e placidamente aceita liderança. Um dos mais tradicionais preceitos de nossa tradição diplomática na América do Sul - o de não nos imiscuirmos nos processos eleitorais dos vizinhos - foi posto de lado quando Brasília manifestou publicamente sua preferência por Morales e Corrêa, nas eleições na Bolívia e Equador, e desdobrou-se em gestos de simpatia por Chávez em sua campanha por mais uma reeleição. Em paralelo, e de certo modo em consonância com a idéia do alastramento das afinidades ideológicas, fez-se opção pela ampliação a toda a velocidade, e a qualquer preço, do processo de integração no subcontinente. Enquanto fermentavam tensões dentro do Mercosul, lançou-se desde logo, ainda sem maturação suficiente (como ilustrado pela ausência de Kirchner no evento, realizado no Peru), a Comunidade Sul-Americana. Esta também importante iniciativa, que melhor caberia algo mais adiante, uma vez revigorado o Mercosul e adiantados outros aspectos da integração, como as interconexões em infra-estrutura, viu prejudicada sua credibilidade quando há poucas semanas, por sugestão de Chávez, passou da noite ao dia a chamar-se "União Sul-Americana". Como se fosse possível queimar etapas no árduo empreendimento da integração mediante truques semânticos. A Europa precisou de quase meio século para o percurso zona de livre - comércio - união aduaneira - mercado comum - comunidade - União Européia. Essa prematura mudança de nome suscita a impressão de inconsistência e volubilidade em relação ao empreendimento de nossa Comunidade.

Os fatos recentes em nossas relações com Morales e Chávez evidenciaram a precariedade da integração na área energética. A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em si mesma causa justa e válida, não precisava dar-se necessariamente sob a forma de gestos e medidas contundentes contra o Brasil (coisa que ocorreu, sabidamente, com a instigação e o apoio de Chávez). Está agora configurado quadro de sérias incertezas numa área nevrálgica, qual seja, a da segurança energética do Brasil. O sonho da auto-suficiência energética da região em seu conjunto está gravemente comprometido - não por falta de recursos, mas pela inconfiabilidade do suprimento. Essa situação pode ter novos desdobramentos caso se confirmem os sinais de questionamento pelo Paraguai ao Tratado de Itaipu.

Uma tradição foi posta de lado quando Brasília manifestou sua preferência por Morales e Corrêa, e desdobrou-se em gestos de simpatia por Chávez

A integração da América do Sul enfrenta hoje mais problemas do que antes. Em vez da desejada coesão, surgiram amplas fissuras. O socialismo bolivariano do século XXI constitui foco ideológico que não só se afasta, como nega, contradiz e combate os pressupostos mesmos do projeto - economia de mercado, livre comércio, regionalismo aberto e, base de tudo, democracia. Em meados do ano passado, em ambiente de incertezas quanto ao resultado das eleições presidenciais, apressou-se o governo brasileiro em procurar fazer da Venezuela membro pleno do Mercosul, sem transitar pelo estágio de associação. Está claro na presente etapa que essa iniciativa apresenta riscos. O Brasil passaria a ter no Mercosul ambiente ainda mais desfavorável, dada a clara postura de Chávez de apoiar os demais membros em suas queixas e reivindicações contra nós, e o Mercosul teria prejudicada sua imagem e credibilidade, tornando-se mais difícil, ou mesmo impossível, avançar em negociações com o "Norte" - não só os EUA, mas também a União Européia, agora mais reticente perante Chávez, após o episódio das críticas por ela feitas ao fechamento da RTCV.

Fato grave seria, ademais, a erosão da credibilidade da cláusula democrática do Mercosul, compromisso cuja sustentação é fundamental para região que até pouco mais de uma década sofreu brutais ditaduras. Faz-se claro, a esta altura, ser demasiado otimista a suposição de que o Brasil , ao promover a entrada plena da Venezuela no Mercosul, poderia mais facilmente "domar" os ímpetos de Chávez. Da mesma maneira, é exagerado o argumento dos ganhos comerciais. Estes viriam naturalmente com a Venezuela como membro associado. E não podemos "mercantilizar" indevidamente o processo de integração. Há um ponto a partir do qual vantagens econômicas não devem se sobrepor aos custos políticos, sob pena de, paradoxalmente, ver a lógica comercial resultar mais prejudicial do que benéfica ao Mercosul. Cabe ter em mente também que muito do que Chávez oferece como favores ou oportunidades de parceria está lastreado nos recursos provenientes dos altos preços do petróleo. Em outras palavras, lastreado em subsídios, implícitos ou explícitos . E em decisões políticas, não na boa lógica da viabilidade econômica. Não faz sentido se basearem iniciativas e projetos em factóides com escassas possibilidades de materialização e sobrevivência. Menos ainda quando estejam em jogo aspectos da segurança energética do Brasil.

A ironia de nossa atual política para a região está em que o ardor e a pressa no avanço da integração podem resultar menos em estímulos do que em entraves ao processo. Este é o caso com a questão da acessão plena da Venezuela ao Mercosul. É assim importante que o Congresso nacional proceda a cuidadosos debate e reflexão sobre o assunto. Não à guisa de retaliação pelas agressões a ele feitas por Chávez, mas no cumprimento objetivo, sereno e soberano de suas atribuições constitucionais. Por coerência com nosso compromisso democrático, para a defesa dos interesses brasileiros, e para a preservação daquele que é o cerne mesmo da integração regional, o Mercosul.

Roberto Abdenur é ex-embaixador do Brasil nos EUA.

Duas dúvidas convenientes - José Eli da Veiga – Agência Carta Maior – 13/06/2007

É ingenuidade supor que a significativa queda de resistência do governo Bush na recente reunião do G-8, na Alemanha, resulte de algum tipo de reconhecimento tardio da gravidade dos alertas do IPCC.

Viva a campanha de Al Gore contra o aquecimento global. Ninguém fica indiferente se assistir a alguma de suas chocantes conferências, ou ao premiado filme de Davis Guggenheim, cujo DVD (Paramount, R$ 40) merece promoção massiva, como as de vacinação. Mais: toda biblioteca deveria receber pelo menos um exemplar do instigante livro "Uma verdade inconveniente" (Ed. Manole, 2006). Afinal, o grande mérito dessas três peças é tornar acessíveis as evidências acumuladas nos impeditivos e indigestos relatórios do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC).

Ao mesmo tempo, nada disso deve impedir que se admita a existência de sérias controvérsias científicas sobre duas questões que Al Gore prefere fazer de conta que seriam "favas contadas". Como não há nada pior para a propaganda do que alguma "sombra de dúvida", a campanha só induz à crença de que já existam certezas absolutas sobre o grau da participação humana no aquecimento, e sobre o preço que deverá ser pago para combatê-lo.

Se comparado ao número de cientistas que validam a visão do IPCC, é diminuto o dos que consideram as causas naturais do aquecimento mais influentes que as provocadas pelas atividades humanas. Nem por isso todos os seus argumentos podem ser desqualificados, como mostra o documentário "The Great Global Warming Swindle", lançado no início de março pelo canal 4 da televisão britânica (http://video.google.com/). Mesmo que no futuro venha a ficar inteiramente confirmado que a razão está com o IPCC, tal probabilidade não anula a atual controvérsia científica. Claro, é compreensível o temor de que essa dúvida sobre o grau da responsabilidade humana atrapalhe o processo de engajamento multilateral. Mas, se tiver êxito, a opção em curso de tentar "tapar o sol com a peneira" engendrará marcos institucionais equivocados, além de vulneráveis, como já ocorreu com o pioneiro Protocolo de Quioto.

Também é ingenuidade supor que a significativa queda de resistência do governo Bush na recente reunião do G-8 resulte de algum tipo de reconhecimento tardio da gravidade dos alertas do IPCC. Para os dirigentes republicanos, assim como para boa parte dos democratas, a redução da dependência energética americana de fontes fósseis é antes de tudo uma questão de segurança nacional, não de altruísmo global. Ficarão mais inclinados a aceitar acordos internacionais para limitar emissões se os novos arranjos criarem mercados para as tecnologias que engendrem gradual descarbonização de sua matriz energética. E continuarão a brigar por regras que também gerem demanda por tais tecnologias nos emergentes mercados chineses, indianos, mexicanos, brasileiros etc. Daí a condição de só admitir acertos que também comprometam a semiperiferia.

A segunda dúvida crucial que permeia a construção das retóricas antiaquecimento recai sobre seu custo. Nunca existirá uma única resposta científica a tal pergunta, pois ela é inteiramente dependente da adoção de algum pressuposto ético sobre o conflito

intergeracional, como discutido nesta coluna em 15/5. Além disso, ainda não existe modelo econômico capaz de estimar qual seria a distribuição setorial e geográfica dos custos de cada uma das opções políticas possíveis. O máximo que se consegue é comparar estimativas dos custos totais das diversas propostas em pauta.

No depoimento oral prestado ao Senado americano em Março de 2007, Al Gore propôs que em 2050 as emissões dos EUA não ultrapassem 10% de seu nível atual, mediante adoção de cortes crescentes a partir de um mínimo de 15% em 2010. Já no influente relatório feito para o governo britânico sob a coordenação de Sir Nicholas Stern (outubro 2006), assim como no último documento do IPCC (maio 2007), a proposta central é que em 2050 as emissões globais caiam para a metade do patamar de 1990. Simultaneamente pipocaram outros tipos de abordagem nos debates sobre o que poderia ser um acordo pós-Kyoto, que entrasse em vigor em 2012. E também existem no âmbito acadêmico sugestões ainda menos conhecidas sobre aquilo que seria uma política "ótima" sob o prisma da eficiência econômica.

Pois bem, a única equipe capaz de fazer razoáveis comparações de dezesseis opções já formuladas é constituída por pesquisadores da Universidade de Yale, sob a coordenação de William Nordhaus. Trabalham hoje com a quinta versão de um modelo extremamente complexo, que vem sendo aperfeiçoado desde 1974. Não se tem notícia de nada que possa ser comprável a esse DICE: "Dynamic Integrated Model of Climate Change and the Economy". E quem examinar as mais recentes reflexões do coordenador, facilmente perceberá o altíssimo grau de incerteza embutido nessas estimativas sobre o custo do combate ao aquecimento global. Seu texto "The Challenge of Global Warming: Economic Models and Environmental Policy" (http://nordhaus.econ.yale.edu/recent_stuff.html) até arrisca conclusões, mas somente depois de enfatizar as inúmeras reservas que devem ser feitas a esse tipo de exercício. E seu principal conselho é que seja fortemente taxada cada nova tonelada de carbono emitida. Começando imediatamente com uma taxa de US$ 23,40 (ou US$ 6,40 por tonelada de CO2), que aumentasse gradualmente até US$ 85 em 2050 e US$ 205 em 2100. Vale lembrar que os créditos de carbono já chegam a custar US$ 30 por tonelada na Europa, mas a metade nos EUA.

Taxar emissões de carbono poderá ser a maneira mais efetiva de acelerar a adoção de inovações que substituam fontes fósseis, principalmente na produção de energia elétrica e em sistemas de transporte. Mas isso só será benéfico para o crescimento econômico quando as correspondentes tecnologias estiverem prontas para comercialização. Daí a imperiosa necessidade de ganhar tempo, o que torna extremamente convenientes as duas dúvidas omitidas pela bela campanha de Al Gore. Conveniências que permitem supor que os EUA poderão até passar à vanguarda no combate aos gases de efeito estufa assim que forem sendo viabilizados os usos de etanol celulósico e de hidrogênio, por exemplo.

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA/USP e coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental (NESA)

Lamy avisa: Brasil terá de fazer concessões - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

Para diretor da OMC, País deverá ceder em serviços e bens industriais

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, alerta que, para que o Brasil consiga uma ampla liberalização no setor agrícola dos países ricos ao final da Rodada Doha, terá de estar preparado para também ceder em outras áreas, como comércio de bens industriais e serviços.

'Espero que o Brasil continue pressionando por um resultado ambicioso nas negociações. Mas sabendo que terá de pagar um preço por isso', afirmou Lamy ao Estado.

As negociações da OMC entraram nesta semana em sua fase mais crítica desde seu lançamento, em 2001. Os governos têm até o início de julho para chegar a um acordo. Caso contrário, o risco é o de que o processo seja congelado e uma nova negociação seja retomada apenas em 2009.

Isso porque vence, nas próximas semanas, a autorização do Congresso americano para que a Casa Branca continue a negociar acordos comerciais sem que os parlamentares possam alterar o que foi acertado . Sem tal autorização, apenas um novo presidente americano poderia obter um novo mandato.

Para evitar o pior, os quarto principais atores das negociações estão reunidos em Paris desde ontem para tentar chegar a um acordo (ler mais abaixo). As reuniões continuarão na semana que vem na cidade alemã de Potsdam.

O Brasil já indicou que está disposto a reduzir parte de suas tarifas para a importação de bens industriais, caso tenha ganhos no setor agrícola. Mas terá de ajustar sua posição à dos demais governos do Mercosul, já que o bloco tem uma tarifa externa comum. Os argentinos, em pleno processo de reindustrialização de sua economia, defendem cortes de no máximo 50% das tarifas. Já os países ricos querem que os emergentes reduzam em 70% suas tarifas.

Lamy disse que conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a Rodada Doha durante a reunião do G-8 (grupo dos países industrializados mais a Rússia), na semana passada. 'Ele (Lula) estava muito entusiasmado para que o processo avançasse e espero que continue assim', relatou Lamy.

A OMC não fez parte da agenda central do G-8, mas foi debatido entre os chefes de Estado. Nicolas Sarkozy, o novo presidente francês, aproveitou o encontro para deixar claro ao presidente americano, George W. Bush, que iria lutar por seus interesses na Rodada Doha. Ele ainda afirmou que, nessa fase das negociações, a 'ingenuidade' não pode fazer parte do processo.

G-4 inicia reunião em Paris para destravar Doha - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

Negociações entre Brasil, Índia, EUA e UE estão sendo travadas sob forte sigilo

Cercadas de sigilo absoluto, tiveram início ontem, em Paris, as duas últimas semanas de reuniões entre representantes de países emergentes e desenvolvidos sobre os pontos pendentes da Rodada Doha, em discussão desde 2001. Delegações de Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia, o G-4, chegaram entre segunda-feira e ontem à capital francesa.

Acompanhada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a delegação brasileira chegou a Paris pela manhã. O chanceler seguiu para a residência oficial, de onde acompanhou por celular e e-mail as reuniões técnicas - realizadas em locais não divulgados - sobre agricultura, serviços e bens industriais. Cada país é representando por nove negociadores. Até o início da noite, quando as discussões foram interrompidas, o Brasil havia participado de reuniões bilaterais e multilaterais.

Amorim não concedeu entrevistas e nenhuma informação oficial foi divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores ou pela Embaixada do Brasil em Paris. Os dois órgãos foram orientados a não revelar detalhes do encontro à imprensa.

Fontes contatadas pelo Estado na Comissão Européia, em Paris e em Bruxelas, e na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, também não comentaram as reuniões. Na OMC, o encontro do G-4 não é tido como oficial e, portanto, não poderia ser avaliado.

As conversações de Paris estão sendo feitas para que um acordo seja encaminhado até o dia 19, quando representantes dos 150 países membros da OMC voltarão a se reunir por cinco dias em Potsdam, na Alemanha, em um encontro que tem sido apontado como decisivo para o sucesso - ou fracasso - da rodada.

Se o entendimento não for alcançado nas próximas duas semanas, a tendência será de adiamento das negociações até 2009, já que se encerra o prazo concedido pelo Congresso americano à Casa Branca para negociar acordos comerciais em regime de Fast Track, ou seja, sem que o Parlamento possa fazer emendas.

Na segunda-feira, em Genebra, as economias emergentes divulgaram um comunicado conjunto deixando claro que um acordo só será possível se os Estados Unidos reduzirem seus subsídios. Pela proposta americana, o montante gasto por seu governo deve ter como teto US$ 22 bilhões por ano. O Brasil acena que o acordo pode ser obtido se esse máximo for reduzido para entre US$ 13 e US$ 15 bilhões.

Acordo entre Mercosul e UE está próximo, diz conselheiro - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

Para representante da Comissão Européia, negócios bilaterais podem começar a partir de setembro

O acordo econômico entre União Européia e Mercosul poderá ser fechado rapidamente a partir de setembro deste ano, mesmo que a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) fracasse. A avaliação foi apresentada ontem pelo conselheiro-chefe para Assuntos Comerciais da Comissão Européia no Brasil, Fabian Del Cros, em palestra para associados de cinco câmaras de comércio européias no Brasil: francesa, britânica, portuguesa, alemã e italiana.

'Independentemente de sucesso ou fracasso na OMC, a partir do momento que tivermos clareza nas negociações multilaterais, provavelmente, poderemos fechar rapidamente as negociações bilaterais', afirmou Del Cros. 'Este momento está se aproximando.'

Na semana que vem, na Alemanha, haverá um encontro entre ministros de União Européia, Estados Unidos, Brasil e Índia para tentar uma base para o acordo de Doha. 'Esta reunião será 'make or break' (ou vai ou racha)', afirmou. 'As negociações de Doha estão na reta final.'

Del Cros acredita que no início do segundo semestre já deve estar claro o que esperar da OMC. Interessa às duas regiões aprofundar o que vier a ser resolvido em Doha no acordo bilateral. 'A partir de setembro, temos uma oportunidade concreta do ponto de vista técnico para fechar este acordo muito rapidamente', disse ele, sem se comprometer com um prazo para a conclusão da negociação.

O conselheiro afirmou também que o Mercosul ficou em primeiro lugar, empatado com China e Índia, entre as regiões prioritárias para os exportadores europeus, em pesquisa promovida pela Comissão Européia. No ranking por países, o Brasil ficou em quarto lugar, atrás apenas de China, Índia e Rússia.

Para o item específico de quais regiões são prioritárias para os exportadores, a pesquisa teve respostas de 26 participantes, entre associações comerciais, empresas e entidades da sociedade civil. Desses participantes, 20 apontaram China, Índia e Mercosul como regiões prioritárias.

Definidas as bases do Banco do Sul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

Reunidos em Buenos Aires, técnicos de Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela definiram ontem as bases do Banco do Sul, que pretende servir como banco de desenvolvimento para a região. Segundo informações extra-oficiais, o objetivo do banco é o de financiar o desenvolvimento econômico e social da União de Nações do Sul. Os técnicos não resolveram questões como o capital inicial do banco nem a quantia que cada país terá de fornecer. No entanto, ratificaram a idéia de igualdade de votos para cada país.

"Carona" em briga na OMC está em análise – Mauro Zafalon - Valor Econômico – Agronegócios - **1**3/06/2007

A diplomacia brasileira vai esperar até o último momento para decidir se exercerá o direito de questionar, como terceira parte, a legalidade dos subsídios concedidos pelos Estados Unidos a seus produtores rurais. A disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi aberta pelo governo do Canadá na semana passada.

Pelas regras, o Brasil terá até 3 de agosto para informar sobre sua participação na ação canadense. Como permitem os ritos da OMC, os EUA devem bloquear a primeira consulta formal do Canadá, prevista para o próximo dia 20. Assim, passa a correr novo prazo e os americanos poderão postergar a abertura formal da disputa até 24 de julho. Depois, as regras da OMC obrigam a uma formalização do processo. A partir desta data, o Brasil passa a ter dez dias de prazo para informar a OMC sobre sua entrada no procedimento.

Nos bastidores, o Itamaraty trata o assunto com reserva para evitar problemas políticos com a diplomacia americana num momento considerado complicado nas negociações multilaterais. Além disso, está em andamento o processo brasileiro contra os subsídios americanos ao algodão.

A consulta aberta pelo Canadá questiona a legalidade dos subsídios americanos aos produtores de milho, trigo, soja, açúcar e algodão para garantir condições de competitividade desses produtos. Pelas regras da OMC, os EUA poderiam conceder até US$ 19,1 bilhões em subsídios anuais a seus produtores. A ação canadense aponta que o limite não foi respeitado entre 2000 e 2005, à exceção de 2002 e 2003. **(MZ)**

Lamy faz alerta sobre histórico de subsídios no Brasil - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2007

Diretor da OMC diz que ajuda é parte da política industrial do País e lembra que etanol e aviação foram beneficiados

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, acusa o Brasil de ter um longo histórico de conceder subsídios às empresas nacionais como parte de uma política industrial e alerta que, no passado, setores como etanol e aviação já foram beneficiados por subsídios. Agora, Lamy aponta que calçados, eletroeletrônicos e têxteis estão 'sob pressão' no País.

Lamy participou de uma conferência de imprensa ontem em Genebra e, questionado pelo Estado sobre o pacote anunciado pelo governo para salvar as indústrias afetadas pelo dólar, foi cauteloso. 'Ainda não olhei em detalhe para saber se há um potencial de conflito', disse.

'O Brasil tem dado subsídios a sua indústria já por algum tempo. É parte de sua visão de que precisam ter uma forte política industrial. Fizeram no passado para o etanol e aviação', afirmou Lamy, lembrando que algumas disputas já foram abertas contra o País no caso da Embraer e da ajuda recebida por meio do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

No caso do etanol, os europeus levantaram a possibilidade de questionar os subsídios dados pelo governo brasileiro na OMC na época em que Lamy era o comissário de Comércio da União Européia. Apesar das ameaças, a queixa nunca foi concretizada. Para Lamy, o apoio dado aos setores afetados pelo dólar são pequenos comparados ao que o etanol recebeu.

'O Brasil quer ter uma política baseado no fato de que precisam se industrializar. Não é visão dos anos 60, baseado em desenvolvimento industrial autocentrado no estilo de (Raul) Prebish (da Cepal). É algo mais moderno.' Lamy classificou o Brasil como 'um grande país defensivo nas negociações industriais' da OMC.

Ele disse que os países têm o direito de ter espaços para adoção de políticas industriais, desde que sigam as regras da OMC. 'Subsídios proibidos podem ser acionados caso se ofereçam evidências de que estão causando prejuízos. Temos um código bastante estável contra subsídios no setor industrial que deixa claro o que pode e o que não pode ser usado.' Lamy insiste que as regras permitem certas flexibilidades para países emergentes. Na prática, essas exceções são limitadas.

Na avaliação de Lamy, os setores de eletrônicos, calçados e têxteis no País estão 'sob pressão'. 'Essa é a razão pela qual os impostos de importação aumentaram há um mês.' Antes do pacote anunciado anteontem, Brasília já havia elevado as tarifas de importação

para calçados e têxteis, para proteger os setores. A OMC não atacou a medida, já que o aumento ficou dentro do espaço permitido.

NEGOCIAÇÕES

Lamy aponta que atitudes como essa é que fazem as negociações da Rodada Doha da OMC relevantes. Ele afirmou que o processo entra em sua fase decisiva com a reunião de Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia, o G-4, nas próximas duas semanas. O diretor, porém, disse que um fracasso do G-4 em chegar a um acordo não significa que a rodada estará abandonada.

Para ele, o processo vai continuar e um acordo terá de ser fechado até o fim do ano ou início de 2008. 'Temos a possibilidade de concluir a rodada. Mas está na hora de os negociadores dizerem o que realmente pensam', afirmou, apontando que tudo indica que um acordo ficará próximo da posição do G-20 (grupo de países emergentes).

Segundo ele, tanto indústrias brasileiras quanto agricultores japoneses ou produtores de algodão dos Estados Unidos precisam saber que não vão obter tudo o que querem. Não por acaso, Lamy classifica os problemas enfrentados pela rodada de essencialmente políticos.

Ele acredita que temas ligados a subsídios industriais são 'marginais' na rodada e que os reais problemas no processo estão na agricultura e pesca.

Mas nega que a OMC esteja indo para a direção de um acordo modesto para pelo menos salvar sua credibilidade. Para ele, mesmo que o acordo seja fechado com o que existe sobre a mesa já será um entendimento 'ambicioso'. Na prática, um acordo que permita que americanos mantenham subsídios e que as tarifas industriais nos emergentes sejam cortadas em 50% apenas reduzirá 'água'.

Isso porque os governos aplicam tarifas e dão subsídios a níveis inferiores ao que têm direito. O corte, portanto, seria baseado no teto estabelecido por lei, e não no valor realmente aplicado. Para Lamy, ainda assim, a redução significará uma maior estabilidade aos empresários.

RODADA DE DOHA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/06/2007

Trinta e seis entidades do agronegócio do Mercosul enviaram ontem aos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai um documento marcando posição sobre as flexibilidades que poderão ser aprovadas na Rodada Doha da OMC na área de acesso a mercados (produtos sensíveis, produtos especiais e salvaguardas especiais para países em desenvolvimento).

PACOTE MÍNIMO– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/06/2007

As entidades pedem urgência dos governos na defesa de um pacote mínimo aceitável, resume André Nassar, presidente interino do Icone. Nassar prevê que as modalidades do acordo agrícola da Rodada estejam concluídas até 30 de julho.

PRODUTOS SENSÍVEIS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/06/2007

Em matéria de produtos sensíveis agrícolas dos países desenvolvidos, o setor privado do Mercosul quer que quanto menores forem os cortes de tarifas, maiores sejam as cotas, como forma de compensação. Já os países mais pobres defendem o direito de eleger produtos especiais -nos quais não deve haver redução de tarifas- mediante os critérios de segurança alimentar, segurança dos meios de subsistência e desenvolvimento rural.

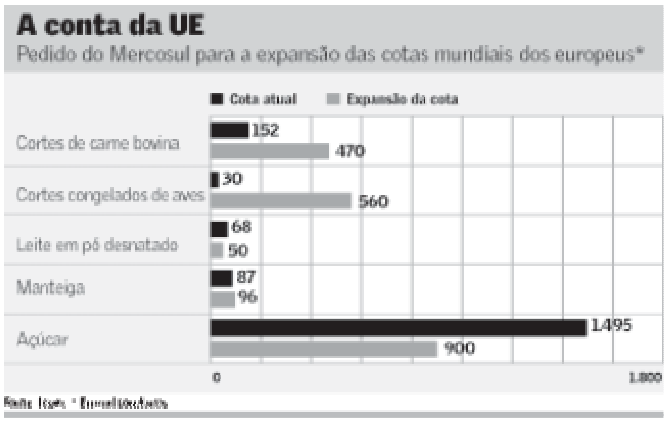
Mercosul tem 'pacote mínimo' para Doha – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 14/06/2007

Às vésperas das negociações cruciais da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), representantes da agricultura comercial do Mercosul se uniram para indicar aos seus países qual é o "pacote mínimo" que querem ver sobre a mesa. Um documento de dez páginas, assinado por 36 entidades agrícolas, foi entregue ontem aos governos de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A maior parte do documento - 8,5 páginas - é técnica e demonstra que a barganha pode estar chegando ao fim. Os agricultores do Mercosul estão entre os maiores beneficiados se a Rodada Doha for bem-sucedida.

O documento está focado em três temas: produtos sensíveis dos países ricos, mecanismos de salvaguarda especial e produtos especiais para os países em desenvolvimento. "Nesses assuntos, o grau de incerteza é muito grande. É onde está a válvula de escape", diz André Nassar, presidente interino do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), entidade financiada por associações agrícolas brasileiras, que coordenou os trabalhos. Ele explica que esses mecanismos ameaçam uma abertura significativa do comércio agrícola global.

No caso dos produtos sensíveis, os países ricos poderão cortar menos as tarifas de importação, mas devem oferecer contrapartida em cotas. No documento, os agricultores do Mercosul afirmam que a redução do corte da tarifa deve ser de no máximo 50% (por exemplo, se o corte é de 70%, no caso do produto sensível cai para 35%). As cotas devem representar, no mínimo, 5% do consumo doméstico do país.

No caso da União Européia, essas regras significariam aumento nas cotas mundiais de importação de 470 mil toneladas para carne bovina, 560 mil toneladas para carne de frango, 50 mil toneladas para leite em pó processado, 96 mil toneladas para manteiga e 600 mil toneladas para açúcar. As solicitações do Mercosul para carne bovina e de frango ultrapassam o total oferecido pela UE hoje, que está em 152 mil e 30 mil toneladas, respectivamente. Os europeus disponibilizam atualmente cota de 68 mil toneladas para leite em pó desnatado, 87 mil toneladas para manteiga e 1.495 toneladas para açúcar.



Surpreendentemente, os demais temas que mais preocupam os agricultores do Mercosul não estão relacionados com o protecionismo dos países ricos, mas com os temores dos países em desenvolvimento. A análise atenta do destino dos produtos agrícolas do bloco demonstra que a preocupação é justificada. Os países do Mercosul destinam hoje 66% das exportações agrícolas para as nações em desenvolvimento. Para Argentina e do Paraguai, o percentual chega a 80% e 91%. No Brasil e no Uruguai, fica em 56% e 44%.

Países em desenvolvimento reunidos no G-33 estão solicitando dois mecanismos de proteção: salvaguardas especiais e produtos especiais. A salvaguarda é um mecanismo de aumento da proteção tarifária para defender o país de surtos de importação. Já os produtos especiais praticamente ficariam fora da rodada, para proteger a enorme massa de agricultores de subsistência desses países.

"A salvaguarda especial proposta hoje aumenta o nível de proteção em relação a Rodada Uruguai, o que inadmissível", reclama Nassar. Ele dá o exemplo do arroz na Indonésia. A Rodada Uruguai permitiu que a Indonésia aplicasse 95% de tarifa para as importações do produto. Essa taxa cai para 60% na Rodada Doha. Com uma salvaguarda especial, no entanto, a Indonésia poderia elevar essa tarifa para 120%.

Uma das principais exigências dos agricultores do Mercosul é que as salvaguardas especiais dos países pobres só sejam acionadas por dois gatilhos conjuntos: aumento de importações e queda de preços. Os países do G-33 pedem que qualquer dessas oscilações seja suficiente para detonar o mecanismo.

Nassar admite que o tratamento dos produtos especiais para os países pobres é o tema mais complicado da rodada. "Esses países têm problemas estruturais na agricultura e, ao invés de resolvê-los, decidiram encontrar uma forma multilateral de garantir suas políticas." De acordo com a proposta do G-33, os produtos especiais poderiam contemplar 20% das tarifas agrícolas do país. Para metade desses itens, não haveria qualquer redução de tarifa, e para os demais corte de apenas 10%. A escolha desses produtos seria feita com base nos critérios de segurança alimentar, segurança dos meios de subsistência e desenvolvimento rural.

Os agricultores do Mercosul reclamam que falta transparência na escolha desses produtos e que faltam mecanismos de compensação para os exportadores. Para Nassar, a adoção dos produtos especiais ignora os consumidores urbanos pobres desses países. Na Índia, a população urbana cresce 45%, enquanto a rural avança 11%. Entre a população urbana indiana, os trabalhadores muito pobres chegam a gastar 70% do salário com comida - ou seja, alimentos mais baratos vindos do Mercosul podem beneficiar essas pessoas. **(RL)**

Propostas do G-20 serão base de acordo agrícola, diz Lamy - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 14/06/2007

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, previu ontem que o acordo agrícola da Rodada Doha deverá ficar "provavelmente" em torno das propostas apresentadas pelo G-20, a aliança de países em desenvolvimento liderada pelo Brasil e que inclui China, Índia e Argentina.

"A negociação agrícola vai aterrissar em torno do que o G-20 colocou na mesa", disse Lamy. "Vai ser mais próximo do que o G-20 apresentou em 2005 do que das propostas de Estados Unidos, União Européia ou Japão. Isso já é claro."

O G-20 propôs corte médio de 54% nas tarifas agrícolas dos países ricos e 36% dos países em desenvolvimento, redução de 75% nas alíquotas mais elevadas, além de limite dos subsídios domésticos dos EUA para cerca de US$ 12 bilhões ao ano. Segundo o diretor da OMC, um acordo modesto não tem como passar. Terá de haver corte real nas tarifas e nos subsídios. Ele considera que já há na mesa compromissos com impacto duas a três vezes maiores do que da Rodada Uruguai. "Na rodada precedente, foi acertada redução de 20 a 30% nos subsídios agrícolas, agora se fala de 60% a 80%."

Lamy confia num entendimento no G-4 - Brasil, EUA, UE e Índia -, que pode acelerar a negociação em Genebra. Ele já evita repetir o óbvio, de que cada um tem que fazer concessões, e prevê a suspensão das férias de verão de agosto na OMC. "O acordo tem umas 30 mil páginas", disse.

Além de afrontar EUA e UE, Brasil e Índia terão um cuidado adicional nas negociações cruciais da Rodada Doha nas duas próximas semanas: evitar confronto entre eles próprios sobre mecanismos para países em desenvolvimento frearem importações agrícolas.

O agronegócio do Mercosul alerta que 66% de suas exportações vão para países em desenvolvimento, e não aceitará retrocesso nas condições de acesso às mercadorias para esses mercados. Exportadores do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai consideram que serão os mais afetados, se os mecanismos defendidos pelo G-33, grupo liderado pela Índia, forem aprovados como quer Nova Déli.

O G-33, que inclui também China, Indonésia e Venezuela, reafirmou "contornos" protecionistas que o ministro indiano Kamal Nath precisa defender na negociação do G-4, com o Brasil, EUA e UE, semana que vem em Potsdam (Alemanha). O grupo quer que um futuro acordo agrícola autorize países em desenvolvimento a designar "produtos especiais" sem dar compensação aos exportadores pela liberalização menor. Alguns desses "especiais" ficariam excluídos de redução tarifária, outros teriam corte menor.

Além disso, o G-33 enfatiza que um mecanismo especial de salvaguarda (SSM, a sigla em inglês), para frear súbito aumento de importações, deve ser autorizado para todos os produtos agrícolas. O mecanismo seria deflagrado a partir de gatilhos de preço e volume de importação, aplicados separadamente e a qualquer momento.

O agronegócio do Mercosul rejeita isso. Associações do bloco querem indicadores mensuráveis e transparentes para se definir "produto especial" e limitar sua aplicação e também limites para salvaguarda especial. No caso específico do Brasil, cerca de 52% das exportações agrícolas vão para países em desenvolvimento.

Indagado pelo Valor sobre o temor de exportadores brasileiros, Kamal Nath minimizou a questão. Argumentou que a Índia, por exemplo, importa cada vez mais do Mercosul e que está disposto a incluir "alguns" produtos agrícolas num acordo mais amplo

de preferências comerciais - que também poderão ser afetados por mecanismos para frear sua entrada no mercado indiano.

O embaixador brasileiro junto à OMC, Clodoaldo Hugueney, alertou, durante reunião com o mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, que um mecanismo de salvaguarda especial não poderá impor sobretaxa superior à tarifa consolidada para o produto na Rodada Uruguai.

Boa parte dos membros do G-33 é membro também do G-20. Negociadores em Genebra estimam que, apesar dos comunicados pouco ou nada flexíveis, na prática exportadores e importadores agrícolas mostram desejo de convergirem e evitarem mais divergências na fase decisiva da negociação.

O Brasil e a cúpula do G-8 - Rabih Ali Nasser – Valor Econômico – Opinião - 14/06/2007

Entre os resultados da cúpula do G-8 que se encerrou na última sexta-feira, é especialmente relevante para o Brasil o lançamento do chamado Heiligendamm Process, uma iniciativa que leva o nome do balneário alemão em que ocorreram as reuniões.

Ele é definido como "um diálogo sobre temas-chave da economia mundial, com o objetivo de alcançar resultados concretos até a cúpula do G-8 de 2009, na Itália". O objetivo é manter, durante os próximos dois anos, discussões mais estruturadas em torno dos seguintes temas: promoção de investimentos internacionais, promoção e proteção de pesquisa e inovação (leia-se propriedade intelectual), combate às mudanças climáticas, cooperação no setor de energia, e desenvolvimento sustentável, com ênfase no combate à pobreza na África.

Há várias leituras possíveis a respeito das implicações dessa iniciativa para o Brasil, desde as céticas às mais otimistas. Alguns dirão que se trata de mais uma iniciativa diplomática sem maior relevância prática. Para outros, este é o reconhecimento da liderança que o Brasil exerce no mundo em desenvolvimento. Uma análise mais pragmática, no entanto, tende a ser mais útil para entender como os interesses brasileiros serão afetados.

Em primeiro lugar, o G-8 só tomou essa iniciativa porque ela é tida como do interesse dos seus integrantes. Ela reflete a percepção de que é preciso dar maior peso à participação, hoje apenas marginal, do Brasil e dos outros quatro grandes países emergentes (China, Índia, África do Sul e México) nas discussões do grupo. Não por cortesia, mas porque esses países respondem por uma parte substancial do PIB e da população mundiais. Assim, é cada vez mais difícil, tanto em termos de eficácia quanto de legitimidade, decidir sobre temas importantes sem o envolvimento deles.

A questão da segurança energética e a busca de fontes de energia renováveis ilustram bem esse ponto. A liderança do Brasil na área de biocombustíveis o transforma em interlocutor necessário. O peso demográfico e o ritmo de crescimento da Índia e da China tornam essencial seus engajamentos em temas como mudanças climáticas e proteção da propriedade intelectual.

Em segundo lugar, os países industrializados parecem ter decidido criar um foro mais restrito para discussão de temas que lhes são caros com países relevantes no cenário internacional. Isso é visto, provavelmente, como uma forma mais eficaz de obter avanços do que discuti-los em organismos multilaterais, como a ONU ou a OMC. Ainda mais quando se considera que a resistência mais eficiente a soluções desequilibradas parte sempre dos maiores países em desenvolvimento, como foi o caso do G-20, impulsionado e

liderado por Brasil e Índia. Em se chegando a consensos com os maiores países em desenvolvimento, fica mais fácil estender as soluções ao resto do mundo.

O Brasil não ratificou os acordos bilaterais que assinou, nem está disposto a assumir compromissos sobre o tema nas negociações comerciais de que participa

Como exemplo, tome-se a questão dos investimentos internacionais. Os países mais ricos não conseguiram incluir o tema da promoção e proteção de investimentos na agenda da Rodada Doha. Tampouco conseguiram fechar, na década de 1990, um acordo sobre proteção de investimentos no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); contudo, eles têm acordos bilaterais de proteção de investimentos assinados com muitos países de pouco relevância econômica. Brasil e outros grandes países em desenvolvimento têm resistências históricas a regras excessivamente restritivas sobre esse tema. O Brasil não ratificou os acordos bilaterais que assinou, nem está disposto a assumir compromissos substanciosos sobre o tema nas negociações comerciais de que participa.

Em propriedade intelectual, não é diferente. O Brasil se recusa, como ocorreu nas negociações da ALCA, a aceitar regras mais estritas sobre propriedade intelectual do que as previstas no acordo TRIPs da OMC. Além disso, acaba de usar o mecanismo de licenciamento compulsório da patente de um medicamento anti-aids, criando um precedente perigoso para os interesses dos países mais ricos. As reticências da Índia e da China nesse tema também são largamente conhecidas.

A exemplo dos países do G-8, o Brasil deverá encarar esse processo como uma oportunidade de fazer avançar seus próprios interesses. O sucesso desse esforço dependerá da nossa capacidade de formular, internamente, políticas (de preferência, de Estado) claras a respeito dos temas envolvidos e de forjar, externamente, soluções que sejam vistas pelos demais participantes como mutuamente benéficas.

Na questão dos investimentos internacionais, por exemplo, a participação no processo impõe que o Brasil defina quais tipos de regulação internacional (multilateral ou bilateral) está disposto a aceitar, levando em consideração que está se tornando também um exportador de investimentos. O país certamente será pressionado sobre este tema, mas não precisará ficar na defensiva. Uma análise das legislações dos países ricos mostra que possuem regras que restringem a "liberdade de investimentos" que os membros do G-8 querem ver difundida. O Canada Investment Act e o Committee on Foreign Investment in the US, por exemplo, são utilizados pelo Canadá e pelos EUA para analisar investimentos estrangeiros nesses países, e podem levar à imposição de restrições ou mesmo à rejeição de um negócio.

Em suma, ao mesmo tempo em que este processo dá ao Brasil a possibilidade de se fazer ouvir e defender seus interesses em temas relevantes, deve servir de indutor para a definição de posições claras e bem informadas a respeito deles.

Rabih Ali Nasser é doutor em Direito Internacional pela USP. Professor do Gvlaw (FGV/SP). Sócio de Albino Advogados Associados.

Fazendeiros pressionam OMC para evitar corte de subsídios - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios -

Agricultores europeus enviam carta pedindo que não sejam aprovadas propostas em debate

Entidades representativas de 160 milhões de agricultores de todo o mundo apelaram aos ministros do Brasil, da índia, dos Estados Unidos e da União Européia para que não tomem decisões nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) que prejudiquem os pequenos produtores.

Em carta enviada aos ministros, a coalizão de fazendeiros de países africanos, asiáticos, latino-americanos e, principalmente, europeus insistem que o setor rural não pode ser tratado apenas como um elemento de comércio.

'Até agora, as negociações se limitaram a debater quanto as exportações agrícolas podem crescer. Isso não vai ajudar os fazendeiros nos países pobres', diz a carta, elaborada em Bruxelas pelos representantes do agricultores altamente subsidiados.

O comunicado foi iniciativa da poderosa Confederação de Cooperativas Agrícolas da Europa (Cogeca), que alerta que seus membros terão problemas para concorrer em um livre mercado. 'Fazendeiros em todo o mundo pedem um comércio justo, que garanta o desenvolvimento sustentável', afirmou a entidade. 'Se as propostas que estão na mesa forem aprovadas, a agricultura em muitas partes do mundo estará ameaçada.'

Uma das propostas dos fazendeiros é que o acordo garanta o direito de todos os países de ter produção doméstica. Os europeus são os mais interessados nisso, já que sabem que, diante do corte de subsídios e da eliminação de tarifas, podem perder mercados para Brasil, Argentina e outros países. Outra proposta e que cada país tenha o direito de indicar os produtos que quer manter protegidos.

DECISÃO

Os quatro governos (G-4) se reúnem na cidade alemã de Potsdam a partir de terça-feira para tentar fechar um acordo na Rodada Doha. Hoje, em Paris, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, se reúne com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, para a última conversa antes do encontro decisivo. Amorim passou a semana em Paris, acompanhando as negociações de diplomatas com os americanos, europeus e indianos.

Ate ontem, os americanos não haviam dado sinais de que poderiam reduzir seus subsídios para os níveis pedidos pelos países emergentes, de cerca de US$ 13 bilhões por ano. A Casa Branca já indicou que aceitaria o teto de apenas US$ 17 bilhões por ano.

A Rodada Doha foi lançada em 2001 e suspensa em 2006 por falta de acordo. O problema central foi a recusa dos americanos de reduzir seus subsídios agrícolas. O prazo para o acordo termina no fim deste mês.

FRASES

Trechos da carta enviada à direção da OMC

'Fazendeiros em todo o mundo pedem um comércio justo. Se as propostas que estão na mesa da OMC forem aprovadas, a agricultura em muitas partes do mundo estará ameaçada'

'Até agora, as negociações se limitaram a debater o quanto as exportações agrícolas podem crescer. Isso não vai ajudar os fazendeiros nos países pobres'

G-4 encerra reunião em Paris sem acordo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 15/06/2007

A negociação entre o Brasil, Estados Unidos, União Européia (UE) e Índia, o chamado G-4, deverá terminar hoje em Paris sem progressos nos pontos principais que bloqueiam a Rodada Doha, jogando sombras nas perspectivas de acordo preliminar nos próximos dias.

A reunião de altos funcionários dos quatro países na capital francesa começou terça-feira. O objetivo era buscar convergências sobre cortes de tarifas e subsídios agrícolas e industriais, a serem levados para os ministros do G-4 decidirem na semana que vem, em Potsdam (Alemanha), no chamado "vai ou racha" da negociação global. Ficou claro, entretanto, que os altos funcionários têm limites sobre o que negociar, o que dificultou entendimentos até mesmo sobre opções de liberalização.

Os EUA continuam recusando ceder em subsídios domésticos agrícolas, ponto considerado essencial por Brasil e India para haver avanço na negociação global. Os americanos admitiriam limitar o total de subsídios domésticos a US$ 17 bilhões, quando o montante que deram no ano passado foi de US$ 11 bilhões.

Também a UE não oferece melhora para a entrada de produtos agrícolas em seu mercado. Na verdade, Bruxelas concentra suas baterias para arrancar do Brasil e da Índia compromisso de amplos cortes de tarifas de importação de produtos industriais, mas sem sucesso.

Os europeus insistem numa fórmula com coeficiente abaixo de 20 na área industrial. Isso significaria para o Brasil derrubar a tarifa média aplicada de 11% para 8,7% (sem flexibilidade) ou 9,2% (com flexibilidade para setores sensíveis). Na semana passada, o comissário de comércio Peter Mandelson saiu aparentemente pessimista, depois de discutir o tema industrial com o ministro Celso Amorim, em Genebra.

O sentimento no G-4 é de maior cautela diante de pontos muito difíceis que vão ser empurrados para os ministros. Pode acontecer deles tampouco poderem bater o martelo e argumentarem que a barganha precisará de intervenção dos chefes de Estado e de governo.

Amorim permaneceu na capital francesa para reagir rapidamente aos pedidos de orientação da delegação brasileira. Certos analistas estimam que Brasil e Índia tiveram sua

margem de manobra reduzida no G-4 com os comunicados das alianças de quase cem países em desenvolvimento, que insistiram para os dois fincarem pé na defesa de produtos industriais e no ataque aos subsídios dos ricos.

Ocorre que o comunicado do G-20 sobre agricultura foi preparado pelo Brasil, e o do G-33, pela Índia. A experiência mostra que esses textos sinalizam posições, mas na mesa de negociação fala-se outra coisa.

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê um encontro com Amorim, hoje em Paris. Lamy advertiu que, se houver fracasso do G-4 em Potsdam, ainda haverá tentativas em Genebra.

O desmonte do Mercosul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/06/2007

Ministros do Mercosul devem reunir-se em Buenos Aires, hoje, no meio da mais grave crise da história do bloco. Devem discutir o encontro presidencial marcado para 20 e 21 de julho, o processo de incorporação da Venezuela e planos para a miniconferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) prevista para o fim do mês em Genebra. Se formularem uma estratégia comum para essa miniconferência, terão ganho o dia.

O encontro de Genebra será uma das últimas oportunidades, se não a última, de se concluir a negociação global de comércio, a Rodada Doha, até o primeiro semestre do próximo ano. Para romper o impasse, todos os principais negociadores deverão aprontar-se para apresentar melhores propostas de acesso a mercados tanto para produtos agrícolas quanto para bens industriais.

Embora participem separadamente da Rodada Doha, os países do Mercosul terão de entrar em acordo sobre as concessões comerciais. Sendo membros da uma união aduaneira, deverão levar em conta, em suas ofertas, a Tarifa Externa Comum (TEC).

Terão de conciliar, portanto, interesses divergentes quanto à abertura de seus mercados para parceiros de fora do bloco. Isso poderá limitar o alcance de suas ofertas e reduzir sua capacidade de negociar.

Há diferenças importantes, nesse caso, não só entre as maiores e as menores economias do Mercosul. Também os países mais industrializados do bloco, Brasil e Argentina, têm dificuldades para um acordo quanto às concessões comerciais aos países de fora.

As mesmas divergências têm comprometido a eficiência do bloco há alguns anos. As negociações com a União Européia foram paralisadas. O comércio intra-Mercosul tem sido prejudicado pelas alegadas assimetrias entre as indústrias brasileira e argentina. Os sócios menos industrializados, Paraguai e Uruguai, queixam-se de abandono e ameaçam buscar acordos de livre comércio com os Estados Unidos, tentando contornar por sua conta o impasse da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

No caso do Uruguai, a limitação das oportunidades comerciais não é o único motivo de queixa. O governo brasileiro recusou, até agora, o papel de mediador entre uruguaios e argentinos no conflito em torno das fábricas de celulose à margem do Rio Uruguai. A disputa foi transferida para a Corte Internacional de Haia.

Nessas condições, os uruguaios não podem ter grande interesse em permanecer na união aduaneira ou mesmo em contribuir para a preservação do Mercosul. O bloco não atende a nenhuma de suas necessidades mais importantes. Os paraguaios não têm motivo para maior otimismo quanto ao futuro da associação com seus maiores vizinhos.

Mas as perspectivas do bloco tendem a piorar, com a inclusão da Venezuela como sócio pleno. A articulação de interesses no interior do bloco ficará mais difícil, com a presença do presidente venezuelano Hugo Chávez. Os poderes de voto e de veto são iguais para todos os sócios. Assim, qualquer negociação com outros blocos ou com países de fora dependerá dos interesses políticos de um associado com pretensões de liderança política e, por isso, desagregador. Hugo Chávez tem-se mostrado incapaz de respeitar limites diplomáticos e de agir de forma conciliadora. Ao contrário: é um fator de desagregação regional.

Incluir a Venezuela de Chávez no Mercosul corresponderá a enterrar, ninguém sabe por quanto tempo, as possibilidades de uma integração comercial do Hemisfério. Os ganhos econômicos para o bloco serão nulos. Qualquer ampliação dos laços com a Venezuela seria alcançável por meio de um acordo de livre comércio - e sem o mesmo custo diplomático.

Se houvesse, hoje, um pouco mais de sensatez e objetividade em sua diplomacia econômica, Brasília desistiria da farsa da união aduaneira e proporia o retorno do Mercosul à condição de zona de livre comércio. Cada país ficaria livre para negociar acordos comerciais com quaisquer parceiros. Os conflitos entre vizinhos seriam tratados com maior realismo, sem o esforço para preservar uma união fictícia. Nada aponta, no entanto, para o fim da farsa. Salvo uma grande surpresa, continuará a desagregação do bloco, acelerada pela inclusão de um sócio inoportuno.

EUA vão seguir UE na agricultura - EFE – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2007

Se os europeus abrirem seu setor agrícola, os Estados Unidos farão o mesmo, afirma o presidente Bush - O presidente George W. Bush prometeu ontem que os Estados Unidos seguirão os passos da União Européia se o bloco abrir seu setor agrícola para obter um acordo ambicioso na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As negociações da OMC estão em um momento decisivo no qual são necessárias decisões "difíceis", disse Bush em ato sobre desenvolvimento global e luta contra a pobreza realizado em Washington. "Agora é o momento de estarmos juntos e fazermos deste mundo um mundo de livre comércio."

Bush disse que "os países da Europa devem tomar uma decisão difícil na agricultura, e os do G-20, na indústria". O Grupo dos 20 é formado por países em desenvolvimento e exportadores agrícolas, como o Brasil.

Se o G-20 ceder no setor industrial, acrescentou, "os Estados Unidos estão preparados para tomar uma decisão difícil com eles", para que as negociações para a liberalização do comércio mundial possam ser encerradas com um acordo justo e positivo para todos. Esta é a mensagem que o presidente transmitirá aos líderes europeus na cúpula bilateral entre UE e EUA que será realizada na quarta-feira em Viena. Também será comunicada pela nova representante de Comércio Exterior, Susan Schwab, aos integrantes da OMC.

"Estamos dispostos a tomar medidas na agricultura, nos serviços e na indústria, mas esperamos que as outras nações façam o mesmo. Esperamos que nos dêem acesso a seus mercados", afirmou Bush.

As negociações entre os 150 membros da OMC estão há anos mergulhadas em disputas. Os países em desenvolvimento, como Brasil e Índia, exigem que os EUA, a UE e outras nações ricas abram seus mercados agrícolas e concedam menos subsídios aos produtores.

Os países desenvolvidos querem que as nações em desenvolvimento reduzam suas barreiras nos setores industrial e de serviços. Os Estados Unidos parecem decididos a dar um impulso à agenda comercial diante da proximidade do prazo estabelecido pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, para que os membros do organismo aproximem suas posições, que vence no fim do ano. Lamy recomendou que os países se reúnam no fim de junho em Genebra.

Bush reafirmou ontem o compromisso dos EUA para fazer as negociações avançarem.Segundo ele, essas medidas precisam ser tomadas "não apenas para beneficiar nossas economias", mas também porque o comércio mostrou ser uma forma de combate à pobreza.

Bush ressaltou que a luta contra a pobreza interessa a todos, inclusive para a segurança dos países ricos, pois os países mais fracos e pobres são atraentes para "terroristas, tiranos e criminosos" criarem refúgios. "Ajudando as nações pobres a criar um futuro mais promissor, estamos construindo prosperidade e reduzindo a atração do radicalismo", afirmou o presidente americano.

O discurso soma-se à série de atos públicos de Bush nos últimos dias e à sua viagem de surpresa a Bagdá, numa tentativa de recuperar sua popularidade após a morte do líder da rede terrorista Al-Qaeda no Iraque, Abu Musab al-Zarqawi.

A estratégia parece estar surtindo efeito, pois as pesquisas recentes apontam alta do índice de aprovação, que há um mês estava entre 29% e 33% e agora está acima dos 35%.

Adesão ao Mercosul ameaçada - *EFE E AP* – Estado de São Paulo – Internacional – 18/06/2007

O ministro de Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro, admitiu ontem que a repercussão internacional do fechamento da TV opositora RCTV pode atrasar a entrada de seu país no Mercosul. "Talvez (a polêmica) bloqueie o ingresso (no Mercosul) por um tempo", disse. Nos Parlamentos do Brasil e do Uruguai, a oposição ameaçou bloquear a adesão da Venezuela, que já passou pelos Legislativos da Argentina e do Paraguai. No caso do Congresso brasileiro, as ameaças foram feitas após o presidente Hugo Chávez acusar o Senado do Brasil de ser "papagaio" do Legislativo dos EUA, o que abriu uma crise diplomática entre os dois países. Para a oposição brasileira, a existência da "cláusula democrática" no texto constitucional do Mercosul justificaria a exclusão da Venezuela.

Acordo negociado por diplomatas na OMC desagrada exportadores - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2007

Em reuniões sigilosas, representantes do setor privado tentaram impor garantias de acesso ao mercado europeu

Às vésperas da reunião decisiva da Organização Mundial do Comércio (OMC), o setor agrícola brasileiro alerta que o governo está perto de fechar um acordo de cotas com a Europa, no marco da Rodada Doha, que está abaixo do que os exportadores esperavam como resultado dos mais de seis anos de negociações em Genebra.

Nos últimos dias, diplomatas brasileiros vêm tentando convencer o setor privado nacional a aceitar um acordo em termos de acesso a mercados. Os exportadores estão avaliando os números do acordo final, mas exigem que o governo consiga novas concessões dos europeus.

Uma série de reuniões sigilosas ocorreram nos últimas dias em Paris, entre Brasil, Índia, Europa e Estados Unidos. Segundo diplomatas, vários 'movimentos estratégicos' foram feitos. A partir de amanhã, será a vez dos ministros dos quatro governos conhecidos como G-4 se reunirem para tentar um entendimento e salvar a Rodada Doha de um fracasso. O encontro ocorre em Potsdam.

Uma das fórmulas escolhidas para destravar o processo é a negociação de produtos individuais de interesse do Brasil. Setores como o de carne bovina, frango, soja, açúcar são alvo de debate com os europeus para que se encontre fórmula matemática que possa permitir cotas de exportação para o Brasil.

Dados que Brasília vem passando ao setor são considerados 'preocupantes' para os exportadores, que preferem manter o anonimato diante da confidencialidade das informações. Segundo fontes em Genebra, o setor privado pode até aceitar as propostas

oferecidas pela diplomacia brasileira, mas a decisão será política, não comercial. Entre os exportadores, os próximos dias serão críticos na definição de posições.

O valor das cotas oferecidas pelos europeus não foi revelado pelos empresários brasileiros. Mas eles alertam que são bem menores que o que esperavam obter com o acesso ao mercado europeu. Segundo o governo brasileiro, o que o setor agrícola pede hoje é um acesso duas vezes maior que as atuais exportações ao mercado europeu.

Um dos representante dos exportadores alerta que o estabelecimento de cotas vai congelar as condições de acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu por alguns anos. Portanto, essas cotas precisariam ser amplas o suficiente para permitir que o atual crescimento das exportações continue.

O governo alerta que não está apenas negociando o setor agrícola na OMC e, para toda exigência que fizer, será cobrado também na abertura do mercado nacional para o setor industrial e de serviços.

FIM MEDÍOCRE

Outro argumento é que o maior acesso a mercados específicos serão negociados em acordos bilaterais, como entre Mercosul e UE, o que poderia ser retomado a partir do próximo semestre. 'Aceitaremos um fim modesto, que represente um avanço.Mas nunca um fim medíocre, depois de 21 anos de negociações', alertou Pedro de Camargo Neto, representante da Sociedade Rural. Para ele, os países não estão negociando desde 2001, mas sim desde 1986, quando ocorreu a Rodada Uruguai, que não resultou em ganhos para os exportadores agrícolas.

André Nassar, presidente interino do Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais (Icone), aponta que ainda é difícil saber o quanto o Brasil ganhará com as negociações. A preocupação é que hoje a OMC é a única negociação em que o Brasil está envolvido. 'Um acordo na OMC é importante, mas do ponto de vista da estratégia da inserção do Brasil nos mercados teremos de ir além. Vamos ter de buscar acordos bilaterais e nos aproximar dos mercados asiáticos.'

Para diplomatas em Genebra, tudo leva a crer que o acordo será mais modesto do que todos imaginavam em 2001.

O embaixador da Venezuela na OMC, Oscar Carvalho, estima que o acordo apenas 'congelará' o que cada país já pratica hoje, sem permitir que os subsídios aumentem nos países ricos de forma significativa. Mas também sem determinar um corte suficiente para reduzir as distorções no mercado internacional.

Na área industrial, o embaixador não acredita que os países emergentes estejam dispostos a cortar tarifas e a única medida será a redução das tarifas consolidadas. No caso do Brasil, a diferença é significativa. O País aplica tarifas médias de 13%, mas os valores são de fato de 35%. A redução seria calculada com base na tarifa de 35%.

Saída para evitar fracasso é um acerto político modesto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2007

Governo americano perde poder de negociar acordos no fim deste mês

Depois de seis anos de incansáveis reuniões em várias partes do mundo, encontros secretos, centenas de páginas de propostas, disputas e mesmo momentos de duros ataques verbais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) terá, a partir de amanhã, uma reunião que vai determinar se a negociação poderá ser fechada neste ano ou se será adiada até o fim da década ou mesmo depois.

Em Genebra, cresce o sentimento de que os países acabarão fechando um acordo mais modesto para salvar a imagem da OMC, que, na prática, terá pouco impacto comercial. 'Os obstáculos hoje são políticos', admite Pascal Lamy, diretor da entidade.

Os ministros de Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa (o G-4) vão se isolar em um hotel na cidade alemã de Potsdam durante toda a semana para tentar um acordo. O hotel escolhido foi o Cecilianhof, o mesmo onde, em 1945, Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido decretaram a derrota e a divisão da Alemanha, derrotada na 2ª Guerra Mundial.

Desta vez, a guerra promete ser apenas de números do comércio. Os quatro governos que vão a Potsdam são considerados os principais do processo e todos concordam que um entendimento entre esses ministros abrirá caminho para um acordo entre os 150 países da OMC nas próximas semanas.

De um lado, americanos e europeus representam os tradicionais países ricos, que, por décadas, negociaram acordos comerciais entre si e exigiram que os países pobres e em desenvolvimento os respeitassem.

Desta vez, o cenário é diferente e Brasil e Índia passaram a fazer parte do grupo que poderá tomar decisões que afetarão o comércio mundial pelos próximos dez anos.

A negociação foi lançada em 2001, em Doha, e interrompido há um ano por falta de acordo entre o G-4. Agora, o prazo está ligado com o sistema político americano. A autorização do Congresso para a Casa Branca negociar acordos comerciais expira no fim deste mês. Depois, os países poderão ter de esperar até 2009 e um novo presidente americano para retomar o processo.

Quem mais perderá com o fracasso das negociações são os países emergentes. Isso porque a Rodada Doha tem o objetivo de garantir que os países emergentes possam desfrutar de condições mais apropriadas para tirar vantagem dos mercados internacionais.

O Banco Mundial estima que o êxito da rodada contribuiria muito para o combate à pobreza. 'Um acordo na OMC fortalecerá a economia mundial e nos ajudará nos planos de desenvolvimento', afirmou Robert Zoellick, futuro presidente do Banco Mundial e ex-

negociador americano de temas comerciais. 'O comércio mundial está viciado em subsídios dos países ricos. O pior é que nem sequer podemos nos defender, diante das regras hoje existentes no mundo', afirmou Abdulaye Wade, presidente do Senegal, que passou por Genebra e cobrou uma solução de Lamy.

PROPOSTAS

Para evitar o fracasso, o G-4 terá de superar diferenças profundas em vários temas. O principal são subsídios americanos aos seus agricultores. Hoje, o teto permitido pela OMC para que a Casa Branca distribua subsídios é de mais de US$ 40 bilhões por ano. Pela proposta de Washington, um novo teto seria estabelecido em cerca de US$ 22,5 bilhões. Mas os países emergentes e europeus ainda acham muito, sobretudo porque, na prática, o governo americano 'só' distribuiu US$ 11 bilhões em 2006. Portanto, o novo teto permitiria que os EUA elevassem os subsídios nos próximos anos, ao invés de reduzir.

Os emergentes já avisaram que querem o novo limite em torno de US$ 13 bilhões. Em Paris, na semana passada, a delegação americana disse aos demais membros do G-4 que não tem como ir abaixo de US$ 17 bilhões.

A recusa dos EUA em fazer mais concessões também impede os europeus aceitem reduzir as suas tarifas de importação para alimentos, outra demanda do Brasil e dos demais emergentes para ampliar os mercados. Os europeus aceitariam um corte de apenas 39% de suas tarifas, os emergentes querem redução de 54%. Bruxelas teme que produtos americanos subsidiados ganhem o mercado da UE, pois se tornam mais competitivos.

EUA e UE ainda alegam que só vão abrir seus mercados se os países emergentes abrirem os seus para bens industriais e serviços. Para Susan Schwab, representante dos EUA, o acordo terá de abrir novos fluxos no setor industrial.

Pascal Lamy negocia com chineses – O Globo – Economia – 18/06/2007

Diretor-geral da OMC pedirá a continuidade da Rodada de Doha

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, deu início ontem em Pequim, na China, a uma visita oficial de quatro dias ao país. Ele pretende conquistar o apoio do governo local para dar continuidade às negociações da Rodada de Doha. Lamy vai se reunir com autoridades das áreas de comércio, finanças e do Banco Central chinês.

Segundo a agência estatal chinesa de notícias Xinhua, Lamy transmitirá a mensagem de que os países em desenvolvimento também vão contribuir com as negociações. Isso daria à China, portanto, espaço para fazer e recusar propostas.

A China não aceita os subsídios que alguns países, principalmente europeus, oferecem ao setor agrícola.

As tentativas de acordo foram suspensas em julho do ano passado pelo próprio oficial da OMC.

A visita de Lamy coincide com a reunião dos representantes do Grupo dos Quatro (Estados Unidos, União Européia, Índia e Brasil), na Alemanha.

A pressão desses países é para que a China seja mais flexível a um acordo.

Aprovada criação do Instituto Social do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2007

Patrus Ananias Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A XII Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados (Rmads), o Mercosul Social, que aconteceu no último sábado (16/06), em Assunção (Paraguai), aprovou a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) com o objetivo de contribuir para alcançar as Metas do Milênio, reduzir a pobreza e a desigualdade e amparar a infância. O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participou do evento, ao lado de ministros de nove países – Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador, Bolívia, Colômbia e Peru.

Com sede permanente em Assunção, o ISM criará o Instituto de Estatísticas Integradas, cujo site deverá entrar no ar nos próximos dias. Os temas abordados serão saúde, assistência social e indicadores sócio-econômicos. O plano de trabalho do ISM está sendo elaborado e deve ser aprovado na próxima Reunião de Ministros, no segundo semestre, no Rio de Janeiro.

Durante sua fala na reunião, o ministro Patrus Ananias apresentou a primeira edição do Boletim Informativo Mercosul Social, um balanço dos seis meses de trabalho do Brasil à frente da presidência do Mercosul Social, que é alternada a cada semestre entre os países membros plenos – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Enquanto esteve na presidência, no segundo semestre de 2006, o Brasil sediou diversos encontros que representaram a continuidade do avanço para o fortalecimento da dimensão social do Mercosul, com o estabelecimento de um canal inédito de diálogo entre os governos e a sociedade civil. Em novembro do ano passado, o Foro Mercosul Social foi o primeiro encontro em que governos e sociedade civil dos países do bloco discutiram o processo de integração social, além dos principais problemas comuns enfrentados na região. O debate teve como resultado a Carta de Foz do Iguaçu, que reforça a importância do diálogo, a promoção do desenvolvimento social na região e o desafio de diminuir as diferenças dentro do bloco e no âmbito de cada um dos membros do Mercosul.

Ainda na reunião foram apresentados programas sociais do Paraguai e Uruguai sobre Economia Social de Fronteira e foi criado o Observatório Social da América Latina, com dados, análises e cenários da região. No final, a ministra do Paraguai, Judith Andraschko, destacou a importância dos trabalhos realizados durante todo o sábado (16/06) e a vontade política dos ministros na busca de encaminhamento das propostas. Ela ratificou o compromisso do Paraguai para dar impulso às ações definidas na reunião. Na noite do dia 15/6, o ministro Patrus deu entrevista para um canal de televisão do Paraguai, junto com ministros do Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Histórico - A Rmads (Mercosul Social) foi criado em 2001 e é uma instância setorial do Mercosul que visa fortalecer o desenvolvimento social e priorizar as ações de combate à pobreza na região. Sua atuação se dá através da criação e consolidação de um espaço técnico-político para intercâmbio de experiências e concertação política entre os países membros em matéria de desenvolvimento social.

As reuniões são encontros sistemáticos de trabalho, mantidos semestralmente e que visam estimular o intercâmbio de experiências nacionais bem-sucedidas relativas ao desenvolvimento de programas sociais e de indicadores sociais que sirvam de base para o

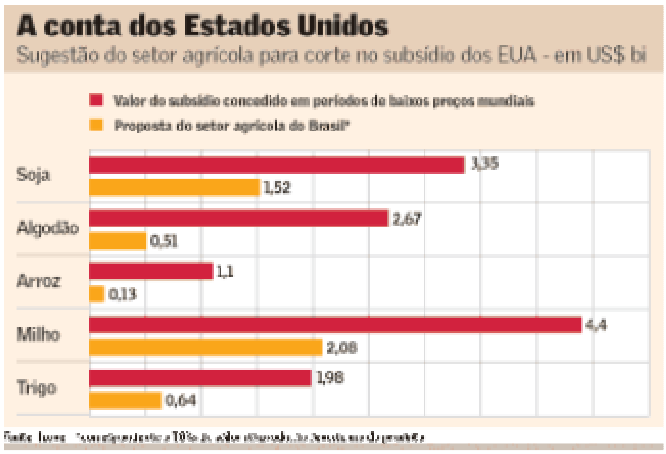
estabelecimento de metas de desenvolvimento comuns no âmbito do Mercosul. Nos encontros são discutidas linhas de ação voltadas para a elaboração e implementação de políticas sociais para os países do Mercosul Social a fim de construir posicionamento comum entre eles.

Agricultor quer subsídio por produto nos EUA - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2007

O setor agrícola brasileiro fez as contas e está demandando que os Estados Unidos estabeleçam um teto máximo para o apoio que concedem por produto durante as negociações da Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). A sugestão do Brasil é que o limite seja de 10% do valor da produção. Os exportadores agrícolas nacionais acreditam que esse teto evitará que os subsídios americanos distorçam os preços internacionais e reduzirá o número de contenciosos na OMC.

Conforme cálculos do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), os EUA deveriam limitar os subsídios anuais concedidos aos agricultores a US$ 2,08 bilhões para o milho, US$ 1,52 bilhão para a soja, US$ 640 milhões para o trigo, US$ 510 milhões para o algodão e US$ 130 milhões para o arroz.

Caso fossem aceitos como parâmetros na Rodada Doha, esses valores significariam cortes profundos nos subsídios que os americanos já chegaram a oferecer aos seus produtores. Em comparação com períodos de queda dos preços das commodities, quando o montante de subsídios agrícolas aumenta, esses limites representam cortes entre 49% e 88% no apoio doméstico dos Estados Unidos por produto.



Os produtores de arroz e algodão americanos seriam os mais prejudicados pela proposta brasileira. Entre 2000 e 2002, época de preços ruins para essas commodities, os Estados Unidos deram por ano US$ 2,67 bilhões e US$ 1,1 bilhão, respectivamente, aos seus agricultores para compensar a perda de renda.

Cinthia Cabral da Costa, pesquisadora-sênior do Icone e autora do estudo, explica que o subsídio do governo americano evita que os agricultores do país reduzam a área plantada em tempos de preços baixos. Sem uma queda na oferta dos Estados Unidos, que é um importante produtor agrícola, o mercado mundial tem dificuldades para se ajustar e os preços caem ainda mais, prejudicando os demais exportadores, como o Brasil.

É com base nesse argumento que os países em desenvolvimento reunidos no G-20 e liderados por Brasil e Índia pedem aos Estados Unidos que reduzam o apoio doméstico aos agricultores. O G-20 propõe que os Estados Unidos limitem seus subsídios a US$ 12 bilhões, enquanto a maior potência do planeta admite um corte para US$ 17 bilhões apenas em conversas informais.

Para o Brasil, porém, não basta um corte geral do apoio doméstico americano. É preciso limitar o montante para cada produto, porque os subsídios dos Estados Unidos são muito concentrados. Cerca de 75% dos gastos do país vão para apenas cinco commodities: algodão, soja, milho, trigo e arroz. A proposta do Icone representaria uma mudança significativa na situação, pois os EUA poderiam aplicar apenas US$ 6 bilhões nesses produtos - metade do volume total de subsídios proposto pelo G-20 para o país. Os US$ 6 bilhões restantes poderiam ser utilizados com a condição de serem destinados a outras commodities.

Pelo tamanho da produção, o milho é o produto agrícola que arremata o maior volume de recursos dos cofres americanos: 31% do total. É seguido pelo algodão, com 18%, a soja e o trigo com 10% cada e, por último, o arroz, com 6%. Apesar de receber o menor volume de recursos, o arroz, cuja safra é pequena, é de longe o produto mais protegido. Os subsídios correspondem a 87% do valor da produção de arroz dos EUA. Essa relação está em 63% no caso do algodão. Para o milho e para a soja, os subsídios correspondem a 26% e 11% do valor da produção, respectivamente.

Para fazer esses cálculos, o Icone, que é financiado por associações agrícolas, baseou-se nas conclusões do painel do algodão, processo vencido pelo Brasil na OMC que condenou os subsídios dos EUA exatamente por distorcerem os preços internacionais. "Se for estabelecido um teto por produto nos valores que propomos, os painéis contra os subsídios americanos deixarão de acontecer, porque o problema estará resolvido", diz Cinthia. Depois do sucesso do Brasil, o Canadá estuda a abertura de um painel contra os EUA por conta dos subsídios do milho, enquanto os países do Mercosul pensam um processo no arroz.

Com a aproximação de um desfecho para a Rodada Doha - o prazo factível para avançar termina em 30 de julho - as discussões se tornam cada vez mais técnicas. Inicialmente, os EUA não concordavam em limitar os subsídios por produto e argumentavam que se tratava de uma interferência indevida em sua política interna. Hoje, os americanos já aceitam a idéia, mas dificilmente concordarão com os rígidos limites propostos pelo Brasil.

Após Doha, Brasil buscará acordos bilaterais - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2007

Esperançoso de que será possível conseguir até o fim do ano um acordo entre os países sócios da Organização Mundial do Comércio (OMC), o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, já fala em um "segundo tempo" nas negociações internacionais do Brasil: assim que for definido o rumo da chamada Rodada Doha, o que o governo espera para este ano, o Brasil deve se engajar em negociações bilaterais de abertura de mercados, a começar pelo acordo Mercosul-União Européia.

"Temos de ter realismo e saber que essa não é uma rodada para acabar com todas as rodadas", comentou Amorim, em conversa por telefone, de Paris, onde acompanhou até a sexta-feira as discussões dos técnicos que prepararam a reunião que ocorre nesta semana, em Potsdam, Alemanha, de ministros do G-4 - Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia. A reunião, destinada a encontrar pontos comuns para avançar a negociação da Rodada Doha, pode, ao final, ser ampliada com a participação de Japão e Austrália.

Em reuniões bilaterais, como as do Mercosul-UE, poderão haver ofertas de difícil realização no ambiente multilateral da OMC, afirma o ministro. Os países do Mercosul temem exportações de outros países em desenvolvimento, especialmente a China. Amorim insinua que um acordo com os europeus poderia ter maiores reduções para importações de têxteis pelo Mercosul, por exemplo. "Teremos como oferecer bilateralmente coisas que não podemos oferecer no âmbito multilateral", diz ele.

Os negociadores tentam um acordo sobre as linhas gerais (modalidades) da negociação na OMC até julho, para permitir um acordo final até o fim do ano, antes de iniciada a campanha presidencial nos Estados Unidos.

Amorim reiterou que não aceita um acordo na OMC que não traga redução substancial dos subsídios que distorcem o comércio dos produtos agrícolas, e uma razoável abertura de mercado dos países ricos aos exportadores agrícolas das nações em desenvolvimento. O Brasil se disporá, após negociar com os parceiros do Mercosul, a fazer concessões de abertura para importações de bens industrializados, mas, insiste o ministro, só na medida em que não ameace a sobrevivência da indústria nacional.

"Há pisos mínimos (de redução de tarifas de importação) que não poderemos passar de qualquer maneira, não vamos fazer", disse o ministro. "Por outro lado, temos de ter um elemento de barganha, uma exchange rate (taxa de câmbio), não no sentido do câmbio monetário, mas de troca na negociação". A barganha, esclarece o ministro, dependerá da abertura que os países ricos oferecerem aos exportadores agrícolas dos países em desenvolvimento, como os do Mercosul.

Amorim reagiu, porém, às pressões, vindas até do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, por maiores concessões comerciais dos países em desenvolvimento. "Algumas vezes sinto ambição excessiva e desproporcional em relação aos países em desenvolvimento. Afinal, é uma rodada do desenvolvimento, não contra o desenvolvimento", comentou o ministro.

"Acho engraçado os que começam a dizer que está nas mãos do Brasil a rodada, é uma inversão muito grande da situação", disse, em resposta às cobranças de Lamy, lembrando que o Brasil tem baixas tarifas de importação em agricultura e não dá subsídios a seus produtos agrícolas de exportação. "A rodada está nas mãos de quem subsidia, que detém o cofre, com bilhões", ironizou.

O ministro lembra sua participação na reunião do G-8 (grupo das maiores economias mundiais e a Rússia), na Alemanha, há duas semanas, para justificar seu

otimismo em relação às reuniões dos próximos dias. "Vejo boa vontade, desejo de avançar, disposição, que percebi tanto nas conversas políticas no G-8 como em conversas pelo corredor", comentou.

Ele acredita que não será problemático obter o compromisso dos Estados Unidos com a redução de seus subsídios a um patamar mais próximo dos US$ 12,1 bilhões reivindicados pelo G-20 (grupo dos países em desenvolvimento que cobra abertura agrícola e tratamento diferenciado na OMC). Em 2006, os subsídios americanos ficaram abaixo desse valor, mas já foram superiores a US$ 25 bilhões.

O ministro lembrou que já está praticamente assegurado entre os membros do G-4 o apoio à proposta de tetos não só para o total dos subsídios agrícolas, mas também para cada produto. "Tem de ter disciplina por cada produto, senão jogam todos os subsídios em um produto só, e nos estragam a vida."

Ele acredita que a negociação "evoluiu muito", por já haver garantias de que haverá tetos para os subsídios da chamada "caixa azul" (que não distorcem o comércio, como assistência técnica), além da "caixa amarela" (subsídios distorcivos, que levam à superprodução ou garantem preços acima dos internacionais). Em julho, falava-se em teto de 5% do PIB agrícola para a caixa azul; hoje já se negociam 2,5% como teto, exemplificou.

Interesse dos EUA permitirá acordo na OMC - Ricardo Balthazar –Valor Econômico – Especial - 18/06/2007

Os ministros envolvidos com as negociações da Rodada Doha de liberalização comercial já anunciaram tantas vezes que estavam perto de um acordo que muita gente cansou de esperar. Nesta semana eles estarão de volta com uma série de reuniões em Potsdam, na Alemanha, mas um dos maiores especialistas do mundo nesse assunto acha que é bom prestar atenção desta vez.

Para o economista indiano Jagdish Bhagwati, as discussões chegaram a uma etapa decisiva por uma razão simples. Os Estados Unidos perceberam que correm o risco de perder oportunidades comerciais valiosas se não fecharem logo um acordo que permita destravar as negociações e vencer resistências localizadas no Congresso americano.

Dentro de duas semanas expira a autorização legislativa especial de que a Casa Branca precisa para negociar acordos nessa área. Conhecida como Autoridade para Promoção Comercial (TPA, na sigla em inglês), ela só será renovada se os congressistas acharem que os benefícios econômicos da Rodada Doha compensarão as concessões que os EUA serão obrigados a fazer.

Para Bhagwati, a chave que pode destravar as negociações está na mão dos americanos. "Os Estados Unidos têm exigido o máximo de países como o Brasil e a Índia, mas têm feito concessões mínimas", disse ao Valor. "Eles precisam cortar mais seus subsídios agrícolas se quiserem obter maiores concessões dos países em desenvolvimento."

Bhagwati acompanhou de perto as negociações que levaram à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) no início da década de 90 e assessorou a instituição até recentemente. Com 72 anos de idade, estabeleceu-se há vários anos nos EUA. Bhagwati é professor na Universidade Columbia e trabalha no Conselho de Relações Exteriores, um influente centro de estudos americano.

O economista ganhou prestígio nos últimos anos vendendo um conceito simples, que ainda desperta controvérsia. Bhagwati acredita que os países em desenvolvimento têm

mais a ganhar com a abertura de seus mercados do que imaginam os críticos da globalização. Publicado em 2004, o livro "Em Defesa da Globalização" é um resumo acessível de suas idéias.

Ele agora anda preocupado com a intensidade dos sentimentos protecionistas em países como os EUA. É o assunto de seu próximo livro, que deve ser publicado em setembro. Bhagwati teme que o processo de abertura comercial em curso seja interrompido por causa do medo que a acirrada competição internacional dos dias de hoje tem disseminado no mundo. Para ele, uma freada a esta altura seria especialmente ruim para nações em desenvolvimento como Brasil e Índia. O economista recebeu o Valor em seu escritório no centro de Nova York, a um quarteirão do Central Park.

Valor: *As negociações para a retomada da Rodada Doha parecem ter chegado a uma etapa decisiva. Essa conversa tem algum futuro?*

Jagdish Bhagwati: Os Estados Unidos têm exigido o máximo de países como o Brasil e a Índia, mas têm feito concessões mínimas. Não é uma estratégia sensata para concluir a rodada. Mesmo assim, estou otimista. Os americanos começaram a perceber que o sucesso das negociações é do seu interesse. O governo precisa de avanços nas discussões da rodada para convencer o Congresso a renovar a TPA. Se a rodada fracassar, o Congresso deixará a autorização expirar, outros países começarão a negociar acordos bilaterais e regionais, e os EUA ficarão de fora, sem poder fazer nada para evitar os prejuízos que suas empresas irão sofrer.

Valor: *O que é preciso fazer para romper o impasse atual?*

Bhagwati: Há muito espaço para melhorar a proposta dos EUA na área agrícola. Seria impossível obter apoio do Congresso para reduzir a ajuda do governo aos agricultores americanos. Mas eles poderiam mudar a composição dos subsídios, diminuindo os recursos disponíveis para incentivos que distorcem o comércio agrícola e transferindo esse dinheiro para programas de conservação ambiental e outras iniciativas. Muitas pessoas acham que os americanos continuariam trapaceando mesmo assim, mas nesse caso eles poderiam ser processados na OMC, como o Brasil demonstrou com a ação contra subsídios do algodão.

Valor: *Países em desenvolvimento como o Brasil e a Índia não poderiam abrir mais seus mercados para produtos importados, como os americanos têm insistido?*

Bhagwati: Há pouco mais de uma década a média das tarifas de importação em vigor na Índia para produtos industriais era de 75%. Hoje elas estão em 10%. Não me parece tão ruim assim. O governo indiano fez novos cortes em algumas tarifas no início do ano. Mas é inútil esperar que a Índia possa baixar as tarifas que protegem sua agricultura. Seria politicamente inviável dizer aos agricultores indianos que a partir de agora terão que competir diretamente com os americanos e seus bilhões de dólares em subsídios. Os Estados Unidos precisam cortar mais seus subsídios agrícolas se quiserem obter maiores concessões dos países em desenvolvimento.

Valor: *Vale a pena insistir com a Rodada Doha mesmo se os benefícios do acordo final forem modestos como parece que eles serão?*

Bhagwati: Um acordo mínimo não deve ser visto como um fracasso, mas como parte de um processo que deve ser contínuo. Nas rodadas anteriores, nossos mercados não eram importantes. Mas o Brasil, a Índia e a China cresceram e é por isso que a reciprocidade se tornou tão importante nessas negociações. Nossos mercados se tornaram muito grandes e o risco de perdê-los também. Isso nos dá a habilidade de jogar duro com quem jogar duro com a gente.

Valor: *Os ganhos com uma integração maior na economia mundial não poderiam compensar os prejuízos dos setores mais frágeis?*

Bhagwati: A liberalização do comércio garante ganhos para todo mundo, mas isso não significa que os riscos não existam. Esta é a primeira vez que países como o Brasil e a Índia estão discutindo o assunto a sério. Eles estão interessados, e não precisam de ninguém para empurrá-los. Mas não temos uma rede de segurança, não temos as instituições que qualquer país precisa ter para sustentar uma economia mais aberta. Precisamos de programas de ajuste que ajudem empresas e trabalhadores afetados por uma maior abertura a se adaptar às mudanças. Alguns colegas acham que a solução é interromper o processo de abertura comercial para evitar demissões e outros efeitos indesejáveis. Discordo. Se nossos países não se arriscarem, também não terão os benefícios. A saída é criar mecanismos que possam ajudá-los a tomar mais riscos.

Valor: *O medo desses riscos justifica a intensidade dos sentimentos protecionistas no mundo hoje?*

Um acordo mínimo não deve ser visto como um fracasso, mas como parte de um processo que deve ser contínuo. "

Bhagwati: A criação da OMC jogou areia nas engrenagens do protecionismo. Quem quiser impôr barreiras precisa seguir as regras. O que me preocupa não é o risco de uma volta ao protecionismo do passado, mas a falta de liderança para mover o sistema para frente. A intensidade da competição está assustando as pessoas. Em quase toda atividade, a margem de vantagem comparativa que daria uma sensação mínima de segurança às empresas diminuiu. Elas precisam ser capazes de cortar pessoal e se adaptar rapidamente a novas situações em que sempre há alguém prestes a ultrapassá-las. Essa é a natureza do comércio internacional hoje. Empresas e trabalhadores estão conscientes da competição e percebem que ela pode vir de qualquer lugar.

Valor: *O avanço da China tem gerado pressões para a imposição de barreiras contra produtos chineses nos EUA, no Brasil e em outros países. Onde isso pode chegar?*

Bhagwati: Não muito longe. Muitas pessoas comparam o que estamos vendo com as reações provocadas pela expansão das empresas japonesas na década de 80, mas há diferenças importantes. O Japão não tinha investimento estrangeiro. Grande parte do crescimento da China é resultado de investimentos de multinacionais que usam o país como plataforma de exportação. Isso significa que muita gente nos EUA tende a se opor às pressões protecionistas. O Japão era um produtor de alta tecnologia. A China não está inventando nada muito relevante e, por ser um país autoritário, enfrenta dificuldades para avançar na área de tecnologia da informação.

Valor: *O protecionismo está crescendo em todos os países?*

Bhagwati: Não. Ele está aumentando de forma preocupante nos EUA, na França e na Alemanha. Mas não vejo a mesma coisa acontecendo em outras partes do mundo. Em todos os lugares a que tenho ido, os governos estão buscando a melhor maneira de lidar com a globalização e não têm dúvidas sobre os benefícios que tiveram com a integração na economia global.

Valor: *Seu colega Alan Blinder calcula que 40 milhões de americanos poderão perder seus empregos no setor de serviços nas próximas décadas por causa do avanço das tecnologias na área de telecomunicações e na internet. Por que o senhor acha que ele está errado?*

Bhagwati: Há alguns anos o diretor de um grande hospital americano previu que milhares de radiologistas iriam para a rua, porque seu trabalho passaria a ser feito em lugares como Bombaim, na Índia. Era só digitalizar as chapas de raio X, mandar pela internet e esperar a análise chegar. O que aconteceu foi que nenhum radiologista perdeu o emprego. Normas impostas pela associação dos médicos dizem que os hospitais só podem aceitar diagnósticos feitos por médicos certificados nos EUA. A opinião de um radiologista indiano não é aceita aqui se ele não tiver essa certificação. Apenas duas empresas na Índia fazem esse tipo de serviço hoje e elas só trabalham à noite e fins de semana, quando os médicos daqui vão para a praia.

Valor: *Esse é só um exemplo.*

Bhagwati: Mas ele mostra duas coisas importantes. A primeira é que existem restrições importantes que devem ser levadas em conta. A capacidade que associações profissionais como a dos médicos têm para manter a concorrência fora do mercado é enorme. Em segundo lugar, o caso dos radiologistas mostra que em muitas situações os benefícios dos avanços tecnológicos são maiores para os países ricos. Um serviço que antes não era feito, como a análise das chapas de raio X no fim de semana, tornou-se possível e ninguém perdeu o emprego por causa disso.

Valor: *Outras profissões podem não ter a mesma sorte.*

Bhagwati: Um amigo sociólogo me disse uma vez que eu deveria me preocupar, porque um dia alguém em Nova Déli vai dar minhas aulas pela internet e vou virar um mero assistente do sujeito. Eu disse para ele relaxar. Quem quer escutar alguém de Nova Déli? Os alunos querem escutar os professores daqui, e muitos economistas indianos, como eu, estão aqui, por causa das oportunidades que o meio acadêmico americano oferece.

Valor: *Mas essa situação pode mudar um dia, não é verdade?*

Bhagwati: O que estou querendo dizer é que a idéia de que milhões de empregos vão desaparecer no setor de serviços nos EUA é um exagero. Países como o Brasil e a Índia sequer têm os recursos humanos necessários para que isso ocorra. Algumas empresas indianas vêm tendo sucesso na exportação de serviços especializados em algumas áreas, em geral operações de rotina nos escritórios das grandes empresas. Mas ainda não desenvolvemos uma capacidade semelhante para serviços de nível mais sofisticado. Algumas empresas estão se destacando nesse campo, como a Wipro e a Infosys, mas elas ainda são poucas.

Valor: *Blinder sugere que os EUA passem a investir na formação de profissionais mais preparados para resistir a esses movimentos no futuro. É uma boa idéia?*

Bhagwati: Como você vai adivinhar que profissões serão essas? Ninguém sabe. No fundo, é o que as pessoas sempre se perguntam, onde devem mandar os filhos estudar. Minha filha estudou literatura em Yale, passou cinco anos prestando serviço militar e agora está fazendo um curso sobre direitos humanos em Harvard. É uma garota temperamental, mas ela está sempre fazendo coisas interessantes.

Valor: *O que os governos deveriam fazer a respeito disso?*

Bhagwati: Em vez de defender postos de trabalho em determinadas indústrias, os governos deveriam se preocupar com a segurança dos trabalhadores. Sindicatos, universidades e governos deveriam ajudá-los a desenvolver novas habilidades e se tornar mais versáteis, facilitando sua adaptação a mudanças. Um engenheiro que trabalha na Boeing deveria ter uma formação generalista e flexível o suficiente para conseguir emprego na Toyota ou na Honda se um dia a Boeing mandá-lo embora.

'Reunião de Doha será briga de foice' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007

O governo dá um recado claro aos setor agrícola: a atual Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) não trará todos os benefícios que os exportadores pedem e, para ampliar o acesso a mercados, o País terá de voltar a negociar acordos bilaterais. Hoje na cidade alemã de Potsdam, os ministros do Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa (G-4) começam cinco dias de reuniões. Os quatro principais atores da OMC se reúnem com a tarefa de aproximar as posições na abertura dos mercados agrícolas, de produtos industriais e serviços. Apesar de os temas serem os mesmos há seis anos, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, não esconde que a reunião será uma 'briga de foice'.

'Temos de ter uma mistura de ambição e realismo', afirmou, em um recado aos setores que pressionam por maiores cortes de tarifas nos países ricos. O G-4 precisa fechar um entendimento para permitir que as negociações entre os 150 membros da OMC possa ser concluída até o final do ano.

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, acredita que falta pouco para que a OMC tenha seu acordo e que a diferença estaria em alguns bilhões de dólares. Os americanos querem limitar seus subsídios para a agricultura em US$ 22,5 bilhões. Já os europeus teriam de reduzir suas tarifas para a importação de alimentos em mais de 50%.

Em sua edição de ontem, o Estado revelou que os exportadores haviam recebido a proposta de acordo entre Brasil e Europa e que teriam ficado frustrados com os ganhos modestos que terão. 'Mas precisamos olhar a médio e longo prazos. Essa não será a rodada para terminar com todas as negociações.' Pelos cálculos do Itamaraty, o que está sobre a mesa já é superior ao que estava sendo proposto em 2006, quando a rodada foi suspensa por falta de acordo. Naquela época, os americanos aceitavam um teto para seus subsídios de no máximo US$ 22,5 bilhões. Amorim garante que o valor ao final da semana em Potsdam ficará 'bem abaixo' de US$ 20 bilhões. 'Hoje, há a noção de que haverá cortes importantes de subsídios.'

Mas a alternativa para uma liberalização maior, segundo Amorim, será a de reiniciar acordos bilaterais. 'Imediatamente depois da conclusão da OMC vamos nos dedicar muito às negociações entre Mercosul e UE. É a negociação em que temos mais capacidade para pagar e mais capacidade para cobrar.' O processo entre Mercosul e Bruxelas foi suspenso em 2004, também por falta de um acordo.

Mas se com os europeus um acordo é visto como 'próximo', Amorim deixa claro que não há mais como pensar na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). 'Sinceramente, a Alca não dá. O contexto negociador é muito desfavorável para o Brasil.

Proposta de corte de tarifas ameaça indústria do País - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007

Aplicação forçaria Brasil a reduzir de 35% para 14,58% a tarifa máxima para itens do setor industrial

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entra hoje na sala de reuniões dos quatro protagonistas da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Potsdam, na Alemanha, com a 'carta 25' escondida no punho.

Meio termo entre a pressão da União Européia e dos Estados Unidos pela abertura industrial brasileira e a gritaria do empresariado nacional contra a valorização cambial e a carga tributária, a carta será baixada somente se as ofertas de acesso ao mercado agrícola europeu e de corte dos subsídios internos americanos forem consideradas satisfatórias.

Para a indústria nacional, a carta será um vendaval. Trata-se do Coeficiente 25 da Fórmula Suíça, usada para balizar os cortes das tarifas de importação na negociação na OMC.

Sua aplicação forçaria o Brasil a reduzir de 35% para 14,58% a tarifa máxima que pode aplicar sobre itens do setor industrial - um tombo de 58% no atual teto de proteção da indústria. A tarifa média consolidada pelo País na OMC poderia subir de 10,77% para 13,34%. Mas, na prática, 3.437 itens, que correspondem a 39,05% do universo do setor, sofrerão cortes nas suas tarifas de importação.

Além do Brasil, União Européia e Estados Unidos, o grupo dos protagonistas inclui a Índia. Prudente, Amorim entrará na sala de reuniões acenando com uma proposta antecipadamente vista como insuficiente por europeus e americanos: o Coeficiente 30, que atingiria mil itens menos que a carta 25. Significaria redução da tarifa máxima de 35% para 16,15% (queda de 54%) e reduziria o grau de proteção de 2.474 itens.

Seja o Coeficiente 30 ou o 25, a abertura industrial brasileira ficará distante das exigências dos Estados Unidos e da União Européia, que pressionaram para o Brasil baixar outra carta, a 15. Essa fórmula derrubaria a tarifa máxima de 35% para apenas 10,50% e atingiria 5.480 itens industriais. Em uma palavra, para Amorim, traria a desindustrialização do País.

'Se o Brasil fechar com o Coeficiente 25, a indústria vai cortar a carne. Mas, ainda assim, vai sair no lucro, porque há muita pressão por uma abertura ainda maior do setor industrial brasileiro', explicou Soraya Rosar, coordenadora da Unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Recentemente, Amorim explicou que há pouca chance de o Brasil e seus sócios do G-20 (grupo de economias em desenvolvimento que negocia em conjunto na área agrícola) obterem os resultados que ambicionam na Rodada. Ou seja, que os Estados Unidos concordem com a redução dos subsídios a seus agricultores para US$ 12,4 bilhões por ano

e que a União Européia aceite um corte de 75% na sua tarifa agrícola. Acredita-se que, no máximo, os Estados Unidos cortarão as subvenções para US$ 15 bilhões e que os europeus bateriam no martelo em um corte de 54% nas tarifas agrícolas.

ARGENTINA

O Coeficiente 25, ou mesmo o de número 30, provocará uma reação da Argentina, que se mobiliza por uma abertura mais modesta de seu mercado industrial. E também será preciso adequar os compromissos que forem assumidos à Tarifa Externa Comum (TEC), aplicada pelos quatro sócios originais do bloco às importações de fora do Mercosul.

Negociadores brasileiros deixaram claro que o Brasil não apresentará uma posição comum com a Argentina nem com o Nama 11 (grupo de países que se articulam nas negociações sobre a abertura das áreas industrial e de serviços). 'No momento que tivermos o número (do coeficiente), vamos avisar a Argentina e o restante do Mercosul. Não podemos ir para as negociações de mãos amarradas', afirmou um negociador brasileiro.

Segundo Soraya, um acerto interno no Mercosul seria possibilitado pela decisão já tomada na OMC de manter uma margem de flexibilidade para 10% do universo tarifário do setor industrial. Para esse conjunto de itens - 880, no Brasil - será permitida a aplicação de tarifas mais altas que o teto que vier a ser registrado pelo País na OMC. O dilema maior para os sócios do Mercosul, segundo Soraya, será chegar a um acordo sobre uma lista única de exceção ou implodir a TEC.

Uruguai e Argentina discordam - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007

Os dois países insistem na abertura das nações ricas

Brasil, Uruguai e Argentina não chegam a uma posição comum e o G-20 (grupo de países emergentes) não consegue fechar a nova proposta para as negociações agrícolas da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ontem, antes de partirem para Potsdam para cinco dias de debates, os delegados brasileiros participaram de uma reunião com os demais diplomatas do G-20, em Genebra, em que ficaram demonstradas as contradições do bloco.

O objetivo do Brasil era conseguir que o grupo flexibilizasse sua posição nas negociações agrícolas para tentar um acordo com os demais países. Mas os governos do Uruguai e da Argentina deixaram claro que não vão aceitar reduzir a ambição do bloco em seus pedidos de abertura aos países ricos.

O resultado é que um novo documento com a posição do G-20 não pôde ser aprovado. Ao final da reunião, diplomatas de Cuba, da Venezuela e do Equador se

queixavam da falta de transparência do Brasil, único país da América Latina a participar das negociações com Estados Unidos, Europa e Índia, o grupo de elite da OMC.

Mas, enquanto o Brasil tenta chegar a um acordo, os parceiros do País no Mercosul vêm endurecendo suas posições nas últimas semanas. Os argentinos, na semana passada, já alertaram que não aceitariam abrir seu mercado para produtos manufaturados, deixando claro que o processo de reindustrialização do país não poderia ser interrompido.

O chanceler Celso Amorim, já em Potsdam, garantiu que está 'atento aos interesses do Mercosul' e afirma que não haverá 'grandes turbulências nos setores sensíveis' das indústrias do bloco como resultado das concessões.

'Os setores mais afetados estão conscientes do que irá ocorrer e terão um período para implementar as decisões que forem tomadas', disse o chanceler, um dos quatro participantes das reuniões em Potsdam para tentar o acordo na OMC.

PRESSÃO

Com as posições de Brasil, Estados Unidos e Europa se aproximando no setor agrícola, há ainda a percepção de que a reunião que começa hoje será também de pressão sobre o Itamaraty. Isso porque os países ricos vão querer compensar as suas concessões na área agrícola com aberturas do Brasil no setor industrial.

Amorim garante que o Brasil tem espaço para mostrar flexibilidade, mas nega que aceitará ser pressionado. 'O tema central dessa rodada é a agricultura. O grande desequilíbrio nas regras do comércio é a agricultura', lembrou. Para ele, as concessões que o Brasil poderá fazer no campo industrial são maiores que as dos próprios países ricos.

Um exemplo, segundo o chanceler, é o setor automotivo. Uma queda de suas tarifas de importação de 35% para 25% seria substancial, na avaliação do Itamaraty. Embora as taxas sejam superiores às dos países ricos, a criação de comércio que essa redução proporcionaria seria importante.

CALMA

Para tentar solucionar todos esses temas, o local escolhido pelos anfitriões europeus para o encontro de hoje dos ministros não poderia ser mais propício. A conferência ocorrerá no Hotel Cecilianhof, isolado e cercado por um bosque. Dentro, a decoração é bastante sóbria.

O hotel ainda não deixa a desejar em termos históricos para inspirar os negociadores dessa rodada. Foi ali que a divisão da Alemanha derrotada foi acertada entre os Estados Unidos e a União Soviética em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial. 'Cada um encontrará seus simbolismos', completou Amorim.

Em cinco dias de negociações, a idéia é que os ministros envolvidos tenham tempo suficiente para negociar detalhadamente cada ponto do acordo, falem com seus chefes de Estado e saiam com um pacote.

'Se vai dar resultado ou não, tenho de confessar, sinceramente, que não tenho certeza', concluiu o chanceler brasileiro.

Estados Unidos propõem lei para proteger seus subsídios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/06/2007

Os Estados Unidos querem estabelecer uma lei que impedirá países de recorrerem aos tribunais da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios agrícolas durante dez anos. Em troca, a Casa Branca aceitaria um corte mais profundo do apoio dado a seus agricultores e que distorce o comércio internacional.

O Brasil já adiantou que é contra a moratória, chamada na OMC como Cláusula de Paz. A proposta do Itamaraty, que será divulgada hoje, é estabelecer um monitoramento dos subsídios agrícolas com uma revisão anual de todos os países. A idéia é que um conselho seja criado na OMC para fazer essa revisão e exigir que todos os programas sejam notificados à entidade. O documento precisa da aprovação do G-20, o grupo de países emergentes, e o Itamaraty espera que isso ocorra ainda hoje.

A proposta americana seria uma repetição do que ocorreu ao final da Rodada Uruguai (1994), quando foi estabelecida uma moratória de dez anos durante os quais nenhum país poderia levar outro aos tribunais por causa dos subsídios.

O primeiro a romper a moratória foi o Brasil ao levar à OMC, há dois anos, uma queixa contra os Estados Unidos no setor do algodão. O País provou que os americanos violaram acordos assinados nos anos 90, dando subsídios superiores ao teto definido. Com a atual proposta, a Casa Branca quer evitar ser questionada sobre a ajuda que dá aos fazendeiros.

Cidade simbólica pode destravar Rodada Doha –Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007

G4 se reúne em Potsdam, que, em 1945, sediou reunião para decidir o que fazer com a Europa pós-Guerra - Para os amantes de simbolismos, Potsdam é a cidade ideal para uma reunião que a maioria dos negociadores considera o "vai ou racha" para a Rodada Doha, a mais recente e a mais abrangente negociação para a liberalização comercial mundial, lançada em 2001 e virtualmente estancada desde então.

Foi em Potsdam, entre julho e agosto de 1945, que as potências vitoriosas na 2ª Guerra Mundial (1939/45) se reuniram para decidir o que fazer com a Europa. EUA, União Soviética, Reino Unido e França estabeleceram, para todos os efeitos práticos, a divisão entre Ocidente e Oriente que permaneceu por toda a Guerra Fria, só encerrada com a queda do Muro de Berlim, em 1989, aliás a apenas 30 km de Potsdam.

A partir de hoje e até sábado, são de novo quatro as potências reunidas em Potsdam: Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia (os dois últimos potenciais comerciais apenas). Formam o G4 e pretendem, se não estabelecer uma "nova geografia comercial" do mundo, como gostaria o presidente Lula em seus arroubos megalômanos, pelo menos deixar claros, doravantes, os eventuais contornos do comércio global.
Ou, como prefere Peter Mandelson, comissário europeu do Comércio e um dos negociadores: "O encontro do G4 pode não concluir a Rodada Doha, mas determinará se a Rodada Doha pode ser concluída".

Mandelson resumiu o encontro com precisão: mesmo que consigam um acordo total, os quatro presentes a Potsdam ainda terão que vendê-lo aos demais 146 países da Organização Mundial do Comércio, tarefa mais difícil do que o acerto feito ao final da 2ª Guerra.

Naquela época, as potências vencedoras decidiam -e os demais países não tinham alternativa a não ser seguir o acertado por elas. Agora, não é mais assim. As decisões na OMC são tomadas por consenso, o que, em tese, faz o voto da Bolívia valer tanto quanto o dos EUA.

"Estamos perto"

De todo modo, se não houver um entendimento no G4, nem se chegará à etapa seguinte -a de convencer os outros 146.

Quais as chances, então, de o G4 fechar agora um acordo que vem sendo tentado há pelo menos um ano e meio, sem maiores avanços?

Os otimistas dizem que é a chance é grande. "Estamos muito perto. Estamos a apenas alguns pontos percentuais e a alguns bilhões de dólares de conseguir um acordo", aposta Tony Blair, primeiro-ministro britânico -ele deixará o cargo na próxima semana. Por alguns pontos percentuais, entenda-se o nível de redução nas tarifas de importação de bens agrícolas que a União Européia se dispõe a oferecer. A oferta européia oficial é um corte de 40%, insuficiente para satisfazer o apetite tanto dos EUA como do Brasil. O número mágico parece ser 54%.

Tanto que, ontem mesmo, Mandelson cobrou dos ministros de Relações Exteriores da União Européia, reunidos em Bruxelas, que aceitem ir "ao limite da flexibilidade", pedido que estendeu a seus pares do G4. "Se cada parte negociar no limite de sua flexibilidade, então as conversas [em Potsdam] serão um sucesso", afirmou.
Já os bilhões de dólares mencionados por Blair são a cota americana. Os EUA mantêm sua proposta de preservar seus subsídios domésticos à agricultura em US$ 22 bilhões.

"O número terá que ser significativamente menor que esse", diz o ministro Celso Amorim, chefe da delegação brasileira.

Até um negociador neutro, Crawford Falconer, presidente do Comitê de Negociação Agrícola da OMC, sugere o que no jargão ganhou o nome de "low teens". Seria a redução dos subsídios norte-americanos para as primeiras dezenas de bilhões de dólares. Talvez seja aceitável uma oferta de US$ 15 bilhões.

O problema é que esses números, por ora, não passam do que Amorim chama de "poltergeist". Fantasmas que surgem aqui e ali, mas não se materializam à mesa de negociação.

"Não há nenhum número à mesa nem dos europeus nem dos americanos", afirma Clodoaldo Hugueney, embaixador do Brasil na OMC, depois da enésima rodada de negociação entre técnicos do G4, para preparar o encontro de Potsdam. Sem que se chegue finalmente a números, não haverá acordo em Potsdam, como é óbvio. "A janela de oportunidade para alcançar um acordo está se fechando", avisa Mandelson. Se a janela não for aproveitada, "muitos negociadores dizem que a Rodada Doha ficará no congelador por um tempo -talvez anos", diz Carin Smaller, do Instituto para a Agricultura e Política Agrícola (EUA).

Banco do Sul divide Brasil e Venezuela - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 19/06/2007

Criação da instituição é marcada por disputas entre Lula e Hugo Chávez

BRASÍLIA. Uma batalha nos bastidores está sendo travada entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e o venezuelano Hugo Chávez, e o desfecho deverá acontecer no fim do mês, em uma reunião paralela à cúpula de chefes de Estado do Mercosul em Assunção, no Paraguai, entre ministros da Economia e presidentes dos bancos centrais do bloco. O objeto da disputa é o Banco do Sul, idéia defendida por Chávez e cuja estrutura está sendo desenhada por seis países da região: Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e Paraguai.

As divergências vão desde onde será a sede da instituição até a função do banco e a origem dos recursos. Chávez quer que o Banco do Sul tenha sede em Caracas ou, na falta de consenso, em alguma cidade da Bolívia. Lula defende um território neutro e tenta emplacar Montevidéu, no Uruguai. Nada de Caracas, La Paz ou Buenos Aires — território do presidente argentino, Néstor Kirchner, aliado incondicional de Chávez.

Para Chávez, banco deve substituir FMI e Bird A proposta do presidente da Venezuela é que o Banco do Sul seja mais do que um financiador de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento. Quer que a instituição se transforme em uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (Bird), para prevenir e socorrer os países de crises financeiras. Para Lula, o banco deve ser exclusivamente de fomento, como o BNDES.

Chávez quer que o banco seja formado por recursos das reservas internacionais dos países associados.

Lula já avisou que é contra essa proposta.

Segundo fontes da área econômica que trabalham no tema, as discussões ainda se encontram em nível técnico. Os acordos alcançados serão firmados na reunião de cúpula do Mercosul, no Paraguai. Entre os pontos já praticamente fechados estão a igualdade de voto para cada país-membro e o financiamento de projetos de desenvolvimento econômico e social na América do Sul. Não há consenso, por exemplo, sobre qual o capital inicial da instituição e quanto cada país aportará.

Chávez passou a lutar pela criação do Banco do Sul desde que anunciou sua intenção de entrar como membro pleno do Mercosul, o que aconteceu em meados do ano passado. Com a resistência do Brasil, Chávez buscou, e conseguiu, o apoio de Kirchner. Em fevereiro, os dois presidentes anunciaram que criariam a instituição. A meta era ajudar as nações sul-americanas a romperem com os organismos multilaterais de crédito.

Essa postura bélica assustou o Brasil, que aderiu à idéia e avisou que só aceitaria a criação de um banco que os brasileiros ajudassem a desenhar. Para as autoridades brasileiras que estão participando das discussões, o Banco do Sul é apenas um instrumento a ser usado para ajudar os países da região a se desenvolverem e para organizar as instituições de crédito que já existem, como o BNDES, o Fonplata e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Há cerca de duas semanas, Chávez criticou o Congresso brasileiro, chamando os parlamentares de "papagaios" repetidores dos EUA, o que levou o governo brasileiro a reagir. A declaração de Chávez foi uma resposta ao pedido do Senado para que o presidente do país vizinho revisse sua decisão de cassar a licença da emissora de televisão RCTV. Até então, Lula evitava comentar o que estava ocorrendo na Venezuela, alegando que o Brasil não interfere em questões de outros países.

Bird pode apoiar países pobres para compensar Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 19/06/2007

Indicado para a presidência do Banco Mundial, o ex-Representante Comercial dos Estados Unidos Robert Zoellick disse ontem estar disposto a trabalhar com o Brasil em projetos de desenvolvimento na África, e pôs o banco à disposição dos negociadores da rodada de liberalização comercial da Organização Mundial de Comércio (OMC), para atender às necessidades dos países de menor desenvolvimento na negociação. Em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Zoellick ouviu queixas sobre a atuação do banco, e a reivindicação de ações concretas para os países no continente.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, participou da conversa com Lula, e Zoellick teve, ainda, encontros separados com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia.

Na conversa com Lula, o candidato único à presidencia do Banco Mundial sugeriu que o banco auxiliasse as negociações da OMC, apoiando a iniciativa "Aid for Trade" (Ajuda para o Comércio), que oferece assessoria técnica aos países mais pobres, para aproveitar a abertura comercial em programas de desenvolvimento. Lula e seus ministros lembraram a Zoellick que, hoje, há oferta de empréstimos privados mais baratos que as linhas do Banco Mundial, o que fez a instituição perder a importância para os países de renda média, como Brasil e México; e cobraram medidas concretas para apoiar financeiramente os países menores e endividados do continente, em referência a Bolívia e Paraguai.

Zoellick veio ao Brasil ao fim de um roteiro que incluiu países da Europa, da África e o México, em um esforço para ouvir os sócios do Banco e descobrir como recuperar a imagem da instituição, após a desastrosa gestão do antecessor, Paul Wolfowitz, demitido por ter favorecido, com salários e vantagens, a namorada, funcionária do banco. Diferentemente de Wolfowitz, que elevou o combate à corrupção a prioridade absoluta nas ações do Banco Mundial, Zoellick mostrou ter sensibilidade para o tema, ao falar do assunto, em entrevista coletiva após o encontro com Lula.

"É um assunto que deve ser abordado de maneira multifacetada", comentou, ao defender a posição de países em desenvolvimento, que pedem punições aos corruptores, em lugar de sanções apenas contra os corruptos, nos governos beneficiários de empréstimos do banco. Bloquear recursos a um país por desvio de fundos é o mesmo que penalizar duplamente os pobres desse país, que já são as vítimas principais da corrupção, comentou Zoellick, que também falou do mal estar criado com o processo que levou à queda do antecessor.

"Meu papel como potencial presidente é tratar de curar a instituição, superar alguns dos conflitos, arranhões, machucados, frustrações; isso não será tão fácil", disse, prevendo "muito trabalho" pela frente.

Zoellick foi otimista em relação ao papel do banco nas negociações da OMC, que ele ofereceu aos interlocutores, durante a viagem encerrada ontem. "Digamos, por exemplo, que grandes potências como Brasil, India, Europa e Estados Unidos cheguem a um bom resultado, mas países africanos perguntem: 'e nós, o que levamos?' O Banco Mundial pode dar apoio nisso."

"Alguns países menos desenvolvidos, como na America Central, precisam construir capacidade comercial, ajuda para treinar suas equipes negociadoras, em termos de implementar acordos, tecnicamente, e como ligar a estratégias de desenvolvimento maiores", exemplificou. .

Baseado na experiência como ex-negociador dos Estados Unidos, Zoellick defendeu que o acordo na OMC terá de ser um trabalho de "equipe", e insistiu que as concessões devem ser feitas de forma equilibrada por todos os parceiros, inclusive os países em desenvolvimento. "Precisamos cortes muito profundos nos subsídios domésticos que afetam o comércio", concordou Zoellick, ecoando uma reivindicação dos países em desenvolvimento.

Zoellick anunciou estar disposto a explorar novos instrumentos e mecanismos de financiamento para atender às necessidades dos países beneficiados por empréstimos, como atuação em seguros de créditos, e mecanismos de mitigação de riscos.

Amorim quer bilaterais e não a Alca – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 19/06/2007

"Alca não dá." Se havia dúvidas, o ministro Celso Amorim tratou de acabar com elas ontem. Clarificado o futuro da Rodada Doha, o Brasil buscará acordos como entre o Mercosul e a União Européia de livre comércio, mas não a Área de Livre Comércio das Américas. "O contexto negociador na Alca é muito desfavorável ao Brasil, há países ali que já fizeram concessões que não vamos fazer, em áreas importantes, como patentes de remédios, e compras governamentais, como da Petrobras", diz.

A indústria e o agronegócio contam com bilaterais para ampliar seus mercados. Representantes da indústria mostram-se confiantes na posição brasileira de firmeza na Rodada Doha. Já no setor agrícola, surgem reclamações de que não vão ganhar o suficiente.

Amorim retruca dizendo que os ganhos para o setor agrícola já são bem significativos em Doha, e vão aumentar depois nas bilaterais. Negociadores notam que são só os setores de carnes bovina e de frango que se queixam e que tampouco vão pagar algo na rodada. **(AM)**

Sem acordo à vista, G-4 inicia reunião em Potsdam - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 19/06/2007

Em meio a enormes incertezas e cobranças recíprocas de flexibilidades, ministros do Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia iniciam hoje, por cinco dias, uma negociação crucial para o futuro da Rodada Doha, em Potsdam, antiga capital imperial da Prússia.

Persistem duas grandes dificuldades para um acordo: primeiro, é grande o número de temas na mesa de negociação, e isso influencia o resultado. É como um castelo de cartas, basta um tema não se encaixar para que tudo se embaralhe de novo em torno de cortes de tarifas e subsídios agrícolas e industriais. Segundo, apesar de quase um ano de negociações secretas no chamado G-4, negociadores admitem que ainda é difícil saber exatamente o tamanho da distancia entre eles para alcançar um acordo.



"Aqui teremos tempo para real negociação. Se vai resultar em algo, confesso com toda honestidade que não tenho certeza"', disse o ministro brasileiro das Relações

Exteriores, Celso Amorim, hospedado no local da negociação, o Cecelienhof, um pequeno hotel no histórico palácio onde Truman, Churchill e Stalin se encontraram no fim da Segunda Guerra Mundial para decidir como administrar a Alemanha derrotada.

Nesse cenário, a expectativa é de chegar perto, mas não fechar um acordo aqui até sábado ou domingo. Tampouco está previsto que o G-4 coloque na mesa um acordo entre eles, porque provocaria o furor entre os outros países que aguardam ansiosos e, sobretudo, desconfiados, em Genebra.

Peter Mandelson, o comissário europeu de comércio, desenhou aos ministros europeus de relações exteriores, ontem em Bruxelas, três cenários, incluindo o de total fiasco. Para ele, se cada parceiro mostrar flexibilidade, a negociação será um sucesso. Outra alternativa é "progresso incremental", que possa levar a uma nova ministerial do G-4. No pior cenário, sem nenhum entendimento, restará ao diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, colocar seu próprio texto de acordo na mesa.

"Isso aqui vai ser uma briga de foice", resumiu Amorim, referindo-se à negociação para reduzir tarifas de importação de produtos industriais, onde o Brasil é especialmente pressionado. Ele avisou que o país tem margem de manobra, mas não antevê "grandes turbulências" na indústria brasileira, como resultado de um eventual acordo.

Em direção de setores afetados, Amorim confirma que o Brasil vai escolher a primeira de duas opções de flexibilidades que deverá ser prevista num entendimento: aplicação de cortes até 50% menores em 10% das linhas tarifárias que não ultrapassem 10% do valor total importado pelo país. Com isso, o Brasil pode proteger 880 produtos industriais. A opção descartada permitiria excluir 5% das linhas tarifárias dos cortes.

A UE pode aceitar corte de 70% nas tarifas agrícolas mais altas, mas, em contrapartida, designa mais produtos como sensíveis, com corte bastante menor. A redução tarifária média ficará acima de 50%. Está praticamente certo que a caixa amarela de subsídios, os que mais distorcem o comércio, terá corte de 60%, o que vai reduzir a margem de manobra para os EUA ajudarem seus produtores de soja, algodão, milho, arroz - e tudo isso ajuda os produtores brasileiros.

Brasil e EUA divergem sobre teto para subsídio - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2007

Americanos querem repassar até US$ 17 bilhões a agricultor; Amorim defende US$ 14 bilhões no máximo - Brasil e Estados Unidos ainda divergem sobre o teto que deve ser imposto aos subsídios para a agricultura, mas as posições dos dois países começam a se aproximar. Negociadores revelaram ao Estado que o governo americano insistiu, ontem, que pode somente estabelecer um teto de US$ 17 bilhões por ano em um acordo final da Organização Mundial do Comércio (OMC). O valor foi dito no primeiro dia de reuniões confidenciais entre Brasil, Estados Unidos, Índia e Europa em Potsdam que vão definir o futuro da Rodada Doha.

O chanceler Celso Amorim defendeu que o teto seja de US$ 13 bilhões a US$ 14 bilhões. 'Ainda não foi suficiente (o que foi proposto pelos americanos). Não chegamos ainda aonde queremos', disse, depois de sete horas de negociações. Os ministros dos quatro

principais atores da Rodada Doha tentam até o fim da semana apresentar uma proposta que possa permitir um acordo final da OMC até o fim do ano.

Amorim demonstrou que quer manter o diálogo aberto com os americanos e não pretende atacar ninguém ainda a cinco dias do final do encontro. 'O número apresentado pelos americanos não me decepcionou, mas também não me surpreendeu.' De fato, os números estão mais próximos do que os limites que os dois governos vêm declarando publicamente. Os Estados Unidos apontam para US$ 22,5 bilhões e o Brasil fala em US$ 12,5 bilhões.

SUBSÍDIOS

A questão dos subsídios fez ruir o processo em 2006. Os americanos defendiam que o teto fosse estabelecido em US$ 22,5 bilhões por ano, valor considerado ainda alto tanto pelos europeus como pelo Brasil. A Europa, por exemplo, alegou que não poderia abrir mais seu mercado diante do volume de subsídios dado pelos Estados Unidos e que tornariam os produtos americanos mais competitivos.

Fontes diplomáticas revelaram que, ontem, os americanos afirmaram não ter como reduzir o valor abaixo de US$ 17 bilhões. Na prática, esse valor permite que eles aumentem os subsídios. É que, embora os repasses aos agricultores em 2006 tenham sido de US$ 11 bilhões, os EUA sustentam que, nos últimos dez anos, eles ficaram acima de US$ 17 bilhões em cinco anos e estabelecer um teto nesse valor significaria, assim, um corte real.

Amorim, porém, defendeu outra tese. 'Os números que o Brasil defende têm legitimidade política.' Em sua avaliação, os programas existentes nos EUA para os subsídios podem continuar existindo se esses números forem estabelecidos. 'Em nossa avaliação, os programas (de apoio aos agricultores) continuam sendo viáveis.' Segundo ele, os americanos 'não rebateram' a argumentação.

Susan Schwab, representante americana de Comércio, preferiu não entrar em detalhes ao falar com a imprensa. 'Estamos em uma semana crítica e estamos fazendo progresso. Vamos fazer de tudo para que haja um acordo', afirmou. 'Trabalhamos nesse acordo por seis anos e estamos aqui para fazer progresso', afirmou o secretário de Agricultura americano, Mike Johanns.

Segundo um diplomata americano, parte da discussão foi política, até mesmo a sobre o impacto desses números na produção. De acordo com estudos da Oxfam, organização internacional pelo comércio mundial justo, a queda dos subsídios nos EUA terá impacto na renda de fazendeiros em muitas partes do mundo. A renda do produtor na África poderia aumentar em pelo menos 8%.

Os subsídios, segundo a entidade, deprimem os preços internacionais e impedem que os produtos exportados por países que não contam com subsídios possam concorrer no mercado internacional.

Para Pedro Camargo Netto, da Sociedade Rural Brasileira, o Itamaraty não pode aceitar nenhum acordo que signifique aumento dos subsídios. O ex-negociador brasileiro lembra que o País já conseguiu condenar na OMC os subsídios dados ao algodão nos EUA. Para ele, se mais de US$ 1 bilhão ainda for dado ao setor por ano, os danos ao Brasil continuarão ocorrendo.

Outro tema debatido ontem foi o de créditos à exportação. O fim desses programas foi mantido para 2013, mas foi acertado que um grupo de diplomatas se reuniria hoje para tentar achar uma solução para a questão. Há o temor, porém, de que os americanos estejam tentando ganhar tempo. 'Estamos montando a base das negociações para os próximos dias', afirmou um embaixador indiano. 'Enquanto estivermos conversando, sempre há esperança', afirmou.

Venezuela promete 'surpresa' ao G4 – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2007

Hugo Chávez ameaça bloquear eventual acordo na OMC

A Venezuela promete 'uma surpresa' aos negociadores da Organização Mundial do Comércio (OMC) se as reuniões entre Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa não resultarem em um acordo que também satisfaça aos demais países.

Os quatro principais atores da Rodada Doha estão reunidos em Potsdam, na Alemanha, para tentar fechar um acordo sobre como deve ocorrer a liberalização dos mercados agrícolas e do setor industrial.

Mas um entendimento entre os quatro ainda terá de ser levado à OMC para a aprovação de todos os 150 membros da entidade. Para que um acordo finalmente seja concluído, todos os governos precisam dar o sinal verde, sem exceção.

É nesse ponto, porém, que Caracas afirma que não hesitará em criar problemas, se o entendimento fechado na cidade alemã não for ambicioso em termos agrícolas ou se exigir cortes amplos das tarifas industriais dos países emergentes.

Funcionários do alto escalão do governo do presidente Hugo Chávez revelaram ao Estado que já começam a se preparar para o pior, até mesmo com gestões em relação a outros governos para que a tese de um bloqueio comece a ganhar força em Genebra.

O que os venezuelanos temem é que o Brasil acabe cedendo em pontos considerados fundamentais para Caracas. O governo brasileiro é o único latino-americano que está participando do grupo de elite da OMC.

TEMOR DE 'INVASÃO' - Os venezuelanos querem que as exigências de cortes de subsídios aos americanos sejam ambiciosas e não se aceite os valores colocados pela

Casa Branca até agora. Além disso, Chávez não quer nem ouvir falar em ter de abrir seu mercado para produtos industriais ou para serviços estrangeiros. Ontem, tanto os americanos como europeus insistiram em que terá de haver novo acesso a mercados para seus produtos industriais.

Não seria a primeira vez que a Venezuela diria não a um acordo da OMC. Na reunião ministerial de Hong Kong, em 2005, Caracas afirmou, no fim do encontro, que não acataria o entendimento. Na época, porém, a declaração final não tinha caráter decisivo como agora.

Para ativista europeu, Brasil é vilão agrícola – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2007

Evento paralelo à reunião da OMC condena brasileiros

A 30 quilômetros do local onde os diplomatas brasileiros participam da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) como um dos atores principais, outro encontro dedicado também à situação agrícola coloca o País como um dos principais 'vilões' do mundo rural na Europa.

Enquanto a OMC reúne seus principais ministros em Postdam, o governo alemão promove a Conferência Européia sobre o Desenvolvimento Rural, em Berlim. Entre os participantes, a certeza de que um mercado aberto representará a perda de renda diante da concorrência dos produtos brasileiros.

'Já vemos um fazendeiro desaparecer por dia na Europa desde o ano passado. Essa situação apenas irá piorar se abrirmos os mercados', afirmou Paul Nicholson, coordenador europeu da Via Campesina.

De acordo com ele, o Brasil precisa entender que 'só terá prejuízos se aceitar concluir a Rodada Doha da OMC'. As perdas, segundo o ativista, serão aos agricultores europeus que não teriam como competir e mesmo à indústria brasileira. 'A Europa não fará uma abertura sem cobrar e esse pagamento poderá sair caro para os industriais brasileiros', alertou o representante da Via Campesina.

Para outro agricultor, que preferiu não se identificar, a palavra 'Brasil', por si só, provoca medo entre os produtores europeus. 'Tememos perder em pouco tempo tudo o que conquistamos em 40 anos de construção da política agrícola européia para as exportações brasileiras', afirmou o produtor europeu.

A FAVOR DO PROTECIONISMO

A conferência dos agricultores na capital da Alemanha ainda foi concluída com um comunicado colocando em questão o próprio princípio da abertura de mercados.

Para os mais de 2 mil participantes, o 'protecionismo deve ser mantido', declaração que vai contra todos os princípios das negociações na OMC.

Outra crítica está relacionada ao financiamento de projetos ligados ao etanol. Na avaliação dos representantes do setor rural da Europa, será um 'crime' tirar subsídios de outros produtos para pagar pela produção de matéria-prima para a fabricação de um combustível. 'Os recursos europeus devem ir para alimentos', afirma a declaração do grupo.

G8 pede desculpas por "erro" em cúpula – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 20/06/2007

Carta enviada ao Brasil e demais países do G5 justifica contradição entre documentos dos dois grupos

O governo alemão, em nome do G8, enviou carta ao governo brasileiro pedindo desculpas pelo "erro técnico" cometido durante a recente reunião de cúpula entre o G8 e o G5, o grupo de países externos ao clubão dos sete ricos mais a Rússia convidados para a reunião deste ano, realizada em Heiligendamm. Como é óbvio, a carta foi enviada também aos quatro parceiros do Brasil no G5, que foram África do Sul, China, Índia e México. A expressão "erro técnico" é de Bernd Pfaffenbach, alto funcionário do Ministério das Finanças que assessorou Merkel na cúpula. Por que "erro técnico"? Porque o G8 anexou a seu documento final da cúpula um texto assinado pela presidência alemã e pelo G5. Um texto contradizia o outro em alguns pontos, conforme reclamação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou durante sua exposição ao G8+5. As duas principais contradições:

1 - Mudança climática - A grande diferença é que o documento G5+Alemanha enfatiza todo o processo das Nações Unidas, desde a conferência do clima (a Rio-92), e enfatiza também o fato de haver responsabilidades comuns mas diferenciadas no combate ao aquecimento global.

Traduzindo: o G5 acha que foram (e ainda são) os países ricos os principais responsáveis pela emissão dos gases que causam o efeito estufa, que gera o aquecimento global. Logo, eles devem pagar um preço maior para conter as emissões. Já o G8 enfatiza muito mais metas voluntárias para alguns países e metas regionais. 2 - Propriedade intelectual -O documento do G5+Alemanha reconhece o "papel crucial" da proteção aos direitos de propriedade intelectual, mas diz que tal proteção deve ser feita "em conjunção" com "os propósitos de proteção do ambiente e da saúde pública". Tradução: sem essa ressalva, fica mais difícil para o Brasil, por exemplo, adotar o mecanismo de licença compulsória para importar medicamentos, como o fez recentemente com remédios para a Aids. O texto do G8 não faz essa ressalva.

Reivindicação

De todo modo, ao explicar o problema como "erro técnico", e não político, Pfaffenbach deixa claro que não será atendida a reivindicação que Lula apresentou na ocasião, no sentido de inverter a lógica do processo. Hoje, o G5 entra apenas no último dia da reunião, quando o documento do G8 já está discutido, pronto e acabado. O presidente brasileiro queria que o G5 se reunisse antes, discutisse antes os temas, para depois o G8 "levar em conta as propostas do grupo".

Não é o que vai acontecer, adianta Pfaffenbach, com a autoridade que lhe dá o fato de que a Alemanha preside o G8 até o fim do ano, para depois entregar o comando ao Japão, onde se dará a próxima cúpula.

O alto funcionário alemão diz que seu governo fará o possível para que os convidados externos ao G8 tenham uma participação mais intensa em toda a fase preparatória. "A Alemanha pode influenciar a presidência japonesa, mas, no fim das contas, quem decide é a presidência de turno", afirma, para sugerir: "Cabe também ao Brasil fazer pressão".

Por enquanto, o que já está certo é que será criada uma "unidade G5" no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, o clube dos 30 países mais ricos do mundo) para ser o ponto de encontro entre G8 e G5 no que a diplomacia chama de "diálogo estruturado". É esse diálogo que dará formato final à participação dos convidados de fora do G8 nas próximas cúpulas.

Pfaffenbach faz questão de dizer que a OCDE é apenas o "ponto de encontro", para dissolver os receios do Brasil de que o diálogo no âmbito do clubão possa ter implicações para suas políticas internas. "A OCDE não terá uma intervenção política", assegura.

Chávez não irá à cúpula do Mercosul no fim deste mês – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo – 20/06/2007

É a primeira ausência desde que a Venezuela aderiu ao bloco, em dezembro de 2005; caso RCTV causou tensões - Presidente venezuelano visitará a Rússia e o Irã; parceiros regionais não deram apoio formal ao fim da concessão de emissora

Em meio a incertezas sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, o presidente Hugo Chávez cancelou sua participação na próxima reunião do bloco, marcada para o final deste mês, em Assunção. É a primeira vez que o mandatário venezuelano perderá uma cúpula desde que formalizou a adesão do seu país, em dezembro de 2005.

Chávez trocará a capital paraguaia por Moscou, onde estará no dia 29, data da cúpula. Um dos temas da visita é a compra de cinco a nove submarinos -a Rússia é o principal fornecedor de armas do governo venezuelano. O negócio, segundo o jornal econômico russo "Kommersant", pode chegar a US$ 2 bilhões. De lá, a comitiva segue para o Irã.

O governo venezuelano diz que ausência em Assunção não está relacionada com problemas recentes dentro do bloco e que se trata apenas de uma coincidência de datas entre a cúpula e um convite feito a Chávez pelo presidente russo, Vladimir Putin. "A Venezuela crê que seja positiva a aliança ao bloco", disse à Folha ontem o deputado chavista Saul Ortega, presidente da Comissão de Política Exterior da Assembléia Nacional. "Agora, há interesses de multinacionais que financiam políticos em diferentes países e que, em geral, atacam essa vontade integracionista."

Desde a adesão da Venezuela, na cúpula de Montevidéu, há um ano e meio, Chávez havia participado dos dois encontros presidenciais seguintes, nos quais defendeu uma

"profunda reforma" do Mercosul. No último, realizado em janeiro, no Rio, prometeu "descontaminá-lo do neoliberalismo".

Desde então, a Venezuela sofreu dois reveses dentro do bloco, ambos envolvendo sua decisão de não renovar a concessão do canal oposicionista RCTV, que expirou no final de maio, sob o argumento de que a emissora apoiou a tentativa de golpe contra Chávez, em 2002.

Dias antes do fim das transmissões, a Venezuela tentou, durante reunião de chanceleres do Mercosul em Assunção, uma declaração de apoio à decisão de Chávez, que vem gerando uma série de protestos na Venezuela. Nenhum dos outros quatro países respaldou o pedido de Caracas.

Mas a crise veio depois que Chávez chamou o Congresso brasileiro de "papagaio" de Washington, em resposta a um requerimento do Senado para que o presidente venezuelano revisse o caso da RCTV.

As declarações de Chávez provocaram ameaças dos partidos oposicionistas PSDB e DEM (ex-PFL) de bloquear a entrada da Venezuela no Mercosul na votação do protocolo que permite a adesão desse país como membro pleno do bloco. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que haverá dificuldades para a aprovação.

EUA resistem a limitar subsídios em US$ 15 bi - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/06/2007

Os Estados Unidos disseram ontem ser "politicamente inviável" limitar os subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio em US$ 15 bilhões por ano, e que já fariam "um grande sacrifício" com limite em US$ 17 bilhões. Esse é basicamente o resumo do primeiro dia de negociação crucial do G-4 - grupo que reúne Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia --, que pode definir o futuro da negociação global para liberalização, conhecida como Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Os Estados Unidos não chegaram onde a gente quer", afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que disse ter insistido nas posições do G-20 e ouvido "refutações".

A representante americana Susan Schwab, ao final de uma jornada que começou às 13h30, com um almoço, e terminou quase às 22h, com jantar entre os ministros, fez as declarações de circunstância. Depois de falar de "semana crítica", disse que houve "algum progresso" e que os EUA estão prontos a fazer o possível para que a negociação seja bem-sucedida.

Na reunião sob o manto do segredo e com ordem para ninguém falar, o primeiro tema foi subsídios domésticos agrícolas, que o Brasil e os países em desenvolvimento em geral consideram como a chave para conduzir a um acordo global. Até ontem, os americanos faziam sinalizações, mas não diziam claramente os números. Susan Schwab tomou a iniciativa de abordar a cifra de US$ 15 bilhões, que muitos países consideram como o mínimo para um entendimento e para fazer concessões por sua parte.

Schwab alegou que esse número não pode ser aceito pela administração Bush. Observou que, nesse caso, os Estados Unidos já teriam ultrapassado o limite em sete dos últimos nove anos, sofrendo ameaças de condenações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela mostrou, em contrapartida, que os EUA poderiam se conformar com limite de US$ 17 bilhões, mesmo sendo obrigados a fazer reformas em seus programas agrícolas. Schwab calculou que, com esse limite, os EUA teriam ultrapassado o montante em cinco dos últimos nove anos.



Para certos negociadores, porém, o montante de US$ 17 bilhões poderia fechar um acordo no ano passado. Hoje, não mais. O agronegócio brasileiro, por exemplo, deu carta branca ao governo para fechar um entendimento com no máximo US$ 15 bilhões para os americanos, desde que Washington aceite disciplinas e tetos de subsídio por produto. No entanto, Susan Schwab disse durante a reunião que o atendimento dessas exigências significaria corte adicional nos subsídios e os EUA assim tampouco podem aceitá-las.

Após a jornada de negociações, o ministro Celso Amorim retrucou indiretamente a americana. Disse que o número que o Brasil quer, sem citá-lo, "tem toda a legitimidade política e é perfeitamente razoável à luz do que foi gasto nos últimos anos nos Estados Unidos".

Além do mais, acrescentou o ministro, a partir da descrição dos programas americanos, o corte pedido pelo Brasil é viável tecnicamente para Washington. "Na negociação, não estamos jogando números na parede, são raciocínios e é o ponderável que está assumindo aspecto mais favorável", disse Amorim, na tentativa de explicar o que aconteceu ontem.

Outro tema de discussão foram os subsídios à exportação. Amorim considerou que "o progresso está se consolidando" para fazer com que a ajuda alimentar seja verdadeiramente ajuda e não subsídios. Além disso, estará na mesa de negociação em Potsdam um mecanismo de monitoramento do acordo agrícola, sugerido pelo Brasil, pelo qual as denúncias à OMC poderão se acelerar, caso as regras sejam violadas.

Os argentinos, porém, não estão convencidos. Anteontem, em Genebra, aliados ao Uruguai, tentaram modificar bastante um texto do G-20 sobre acesso ao mercado na área agrícola. O embaixador Clodoaldo Hugueney reagiu, dizendo que a idéia era "ter flexibilidade" e não endurecer a posição num momento crucial da negociação.

Em Potsdam, Amorim reiterou que o Brasil está atento às posições da Argentina e dos outros parceiros do G-20 e em sintonia com elas. Já a Índia só quer uma coisa: abrir o menos possível seu mercado agrícola.

Falta transparência nas negociações, criticam as ONGs - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 20/06/2007

O governo brasileiro ganhou um novo adversário na já difícil negociação para um acordo na rodada de liberalização comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC): as organizações não-governamentais do Brasil. Como os empresários, as ONGs reclamam da "falta de transparência" nas negociações e temem "precipitação" por parte do Itamaraty, para alcançar um acordo que salve a chamada Rodada Doha da OMC, segundo documento enviado ao Ministério das Relações Exteriores por representantes da sociedade civil.

"Até alguns meses acompanhávamos de perto as posições do governo brasileiro, mas agora não estão mais circulando as informações", queixou-se o coordenador de programas de segurança alimentar da ONG Action Aid Brasil, Celso Marcatto. "Talvez pela necessidade de fechar um acordo mínimo estejam com medo de o vazamento de detalhes possa dificultar as negociações", especula.

A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), principal rede de ONGs brasileira, enviou uma carta ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com uma crítica severa aos rumos das negociações. Na carta, as ONGs falam em "indignação" e dizem ter "extrema preocupação com a falta de transparência, o conteúdo e a precipitação" nos esforços para concluir a Rodada Doha.

Criticam ainda o " caráter sigiloso e restrito" das discussões coordenadas pelo chamado G-4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia) e lembram que essa crítica também é levantada por organizações internacionais e por países membros da OMC, "revelando ampla insatisfação a respeito do processo de negociações restrito".

Para a Rebrip, a participação do Brasil nas discussões do G-4, reunido nesta semana na cidade alemã de Potsdam, põe "em risco sua própria legitimidade como ator na política internacional". As ONGs, segundo comenta o coordenador da Action Aid, acreditam que os negociadores brasileiros têm dado ênfase excessiva aos interesses ofensivos do agronegócio e deixado em segundo plano as necessidades defensivas de produtores da chamada agricultura familiar, no Brasil e em países pobres. "Alguns produtores na África já vêm sofrendo competição danosa de exportações do agronegócio brasileiro", aponta Marcatto.

"Não é aceitável que o Brasil negocie como parâmetros para a conclusão da Rodada propostas que significam um enorme potencial de perdas para a agricultura familiar e camponesa, para o emprego e a renda de vários setores da indústria brasileira, e especialmente para os trabalhadores desses setores", diz a carta da Rebrip a Amorim. "Não podemos aceitar que, para defender os interesses de uma agricultura voltada para o setor externo (...), o atual governo comprometa o nosso futuro e as perspectivas de que algum dia o país possa crescer beneficiando o mercado interno", diz o documento.

O governo brasileiro não tem defendido, na mesa de negociações do G-4, questões como a defesa dos pequenos produtores, acusa o coordenador da Action Aid. Marcatto acredita que a insatisfação com o processo negociador conduzido pelo G-4 revela o temor de que um eventual acordo entre os quatro principais negociadores crie um mecanismo de pressão para obrigar os países menores a aceitar decisões contra seus interesses.

A riqueza das nações – José Luis Fiori – Valor Econômico – Opinião - 20/06/2007

"Se o capital se distribuísse em partes iguais entre todos os indivíduos da sociedade, ninguém teria interesse em acumular mais capital do que pudesse empregar por si mesmo."

E.G. Wakefield, England and America, Londres 1833, (cit. K. Marx, O Capital, FCE, ed. 1958, p: 652)

As teorias econômicas clássica e neo-clássica erraram redondamente ao prever que a universalização dos mercados e a internacionalização do capitalismo produziriam uma convergência da riqueza das nações. O que aconteceu nos últimos 200 anos foi exatamente o contrário: no início do século XIX a diferença de renda entre os países ricos e pobres, era de apenas 1 para 2; um século depois, na véspera da Primeira Guerra Mundial, era de 1 para 4; e no final do século XX já era de 1 para 7. Mas também erraram as teorias da dependência e do subdesenvolvimento que, no século XX, apostaram na impossibilidade do desenvolvimento capitalista, nas ex-colônias européias, ou nos países que foram ou são objeto da dominação imperialista das grandes potências. Neste período, houve industrialização e desenvolvimento sustentado em vários territórios que foram verdadeiras "pérolas" do colonialismo e do imperialismo europeu e norte-americano. Primeiro, nos anos 70 e 80, foram os "tigres" e os "gansos" do Sudeste Asiático, e depois, a partir dos anos 90, foi o crescimento exponencial da China e da Índia que virou de cabeça para baixo todas as teorias ortodoxas e heterodoxas do desenvolvimento econômico. O que não deixa de ser estranho, porque são estes mesmos casos de sucesso econômico que estão explicitando, de forma cada vez mais nítida, as grandes regularidades e tendências de longo prazo do desenvolvimento mundial, que não entram, entretanto, na cabeça da maioria dos economistas. Assim, por exemplo, de forma sintética, e por tópicos:

As "economias líderes" são transnacionais por definição e sua expansão gera uma espécie de "rastro", que se alarga a partir da sua economia nacional

1) Apesar da globalização dos mercados e da internacionalização dos capitais, que se aprofundou na segunda metade do século XX, o sistema econômico mundial segue funcionando com base em "organismos econômicos nacionais", com graus muito diferentes de desenvolvimento e riqueza; 2) Dentro deste sistema mundial, a liderança do desenvolvimento econômico sempre esteve nas mãos de um número limitado de economias nacionais que se articulam de forma dinâmica e expansiva, com o movimento imperialista dos seus Estados nacionais; 3) Estas "organizações econômicas nacionais" que lideram o desenvolvimento econômico mundial mantém entre si fortes laços de complementaridade, ao lado de uma competição intensa e permanente pela primazia econômico-financeira, e pela supremacia política regional e mundial; 4) Por isso mesmo, nestas "economias líderes", a guerra, ou melhor, a permanente preparação para a guerra, ocupa um lugar central, pelo lado da demanda efetiva, da inovação tecnológica e da acumulação financeira, mas também como fator mobilizador e como princípio organizador de suas principais políticas nacionais.

O comportamento destes "Estados-economias líderes", entretanto, não explica a riqueza de países que nunca foram grandes potências expansivas e militarizadas. Mas mesmo nestes casos o sucesso econômico tem a ver com o "efeito em cadeia" da competição e do crescimento dos "Estados-economias" que lideram o desenvolvimento

mundial, e depende da estratégia de resposta adotada por seus governos. As "economias líderes" são transnacionais e imperiais por definição, e sua expansão gera uma espécie de "rastro" que se alarga a partir da sua própria economia nacional. Cada "Estado-economia imperial" produz seu próprio "rastro", e dentro dele, as demais economias nacionais se hierarquizam em três grandes grupos, segundo suas estratégias político-econômicas. Num primeiro grupo, estão as economias nacionais que se desenvolvem sob o efeito protetor imediato do líder. Vários autores já falaram de "desenvolvimento a convite" ou "associado" para referir-se ao crescimento econômico de países que têm acesso privilegiado aos mercados e aos capitais da potência dominante. Como aconteceu com os antigos domínios ingleses do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, depois de 1931, e também com a Alemanha, o Japão e a Coréia depois da Segunda Guerra Mundial, quando foram transformados em protetorados militares com ligações preferenciais com a economia norte-americana. Num segundo grupo, situam-se os países que adotam estratégias de catch-up para alcançar as economias líderes. Por razões ofensivas ou defensivas, aproveitam os períodos de bonança internacional para mudar sua posição hierárquica e aumentar sua participação na riqueza mundial, através de políticas agressivas de crescimento econômico. Nestes casos, em geral, o fortalecimento econômico antecede o fortalecimento militar e o aumento do poder internacional do país. São projetos que podem ser bloqueados, como já aconteceu muitas vezes, mas também podem ter sucesso e dar nascimento a um novo "Estado-economia líder". Como aconteceu exatamente com os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, na segunda metade do XIX e começo do XX, e está em vias de acontecer com a China, a Índia e a Rússia, neste início do século XXI. Por fim, num terceiro grupo muito mais amplo, se localizam quase todas as demais economias nacionais do sistema mundial, que atuam como "periferia econômica" do sistema, fornecendo insumos primários e industriais especializados para as economias dos "andares superiores". São economias nacionais que podem ter fortes ciclos de crescimento e alcançar altos níveis de renda per capita, como no caso dos países nórdicos e da Argentina. E podem se industrializar, como no caso do Brasil e do México, e seguir sendo até hoje economias tão periféricas quanto as da Venezuela ou do Chile, para manter-nos dentro do "rastro" imediato dos Estados Unidos.

Concluindo precipitadamente: a desigualdade de desenvolvimento e riqueza entre as nações é um elemento essencial do crescimento da economia de mercado e do sistema capitalista mundial. Mas existe a possibilidade seletiva de mobilidade nacional dentro deste sistema, dependendo da estratégia econômica e de poder de cada país.

José Luís Fiori é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e editor do livro "O Poder Americano" (Editora Petrópolis). Escreve mensalmente às quartas-feiras.

G-8 se diz pronto a dialogar com o G-5 - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 20/06/2007

A presidência alemã do G-8 pediu desculpas ao Brasil e aos outros membros do G-5 (China, Índia, África do Sul e México), por um incidente que causou mal-estar e desconfiança dos emergentes na reunião dos dois grupos, no início do mês na Alemanha, para discutir questões globais.

Bernd Pfaffenbach, secretário de Estado de Economia e negociador da premiê alemã, Angela Merkel, disse ainda que estão definidas as condições para o diálogo aprofundado entre G-8 e G-5 a partir do segundo semestre, utilizando um secretariado de oito pessoas na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ao chegar para reunião com o G-8, no dia 8 último, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os outros dirigentes do G-5 foram surpreendidos com um comunicado dos países ricos - EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália, mais a Rússia - dando a entender que os emergentes tinham aprovado seu teor. A irritação foi grande, porque a redação do documento parece apoiar a posição dos EUA de colocar em pé de igualdade os emergentes e os países ricos na responsabilidade em atacar as mudanças climáticas.

Ocorre que, em comunicado separado com a presidência alemã do G-8, o Brasil e os outros emergentes tinham se declarado prontos a contribuir de maneira "proporcional" para estabilizar as emissões. Mas não aceitam metas específicas de redução de emissões que afetem seu desenvolvimento e competitividade econômica.

Entre os emergentes, o incidente foi interpretado como indicação da pouca intenção do G-8 de levar em conta a posição do G-5.

Pfaffenbach disse que escreveu a seus colegas do G-5 se desculpando pelo que chama de "erro técnico" e reafirmou o interesse alemão em implementar o "Processo de Heiligendamm", uma iniciativa que o G-8 aprovou para dar maior acesso, embora ainda limitado, aos cinco emergentes no "clube de elite" nos próximos dois anos, como reconhecimento de seu peso crescente na economia mundial.

No segundo semestre, os 13 países começarão o "diálogo estruturado" sobre clima, investimentos, proteção de propriedade intelectual, energia, padrões sociais e ambientais. Pfaffenbach disse que a OCDE servirá apenas de base logística e não terá influência política nas discussões. Foi a maneira encontrada para derrubar resistências da China e da Índia, que não queriam nem ouvir falar de OCDE, e também do Brasil.

Para a premiê Merkel, envolver mais o Brasil e os outros emergentes na "governança global" é uma resposta aos que questionam se o G-8 ainda é uma organização adaptada os tempos modernos. Pfaffenbach ressalvou que não se fala de ampliação do G-8. Inclusive porque a maioria de seus atuais membros é contra essa idéia.

Já do lado do G-5, os países vão coordenar melhor suas posições para ter "participação mais equilibrada". Mas os países ricos recusam proposta do presidente Lula, de que os dois grupos se reúnam antes de o G-8 tomar decisões na sua reunião anual do G-8, para que possam influir no texto final. Pfaffenbach estima que o G-5 pode influenciar as decisões da presidência japonesa do G-8, em 2008, por meio de contatos preliminares.

Não está claro como os japoneses agirão com os emergentes, até porque não querem dar mais espaço para a China. Provavelmente Lula terá de se conformar de novo com reunião com os ricos só no ultimo dia da cúpula do G-8.

Em um ano, o Japão fará relatório preliminar, e, em 2009, será a vez da presidência italiana avaliar a experiência com os emergentes.

Novo impasse ameaça Rodada Doha - Jamil Chade – Valor Econômico – Economia e Negócios – 21/06/2007

Brasil e Índia resistem a abrir mercado para bens industriais, enquanto Europa avança pouco na área agrícola

O Brasil e a Índia dificultam a abertura de seus mercados e irritam Estados Unidos e Europa. Ontem, no segundo dia da reunião em Potsdam entre os principais atores das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), Brasília e Nova Délhi fizeram questão de condicionar qualquer abertura a ganhos reais no setor agrícola.

A Europa apresentou modesta flexibilidade nos cortes de suas tarifas de importação de bens agrícolas. A proposta nem sequer foi comunicada aos 27 países do bloco. Alguns diplomatas europeus acreditam que alguns resistirão à idéia (ler mais ao lado).

'As diferenças (nas negociações sobre produtos industriais) estão aumentando entre Europa e Brasil e Índia', queixou-se o embaixador da União Européia (UE), Eckart Gutt, em uma conversa telefônica enquanto passeava pelos jardins do castelo onde as reuniões estão ocorrendo. Segundo ele, 'apenas haverá um acordo em agricultura quando houver um acordo global'. Em outras palavras, deixou claro que os europeus não aceitarão abrir seus mercados sem um movimento recíproco dos emergentes. 'Estamos na fase das danças de rituais', disse.

Os quatro atores estão reunidos desde terça-feira em Potsdam para tentar fechar um acordo sobre a liberalização agrícola e industrial que permitiria um entendimento na OMC. Mas o entusiasmo inicial foi logo substituído por caras fechadas e um evidente nervosismo. Depois de todo um dia sem progressos, os ministros se reuniram para um jantar em um local não divulgado.

O objetivo: tentar sair do impasse. A solução encontrada foi modificar, a partir de hoje, a forma de discussões para salvar o processo. Segundo um dos ministros que participaram do jantar, as reuniões de hoje serão 'cruciais'.

Europeus e americanos esperam que um dos resultados da Rodada Doha, lançada em 2001, seja a abertura dos mercados emergentes para os produtos industriais. Ontem, Bruxelas sugeriu que o corte das tarifas nos países em desenvolvimento fosse de pelo menos 65%.

Mas Brasil e Índia mantiveram sua posição de que o corte máximo terá de ser de 50%. Os dois países emergentes ainda condicionaram uma abertura a uma redução de subsídios agrícolas nos Estados Unidos.

Se os americanos aceitarem um teto de US$ 17 bilhões por ano em sua ajuda aos produtores rurais, os emergentes colocariam um coeficiente de 34 pontos na queda de suas tarifas industriais, o que significaria menos de 50% de abertura. Com um teto de US$ 16

bilhões, o coeficiente cairia para 32 e, com um teto de US$ 15 bilhões nos Estados Unidos, os países emergentes aceitariam uma redução de 50% de suas tarifas de importação.

IRRITAÇÃO

Mas a irritação dos países ricos começou antes. A Índia afirmou que também não aceitaria abrir seu mercado para os produtos agrícolas, uma das exigências dos Estados Unidos e Europa para que também liberalizem seus mercados. Kamal Nath, ministro do Comércio da Índia, alertou que o país deveria ser considerado como uma economia menos desenvolvida, ainda que em proporções grandes.

Nath insistiu que vai exigir que possa escolher 20% de suas linhas tarifárias para serem classificadas como produtos especiais e que não sofreriam cortes de tarifas de importação.

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, tentou mediar o debate, afirmando de um lado que os americanos não poderiam ter uma ambição tão grande em relação à abertura do mercado indiano. Mas também alertou a Nath que algum tipo de abertura teria de ocorrer como resultado da Rodada. Pelos cálculos do Brasil, os indianos poderiam fechar as portas para 95% de suas importações agrícolas se a proposta de Nath fosse aceita.

Susan Schwab, representante de Comércio dos Estados Unidos, não escondeu a frustração durante a reunião com o comportamento de Nath. Em Potsdam, cresce a percepção de que os indianos preferem que o acordo simplesmente não saia,em vez de terem de abrir seus mercados.

Europeus ensaiam nova proposta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007

Os europeus deram sinais de que poderão flexibilizar suas posições em termos de tarifas de importação de bens agrícolas. Pela nova proposta, as maiores taxas impostas a esses produtos poderiam ser cortadas em 70%. A proposta anterior falava em 60%.

Mas diplomatas em Genebra ouvidos pelo 'Estado' alertaram que a proposta ainda é insuficiente. Isso porque prevê que os produtos considerados sensíveis, como carnes, açúcar e leite, tenham um corte de apenas 23%, bem abaixo do esperado.

Ainda assim, o embaixador europeu para a OMC, Eckart Gutt, não escondia que a proposta causaria problemas dentro da União Européia. Alguns países do bloco, como França, Irlanda e Itália, ainda não foram informados dos termos da proposta. Diplomatas europeus avisam que os cortes estariam acima do mandato aprovado ao comissário de Comércio do bloco, Peter Mandelson.

'Temos de tranqüilizá-los', afirmou o chanceler brasileiro, Celso Amorim. Ele tentou negociar a situação de produtos de interesse específico ao Brasil, como carnes e açúcar. Mas os europeus foram secos: não poderiam tratar produto por produto. Segundo eles, o tema ficará para as negociações bilaterais.

Venezuela lidera grupo de oposição às negociações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007

Países assinam hoje em Genebra declaração pedindo 'mais transparência'

Liderados pela Venezuela, países em desenvolvimento como Bolívia, Cuba e economias em desenvolvimento da África e Ásia assinam hoje uma declaração conjunta atacando o processo negociador da Organização Mundial do Comércio (OMC) e alertam que não aceitarão um acordo que venha preparado de Potsdam pelo G-4 (Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia).

Para diplomatas, a iniciativa é um ataque ao comportamento de Brasil e Índia, que se colocam como representantes dos países emergentes, mas acabam negociando em sigilo. Em sua edição de ontem, o Estado antecipou que o governo de Hugo Chávez preparava uma surpresa para o G-4. Hoje, Caracas e outros governos darão uma conferência na sede da OMC para declarar sua insatisfação. 'Vamos pedir transparência', afirmou o embaixador da Venezuela na OMC, Oscar Carvallo.

A escolha da OMC para o evento é simbólica e serve para mostrar ao G-4 que as negociações devem ocorrer em Genebra e não em outras cidades européias. 'Um acordo deve ser feito em Genebra e deve envolver todos', disse Carvallo.

A iniciativa é ainda um ataque em parte ao papel do Brasil que em várias oportunidades, nos últimos meses, se apresentou como líder dos países emergentes, chefiando e convocando reuniões.

LEI DO SILÊNCIO

Na Alemanha, os ministros ordenaram 'silêncio total' em relação ao que ocorria dentro das salas de reunião e, fontes próximas à negociação, disseram que a delegação dos Estados Unidos questionou o chanceler brasileiro, Celso Amorim, sobre as declarações que ele havia dado na véspera aos jornalistas. Isso explicou a frase solta por Amorim ontem à imprensa: 'Vocês me deram um problema'. O Itamaraty nega que tenha havido esse confronto entre o chanceler brasileiro e a delegação americana.

Sem Chávez, Cúpula do Mercosul deve ter clima ameno - Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007

Reunião de presidentes na próxima semana terá como foco os subsídios aplicados pelos países dentro do bloco

A reunião de Cúpula do Mercosul, que será realizada em Assunção, no Paraguai, entre os dias 28 e 29, discutirá os subsídios nos países do bloco, incentivos para a industrialização de Paraguai e Uruguai, além do aumento da Tarifa Externa Comum (TEC) para produtos têxteis e calçados.

A lista de assuntos foi elaborada durante a reunião do Grupo Mercado Comum, nesta semana, na capital paraguaia. O clima indica que o encontro dos presidentes não será tumultuada com conflitos comerciais, como em ocasiões anteriores.

A expectativa é de que essa será uma cúpula 'light', uma vez que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, não participará da reunião. Chávez, segundo disse ao Estado Hilva Calderón, coordenadora de imprensa da presidência da Venezuela, parte para Moscou no dia 27, onde realizará uma visita de cinco dias. Na seqüência, vai ao Irã.

Dessa forma, será a primeira vez que o presidente venezuelano não participa de uma cúpula do Mercosul desde julho de 2004, quando seu país começou as negociações para integrar o bloco.

Com sua ausência, Chávez evitará a tensão pela repercussão dos confrontos que mantém com a imprensa de seu país. As atitudes de Chávez - entre elas, o fim da concessão ao canal RCTV - provocaram uma onda de rejeição à entrada da Venezuela no Mercosul, especialmente entre os partidos de oposição dos países membros.

SEM MAQUIAGEM

Representantes dos países do Mercosul concordaram em estudar os subsídios que os sócios aplicam. A idéia é identificar os subsídios que prejudicam o comércio e provocam 'desvios' do fluxo de investimentos dentro do bloco. Esse levantamento será realizado nos próximos seis meses.

Além disso, os representantes concordaram na necessidade de que o Mercosul conte com políticas de incentivos para concorrer com outros blocos comerciais na captação de investimentos. Os negociadores também decidiram que o Mercosul não deve estimular as indústrias maquiladoras nos denominados 'países pequenos' do bloco - Uruguai e Paraguai.

Em vez disso, deve-se financiar empreendimentos produtivos nesses países. Com esse plano, Brasil e Argentina anulariam - ao menos em grande parte - os riscos de que Uruguai e Paraguai façam acordos bilaterais com os Estados Unidos e deixem o Mercosul.

Durante a cúpula, os sócios do Mercosul analisarão a proposta brasileira de aumentar a TEC para calçados e vestimentas para 35%, e para 25% no caso de tecidos. Essa medida implicaria um freio para a 'invasão' de produtos chineses.

A assinatura da ata de criação do Banco do Sul, entidade financeira idealizada pelo venezuelano Hugo Chávez, será adiada, segundo informou o Ministro da Economia do Equador, Ricardo Patiño. O plano original era que os seis presidentes dos países que constituirão o banco assinariam a ata no dia 26 deste mês, durante a abertura da Copa das Américas, em Caracas, Venezuela.

Mas, segundo declarações de Patiño à imprensa em Quito, os presidentes não conseguiram conciliar suas agendas. Dessa forma, a assinatura foi adiada e ainda não tem data definida.

Venezuelano diz que 'velho' Mercosul não interessa - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007

Às vésperas da reunião de Cúpula do Mercosul, em Assunção, o governo venezuelano declarou ontem que está disposto a entrar num 'novo Mercosul', mas, se não houver 'vontade de mudança', não está muito interessado no velho.

A declaração foi dada pelo presidente Hugo Chávez à agência EFE durante visita a Barinas, sua cidade natal. Chávez afirmou que a Venezuela 'não está desesperada' para aderir ao Mercosul, defendeu uma integração sul-americana baseada no interesse dos povos e aproveitou para atacar mais uma vez os EUA, dizendo que o governo americano 'dirige uma conspiração permanente' contra Caracas.

A política acabou – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 21/06/2007

POTSDAM - A política brasileira tornou-se completamente não-funcional, inútil mesmo. Suspeito que esse segredo de polichinelo não seja mencionado em voz alta porque muita gente acha que o corolário é trágico: se os políticos (os atuais, pelo menos) não servem para nada, então que venham de novo os militares, certo?

Errado. Os militares já mostraram que, tanto ou mais que os civis, são capazes de causar tamanha desfuncionalidade (para não falar em democracia, direitos humanos etc) que acabaram tendo de deixar o poder para não provocar maiores estragos.

A democracia -vá lá, repetir o óbvio- ainda é o melhor dos modelos. Mas precisa funcionar. O caso Renan Calheiros transformou-se na prova definitiva de que o mundo político não está funcionando. Discute-se se Calheiros deve ficar ou sair. Mas a discussão é torta.

Nenhum senador pede a saída dele por ser culpado. Nenhum senador pede que fique por ser inocente.

Uns e outros pensam apenas na conveniência do ficar ou do sair para seus próprios interesses e apetites, quase sempre subalternos, quando não indecentes.

Vale o mesmo para a discussão sobre voto em lista ou não. Os críticos passam a sensação de que mudar o sistema será um desastre, como se o modelo atual já não fosse um tremendo desastre. O voto em lista corrige o desastre? Não.

Então, que tal pensar em algo que ao menos amenize o desastre?

A fuga ao debate dos grandes temas contaminou o mundo acadêmico e até o jornalismo. Aqui, longe do país tropical, fala-se muito no risco representado pelos fundos especulativos de investimento. Um recente alerta está na capa de ontem do "Financial Times" e saiu da boca de um banqueiro, o executivo-chefe da União de Bancos Suíços. E os tupiniquins ficamos distraidamente discutindo uma figura tão menor como Renan Calheiros. - **crossi@uol.com.br**

Não quero o velho Mercosul, diz Chávez – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo – 21/06/2007

Presidente afirma que poderá retirar a Venezuela do bloco se os Legislativos da região bloquearem o processo de adesão - Insatisfação de Caracas envolve controvérsia sobre RCTV, mas chega ao Banco do Sul; Chávez critica também governo espanhol

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, afirmou que "não está interessado no velho Mercosul" nem está "desesperado" para consolidar o processo de entrada no bloco e ameaçou se retirar dele caso o Senado brasileiro ou o Parlamento de outro país não ratifique a incorporação da Venezuela. Em entrevista à agência de notícias espanhola Efe, Chávez disse que a Venezuela "quer entrar num novo Mercosul", mas que, "se não há vontade de mudança, tampouco estamos muito interessados no velho Mercosul".

Chávez disse que o fim das transmissões da emissora RCTV "não dificultará em nada" a entrada da Venezuela no bloco, mas que as elites do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai "querem utilizá-lo para talvez justificar outras posições, que são muito frágeis". A RCTV está fora do ar desde o final de maio -Chávez não renovou sua concessão sob a justificativa de que participou do frustrado golpe de Estado de abril de 2002.

"Nunca viram com bons olhos nossa incorporação a um novo Mercosul. A direita, as oligarquias sul-americanas não querem a voz da Venezuela, que é a voz dos povos, dos excluídos, a voz que busca um processo de integração novo, em direção à justiça social."

As declarações são uma referência à crise desatada depois que Chávez chamou o Congresso brasileiro de "papagaio de Washington", em resposta a um requerimento do Senado para que o presidente venezuelano revisse o caso da RCTV.

Os senadores dos partidos oposicionistas PSDB e DEM (ex-PFL) prometeram bloquear a entrada na Venezuela no Mercosul na votação do protocolo de adesão desse país como membro pleno do bloco.

Segundo Chávez, caso haja uma negativa à ratificação, "retiramos a solicitação". A discussão com o Senado não é o único foco de atrito. O presidente venezuelano teve de adiar novamente a oficialização do Banco do Sul -um projeto idealizado por ele- em meio a divergências com o Brasil sobre qual será o perfil da instituição. A cerimônia ocorreria no dia 26, quando começa a Copa América na Venezuela.

Outra divergência com o Brasil é na Organização Mundial do Comércio (OMC). A Venezuela disse ontem que está trabalhando com países em desenvolvimento numa declaração expressando objeções às conversas do chamado G4 (Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia), na Alemanha.

Pela primeira vez desde que formalizou o processo de adesão ao Mercosul, em dezembro de 2005, Chávez não participará de uma cúpula do bloco, no próximo dia 29, no Paraguai. Ele estará na Rússia, a convite do presidente Vladimir Putin. Na entrevista à Efe, o presidente venezuelano disse que está "montando um sistema de defesa com o que há de melhor no mundo, com Rússia, China e Belarus". A Venezuela está "potencializando o poder aéreo, terrestre e também marítimo e não é de estranhar que compremos uns submarinos", completou.

Ele também considerou uma "falta de respeito" as críticas do chanceler espanhol, Miguel Ángel Moratinos, ao fim da concessão da RCTV. Chávez atribuiu as declarações a "pressões" da direita espanhola e da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, durante visita a Madri. É a primeira vez que Chávez critica publicamente o governo espanhol, liderado pelo socialista José Luis Rodríguez Zapatero. **(FABIANO MAISONNAVE) -** Com agências internacionais

Adesão a bloco depende do Congresso – Folha de São Paulo – Mundo – 21/06/2007

DA REDAÇÃO - A terceira sessão do recém-nascido Parlamento do Mercosul, na segunda-feira, vai discutir dois temas ligados à Venezuela: a crise recente entre o Senado brasileiro e o governo Hugo Chávez por conta do caso RCTV e o processo de adesão do país ao bloco. Os representantes brasileiros dizem querer ouvir os colegas venezuelanos sobre as questões antes de dar seguimento à tramitação, no Congresso, do protocolo que sela a entrada do país no Mercosul.

A Venezuela é um membro pleno do bloco, mas "em processo de adesão". A decisão precisa ser ratificada pelos Congressos de Brasil e Paraguai (Uruguai e Argentina já aprovaram).

No caso brasileiro, o que deveria ser um trâmite simples, embora demorado -o texto, hoje na Comissão do Mercosul, passa por duas comissões na Câmara e no Senado antes de ir a plenário nas duas Casas-, se complicou com a troca de farpas entre Chávez e senadores, que agora ameaçam barrar a aprovação. A Venezuela ainda tem de fazer uma série de ajustes tarifários e legais para completar a integração. Até lá, terá voz, mas não voto, no bloco.

Diplomacia brasileira avalia que as declarações são para o público interno – Folha de São Paulo – Mundo – 21/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Parte incomodado, parte pragmático, o Itamaraty resolveu relevar as novas críticas do presidente venezuelano Hugo Chávez ao Mercosul por avaliar que o objetivo do seu discurso é reconquistar apoio doméstico. Diplomatas brasileiros entendem que Chávez teria se dado conta da erosão em sua popularidade causada pela não-renovação da concessão da RCTV.

Integrantes do Itamaraty ouvidos pela Folha reduziram a importância das críticas de Chávez porque seguiriam o mesmo tom de outros discursos, como quando ele defendeu a "refundação" do Mercosul ou sugeriu que o bloco precisava de um "viagra político". O processo de integração da Venezuela ao Mercosul passa pela adaptação das normas comerciais daquele país ao bloco. Nos bastidores, há um embate entre setores do Brasil e da Venezuela sobre questões tarifárias envolvendo produtos elaborados na Zona Franca de Manaus, por exemplo.

Ontem, o assessor internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio Garcia, defendeu o atual ritmo de ingresso da Venezuela. "As negociações sempre são muitos complexas, e entendo inclusive que ainda não estejam encerradas em termos de negociações entre Chancelarias. Preferimos que as coisas sejam mais seguras do que apressadas", disse à agência France Presse.

Sobre a ausência de Chávez da próxima cúpula do bloco, no dia 29, Garcia comentou: "Isso é normal. Os presidentes têm uma agenda muito complicada. Não vejo nenhuma transcendência nisso. E se houvesse alguma, de natureza política, seguramente o governo do presidente Chávez nos faria saber. Digamos que o presidente Chávez não é um homem econômico em palavras, então ele diria".

Garcia não havia lido a entrevista à agência espanhola Efe, na qual Chávez disse que não quer o "velho Mercosul", quando fez seus comentários. Sua assessoria informou, horas depois da entrevista, que a avaliação dele era a mesma após ler as novas declarações.

UE oferece cortar tarifa mais alta em 70% - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 21/06/2007

Depois dos Estados Unidos dizerem que aceitam limitar os subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio para US$ 17 bilhões, ontem foi a vez da União Européia (UE) dizer que pode aceitar redução de 70% nas tarifas mais altas, que atingem exportações do Brasil de carnes bovina, frango e açúcar.

Já a Índia não se moveu, complicando a situação para exportadores como o Brasil e os Estados Unidos. O ministro Kamal Nath martelou com a exigência de designar 20% de produtos como "especiais", a metade com corte tarifário menor e a outra metade isenta de liberalização. "Se não sair um acordo não sair na Organização Mundial de Comércio (OMC)", é por causa dos indianos, que não tem incentivos para negociar, e muito a perder", estima um analista.

Em meio ao blecaute de informação para a imprensa ontem na negociação do G-4 - após reclamação do secretário de Agricultura dos EUA, Mike Johanns -, o embaixador da União Européia (UE) em Genebra, Eckert Guth, passou a falar alto no celular no pátio do hotel, onde estavam os jornalistas. Pelos pedaços da conversa - ouvida por repórteres -, o representante europeu insinuava que Bruxelas tinha feito uma oferta importante na área agrícola e era necessário flexibilidade de alguns países da UE, que estariam resistindo.

Em Bruxelas, fontes indicam que um grupo chamado G-14 (com França, Irlanda, Grécia, Espanha, Itália e Finlândia), resiste à abertura agrícola e não cessa de advertir o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson.

No telefone, em voz alta, Guth contou que na negociação sobre produtos industriais falou-se de uma fórmula com coeficiente 30, o que significaria corte insignificante nas alíquotas de importação de países emergentes. A própria indústria no Brasil aceitaria um coeficiente menor. A UE é mais exigente, enquanto os EUA diminuíram a demanda na área industrial, por achar que haverá liberalização através de acordos setoriais.

O corte de 70% na banda com as tarifas agrícolas mais altas, em todo caso, está longe de ser o que parece, confirmando temores brasileiros de que o que é dado com uma mão é retirado com outra. É que os europeus, na verdade, planejam designar como "sensíveis" boa parte dos produtos que estão na banda mais alta, de forma que o corte de 70% pode significar redução de apenas 24%, por exemplo, para a entrada de carne bovina.

A grande barganha entre o Brasil e a UE envolve as carnes (bovina, de frango e suína). O volume de cotas é pelo volume de importação corrente, e não pelo consumo doméstico europeu. Exportadores querem conseguir pelo menos incluir na cota (com tarifa menor) o que é hoje exportado fora da cota (tem tarifa mais alta).

No entanto, a poderosa confederação Copa-Cogeca, que reúne milhares de agricultores europeus, confirmou em Bruxelas que não aceita a abordagem negociadora de Mandelson, estimando que ele está fazendo concessões demais para o Brasil. A diretoria da Copa-Cogeca insistiu que não dá para aceitar o corte de 70% nas tarifas mais altas, mesmo com a proteção para sensíveis.

A expectativa é de agora os países apresentarem suas condicionalidades, porque ninguém oferece nada de graça. Mas antes do blecaute de informação, ontem, certos negociadores admitiam que a possibilidade de fechar algum acordo em Potsdam é improvável.

Congresso dos EUA resiste a mudanças na política agrícola - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 21/06/2007

O Congresso dos Estados Unidos indicou nesta semana que resistirá com vigor às pressões que tem recebido para reformar a política agrícola do país, numa demonstração dos limites que impedem os negociadores americanos de dar passos mais ousados nas discussões da Rodada Doha de liberalização comercial.

Na terça-feira, enquanto ministros dos principais países envolvidos nas negociações se reuniam na Alemanha, uma das comissões do Congresso encarregadas de rever a política agrícola americana neste ano pôs em votação diversas propostas de mudança no seu funcionamento. Nenhuma sugestão foi acatada.

Um projeto apresentado no início do ano pelo governo, que muda bastante a maneira como os subsídios agrícolas são distribuídos nos EUA, recebeu apenas um voto. Uma emenda que propõe a extensão por cinco anos dos programas agrícolas em vigor, sem nenhuma modificação, foi aprovada por unanimidade.

As votações ocorreram numa das subcomissões da Comissão de Agricultura da Câmara de Representantes. Seu resultado não tem caráter definitivo, mas mostrou o incômodo que as propostas de reforma da política agrícola criam no Congresso e deixou claro que esse sentimento é compartilhado por representantes dos dois partidos que dividem o poder nos EUA. A Lei Agrícola americana, que regulamenta os subsídios em discussão na Rodada Doha e vários outros programas que beneficiam os fazendeiros nos EUA, expira neste ano e precisa do aval do Congresso para ser renovada. O processo legislativo está no início e tem um longo caminho a atravessar na Câmara e no Senado. Especialistas prevêem que a nova lei ficará pronta em meados do segundo semestre.

A proposta apresentada pelo governo no início do ano sugere que boa parte dos subsídios passe a ser paga de acordo com oscilações na renda total dos agricultores e não nos preços das mercadorias que eles produzem. O Departamento de Agricultura dos EUA também defende que os maiores produtores, com renda anual superior a US$ 200 mil, sejam excluídos dos programas.

Para o governo, essas mudanças ajudariam a conter a expansão dos subsídios e a eliminar pagamentos com maior impacto sobre o comércio internacional, evitando que os programas agrícolas dos EUA voltem a ser contestados na Organização Mundial do Comércio (OMC), como ocorreu com a bem-sucedida ação movida pelo Brasil contra subsídios pagos a produtores de algodão.

Os congressistas que defendem os interesses dos fazendeiros preferem deixar tudo como está. "Estamos interessados em aprimorar a rede de segurança para os agricultores que dão duro no nosso país", afirmou o deputado Bob Etheridge, filiado ao Partido Democrata e presidente da subcomissão que na terça-feira rejeitou as propostas de mudança nos programas agrícolas.

Entre 2003 e 2005, os distritos eleitorais representados pelos 18 membros da subcomissão receberam US$ 10 bilhões em subsídios agrícolas, o equivalente a mais de um quinto do total de subsídios distribuídos pelo governo no país inteiro, de acordo com o Grupo de Trabalho Ambiental (EWG, na sigla em inglês), uma organização não-governamental que monitora os programas agrícolas dos EUA.

Uma das emendas aprovadas terça-feira amplia os subsídios aos produtores de algodão e introduz mecanismos reivindicados pela associação que os representa. Embora os programas que beneficiam o setor tenham sido considerados ilegais pela OMC, alguns deles continuam em vigor até hoje.

Americanos pedem silêncio total na reunião – Assis Moreira – Valor Ecnoômico – Brasil - 21/06/2007

O G-4 - Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia - deflagrou ontem um dramático blecaute de informação, ao mesmo tempo em que aumentava a desconfiança de outros países sobre o tipo de acordo que pode sair entre os quatro, na atual negociação em Potsdam. O ambiente ficou desagradável no pequeno e histórico hotel Cecilienhof no fim da negociação da manhã, segundo depoimento de negociadores. Foi quando o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Mike Johanns, queixou-se que jornais brasileiros publicaram as informações de que os EUA insistiam em limitar os subsídios agrícolas a apenas US$ 17 bilhões.

Na terça-feira, o acordo entre os ministros tinha sido de que só eles falariam, fechando a boca de assessores. Ontem, o americano insinuou que estavam saindo detalhes demais sobre a negociação. O resultado foi que os ministros também acabaram se calando.

A partir da reclamação americana, os negociadores reagiram diferentemente, alguns com arrogância, como Peter Mandelson, outros com visível mal-estar pela situação, e outros ainda como Kamal Nath, da Índia, com ironias.

A falta de transparência no G-4 pode acabar alimentando ainda mais desconfiança nos 146 países que estão fora, em Genebra, aguardando a negociação entre eles. As suspeitas se propagam. Hoje, um grupo de países lançará um comunicado pedindo por mais transparência e também por equilíbrio na negociação. Mas o embaixador da Venezuela, Oscar Carvalho, disse que "de jeito nenhum estamos ameaçando bloquear acordo, apenas insistimos em nossas posições, resumindo outros comunicados de alianças em desenvolvimento".

A Bolívia é mais explícita. O governo de Evo Morales insiste que um acordo na área de serviços tem de explicitar que não haverá privatização de serviços de saneamento básico (água, esgoto), porque senão bloqueia, sim, um entendimento global.

Por sua vez, o grupo de países ACP (África, Caribe e Pacífico) também aumenta o tom, com apoio de organizações não-governamentais. Nesse cenário, restará ao diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, tentar acelerar com os mediadores agrícola e industrial a colocação de suas propostas na mesa nos próximos dias, seja lá qual for o resultado da reunião do G-4. **(AM)**

EUA e Europa culpam Brasil e Índia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Autoridades americanas e européias acusam os dois emergentes de não fazer concessões na área industrial -O comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, admitiu que o fracasso do G-4 (Brasil, Índia, Europa e Estados Unidos) coloca 'um grande ponto de interrogação na habilidade de membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) de concluir a Rodada Doha'. Ele deixou claro que toda a culpa pelo colapso deve ser colocada sobre Brasil e Índia.

Lançado há seis anos, o processo era visto como uma das alternativas mais plausíveis para corrigir as desigualdades do comércio internacional e possibilitar maiores vantagens aos países emergentes. Para os europeus, sem a OMC, dificilmente o mundo

conseguirá controlar a política dos americanos na agricultura, que distorce mercados. O chanceler brasileiro Celso Amorim foi um dos únicos a ainda acreditar no processo, mesmo depois do fracasso.

Com a crise declarada e riscos sistêmicos, os ministros agora transferem toda a responsabilidade para o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. 'A bola está com ele', afirmou Amorim. Hoje, em Genebra, Lamy convocará os 150 países membros para pedir apoio para que o processo continue. Mas diplomatas e líderes nos quatro cantos do mundo reconhecem que um acordo nunca foi tão difícil.

'Nunca estive tão otimista em relação a um acordo como antes de chegar a Potsdam', afirmou Mike Johanns, secretário de Agricultura dos Estados Unidos. Ele lembrou que nos últimos dias vários entendimentos foram obtidos em setores como ajuda alimentar. 'Mas aí ficou claro que negociávamos com dois países que não queriam mostrar nada de novo. As posições de Brasil e Índia eram extremistas', disse. 'Nosso tapete foi puxado', confessou. 'Nossa própria política externa será afetada.'

Tanto os americanos quanto os europeus insistem em que chegaram ao limite em suas propostas. 'Deixamos claro que até tínhamos uma cartada final, mas não houve um sinal de flexibilidade na parte industrial dos países emergentes. Sem isso, não há barganha razoável e eu seria ingênuo se fizesse a proposta final sem uma resposta proporcional', disse Mandelson. 'Não podemos fazer concessões por nada em retorno.'

Segundo Mandelson, o que era pedido em abertura de mercado do Brasil 'não era inadequado'. 'São economias que crescem rapidamente e são competitivas em automotivos, aviões e têxteis. Para muitas economias, nosso pedido seria só uma continuação da liberalização que fizeram nos últimos dez anos.'

Para a representante americana de Comércio, Susan Schwab, um acordo deve 'gerar comércio e o que havia sobre a mesa pelo Brasil e Índia não permitiria isso'. 'Por isso, desistimos', confessou. Ela rejeita o argumento de que o corte de subsídios era pequeno. Pela nova proposta americana, o teto de subsídios por ano seria de US$ 17 bilhões, contra US$ 22 bilhões que haviam sido sugeridos. No ano passado, porém, os americanos deram apenas US$ 11 bilhões em ajuda e a proposta, ao lugar de cortar subsídios, representaria um aumento no volume autorizado.

Schwab rejeita tal argumento e lembra que, nos últimos nove anos, os americanos deram subsídios acima de US$ 17 bilhões em cinco anos. Para os americanos, o Brasil mudava seus objetivos a cada reunião.

Amorim se recusa a dizer que a rodada acabou. 'Isso já ocorreu antes (em 2003). Levou tempo para recuperar, quase um ano.' Agora, ele disse esperar que o tempo de recuperação seja menor. O problema é que os americanos perdem em julho autorização do Congresso para o Executivo negociar acordos comerciais. Em 2008, há eleição presidencial. Cenário perfeito para adiar um acordo para até 2009 ou além.

Fracassa reunião para acordo da OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa fracassaram na tentativa de encontrar um acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ontem, dois dias antes do prazo final da conferência de Potsdam, um verdadeiro teatro foi montado pelas quatro grandes potências, com acusações mútuas, manobras e ataques verbais.

Em um tom pouco visto nos últimos anos, Estados Unidos e Europa acusaram Brasil e Índia pelo fracasso, por não aceitarem flexibilizar suas posições na abertura de mercados e por terem abandonado 'substantivamente e fisicamente' as reuniões.

Em Washington, o porta-voz da Casa Branca, Tony Fratto, disse que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, estava 'decepcionado, porque alguns países estão bloqueando uma oportunidade para expandir o comércio'.

Ontem mesmo, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, se apressou para declarar que o processo continuaria na sede da entidade, em Genebra, ainda hoje e propostas de um acordo final serão divulgadas. Em Potsdam, negociadores já especulavam que as negociações poderiam ir até 2012 ou 2013. Mas, para alguns diplomatas brasileiros, até mesmo a sobrevivência da OMC pode estar em risco.

A conferência de Potsdam era tida como fundamental para que um acordo pudesse ocorrer, principalmente diante do fim da autorização dada pelo Congresso americano para que a Casa Branca negocie acordos comerciais. Mas as diferenças em relação à oferta agrícola para os países emergentes e o que Brasil e Índia ofereciam em abertura de seus mercados industriais impossibilitou um acordo.

'Nós ainda estamos aqui. Brasil e Índia é que já reservaram suas passagens para viajar', disse a representante americana de Comércio, Susan Schwab. O chanceler Celso Amorim reagiu à acusação de ter abandonado a conferência. 'Isso é uma mentira', repetia o ministro.

Amorim preferiu denunciar Washington e Bruxelas de terem feito um acordo agrícola entre eles antes de chegar a Postdam e de terem tentado fazer Brasil e Índia aceitá-lo. O acordo, segundo ele, seria desequilibrado para os países emergentes e, portanto, não haveria como o Brasil aceitar.

'Americanos e europeus fizeram uma jogada. Acharam que queríamos o acordo a qualquer preço e iríamos ceder. Como viram que não cedemos, quiseram parar tudo.' Segundo o ministro, os países ricos decidiram culpar Índia e Brasil por terem visto que haviam chegado a seus limites nas posições em agricultura e não poderiam oferecer nada mais. 'Eles combinaram tudo antes.'

Amorim acusa: estava tudo combinado – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Chanceler diz que americanos e europeus estavam com pacote pronto

O comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, achou injusta a crítica feita pelo chanceler brasileiro, Celso Amorim, de que europeus e americanos teriam chegado a Potsdam já com um acordo fechado sobre abertura do mercado agrícola. 'Em 2006, quando a Organização Mundial do Comércio (OMC) também não chegou a um acordo, EUA e Europa foram criticados por não se entenderem. Desde então, aproximamos nossas posições. Não é responsável acusar-nos de prejudicar a rodada.'

O problema, segundo o Brasil, é que o acordo entre EUA e Europa se referia a um entendimento sobre cortes de subsídios americanos e a redução de tarifas de importação na Europa. De um lado, Bruxelas aceitaria que os americanos não reduzissem seus subsídios para menos de US$ 15,9 bilhões e, de outro lado, Washington aceitaria os cortes modestos nas barreiras européias. Além disso, pressionariam Brasil e Índia por cortes em suas tarifas industriais de 58%, valor considerado como excessivo.

Os números estavam distantes do que queriam os países emergentes, que aceitavam um corte de suas tarifas industriais de no máximo 50%. 'Eu não poderia fazer um acordo que considerasse como uma traição à industria brasileira, ao Mercosul e ao G-20, mesmo que tivesse algum produto meu que tivesse se beneficiado', afirmou Amorim. 'Acertaram uma zona de conforto entre eles', denunciou Amorim. 'Isso foi um Cancún 2', dizia, em referência à conferencia ministerial da Organização Mundial do Comércio em 2003, quando americanos e europeus montaram um acordo entre si e tentaram convencer os demais a aceitar.

Amorim ainda denunciou um acordo em que americanos ganhariam cotas para seus produtos no mercado europeu. 'Não podíamos aceitar isso. A situação nossa era ficar com salvaguardas para o frango para sempre e cotas de carnes que não chegariam a níveis razoáveis', afirmou. Em troca, os europeus não pressionaram os americanos em reduzir seus subsídios. Amorim conta que a Casa Branca até mesmo endureceu sua posição sobre o teto dos subsídios por produtos, como algodão e soja. O Brasil venceu uma disputa na OMC pelos subsídios ao algodão, mas a proposta americana acabaria fazendo com que os níveis de ajuda fossem superiores ao que o País já havia obtido.

'Chegamos à conclusão de que não íamos ter rodada de desenvolvimento com tais propostas. Deve haver uma mudança de atitude se quiserem concluir a rodada.', disse Amorim.

'Não podemos pagar pela correção de distorções. Isso seria perpetuar a desigualdade do comércio mundial dos últimos 50 anos', concluiu Kamal Nath, ministro indiano.J.C.

No Teatro, jogo de cena e tensão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Jantar de ministros selou fim da negociação

O acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) começou a ruir na noite de quarta-feira, quando os ministros se encontraram para um jantar privado no restaurante de Potsdam com um nome sugestivo ao que estava ocorrendo: Il Teatro. Foram horas de manobras políticas, jogos de cena e muita tensão.

Segundo o ministro Celso Amorim, a conversa no jantar foi 'muito dura' e o chanceler confessou que achou estranho que cada palavra que falava estava sendo anotada pelos europeus e americanos. Tanto o Brasil como a Índia insistiram que não poderiam fazer concessões na parte industrial e que o que havia sobre a mesa no setor agrícola ainda era insuficiente.

Amorim chegou a propor que as reuniões da manhã seguinte (ontem) fossem iniciadas com outros temas e que as polêmicas voltassem a ser tratadas na parte da tarde. 'Disse que estava disposto a ir até o fim', afirmou. Mas, ao final da manhã, o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, já começou a traçar como deveria ser o encerramento da conferência de Potsdam para tentar manter as aparências e até emitir um comunicado para disfarçar o colapso. 'Achei que ele já estava preparando um cenário para uma aterrissagem suave para o fracasso', afirmou Amorim.

A delegação brasileira havia descoberto antes que europeus e americanos haviam tido uma reunião separada na noite de quarta, após o jantar, para definir uma estratégia. No almoço de ontem, portanto, Washington e Bruxelas começaram um ataque frontal à posição dos países emergentes em relação aos produtos industriais. 'Eles tinham combinado. Eu não nasci ontem', disse Amorim, que viu suas frases usadas no jantar na noite anterior sendo usadas pelos europeus e americanos para acusá-lo de não querer um acordo. 'Queriam dizer que eu não aceitaria nenhuma negociação, o que não era verdade', alegou Amorim.

Na versão do chanceler, ao concluir o almoço de ontem, tanto europeus como americanos afirmaram que seria 'inútil continuar' e que apenas se reuniriam pela tarde para manter as aparências.

Nesse momento, Amorim ligou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para explicar que as posições dos americanos e europeus estavam distantes dos interesses brasileiros. 'A decisão de não continuar a conversa não foi nossa', garantiu Amorim.

O brasileiro e o ministro indiano, Kamal Nath, decidiram não ir à reunião e convocaram uma conferência de imprensa. 'Era um fingimento, e eu não quis participar disso', afirmou Amorim, que chegou uma hora atrasado à reunião final. Mandelson, então, aproveitou a reunião final para acusar o Brasil e a Índia de terem impedido um avanço ao convocar a imprensa e anunciar sua partida. 'Isso é mentira, pois já havia sido dito que era inútil continuar', retrucou Amorim, convencido de que a estratégia de culpar o Brasil já havia sido traçada na noite anterior.

Os argumentos de Amorim não impediram que a representante americana de Comércio, Susan Schwab, acusasse à imprensa que tanto o Brasil como a Índia já estavam com suas passagens reservadas para deixar Postdam ontem. O Itamaraty negou tal versão. Mas, como uma peça de Pirandelo, a realidade parece diferente para cada um que a vê.

UE descarta acerto com Mercosul - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Declaração de comissária de Agricultura da UE é um banho de água fria nas pretensões do Itamaraty

Para a União Européia (UE), o que o Brasil não conseguiu na Organização Mundial do Comércio (OMC) em termos de acesso a mercados também não conseguirá em eventual acordo bilateral entre o bloco europeu e o Mercosul. O alerta é da comissária de Agricultura da UE, Marianne Fischer Boel.

'Se o Brasil pensa que conseguirá os mesmos resultados nas negociações bilaterais que conseguiria aqui, está muito errado', afirmou. Diplomatas europeus afirmaram que se o chanceler Celso Amorim mantiver comportamento de rigidez na abertura do setor industrial nas negociações entre Mercosul e Europa, Bruxelas dificilmente aceitará até mesmo agendar reuniões.

A declaração é um banho de água fria na estratégia do Itamaraty de conseguir, por acordos bilaterais, acesso a mercados que o Brasil não conseguiria na OMC. Há três dias, Amorim disse que voltaria a debater o acordo entre Europa e Mercosul. A idéia é que as regras gerais do novo sistema comercial sejam estabelecidas na OMC e que novos cortes de tarifas de importação ocorram em acertos entre grupos restritos de países.

Segundo Fischer Boel, a Europa 'jamais poderá oferecer algo da magnitude que ofereceu na OMC nos acordos bilaterais'. As declarações ainda podem ser prejudiciais à iniciativa da Comissão Européia. Amorim minimizou as declarações. 'Os europeus têm tanto interesse como nós nas negociações.'

Recente estudo da Comissão Européia mostra que Bruxelas ganharia cinco vezes mais em um acordo com a Ásia do que com o Mercosul. Em 4 de julho, o presidente Lula estará em Bruxelas para reunião de cúpula com a Europa. O tema deve ressurgir.

Os americanos também declararam que não há possibilidade de acordo com o Brasil diante desse contexto. Questionada sobre o tema, a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, caiu na gargalhada.

LIDERANÇA QUESTIONADA - EUA e Europa insinuaram que Brasil e Índia não representam os interesses legítimos dos países em desenvolvimento nas negociações da OMC. Ontem, ao fazer ataques contra os dois governos, Schwab disse que os países que

não estavam em Potsdam 'deveriam ter sido melhor representados na reunião', colocando em xeque a liderança dos dois países. 'Os países emergentes também precisam ter responsabilidades.'

Os dois países são considerados pilares do G-20 (grupo de países emergentes), mas são cada vez mais questionados. 'Os que mais perdem com o fracasso não estavam na mesa de reuniões', disse Fischer Boel.

O comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, foi mais direto, alegando que esperava que pudesse negociar a partir de agora com outros países com 'boa vontade e boa-fé'. Schwab disse que os americanos negociarão com 'qualquer país disposto a negociar'.

Para Mandelson, os grandes emergentes, como Brasil e Índia, têm 'responsabilidade e obrigação' de ajudar os demais países pobres. 'Esse colapso não pode ser visto como enfrentamento entre ricos e pobres. Seria irresponsável dizer isso'. Para Schwab, os grandes emergentes precisam cortar barreiras industriais aos demais países pobres. Segundo ela, 70% das tarifas sobre produtos exportados de países pobres são cobradas por emergentes.

Amorim estará hoje em Genebra para reunião do G-20 e explicará o que ocorreu. Para analistas, sua manobra o coloca como defensor dos interesses dos emergentes. Mas, nos bastidores, está tirando dos ombros o peso de cobranças. Nos últimos meses, o Brasil foi pressionado pela Argentina, África do Sul e Venezuela a endurecer a negociação com os ricos.

'Êxito no G-4 não é indispensável' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Lamy pediu que grupo continue contribuindo nas negociações

O êxito das negociações do G-4 teria ajudado no processo da Rodada Doha, mas não é 'indispensável', afirmou ontem o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy. 'O G-4 se reuniu em uma tentativa de fazer coincidirem as posições negociadoras. A convergência entre esses países teria sido útil para reforçar o caminho em direção à convergência multilateral.'

Os países da OMC divergem sobre assuntos como a redução ou eliminação dos subsídios agrícolas e sobre as tarifas do setor e da indústria. Eles esperavam que a reunião de Potsdam abrisse caminho para um acordo global no fim de julho. Lamy pediu ao G-4 que 'contribua para o processo negociador multilateral'.

O presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, disse que, apesar da iniciativa da UE, nem todos os membros da OMC estão dispostos a realizar 'verdadeiras

negociações' para avançar na liberalização do comércio. E garantiu que a UE 'continuará fazendo o possível para um resultado ambicioso e equilibrado da rodada'.

O comissário para o Comércio da UE, Peter Mandelson, afirmou que, embora não tenha havido acordo sobre todos os pontos, houve progressos em diversas questões, como no acesso ao mercado agrícola e em matéria de subsídios e serviços.

ONGs, como Oxfam e ActionAid, culpam EUA e UE pelo fracasso do encontro. 'O colapso das últimas negociações do G-4 mostra que UE e EUA voltaram a seus velhos truques dos subsídios agrícolas e do acesso aos mercados', disse Aftab Alam Khan, da ActionAid.

O G-90, que reúne a maioria dos países em desenvolvimento da OMC, emitiu nota criticando a reunião e destacando a importância de que o processo negociador fosse transparente, participativo e multilateral. EFE

'A Rodada Doha já estava morta' - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Para diretor de organização empresarial, as conversas estavam condenadas há muitos anos, mas ninguém queria jogar a pá de cal - Entrevista com: **Albert Pfeifer - diretor-executivo do Ceal**

Para Albert Pfeifer, diretor-executivo do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), entidade que reúne 340 grandes empresários latino-americanos, as negociações para liberalização do comércio mundial têm sido um fiasco há muito tempo. “Ninguém quer jogar a última pá de cal no cadáver, e se tenta ressuscitar uma coisa que tem muita dificuldade de avançar.” Para ele, seria preciso mudar o foco das discussões para temas do futuro, como serviços e propriedade intelectual.

Como o sr. avalia o encontro do G-4 que terminou antes do previsto e sem qualquer resultado?

O encontro em si não foi um fiasco. O fiasco tem sido essa negociação já há alguns anos. Basicamente, esse encontro buscou juntar as quatro principais economias envolvidas no processo, após as promessas de janeiro no âmbito do World Economic Forum, em que os líderes políticos se comprometeram a fazer com que as negociações avançassem. Existe o desejo político de fazer com que as negociações avancem, mas é um desejo defensivo do tipo “eu não quero ser responsável pelo fracasso”. A expressão disso é quando se vê as pessoas apontando o dedo para as outras, dizendo “o responsável pelo fracasso é ele”. Ninguém quer ficar com o ônus de ser acusado como o responsável pelo malogro. De outro lado, as posições são quase irreconciliáveis. Há um interesse geral difuso de aumentar a liberalização comercial e de que o multilateralismo é a maneira para fazer isso. Mas hoje não é uma questão de interesse, e sim de posições. E elas são muito distantes. É a questão

dos subsídios agrícolas nos EUA, a proteção tarifária e de cotas na Europa e as barreiras a produtos industrializados nos países em desenvolvimento.

O resultado dessa reunião representa o enterro da Rodada Doha?

Vou usar uma metáfora. Isso parece aquelas tumbas maias, em que um rei tinha uma tumba, vinha o rei seguinte e punha uma tumba maior em cima, vinha outro rei e punha outra tumba ainda maior, formando aquelas pirâmides que hoje são tão belas e que as pessoas visitam no mundo maia.É enterro em cima de enterro. Ninguém quer jogar a última pá de cal no cadáver, e se tenta ressuscitar uma coisa que tem muita dificuldade de avançar, justamente por causa da questão agrícola e dos manufaturados. A minha opinião é que se está olhando pelo espelho retrovisor e não para frente, para o futuro. Acho que devia focar em outros temas. Enquanto ficar focando nesses temas não vai avançar mesmo, a não ser que haja um terremoto político ou um milagre econômico, tecnológico, que quebre paradigmas.

Qual seria o novo foco?

O foco da economia mundial no século 21 é serviços, não é mais agricultura nem indústria. E temas como propriedade intelectual, que vários países, incluindo o Brasil, não querem discutir.

Onde o Brasil errou?

É uma pergunta boa, que vai depender da régua que se vai usar para medir o tamanho do erro ou do do acerto. Em termos de política externa, isso pode ser discutido no sentido de que o Brasil é um país intermediário, uma potência industrial e agrícola, e pode ter apostado no multilateralismo, na OMC, porque isso traria não apenas ganhos econômicos importantes para o País, como também políticos, porque este governo brasileiro tem outras pretensões, como o assento no Conselho de Segurança da ONU e liderança dos países do Sul. Se a régua para medir é desenvolvimento nacional, o Brasil errou, porque enquanto ficou cultivando a possibilidade de a OMC deslanchar e abrir oportunidades de desenvolvimento para trabalhadores e empresários brasileiros, nada mais andou. O Brasil não fez acordo de livre comércio nenhum nesses últimos anos. A pouca coisa que tem são acordos de preferência absolutamente irrisórios com Índia, com África do Sul. Além disso, a América do Sul e o Mercosul só retrocederam em termos de estabilidade comercial e política. Eu não diria que tenha sido um fracasso, foi uma escolha num cenário que se mostrou mal-sucedida.

Sem Doha, qual seria o próximo passo do Brasil?

Não se pode acreditar que não haja uma retomada, pois pode ter sido um lance tático e daqui a uma semana pode voltar. Mas, sem OMC, o Brasil pode fazer enveredar pelo que outros países já fazem que é a rede de acordos bilaterais e plurilaterais. Só que é mais complicado, porque em vez de uma tem de fazer várias negociações ao mesmo tempo com parceiros diferentes.

Saída para o Brasil é relançar a Aladi – Sonia Racy - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Sonia Racy, sonia.racy@grupoestado.com.br

Realmente, a iniciativa privada não agüenta mais o lengalenga da Rodada Doha, negociação esta que até as pedras que calçam o prédio da OMC sabiam, no último ano, que iria dar com os burros n'água. Agora, com o fracasso praticamente consolidado, diante do fiasco da tentativa dos países do G-4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia) de aproximar as propostas relativas para liberalização do comércio mundial, é hora de o Brasil se mexer e formular uma nova estratégia, tomando outro rumo. A opinião é de Roberto Giannetti da Fonseca, da Fiesp, que defende um outro caminho: o governo Lula deveria tomar a iniciativa de relançar a Aladi, tornando a regra de origem da associação válida para todos os acordos internacionais que os países integrantes fizerem. 'Se isto acontecer, poderemos entrar nos EUA com tarifa zero', destaca. Exemplo: uma camisa com tecido brasileiro e acabada no Peru entraria nos EUA sem pagar impostos.

O acordo da Aladi, na realidade, é o que interessa ao Brasil, segundo Giannetti da Fonseca. 'Trata-se de um acordo antigo, consolidado, abrangente, exibe sistema de crédito recíproco e funciona bem', explica, sugerindo, ainda, um avanço maior: tornar a Aladi um centro de soluções de controvérsias. 'Nós resolveríamos os nossos problemas por aqui mesmo e não na OMC', aponta o trader.

E o Mercosul? Para Giannetti, também este acordo tem que ser revisto. 'Temos que acabar com a ilusão de que o Mercosul é uma união aduaneira. Mas que união aduaneira é esta que exclui bens de informática, o setor automotivo, boa parte dos bens de capital, além do açúcar e álcool?' Acredita que o Mercosul deveria se limitar ao livre-comércio. 'Se o Uruguai, por exemplo, quiser fazer um acordo com os EUA, que seja feliz, não tem que ficar preso. Se nós quisermos fazer um acordo com a União Européia, sem que a Argentina sabote as negociações novamente, também poderíamos', receita, lembrando que hoje, no bloco, ninguém se entende e o que acaba sempre prevalecendo é a pior proposta.

O fracasso da Rodada Doha deixa o Brasil de mãos vazias, segundo Michel Alaby, da Adebim. Enquanto o governo brasileiro insistiu nessa negociação, os demais países seguiram comendo pelas beiradas, fechando acordos bilaterais. 'Uma saída seria impulsionar o surgimento de uma nova organização, uma espécie de mini-OMC, no âmbito do G-20', sugere.

Embora os próprios membros do G-20 tenham interesses conflitantes, acredita que sempre há como encontrar pontos de convergência para tentar liberalizar o comércio entre eles. Afinal, os países emergentes estão hoje com crescimento acelerado.

A GATA E O RATO

Manoel Felix Cintra Neto, da BM&F, já definiu como será a abertura do Congresso de Derivativos de Campos do Jordão, previsto para 22 de agosto.

Vão dividir o palco, Rodrigo de Rato, diretor-gerente do FMI, e a cantora Marisa Monte, que fechará a noite com um show.

A GATA E O RATO 2

E, enquanto essa noite não chega, rola pelo mercado, principalmente nos sites dos administradores de risco, uma discussão sobre qual será a mensagem das estrelas convidadas, incluindo um Prêmio Nobel e vários nomes do topo da lista dos mercados futuros.

Motivo: os derivativos cresceram no mundo 9% no biênio 2003/2004, a taxa pulou para 12% no ano seguinte e no ano passado chegou a 19%, com valores em giro acima de US$ 533 trilhões no primeiro trimestre deste ano.

Isso equivale a mais de 50 vezes o PIB dos Estados Unidos.

DE PESO

A Mauá Investimentos reforça seu time. Admite um novo sócio, Mauro Cunha, que deixa a Templeton.

MINI

A TAM entrega terça-feira o menor jato executivo da Cessna: o Citation Mustang. Já vendeu 23 unidades, com preço-base em torno de US$ 2,5 milhões.

GLOBO TERRESTRE

O 'seu' Constantino, da Gol, talvez preocupado com a crise aérea, volta a focar no chão. Acaba de comprar a Viação Penha, que pertencia à Itapemirim, de Camilo Cola.

Por R$ 120 milhões

ESTADO QUER TERRAS

Para regularizar a região do Pontal do Paranapanema, o governador José Serra está exigindo dos donos de terras devolutas e presumivelmente devolutas um pedágio que vai de 15% a 25% da terra.

Pasmos, os proprietários se movimentaram e, ontem mesmo, por meio do deputado Campos Machado, foi protocolado substitutivo, segundo Nabhan Garcia, da UDR.

ESTADO QUER TERRAS 2

Explica Garcia que, para decidir se a terra é devoluta, o Estado se baseia em uma suposta falsificação do livro de registro paroquial de 1847. Os imigrantes que vieram no

início do século passado compraram a terra de boa-fé, respaldados na legislação do regime republicano, em que o cartório dava pleno domínio aos proprietários. 'Durante 100 anos, o Estado recebeu imposto de transmissão de bens e imóveis e agora abre ação discriminatória dizendo que a terra é devoluta', desabafa Garcia.

Lições de Potsdam - José Botafogo Gonçalves – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Estamos assistindo a um crescente fracasso da reunião de Potsdam, sobretudo depois do anúncio da retirada do Brasil e da Índia das negociações. Curiosamente, os motivos da retirada indo-brasileira não representam nenhuma novidade e se referem aos desentendimentos sobre a política agrícola européia e a política de subsídios agrícolas americana.

No momento, a imprensa se ocupa de refletir comentários dos protagonistas sobre os principais responsáveis pelo fracasso. O presidente George Bush teria optado pela acusação mais simples, acusando diretamente o Brasil e o Índia pelo fracasso. Brasil e Índia, por sua vez, alegam ser inútil permanecer na mesa enquanto persistem as dificuldades negociadoras no campo agrícola.

Peter Mandelson, da União Européia, defende seu cargo dizendo que nem tudo está perdido e que as negociações destinadas a concretizar a Rodada Doha continuarão.

Como devemos nós, brasileiros, avaliar os acontecimentos?

Comecemos pelo princípio. O Brasil - governo e setor privado - não tem claro os seus objetivos estratégicos em relação ao comércio exterior. Particularmente, à luz dos novos fluxos de comércio internacional.

No contexto de uma economia globalizada, onde já não existem mais as velhas categorias de países centrais e periféricos, de países industriais e fornecedores de 'commodities', de países do Norte e do Sul, de países desenvolvidos e em desenvolvimento, de países capitalistas e socialistas, de países produtores para os mercados externos e de países produtores para o mercado interno. Enfim, de países exploradores e explorados.

Essa realidade é muito aguda no caso do Brasil. Para a América Latina, somos exportadores de manufaturas; para os Estados Unidos, somos exportadores e importadores de manufaturas; para a Europa, somos exportadores de 'commodities' de baixo valor agregado e importadores de manufaturas; para a China, exportamos 'commodities' e importamos manufaturas.

O velho conceito cepaliano da perversa relação de troca se aplica, hoje, mais ao comércio do Brasil com a China do que ao comércio com os Estados Unidos.

O segundo conceito a ser trabalhado é o da crescente ineficácia dos instrumentos protecionistas tradicionais, tarifários ou não tarifários. A política de câmbio flutuante, que está aí para ficar, segundo os prognósticos de muitos analistas, tem demonstrado a irrelevância dos efeitos da proteção tarifária clássica.

É preciso introduzir o conceito de competitividade da estrutura produtiva brasileira (ou mercosuliana) vis-à-vis o mercado global - e não apenas o mercado consumidor nacional ou do Mercosul. Devemos analisar os constrangimentos que afetam a competitividade na indústria, na agricultura e nos serviços e definir quais os temas a serem incluídos pelo Brasil (ou Mercosul) nas negociações comerciais internacionais que possam favorecer os objetivos nacionais de aumento da nossa competitividade nos três planos acima mencionados.

Finalmente, deixemos de olhar academicamente sobre os três foros atuais de negociações internacionais - a saber, o multilateral, o regional e o bilateral. Não tem por que o Brasil (ou o Mercosul) estabelecer uma hierarquia temporal entre eles. À luz de seus interesses estratégicos, o Brasil (ou o Mercosul) deve usar, como convier e quando convier, qualquer um dos três foros citados.

***José Botafogo Gonçalves** é presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e foi embaixador do Brasil na Argentina

O fracasso da Rodada Doha - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

A Rodada Doha enfrentou uma situação difícil de ser superada, no final do prazo fixado pelos países para encontrar uma fórmula que viesse a atender a todos os interesses. Há alguns meses, já havia ficado claro que a barganha final entre os 4 países (EUA,UE, Brasil e Índia) que procuravam um consenso a ser submetido aos outros quase 150 países da Organização Mundial do Comércio (OMC), residiria na redução dos subsídios nos EUA e a baixa das tarifas dos produtos agrícolas na UE a níveis aceitáveis para os países em desenvolvimento (G-20) e a redução das tarifas de produtos industriais nos países do G-20, aceitáveis para os EUA e UE.

De outro lado, tudo o que se discutia no âmbito da OMC, em inúmeras e infindáveis reuniões nos quatro cantos do mundo, havia ficado na dependência dos humores do Congresso dos EUA, pela necessidade de a maioria democrata aprovar a extensão da autorização - que expira no próximo dia 30 - para o Executivo americano negociar acordos comerciais. Anuncia-se que na próxima semana haveria um último esforço coordenado pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, em Genebra, para tentar o que não se conseguiu nos últimos meses: um acordo equilibrado e abrangente.

Para mim, o fracasso nas negociações comerciais multilaterais não foi uma surpresa. Dificilmente o Congresso Democrata daria a referida autorização a Bush, em fim de mandato e com baixíssima popularidade, quando a maioria republicana negou o 'fast track'

a Clinton por oito anos. As eleições na França e o clima pré-eleitoral e a atitude negativa do Congresso quanto à revisão nos subsídios nos EUA também ajudaram a criar um clima mais protecionista do que favorável ao livre comércio.

É difícil aceitar que o Brasil seja apresentado como um dos países responsáveis pelo fracasso das conversações. Os entendimentos se centraram na liberalização de comércio e na redução de subsídios na área agrícola. O Brasil nem subsidia nem protege a produção agrícola. O governo brasileiro e o setor privado industrial sinalizaram poder fazer concessões, se e quando os EUA e a UE apresentassem propostas que representassem ganhos reais para o setor agrícola nacional. Como isso não ocorreu, é melhor não ter um acordo do que ter um mau acordo.

E agora, o que fazer?

Do ponto de vista da negociação, a menos que haja uma pouco provável reviravolta na próxima semana, a Rodada Doha vai demorar para ser retomada. O mais realista é que a OMC possa reencetá-la depois das eleições presidenciais nos EUA (novembro de 2008). É possível prever que se acentue a tendência de proliferação de acordos de livre comércio, de acordos bilaterais e, em alguns setores, uma nova onda protecionista.

Do lado do governo brasileiro, uma nova estratégia de negociação comercial deverá ser rapidamente elaborada.

A decisão de apostar tudo na Rodada Doha, deixando em um distante segundo plano as negociações regionais e bilaterais, mostrou ser equivocada e deveria ser revertida.

O México, por exemplo, enquanto negociava a Rodada Doha, assinou 44 acordos de livre comércio. Na Ásia, a China, a Coréia e o Japão embarcaram na mesma direção. Enquanto isso, o Mercosul continua em um plano inclinado, sem um rumo definido e com crescentes incertezas na área institucional e jurídica, inclusive em decorrência do aumento do número de membros plenos, dificultando o processo decisório. A agenda externa do Mercosul, no referente às negociações com os países da América do Sul e às de fora da região, está em banho-maria.

Os acordos com os países árabes do Golfo e com Israel, de pouca significação comercial, são os únicos mais adiantados para assinatura. O acordo com a União Européia está paralisado e os com a África do Sul e a Índia avançam pouco.

A nova estratégia de acordos bilaterais deveria buscar parceiros comerciais significativos, como o México, a Coréia do Sul e a finalização dos entendimentos com a UE.

É isso que o setor privado pragmaticamente espera do governo.

***Rubens Barbosa**, consultor, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha

Após fracasso, Brasil, EUA e UE se atacam – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007

Reunião, que teve também participação da Índia, não consegue destravar a Rodada Doha e termina em tiroteio verbal

Negociadora americana acusa delegação brasileira de abandonar negociações comerciais ; chanceler Amorim diz que "é mentira"

A reunião do G4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia) destinada a salvar a Rodada Doha de negociações comerciais terminou no mais redondo fracasso e em intenso tiroteio verbal entre Brasil e Estados Unidos, com a União Européia também no meio. Até o presidente George Walker Bush criticou o Brasil.

Susan Schwab, a negociadora-chefe americana, acusou o Brasil de não negociar de maneira responsável e emendou: "O Brasil abandonou a negociação, primeiro na sua substância, e, depois, fisicamente".

Ao sair da entrevista coletiva, disse à **Folha** que ela e seu pessoal tinham marcado a viagem de volta para domingo (o encontro terminaria sábado), ao passo que os brasileiros já haviam reservado passagens para ontem mesmo, em sinal de que preconceberam o fim prematuro da reunião.

"É mentira", fuzila de volta o chanceler brasileiro, Celso Amorim, referindo-se tanto à primeira quanto à segunda acusação. De fato, os brasileiros remarcaram suas passagens às pressas enquanto ocorriam as entrevistas coletivas.

Amorim faz o seu próprio disparo. Disse que EUA e UE chegaram para a reunião na Alemanha já de acordo para construir o que chamou de "zona de conforto mutuamente satisfatória". Trocando em miúdos: "Ofereceram, ambos, cortes muito pequenos" na formidável proteção que dão a seus produtores agrícolas, enquanto cobravam cortes muito mais altos de Brasil, Índia e demais países em desenvolvimento na área de bens industriais. Amorim começou a desconfiar de que havia algo errado já na terça-feira, quando Peter Mandelson, o comissário europeu do Comércio e anfitrião do encontro, sugeriu que, "para variar", a discussão começasse por bens industriais (alusão ao fato de que agricultura tem sido o tema vastamente predominante nessas negociações).

Amorim respondeu: "O centro da rodada é agricultura".

Mas o fracasso de Potsdam começou mesmo a nascer no jantar de quarta-feira, em um restaurante de nome simbólico para o que aconteceria no dia seguinte: "Il Teatro". Foi no jantar que europeus e americanos, conforme a descrição de Amorim, começaram a cobrar concessões em bens industriais. Crivaram o chanceler de perguntas e anotavam tudo. "Foi uma conversa muito dura", avaliou Amorim.

Na manhã seguinte, a de ontem, até que se avançou em alguns aspectos. Fechou-se, por exemplo, o capítulo relativo à ajuda alimentar, que cai no âmbito de subsídio à exportação de bens agrícolas e é muito praticado pelos Estados Unidos. "É um tema muito sensível", diria depois Mike Johanns, o secretário de Agricultura dos Estados Unidos. Quando a sessão matinal caminhava para o fecho, Mandelson fez um resumo que, para Amorim, soou como preparação para "um pouso suave do fracasso", o que ele fez questão de dizer ao próprio Mandelson.

O comissário europeu tem sua própria versão: "Uma sessão plenária tinha sido anunciada [para 14h, 9h em Brasília], mas duas das quatro partes convocaram uma entrevista coletiva para pouco depois do início".

Troca de acusações à parte, deu-se o que Amorim batizou de Cancún-ato 2, alusão à reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio nesse balneário mexicano em 2003, na qual EUA e UE entraram com posições comuns e saíram com um rotundo fiasco.

"Não poderia trair a indústria", diz Amorim – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007

Representantes dizem que ofereceram o máximo possível, mas se criticam mutuamente pelo colapso na negociação

Brasileiro reclama que a proposta de EUA e Europa previa corte de 58% nas tarifas de importação de bens industriais

O ministro Celso Amorim explica assim a sua resistência ao cerco europeu/americano para um corte amplo das tarifas industriais dos países em desenvolvimento:

"Eu não poderia fazer um acordo em termos que eu mesmo considero uma traição à indústria brasileira, ao Mercosul e aos países em desenvolvimento". Declaração épica para fechar um dia que começara bem mais ameno com citação ao dramaturgo italiano Luigi Pirandello, autor da peça "Assim é se lhe parece". De fato, cada parte da negociação parecia achar que tinha feito o máximo possível para um acordo.

O europeu Peter Mandelson, por exemplo, dizia que as propostas agrícolas tanto da própria Europa como dos EUA criaram "uma zona de pouso", embora não exatamente o aeroporto, "justa" e que "vai ao limite do que a União Européia pode fazer". Não é assim que parece a Celso Amorim: "O aeroporto deles ficou fora do nosso radar". Ou, menos metaforicamente: "As concessões eram muito pequenas e não significavam real acesso a mercado". Logo, "não poderiam ser tomadas como moeda de troca" para concessões na área industrial.

Proposta

Amorim também reclama que a proposta de EUA e União Européia pressupunha um corte, na média, de 58% nas tarifas de importação de bens industriais, quando "os países em desenvolvimento nunca cortaram mais de 40% em todas as rodadas anteriores". Na sua opinião, o mundo rico "queria extrair sempre mais para cada minúscula concessão". Não é assim que parece para Mariann Fischer Boel, a comissária européia para Agricultura: "Espremem os limão até a última gota", diz ela. E ainda usa o argumento de que a proposta européia para as cotas de carne equivalia a tudo o que a Argentina exporta atualmente.

Já os EUA acham que sua proposta para redução dos subsídios não tinha nada de minúscula. Segundo Susan Schwab, cortar os subsídios para US$ 15 bilhões ou US$ 17 bilhões (números nunca formalmente colocados à mesa) significa reduzir o cheque que Washington deu a seus produtores agrícolas em sete ou cinco dos últimos nove anos, respectivamente.

O indiano Kamal Nath também tem o seu "assim é se lhe parece": lembra que a Índia aumentou suas importações de bens agrícolas em 40% e, de bens industriais, em 35%. "E ainda têm apetite para mais acesso a mercado?", pergunta. **(CLÓVIS ROSSI)**

Chance de acordo global diminui ainda mais – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007

Os quatro parceiros/adversários do G4 se recusaram a assinar o atestado de óbito da Rodada Doha, lançada há seis anos na capital do Qatar e virtualmente paralisada desde então.

Mas a mais elementar lógica diz que as chances de algum acordo, que já eram pequenas, ficaram quase invisíveis. Afinal, os quatro que fracassaram ontem em Potsdam são os mesmos quatro que voltam à mesa de negociação em Genebra, sede da Organização Mundial do Comércio, para discutir os mesmíssimos temas em que não conseguiram se acertar desde que o G4 fez sua primeira reunião há dois anos.

Pior: além deles, haverá mais 146 países à mesa, tornando mais complexa a negociação.

É natural, portanto, que a comissária européia para a Agricultura, Mariann Fischer Boel, diga que seu natural otimismo "não pode ser mantido. Uma oportunidade histórica foi perdida".

Peter Mandelson, seu colega do Comércio, vai um pouco na mesma direção: "Não é o fim da Rodada Doha, mas coloca um grande ponto de interrogação sobre a capacidade de a OMC concluí-la".

Na própria OMC, o diretor-geral, Pascal Lamy, que nunca escondeu seu pouco entusiasmo com o G4, apressou-se a dizer que uma eventual convergência entre os quatro que negociavam em Potsdam seria "útil, o que não quer dizer indispensável". Lamy acrescenta o óbvio: "É uma tarefa para os 150 membros da OMC".

O que vem agora tende a acrescentar mais pimenta ao já ardido desacordo de Potsdam: na semana que vem, os presidentes dos comitês negociadores apresentarão novos documentos, agora provavelmente com números sobre os itens mais polêmicos (subsídios domésticos, tarifas agrícola de importação, tarifas industriais). Aí, ou se retoma a negociação ou se assina de vez o óbito. **(CR)**

Não houve acordo nem sobre quem desistiu das negociações na Alemanha – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007

Os quatro parceiros/adversários do G4 não conseguiram se entender nem sobre quem tomou a iniciativa de desistir prematuramente de uma reunião prevista para durar mais dois dias. O ministro brasileiro Celso Amorim diz que "ficou claro na hora do almoço que era inútil continuar a discussão com base nos números que estavam sobre a mesa". Mas ele e o indiano Kamal Nath negaram, em entrevista coletiva, que tivessem tomado a iniciativa de encerrar prematuramente a discussão.

Já Mike Johanns, secretário de Agricultura dos EUA, listou uma tal série de progressos nas negociações que ele próprio fez a pergunta que achava que os jornalistas fariam: "Se é assim, por que então vocês não continuam negociando?".

Johanns admitiu não saber responder. Ele acusa Brasil e Índia de terem "mudado as traves de lugar". É uma alusão à sua percepção de que nenhum dos dois queria se mover em direção a um acordo. "Literalmente, estivemos diante de dois países que nada de novo tinham para colocar sobre a mesa", acusa. Reforça o anfitrião, o britânico Peter Mandelson, comissário europeu: "Não se pode fazer acordo quando se tem perto de nada como retorno. Nem se pode negociar um só pilar [o agrícola, como insistiram Brasil e Índia]".

Traduzindo: europeus e americanos juram que fizeram o máximo de concessões na área agrícola, mas obtiveram "perto de nada" como retorno na área industrial. Brasileiros e indianos dizem exatamente o oposto.

Em uma coincidência que leva água ao moinho da teoria conspiratória de Amorim sobre a aliança Europa/Estados Unidos, é sintomático que Susan Schwab e Peter Mandelson tenham usado expressão absolutamente idêntica para explicar o fracasso:"Nós nos movemos e nos movemos de novo e estávamos prontos para um movimento final. Mas não podemos negociar conosco mesmo" (Mandelson).

"Nem todo mundo na sala tinha a mesma disposição negociadora dos Estados Unidos. Punham mais barreiras a cada vez. Os Estados Unidos não podem negociar com ele próprio" (Susan Schwab).

Devolve Amorim: "As grandes divergências apareceram em agricultura, que é o motor da rodada" (portanto, não teriam sido os bens industriais que teriam causado o colapso).

Reforça o indiano Kamal Nath: "Se os que deveriam receber acabam concedendo e os que deveriam conceder acabam recebendo, não se pode falar em Rodada de Desenvolvimento" (aliás, o nome oficial da Rodada Doha). **(CR)**

Colapso no G4 provoca primeira desavença pública entre Bush e Lula – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/06/2007

Ênfase da diplomacia brasileira no multilateralismo sofre derrota de Potsdam

O fracasso de Potsdam acabou provocando a primeira rusga pública na relação entre os presidentes George Walker Bush e Luiz Inácio Lula da Silva, que até aqui vinha sendo muitíssimo cordial.

Bush, por seu porta-voz, Tony Fratto, criticou a posição brasileira: "O presidente está desapontado pelo fato de que alguns países estão bloqueando uma oportunidade para expandir o comércio. Grandes economias como Brasil e Índia não deveriam pôr-se no caminho do progresso para países em desenvolvimento menores e pobres -mas é isso que parece estar acontecendo".

Lula, ao contrário, falou com o chanceler Celso Amorim e não fez a menor ressalva às posições adotadas em Potsdam.

Mas os EUA e a União Européia trataram de intrigar Índia e Brasil com os países mais pobres, tal como Bush explicitou. Sua negociadora-chefe, Susan Schwab, afirmou que "os grandes perdedores serão os países em desenvolvimento que precisam exportar não só para os países desenvolvidos mas também para países como Brasil, Índia e China. Quem vai pagar são os mais de 80 países da OMC que não estão representados nesta sala". Retruca Clodoaldo Hugueney, embaixador do Brasil em Genebra, a sede da OMC: "Se eles estão tão preocupados com os países pobres, por que, em vez de 97%, não dão 100% de importações livres para esses países". É alusão ao compromisso americano de liberar as importações dos países pobres, mas não totalmente.

Tiroteio à parte, para o Brasil, o fracasso do G4, que tende a ser o fracasso da Rodada Doha, significa um retrocesso em sua diplomacia, que apostou todas as fichas no entendimento multilateral como forma de "mudar a geografia comercial" do mundo, na tese megalômana do presidente Lula.

O Itamaraty já havia voltado a falar em acordos bilaterais (com a União Européia principalmente), sem prejuízo do que acontecer com Doha. Mas, ontem, Mariann Fischer Boel, a comissária para Agricultura da UE, cortou qualquer possibilidade de concessões

nesse âmbito: "Os países que esperam concluir acordos bilaterais conosco ficarão desapontados. Não podemos oferecer nada parecido [ao que foi posto em Potsdam] no âmbito bilateral".

O colapso em Potsdam acontece apenas duas semanas antes de Brasil e União Européia fazerem a sua primeira reunião de cúpula (Lisboa, 4 de julho), durante a qual será lançada a "parceria estratégica" com o bloco europeu. A cereja do bolo nesse tipo de entendimento costuma ser um acordo de livre comércio, cujas negociações, aliás, estão paralisadas há algum tempo. É possível que, do tiroteio de Potsdam, sobre uma bala perdida para esse acordo. **(CLÓVIS ROSSI)**

IMPASSE DOHA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/06/2007

Sobre o impasse nas negociações de Doha, ontem, André Nassar, do Icone, diz que "EUA, União Européia e Índia não queriam um acordo agrícola em que o Brasil era um dos principais interessados".

O banco de Chávez – O Globo – Opinião – 22/06/2007

O presidente Hugo Chávez anda irritado com a chuva de críticas pela cassação do sinal da rede privada RCTV. Uma delas partiu do Senado brasileiro e foi respondida grosseiramente pelo líder venezuelano, que chamou a instituição de "papagaio de Washington". Em represália, senadores prometeram bloquear a entrada da Venezuela no Mercosul como membro pleno.

Quarta-feira, ele deu o troco: se o fizerem, retirará a solicitação de adesão, pois seu país está interessado num novo bloco, e "não no velho Mercosul". Razões para criticar o velho existem, mas um eventual novo Mercosul não pode ficar ao sabor dos delírios de Chávez. O presidente anda azedo e, pela primeira vez, não participará de uma reunião dos chefes de Estado do Mercosul, a se realizar no dia 29, em Assunção. Há outro motivo: ao contrário do que pretendia, ele não poderá anunciar na abertura da Copa América de Futebol, que se realizará na Venezuela, a criação do Banco do Sul. Pelo simples motivo de que o Brasil não concorda com os termos e a negociação não acabará a tempo.

Aliás, a discussão sobre o banco poderá indicar os rumos da convivência entre Chávez e Lula. A idéia original do venezuelano era uma instituição capitalizada com reservas dos principais países da região e com o objetivo de substituir organizações como o FMI, o Banco Mundial na assistência às nações mais pobres e prevenção de crises financeiras. Em outras palavras, um órgão regional para o tipo de assistencialismo que Chávez já institucionalizou, com os recursos do petróleo. O Brasil não concordou, e fez muito bem...

Chávez, então, obteve o apoio do presidente Kirchner, muito agradecido pela portentosa compra de bônus da dívida externa argentina. A adesão de Kirchner pôs em xeque a tática da diplomacia brasileira, até então, de manter o assunto em banho-maria.

Para as autoridades brasileiras, o Banco do Sul deve ser apenas um instrumento para ajudar os países da região a se desenvolverem, e para atuar junto a instituições de crédito já existentes, como o BNDES e a Corporação Andina de Fomento. E precisará se pautar por critérios essencialmente técnicos, excluídas as barretadas bolivarianas. Por isso, sua criação continua patinando. Venezuela deseja instituição política. Brasil prefere técnica

G-4 se desentende e põe Rodada Doha no caminho do fracasso - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007

A Rodada Doha chegou de vez à beira do abismo ontem, com o fiasco de negociação crucial entre os ministros do Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia (o G-4), em meio a recriminações Sul-Norte, envolvendo interesses de países em desenvolvimento e desenvolvidos. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acusou os EUA e a UE de terem feito um acordo entre eles para reduzir a ambição na área agrícola, ao mesmo tempo em que exigiram corte de tarifas de importação de produtos industriais que traria "desinvestimento e desindustrialização nos países em desenvolvimento".

Para Kamal Nath, ministro indiano de Comércio, os países ricos mostraram inflexibilidade e arrogância. "Não é só uma questão de números. É uma questão de atitude. Os EUA não entenderam que o mundo mudou." Amorim notou que acabou o tempo em que os países em desenvolvimento baixavam a cabeça e aceitavam o que os industrializados queriam.

Por sua vez, os EUA e a UE criticaram duramente o Brasil e a Índia, como pouco se viu em seis anos de negociação global, dizendo que os dois gigantes em desenvolvimento ofereceram "nada" e recuaram na negociação industrial. Peter Mandelson, comissário europeu de Comércio, disse que a demanda dos EUA e da UE era "razoável", porque o coeficiente proposto na fórmula só resultaria em redução média de 1,3% nas tarifas aplicadas no Brasil e na Índia.

A representante comercial americana, Susan Schwab, acrescentou que parecia que o Brasil e a Índia não estavam na sala de negociação, ou quando estavam queriam mudar "a trave do gol" todo o tempo. "Não podemos negociar conosco mesmo", insistiram Mandelson e Schwab. Amorim retrucou que mesmo com o coeficiente 30 para corte de tarifa industrial dos países em desenvolvimento isso geraria mais comércio do que o coeficiente 10 para países industrializados.

O colapso torna quase impossível que um esboço de acordo na Organização Mundial de Comércio (OMC) seja concluído nos próximos meses, um passo necessário para completar 35 mil páginas de acordo até o fim do ano. Além disso, com a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos começando, negociadores vêem a sensibilidade política frear qualquer acordo até 2008.

Depois de acusações recíprocas, Amorim, Schwab e Mandelson partiram separadamente para Genebra, onde conversarão hoje com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, e países membros. Nenhum quer ser acusado do fiasco que parece inevitável. As chances da negociação global ser concluída até 2009 parecem mínimas, tal o tamanho da divergência entre os principais atores da discussão.

Os mediadores agrícola e de produtos industriais colocarão seus textos de esboço de acordos na mesa nos próximos dias, na OMC, com remotas chances de um consenso entre os países. Cumprindo seu papel, Lamy avalia que a negociação pode prosseguir.

A negociação em Potsdam começou na terça-feira e estava prevista para continuar até sábado ou domingo, mas a situação azedou na quarta-feira à noite num jantar e chegou ao colapso num almoço ontem entre os ministros, com acusações recíprocas de rigidez e inflexibilidade.

"Não há equilíbrio, não há lógica no que os EUA e a UE propõem", disse Kamal Nath, notando que a demanda de fórmula com coeficiente 18% para o corte de tarifas industriais provocaria uma redução de 58% nas tarifas. Em comparação, os países

industrializados nunca cortaram suas tarifas em mais de 40% numa rodada, e agora só cortariam em 25%.

"É um péssimo dia para o sistema multilateral de comércio, oportunidades históricas foram perdidas", disse a comissária agrícola da UE, Mariann Fischer Boel, quase colocando a rodada de vez no caixão. A americana Schwab insistiu que o Brasil e a Índia simplesmente não ofereciam fluxo novo de comércio e assim não dava para fechar um acordo.

"Teríamos ficado mais tempo para negociar, mas em certo ponto você tem que compreender que não é todo mundo que tem a mesma intenção e aí você abandona", disse ela. "Se apenas um lado está oferecendo, é duro chegar a um acordo." O secretário de Agricultura americano, Mike Johanns, foi mais duro nas críticas ao Brasil e à Índia. "Não houve mudança na posição de dois anos atrás. Fizemos esforços e eles só embolsaram."

Já para o Brasil, ocorreu o "Cancún 2", uma referência à fracassada reunião ministerial na cidade mexicana, onde EUA e UE se uniram para cobrar muito das nações em desenvolvimento em troca de ofertas menores. Além de oferecerem pouco, os EUA ainda pediram que fosse mantida a "cláusula de paz", mecanismo pelo qual ficariam juridicamente protegidos de serem denunciados devido aos subsídios, na OMC, algo que nenhum outro país aceita, segundo o Brasil. Além disso, a UE quer manter salvaguarda especial, pela qual impõe taxa adicional para proteger seu mercado de importações quando o preço baixa. Para o Brasil e Índia, a desproporção era enorme.

Segundo um negociador europeu, o Brasil e a Índia teriam indicado que seriam flexíveis na área industrial, aceitando coeficiente 25 na fórmula, mas com um número tal de demandas de reciprocidade na área agrícola que Bruxelas considerou tudo "inaceitável".

As condições foram para que as tarifas agrícolas mais altas tivessem corte de 75%, em vez dos 70% admitidos pela UE, e que os produtos sensíveis (protegidos de corte maior) fossem limitados a 1%, e que esses só tivessem corte menor de 30% em relação à redução normal dos outros produtos - a UE quer 70% de corte a menos. Ocorre que os EUA e a UE já tinham chegado a um acordo informal para deixar os sensíveis entre 4% a 5%.

Peter Mandelson disse que a UE ainda estava pronta a melhorar oferta, mas que não teve chance de fazer isso devido à posição dos brasileiros e indianos.

Bush culpa o Brasil e Lula cobra os ricos - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007

A saída do Brasil e da Índia da reunião do G-4, em Potsdam, Alemanha, provocou uma troca de acusações entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush, cada um responsabilizando o outro lado pelo bloqueio ao acordo agrícola da Rodada Doha. Lula lamentou o fracasso das negociações e culpou "o lado de lá" - os americanos e os europeus. Lula não expressou qualquer arrependimento com a decisão tomada por Brasil e Índia de abandonar as negociações no âmbito da OMC.

Em Washington, o porta-voz da Casa Branca declarou ontem que Bush ficou "desapontado" com o fracasso da reunião em Potsdam. O presidente americano culpou Brasil e Índia pelo insucesso do encontro. "O presidente está desapontado com certos países que estão bloqueando uma oportunidade de expandir o comércio global", afirmou o porta-voz da Casa Branca, Tony Fratto.

"Grandes economias como Brasil e Índia não deveriam ficar no caminho do progresso das nações pequenas, das (nações) pobres em desenvolvimento - mas isso parece

que foi o que aconteceu na Alemanha nesta semana", disse Fratto. Ele disse que os Estados Unidos mostraram flexibilidade nas negociações comerciais na Alemanha, mas o acordo proposto não foi "o mais interessante para os Estados Unidos e certamente ninguém no Congresso dos EUA poderia esperar que concordássemos".

Lula foi avisado da decisão por um telefonema do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O presidente estava em Belo Horizonte, participando da entrega de obras. "Acho que o Brasil agiu bem", disse ele a seus interlocutores, segundo apurou o Valor. "Não deu, não houve acordo, mas acho que fizemos o possível. A intransigência está do lado de lá."

Lula referiu-se às dificuldades da União Européia e dos Estados Unidos em ceder mais na questão dos subsídios e do protecionismo ao setor agrícola. "Fomos até o limite que era possível para nós. Mais do que isso, era impossível", afirmou o presidente.

Lula estava otimista quanto ao êxito da Rodada Doha, mas sempre considerou que os países emergentes já haviam cedido o bastante. Além disso, criticava a ausência de contrapartidas por parte de americanos e europeus.

Logo depois de Brasil e Índia terem se retirado das negociações sobre a rodada de liberalização do comércio mundial em Potsdam, a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, solicitaram conversas por telefone com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem uma fonte diplomática que acompanha as negociações.

Lula esperava falar com Angela Merkel ainda na noite de ontem e com Blair na sexta-feira. O presidente brasileiro deve sustentar a posição do chanceler Celso Amorim, que considerou inaceitáveis as propostas agrícolas apresentadas por Estados Unidos e União Européia na reunião do G-4, em Potsdam.

Confiança vai a zero entre principais negociadores – Assis Moreir – Valor Econômico – Brsil - 22/06/2007

Quem pôs fim à negociação de Potsdam? Para americanos e europeus, foi o Brasil e a Índia com sua "intransigência". Para estes, foram americanos e europeus. Certo mesmo é que a confiança caiu a zero entre os negociadores dos países-chave da Rodada Doha, a se julgar pelo que disseram ontem. A representante americana pareceu surpresa quando um jornalista mencionou o termo "confiança".

Em Genebra, certos negociadores não ficaram surpresos com o resultado de Potsdam. Acham que o fiasco, empurrando de volta o que resta da negociação para a Organização Mundial de Comércio (OMC), tira o Brasil de uma situação particularmente desconfortável.

O país vinha procurando "entender" os Estados Unidos e a União Européia, a ponto de causar suspeitas entre parceiros em desenvolvimento dentro e fora do G-20 sobre o tipo de acordo que poderia aceitar. Na semana passada, comunicados do G-20 e de outras alianças em desenvolvimento endureceram o tom, em vez de deixar margem para flexibilidade, e reduziram a capacidade de o país alcançar compromissos no G-4.

O que o Brasil fez no G-4 reforça seu papel entre as nações em desenvolvimento. Deixar para o acordo ser buscado de novo na OMC, com textos propostos pelos mediadores agrícola e industrial, ou mesmo mais tarde pelo diretor-geral, Pascal Lamy, coloca o Brasil numa situação menos desconfortável. O fato é que o Brasil tem mais flexibilidade a nível nacional, mas não pode usá-la toda se quer manter o G-20. O problema, para certos

negociadores, é se a diplomacia brasileira perder o controle da situação, endurecendo mais o confronto com EUA e União Européia, num clima que piorou bastante ontem.

O cenário pode favorecer também Peter Mandelson, o comissário europeu de Comércio, acusado constantemente por boa parte dos 27 países membros da União Européia de ter feito concessões demais. Na Organização Mundial do Comércio, se é que realmente ainda haverá negociação, chegará um momento em que todos vão ter de bater na mesa e dizer sim ou não com base num texto que teoricamente eles terão ajudado a elaborar.

Em julho do ano passado, quando Pascal Lamy suspendeu a negociação, partiu de países em desenvolvimento a reclamação de que os Estados Unidos e a UE tinham faltado com liderança e causado prejuízos para os pobres. Agora, Bruxelas e Washington parecem esperar a mesma reação. Ou seja, que os países em desenvolvimento comecem a achar que o que está na mesa vale mais que acordo nenhum. Essa é a visão que diplomatas brasileiros repetiram informalmente nos últimos meses, mas que ontem mudavam para um discurso mais duro.

Sinal, provavelmente, de que Doha fica mesmo para os próximos anos, ou mesmo seja substituída por outra negociação. Só que aí será com temas adicionais sensíveis, como regras trabalhistas e ambientais - algo que certos setores no Brasil também começam a defender, pensando em frear a China. **(AM)**

UE diz que ganho em acordo bilateral será menor – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007

A expectativa do Brasil é de acelerar acordos bilaterais, se a Rodada Doha fracassar de vez. O principal acordo envolve o Mercosul e a União Européia. Mas ontem mesmo, no rastro do fiasco de Potsdam, a comissária européia de Agricultura, Mariann Fischer Boel, foi incisiva. Numa mensagem indiretamente endereçada ao Brasil, avisou que os ganhos no bilateral não vão chegar ao que se poderia ganhar com a negociação de Doha.

"A UE estava preparada para cortar em mais de 50% as tarifas, eliminar subsídios à exportação até 2013, reduzir em mais de 70% os subsídios domésticos. É claro que não vamos alcançar o mesmo nível no bilateral'", disse. Indagada depois se era tempo de retomar logo a negociação UE-Mercosul, disse que isso está previsto de todo jeito.

Fischer Boel exemplificou que, na Rodada Doha, só o tamanho do acesso adicional de carne bovina ao seu mercado seria maior do que toda a exportação argentina do produto. A idéia, segundo negociadores, era de jogar a exportação que o Brasil, Argentina e outros fazem extra-cota, com tarifa maior, para uma cota, com tarifa menor. Mas o tamanho da cota é muito inferior ao que os exportadores demandam e negociadores dizem que os europeus exageram no impacto do que oferecem. Para o ministro Celso Amorim, é preciso dar um tempo, porque agora "é tudo uma cortina de fumaça".

O fato é que os europeus insistem que o acesso preferencial que querem dar é para os países pobres. Os Estados Unidos também alfinetaram ontem o Brasil e a Índia, observando que muitos países em desenvolvimento não estavam representados na mesa de negociações. A representante americana, Susan Schwab, chegou a indicar que o próprio formato de eventuais futuras negociações deve ser mais inclusivo.

Schwab abriu os olhos em sinal de espanto quando foi indagada se os EUA agora poderiam se interessar por um acordo com o Mercosul. Esta semana, o ministro Celso

Amorim descartou de vez a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), mas admitiu que se poderia pensar num 4+1, ou seja, Mercosul e EUA, algo que os americanos não demonstraram interesse até agora.

Na diplomacia brasileira, quando se fala de Venezuela já há uma diferença de tom sobre a participação de Hugo Chávez no bloco. "A Venezuela é que quer entrar no Mercosul, não é o Mercosul que vai aderir à Venezuela"', disse uma fonte de Brasília.

Diversas organizações não-governamentais comemoraram ontem o colapso da negociação do G-4, que acusavam de ser exageradamente secreta e deixar de fora países em desenvolvimento. "O colapso dessa negociação deveria provocar uma pausa na Rodada Doha e reconsideração do impacto das regras da OMC", sugeriu o Instituto para Agricultura e Política Comercial, dos EUA.

"Divisões no G-4 são mais amplas do que muita gente pensa", insistiu Carin Smaller, do instituto, notando que, durante meses, Schwab deu sinais de que os EUA estavam prontos a fazer concessões, só que as grandes promessas não se enquadram na realidade política dos EUA. Para a Oxfam, UE e EUA parecem competir para arrancar concessões dos países em desenvolvimento, mas querem pagar pouco em retorno. **(AM)**

Amorim diz que EUA e UE "se acertaram antes" - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 22/06/2007

O ato final do fiasco de Potsdam, que pode ser o último prego no caixão da Rodada Doha, começou a ser esboçado no jantar dos ministros na quarta-feira à noite, em um restaurante chamado simbolicamente de "O Teatro", e acabou no almoço, ontem, no histórico hotel Cecilienhof, o mesmo aonde os vencedores da Segunda Guerra Mundial decidiram o futuro da Alemanha.

Celso Amorim chegou a mencionar uma peça de Luigi Pirandello, "Assim é se lhe parece", mas demonstra segurança de que americanos e europeus fizeram um acordo entre eles, como na também fracassada conferência ministerial de Cancún (México), para acomodar suas posições e cobrar muito dos países em desenvolvimento.

Quando Peter Mandelson, comissário europeu de Comércio, quis preparar um cenário de "fingimento" para embalar o fiasco em outros termos, o Brasil e a Índia se recusaram e foram dar uma entrevista coletiva, relata Amorim.

Ambos, a princípio, usaram a diplomacia para jogar a culpa nos Estados Unidos e na União Européia. Em seguida, foi a vez de Mandelson e da comissária européia de Agricultura, Mariann Fischer Boel, acusarem o Brasil e a Índia. Três minutos depois de saírem da sala, a representante comercial americana, Susan Schwab, e o secretário de Agricultura, Mike Johanns, entraram para alvejar ainda mais duramente os dois países.

Amorim, então, recebeu em sua suíte os jornalistas brasileiros para um longo desabafo. "Essa é a história real do que se passou, não há uma ênfase para mudar a história", disse. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O começo do embate - "A discussão começou sobre agricultura. As propostas foram insatisfatórias, muito longe do que o G-20 quer. Os últimos gastos total de subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio dos EUA foram de US$ 11 bilhões e eles estavam falando em [aceitar limite] US$ 17 bilhões. Aqui foi Cancún ato 2. Eles [EUA e UE] combinaram antes, tinham uma zona de conforto mutuamente aceita que envolvia cortes muito pequenos em subsídios, como querem os EUA, e muito pequenos em acesso ao

mercado, como quer a UE. Eu vim aqui para ficar até domingo. Mas eles não. Eles vieram com o acordo deles. (...) Os europeus ficaram muito preocupados quando insistimos que tinha de haver cortes para produtos sensíveis, e só depois discutir a compensação através de cotas. Foi quando eles disseram que estávamos mudando a trave do gol. Não houve mudança nenhuma. Eles é que sempre puseram ênfase no que bem entenderam. (...) Queriam resolver tudo com cotas e aí provavelmente seria uma maneira de satisfazer os EUA, ainda que parcialmente, e a troca era uma redução pequena de subsídios agrícolas. Então, sem a menor dúvida, tudo isso foi acertado [entre EUA e UE]."

Jogada de Mandelson

"Primeiro, eles [EUA e UE] queriam começar a conversa por Nama - os produtos industriais. Mandelson, com aquele ar de inocente, disse que só para variar dessa vez poderiam começar com Nama. Tive que parar isso, disse que o centro da rodada é agricultura. Concordamos em fazer alguma coisa em Nama, mas o que vai definir o nível de ambição da rodada é agricultura e se tiver de selecionar um item é o total de subsídios que distorcem o comércio. Então, ele desistiu, a jogada não colou. No fundo, no fundo, a tática foi a mesma: foi ficar num joguinho lento entre as outras coisas, passar os assuntos e quando chegaram em Nama viram que o grau de concessão que queriam não era possível. Eles chegaram a falar em coeficiente 20, mas buscando equivalência com 18, que significa cortar em 58% as tarifas consolidadas. Obviamente isso era muito distante do que tinha sido indicado em qualquer momento para eles. Eu acho agora que eles [EUA e UE] fizeram uma jogada. Acharam que queríamos a rodada a qualquer preço e que íamos ceder. E se necessário, que nós íamos isolar os indianos.

Do jantar ao almoço - "Tivemos uma conversa muito difícil, muito dura, no jantar, na quarta-feira. Eles queriam dizer que a rodada parou por causa de produtos industriais. Mas a posição da Índia foi muito de acordo conosco, não houve nenhuma quebra de posição, foi absolutamente correta em todos os setores. Eu ainda estava acreditando que era possível [avançar], para falar a verdade. Aí é que entra a história da mentira [dos americanos e dos europeus de que o Brasil e Índia é que teriam posto fim à negociação]. Tanto que no jantar propus continuar a discussão, no dia seguinte, com vários assuntos - serviços, regras, indicações geográficas. Essa foi uma reunião normal, num clima normal, com as divergências que ocorrem. Na hora que Mandelson foi fazer o sumário da reunião e plano do trabalho, achei um pouco estranho, porque eu achava que a gente ia continuar. Achei estranho quando ele falou que tínhamos que resolver se chamávamos o Lamy [diretor-geral da OMC], o ministro japonês, quantos dias iríamos ficar aqui. E perguntei se ele estava preparando uma aterrisagem suave para o fracasso e que isso me surpreendia à luz da conversa que tínhamos tido no jantar, onde as indicações podiam ter sido melhores de um lado e do outro, mas dava para tentar uma conversa esta tarde. Ele respondeu que a gente ia conversar sobre isso na hora do almoço. Na hora do almoço, Estados Unidos e União Européia disseram que era inútil continuar qualquer negociação. Bom, eu soube depois que eles (americanos e europeus) se reuniram à noite e certamente devem ter chegado à conclusão de que não valia a pena (continuar). É direito deles. O que não é direito deles é mentir, jogar com isso."

"É mentira, é mentira" - **Repórter:** Mas a Susan Schwab me disse que vocês já tinham reserva para partir hoje. **Amorim:** É mentira, mentira. Não abandonamos fisicamente (a negociação) e tínhamos reserva para sábado e domingo. No almoço começou um ataque frontal à Nama...

Setor agrícola critica decisão, mas indústria aplaude - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 22/06/2007

Os exportadores agrícolas brasileiros ficaram decepcionados com o impasse da Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), e acusaram todos os atores envolvidos - Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia - pelo fracasso ontem na cidade de Potsdam, na Alemanha. Já os representantes da indústria pareciam aliviados e classificavam de "corretíssima" a decisão do Brasil de não ceder às pressões por maior abertura da economia.

O setor privado ainda têm dúvidas se a rodada terminou ontem ou se é apenas "jogo de cena" dos negociadores. Se Doha tiver chegado a um caminho sem saída, pelo menos um ponto é consenso entre agricultura e indústria: é hora de o Brasil mudar a estratégia de política comercial e correr atrás do tempo perdido nos acordos bilaterais.

"Para quem coloca agricultura como prioridade, o Brasil está mal acompanhado no G-20. A Índia foi o único país inflexível", criticou Antônio Donizeti Beraldo, chefe do departamento de comércio exterior da Confederação de Agricultura do Brasil (CNA). Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Carne Suína (Abipecs), avalia que os EUA e a UE não estavam preparados para reduzir subsídios ou abrir mercados. "Eles se acertaram e acharam que os países em desenvolvimento aceitariam."

Para André Nassar, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), americanos e europeus perceberam que não arrancariam concessões da Índia em agricultura e pressionaram o Brasil para abrir a indústria. "Cobraram mais do que o Brasil podia oferecer", disse. Nassar classifica a oferta americana de reduzir os subsídios agrícolas para US$ 17 bilhões e as pequenas cotas da UE para alguns produtos como um "mau acordo".

"Foi corretíssima a posição do Brasil. Por que nós temos que cortar na carne, se eles estão cortando só água?", questionou Carlos Cavalcanti, diretor-adjunto de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Com essa proposta agrícola, o governo não tinha que ceder nada. Está certo de levantar da cadeira", disse Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)

Os representantes da indústria se referem à barganha sugerida pelos países ricos ontem em Potsdam. Enquanto ofereciam limite de US$ 17 bilhões para os subsídios dos EUA, mais que os US$ 11 bilhões concedidos em 2006, pediam que o Brasil aceitasse um coeficiente abaixo do 20 para o corte das tarifas industriais, o que significaria redução real das alíquotas de importação de mais de 5 mil produtos.

Beraldo lamenta os preciosos dias perdidos, já que a negociação poderia prosseguir até sábado. "Não tem mais tempo para esse teatro. Era a hora da verdade", diz. Representantes da agricultura e da indústria duvidam que a rodada tenha acabado. "Já vi essas crises antes. Nunca achei que o último movimento seria feito em Potsdam", disse Camargo Neto. "Ainda é cedo para dizer que acabou, mas está caminhando mal", afirmou Nassar.

Cavalcanti, da Fiesp, acredita que as negociações devem continuar na próxima semana em Genebra. Nassar, do Icone, diz que o foco agora está em uma eventual proposta do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, mas admite que vê com "descrença" a possibilidade de o acordo ser aceito por todos os países.

Para os empresários, o Brasil deve agora buscar os acordos bilaterais. "Não é nenhuma surpresa que um acerto tão amplo na OMC seja complicado. Isso só demonstra que o Brasil está perdendo tempo em colocar todas as suas fichas no multilateral", diz Fernando Pimentel, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), acrescentando que seu setor está sendo prejudicado pela falta de acordos com mercados como Estados Unidos, UE e Japão.

Barbato, da Abinee, acredita que, se o Brasil quiser avançar nos bilaterais, deverá voltar atrás no Mercosul e transformá-lo em uma área de livre comércio, porque os interesses defensivos da Argentina estão atrapalhando o país na hora de fechar acordos. Para Nassar, a pressão do setor privado por uma maior inserção do Brasil na economia mundial será grande daqui para frente.

O setor agrícola defende que as negociações com a UE devem ser prioridade. Beraldo, da CNA, ressalta, no entanto, que o Brasil retoma o processo em uma posição mais frágil. Ao contrário de 2004, quando havia três grandes negociações pela frente (UE, Alca e OMC), o acordo com os europeus é o único que restou. Além disso, a UE já deixou claro que sua prioridade é Ásia e que está preocupada com a entrada da Venezuela no Mercosul.

"Confessar que a Alca é impossível é errado. Uma negociação depende da outra. Sem a Alca, a UE não avança", disse Camargo Neto. Ele ensina que é o medo de perder mercado que força os países a avançar na negociação, seja bilateral ou multilateral, e que, por isso, colocar todas as moedas em um pote só é mau negócio.

O "não-acordo" na Rodada Doha - André M. Nassar – Valor Econômico – Opinião - 22/06/2007

Até ontem pela manhã, a pergunta de um milhão de dólares da semana era se os ministros do G-4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia) encontrariam o consenso que criaria as condições necessárias para viabilizar um acordo na Rodada Doha da OMC. O milhão de dólares agora vai para quem explicar as razões que levaram ao fracasso nos entendimentos entre os integrantes do grupo.

A minha aposta era de que o "não acordo" teria como estopim as flexibilidades para países em desenvolvimento, tema de central interesse para os indianos. Não foi esse o estopim do desfecho de ontem, mas o desequilíbrio entre Brasil, de um lado, e Estados Unidos e União Européia, de outro, ainda tem muito a ver com a confortável situação onde se encontravam os indianos.

Acordos internacionais estão recheados de casos e o agrícola, da Rodada Uruguai, é um exemplo de que o consenso, construído de forma equilibrada, só ocorre quando todos os jogadores encontram algum ganho. Dado que os interesses ofensivos (que querem a liberalização) chocam com os defensivos (que buscam proteção), o equilíbrio converge para os ganhos defensivos. Intuitivamente, sabemos que é mais fácil vender para os grupos representados um não-ganho do que uma perda. Assim, evitar a perda passa a ser o objetivo dos negociadores.

Esse era o contexto que envolvia as reuniões do G-4. Americanos lutando fervorosamente para não trazer más notícias para seus produtores de soja, algodão e arroz. Afinal, para que abrir mão de subsídios na casa do bilhão quando seus pobres concorrentes da América do Sul sequer sabem o estrago que o tal bilhão produz no mercado mundial?

Pasmem: sabe qual era a posição do setor agrícola brasileiro? Reduzir o subsídio da soja de US$ 3,6 bilhões para US$ 1,5 bilhão. A mim, soa até imoral da parte dos americanos lutar contra isso.

Os europeus, não menos timidamente, também perderam a noção da realidade: a obsessão era por outro produto - carnes, ao invés de grãos -, mas o casuísmo é gritante. Absolutamente, todas as propostas européias sobre corte de tarifas e concessão em cotas foram feitas para manter protegidos os mercados de carne bovina de Inglaterra e Irlanda e carne de frango de França e Holanda. Um só número para deixar claro o casuísmo do velho mundo: a Europa importa apenas o equivalente a 5% do seu mercado em cada produto e não queria abrir mais do que 1,5% na maior rodada multilateral de comércio da história.

Do lado das flexibilidades para países em desenvolvimento, a Índia era o porta-voz da criação das salvaguardas que, tecnicamente, são uma proteção adicional à tarifa regular, e produtos especiais, conceito novo para os 60 anos do sistema Gatt-OMC, que isenta de redução tarifária setores estratégicos de países em desenvolvimento. Só que, na cabeça dos indianos, os setores estratégicos eram regra, não a exceção.

Estrategicamente, Brasil, EUA e UE já haviam percebido que uma regra básica em negociação tinha sido quebrada no caso desses temas: não se entrega para um dos jogadores seu interesse principal prematuramente porque ele perde a motivação de seguir negociando. Os indianos e chineses, tendo por trás um grupo grande de países em desenvolvimento e apoio de diversas ONGs, já haviam conseguido, sobretudo nos produtos especiais, o que precisavam no Acordo Quadro de julho de 2004 e na Declaração de Hong Kong de dezembro de 2005.

Desde o início das negociações de Doha, os indianos têm se mostrado desinteressados em um novo acordo agrícola que levasse a redução nas suas tarifas e os obrigasse a iniciar um processo, há anos adiado, de reforma nas suas políticas agrícolas. Políticas que lembram as brasileiras dos anos 70 e hoje sepultadas por aqui. Já tendo obtido o que precisavam nas flexibilidades, do alto do seu berço esplêndido, adotaram a postura do "pegue ou deixe". EUA e UE, cientes que os indianos não tinham incentivo algum para seguir negociando esse tema, decidiram mudar de estratégia.

A Europa importa apenas o equivalente a 5% do seu mercado em cada produto e não queria abrir mais do que 1,5% na rodada

E o Brasil? Por insistência do equilíbrio europeu França-Alemanha, o Brasil vinha penando no tema da abertura dos setores industriais. Assim como os "companheiros" do G-4, o governo brasileiro sabia que seus constituintes percebiam perdas associadas ao sucesso desta rodada. A dinâmica é a mesma: é mais fácil vender um não-ganho do que uma perda.

A mudança fundamental no processo negociador, que pegou o Brasil desprevenido, aconteceu quando os americanos se juntaram aos europeus, buscando o equilíbrio fora da negociação agrícola. Sendo pressionados pelo Brasil a fazer concessões em subsídios e acesso a mercados, e cientes de que os indianos encontravam-se em "berço esplêndido", EUA e UE escolheram o setor industrial brasileiro como elemento de equilíbrio. Nesse momento, o equilíbrio defensivo que se desenhava se rompeu. E se podemos atribuir ao governo brasileiro um escorregão em sua estratégia, esse erro se deu pela timidez frente às exigências da Índia no tema das flexibilidades.

Montando o quebra-cabeça. O esforço dos quatro negociadores tinha razão de ser, sobretudo porque a obtenção de um acordo faria muito bem ao sistema multilateral e ao

comércio agrícola. Os ministros do G-4 estavam caminhando sobre a tênue linha que separava dois tipos de acordo: um acordo mínimo, realista e pouco ambicioso, almejado pelo governo brasileiro e não necessariamente comprável pelo agronegócio brasileiro; e o "não-acordo", que era a opção veladamente defendida por grupo considerável de países em desenvolvimento e, após o desfecho de ontem, pelos dois grandes.

O governo brasileiro já tinha fincado pé na linha do acordo mínimo. Vale lembrar que quem faz concessões é o governo, e ao setor privado cabe o papel de prover suporte técnico. No entanto, o setor privado é capacitado o suficiente para compreender a relevância de um acordo apenas realista.

O governo brasileiro, que representa o país com o maior saldo agrícola do mundo, tem agora que montar dois quebra-cabeças. O primeiro é reconhecer que os países membros querem uma OMC circunscrita a um órgão de solução de controvérsias e fazer uso dele nos temas sistêmicos da agricultura. Esse é o único caminho para tratar dos subsídios domésticos que distorcem o comércio.

O segundo é a busca por uma maior inserção internacional do agronegócio por caminhos não multilaterais. Sem dúvida, as negociações bilaterais serão a nova ordem do dia e, com elas, a necessidade do Brasil ir mais fundo na abertura de sua economia.

André Meloni Nassar é presidente interino do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).

Blair reforça pressão sobre Lula e ouve outro não - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

Primeiro-ministro britânico ligou para o presidente e este reiterou a proposta brasileira na Rodada Doha

Sem apresentar melhora na oferta agrícola da União Européia (UE), o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, telefonou ontem para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pressioná-lo a aceitar abertura mais ampla do mercado industrial brasileiro como meio de salvar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A pressão deu-se um dia após o fracasso do G-4 (Estados Unidos, UE, Brasil e Índia) em alcançar um pré-acordo na rodada.

Em 20 minutos de conversa, Blair reiterou a Lula que o Brasil precisa derrubar a tarifa máxima de importação de bens industriais de 35% para 12,73%, corte equivalente ao do Coeficiente 20 da Fórmula Suíça, na mesma linha da ofensiva de americanos e europeus na reunião do G-4, em Potsdam, que levou brasileiros e indianos a deixarem a mesa e anunciarem o fiasco das negociações.

Segundo o porta-voz da Presidência, Marcelo Baumbach, Lula rebateu que não concordaria com esse nível de abertura nem mesmo com o acordo agrícola almejado pelo Brasil e seus aliados e defendeu que só um encontro de líderes, no qual as posições técnicas fossem substituídas por concessões políticas, salvará a rodada.

Blair argumentou que as 48 horas seguintes seriam decisivas para a rodada e contava com a atuação de Lula para impedir o fracasso total das negociações. Além de derrubar a tarifa máxima de 35% para 12,73%, esse coeficiente puxaria a tarifa média consolidada pelo Brasil para 11,74% e afetaria 3.437 dos 8.800 itens industriais.

A proposta brasileira para a abertura industrial, reafirmou Lula a Blair, continuará em torno do Coeficiente 30. Isso significaria a queda na tarifa máxima consolidada pelo Brasil na OMC para 16,15%. A tarifa média passaria a 14,68%. No total, 2.474 itens industriais seriam atingidos pela redução da proteção tarifária - cerca de mil menos que no Coeficiente 20.

Em Potsdam, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acenara com um meio-termo - a possibilidade de o Brasil ampliar a abertura até o Coeficiente 25, se as concessões agrícolas chegassem a um nível razoável. Nesse caso, a tarifa máxima para o setor industrial seria de 14,58%. Mas os EUA deveriam concordar com um teto de US$ 15 bilhões por ano para os subsídios concedidos a agricultores e a UE teria de aceitar corte de mais de 70% nas tarifas de importação para o setor agrícola e a redução das exceções. Mas os EUA se encastelaram em US$ 17 bilhões e os europeus retrocederam ao corte de 54%. O Coeficiente 25 não voltou a ser sinalizado.

Ao tratar do assunto com Blair, Lula deixou claro que houve desequilíbrio entre as exigências e ofertas das economias mais ricas na etapa final de uma rodada que tem como alvo a eliminação de distorções no comércio agrícola mundial.

Ele esclareceu, ainda, a sua consciência de que americanos e europeus acomodaram seus interesses em uma aliança de última hora, que apontou as baterias para o mercado industrial brasileiro. De Belo Horizonte, onde esteve anteontem, Lula recebera informes de Amorim sobre os impasses em Potsdam.

Ao arrematar a conversa, o presidente disse a Blair que o Brasil continuará a contribuir para a conclusão das negociações. Mas ressaltou que a única saída é a melhoria das ofertas agrícolas da UE e dos EUA e a redução das expectativas de ambos em relação às concessões na área industrial.

Presidente insiste em encontro de líderes mundiais – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

O desastre nas negociações do G-4 animou Lula a retomar a proposta de um encontro de líderes mundiais, que já havia apresentado em outros momentos críticos da Rodada Doha. Ele argumentou a Blair que o campo das negociações técnicas está esgotado e só a vontade política tornaria viável o acordo. “A chave agora está no diálogo político e na melhoria das ofertas das economias mais ricas”, disse ele.

EUA tentam isolar Brasil e Índia na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

Casa Branca busca novas alianças com outros países emergentes

Os Estados Unidos começaram a adotar manobras políticas para tentar isolar Brasil e Índia na Organização Mundial do Comercio (OMC) e alertam: um sentimento contra os dois países poderá ressurgir no Congresso americano, dificultando a aprovação de qualquer lei ou mudança de tarifas que possa beneficiar Brasília e Nova Délhi. O secretario americano de Agricultura, Mike Johanns, disse ainda ao Estado que uma queda nas tarifas de importação do etanol poderiam apenas ser debatidas em 2009.

A conferência de Potsdam, na Alemanha, com Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia (UE), os integrantes do G-4, foi convocada para tentar superar as diferenças entre os governos nos setores de agricultura e produtos industriais. Mas o processo fracassou diante da falta de um consenso sobre até que ponto os países emergentes deveriam abrir seu mercado em troca de uma liberalização no setor agrícola.

Tanto americanos quanto europeus criticaram a posição de Brasil e Índia, que rejeitaram qualquer abertura de seus mercados para a indústria. Os países ricos queriam uma queda de 58% nas tarifas, mas o Itamaraty insiste em um corte máximo de 50% diante da proposta modesta em agricultura.

Agora, a Casa Branca parte em busca de novas aliança. Ontem, a representante de Comercio dos EUA, Susan Schwab, convocou em sua missão em Genebra países latino-americanos como Chile e Costa Rica, e também asiáticos e de outras partes do mundo, para pedir engajamento na luta pela abertura de mercados para produtos industriais.

Schwab disse que quer impedir a tendência que estava vendo de uma tentativa de divisão da OMC entre países dos Hemisférios Norte e Sul. Para evitar isso, Washington tenta reunir não apenas países ricos, como Austrália e Nova Zelândia, mas também economias emergentes. Os americanos não descartam nem sequer uma maior participação da China.

Nos próximos dias, outro grupo de países emergentes, incluindo Colômbia, Peru, México, Tailândia e Cingapura, vai apresentar uma proposta que fica no meio termo entre todas as idéias apresentadas até agora na OMC.

Além da tentativa de criação de novas alianças, Schwab não descarta que Brasil e Índia possam gerar reações negativas de congressistas americanos. Isso já havia ocorrido no ano passado, após outro desentendimento no G-4. Na época, vários senadores americanos iniciaram campanhas para retirar benefícios comerciais de Brasil e Índia como forma de retaliação pelo comportamento dos dois países nas reuniões da OMC. “Isso poderá voltar a ocorrer”, admitiu Schwab.

O secretário americano de Agricultura, ainda alerta que o Brasil dificilmente conseguirá rever as sobretaxas impostas sobre o etanol nos EUA, uma das demandas do País na relação com o governo americano. ”A lei será revista somente em 2009”, disse Johanns.

Seja qual for o futuro das negociações, a realidade é que a confiança entre os ministros foi afetada. O chanceler Celso Amorim admite que não tem intenção de se encontrar com americanos ou europeus tão logo para tratar da Rodada Doha. Para ele, uma das únicas certezas no processo na OMC é de que “o G-4 esta morto”.

EUA queriam manter subsídios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

O chanceler Celso Amorim voltou ontem a se queixar de um suposto acordo que europeus e americanos teriam fechado antes de irem a Potsdam para tentar forçar Índia e Brasil a aceitarem um entendimento. Um dos pontos do acordo seria a manutenção de altos subsídios para certos produtos, como algodão.

Amorim alegou que os americanos rejeitam o estabelecimento de tetos de subsídios por produto. Na prática, isso permitiria que, ainda que o valor total dos subsídios fosse cortado, um setor recebesse recursos que distorceriam o mercado internacional. Esse e o caso do algodão.

O Brasil conseguiu condenar na OMC os subsídios americanos, que chegavam a US$ 3 bilhões por ano. Mas sem regras no teto da ajuda por setor os americanos poderiam dar subsídios aos produtores em valores superiores aos condenados pela OMC sem agora violar as regras. “Não poderíamos aceitar isso”, disse o ministro.

'Não vamos ser catastrofistas', diz Amorim - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

Para ministro, Brasil continuará a exportar ‘mais e mais’, mas precisa das regras da OMC - As exportações brasileiras continuarão a aumentar, mesmo diante da crise nas negociações comerciais internacionais e da falta de acordos entre o Brasil e seus parceiros. Isso pelo menos é o que garante o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

“Não vamos ser catastrofistas. O comércio vai continuar”, afirmou o ministro, ao deixar uma reunião com o diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy.

Amorim ressaltou ainda que durante todo o período de crises na OMC ou entre o Brasil e Estados Unidos na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou mesmo na

ausência de um acordo entre o Mercosul e a União Européia, as exportação dos produtos brasileiros nos mercados internacionais continuaram aumentando.

"Pode ter certeza, o Brasil vai continuar a exportar mais, mais e mais", disse o ministro. "Precisamos da OMC porque precisamos de boas regras, porque precisamos que os subsídios agrícolas acabem. Vamos também continuar trabalhando para abrir mercados. Mas sei que vamos continuar a exportar", assegurou o ministro.

MENOS

O que Amorim não diz, porém, é que o último relatório da OMC mostra que, apesar de o Brasil ter um aumento de suas exportações em valores absolutos entre 2005 e 2006, o País sofreu uma queda no ranking dos maiores exportadores do mundo. Isso porque os demais países tiveram crescimentos acima da taxa obtida pelo Brasil.

No ranking da OMC publicado neste ano, mas com dados do ano passado, o Brasil aparece na 24ª posição entre as nações que mais exportam. Em 2005, o País estava na 23ª posição na classificação.

Mesmo assim, o chanceler brasileiro garantiu ainda que o Itamaraty "tem muitos planos", além das negociações da Rodada Doha na OMC, no setor comercial. "Queremos ampliar o acordo com a Índia e solidificar as relações no Mercosul e na América Latina", disse Amorim.

O chanceler reconheceu, no entanto, que, no caso das negociações comerciais na região latino-americana, esse processo "tem dificuldades, e não são poucas".

Ação de Lula fracassa e deixa pouca opção – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2007

Presidente brasileiro fez grande esforço para destravar a Rodada Doha e chegou a dizer que faltava pouco para acordo

Possibilidade de acordos bilaterais em vez de acerto global na OMC também é reduzida devido a posições de EUA e União Européia

O paradoxal -e contraditório- nas críticas que se fazem ao governo brasileiro, ao apontá-lo como responsável pelo malogro do G4 e, por extensão, pelo estado comatoso da Rodada Doha, é que nenhum outro presidente fez tanto esforço e falou tanto sobre a necessidade de concluir a rodada como Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda na semana passada, logo após a reunião do G8 (oitos países mais industrializados) na Alemanha, Lula disse aos jornalistas que eles se surpreenderiam ao ver como o acordo seria fechado muito antes do que se previa.

Pode-se, portanto, criticar Lula por propaganda enganosa mas não por bloquear um acordo global.

Cansou-se de telefonar para os líderes dos grandes países (George W. Bush, Tony Blair, Angela Merkel), cansou-se de propor, aliás inutilmente, uma reunião de cúpula para dar o "impulso político" à negociações que, na área técnica, está emperradas a rigor desde o lançamento, há seis anos.

Um empenho, aliás, muito lógico: o eixo da negociação é abrir o mercado agrícola dos países ricos. O Brasil é uma potência no agronegócio, mundialmente reconhecido. Seria, portanto, o primeiro e maior beneficiário da queda de barreiras agrícolas no mundo rico.

É o único setor, de resto, que pode aumentar imediatamente suas exportações, mesmo que não houvesse o "boom" de commodities.

O problema para a diplomacia brasileira não é que tenha boicotado Doha de uma hora para outra. É que, se Doha fracassar, a diplomacia comercial não tem muito para onde ir.

Pode tentar acordos bilaterais, mas os únicos que fazem real sentido econômico seriam com os Estados Unidos e a União Européia.

Com os EUA, os entendimentos em torno da Alca pararam em fevereiro de 2007, com a promessa de se convocar nova reunião em três semanas. Passaram-se três anos, e não há o menor sinal de que possam recomeçar.

Com a Europa, a sua comissária de Agricultura já cortou qualquer esperança, ao dizer que, em negociações bilaterais, ninguém vai obter mais concessões do que os europeus ofereceram em Potsdam (e que o Brasil achou muito pouco). Resta ao Brasil manter ou reforçar a política de aproximação Sul/Sul, tão criticada pelo empresariado, que quer os mercados do mundo rico.

O problema é que, além das dificuldades na negociação com os Estados Unidos, o ambiente tenso criado com o fiasco de Potsdam e a troca de acusações levam os americanos a acenar com radicalização.

Ontem, em sua entrevista coletiva em Genebra, Susan Schwab, a negociadora-chefe dos EUA, disse que era possível que os senadores americanos retomassem uma proposta surgida quando do fracasso anterior do G4 no sentido de retirar as preferências comerciais de que Brasil (e Índia) gozam naquele mercado.

Pode não passar de uma resposta de circunstância, mas é importante lembrar que o projeto preferido de Lula é o que ele chama de "revolução no mundo" representada pela transformação do álcool em combustível de largo uso. Para isso, depende da concretização da parceria desenhada quando da viagem de Bush ao Brasil.

Agora que a lua-de-mel azedou, o Brasil acaba condenado a olhar mesmo para o Sul. É sintomático que a primeira pergunta de Lula quando o chanceler Celso Amorim lhe avisou do fracasso de Potsdam foi sobre o G20, exatamente o grupo de países em desenvolvimento que luta para abrir o mercado agrícola do mundo rico. Por gosto ou necessidade, podem se tornar parceiros preferenciais. **(CLÓVIS ROSSI)**

Tiroteio do G4 se transfere para Genebra – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2007

Sem tanta pólvora, o tiroteio de quinta-feira em Potsdam reproduziu-se ontem, em plena sede da Organização Mundial do Comércio, durante reunião do Comitê de Negociações Comerciais, principal órgão técnico da instituição.

Clodoaldo Hugueney, o chefe da missão brasileira em Genebra, ouviu, com crescente irritação, os representantes da União Européia e dos Estados Unidos (Eckart Guth e Peter Algeier, respectivamente) falarem dos progressos "substanciais" que teriam ocorrido nas negociações na Alemanha, em especial na área agrícola.

Depois, veio a conclusão de que o encontro do G4 em Potsdam falhara por causa da inflexibilidade de Brasil e Índia em bens industriais.

Os dois também disseram que o fiasco de Potsdam não significava que as negociações em Genebra não tinham mais futuro.

Hugueney tomou a palavra em seguida para dizer:

"As negociações têm futuro, sim. Mas a primeira condição para que tenham futuro é que se diga a verdade".

A verdade, para o Brasil, é que Potsdam fracassou porque não houve o que Hugueney chama de "movimentos sérios" por parte de EUA e UE na liberalização de seus mercados agrícolas.

"Ganhei o meu dia", diria depois aos jornalistas esse experiente diplomata, que leva o peso da negociação técnica no dia-a-dia.

Pode de fato ter ganho o dia, ao fazer um desabafo há muito contido, mas a explosão causou certa surpresa entre os delegados e entre os quadros técnicos da OMC. Houve até quem falasse em "venezuelanização" da política externa brasileira, só porque o chanceler Celso Amorim, anteontem, e Hugueney, ontem, foram duros nas suas críticas a norte-americanos e europeus, afinal as duas grandes usinas comerciais do planeta, que só têm um concorrente de peso na China.

Os chineses, aliás, adotam nas negociações um perfil extremamente discreto. Mesmo assim, seu delegado disse na plenária que "os países em desenvolvimento têm dificuldades em assumir compromissos além de sua capacidade".

Tradução: não têm margem de manobra para abrir seus mercados na medida desejada pelo mundo rico.

A reunião do Comitê foi um rosário de declarações de sobrevida da Rodada Doha, mas objetivamente ficaram adiadas as reuniões marcadas para a semana que vem. Objetivo: abrir um espaço de respiração para que os textos dos presidentes dos comitês negociadores possam ser lançados sem provocar um incêndio semelhante ao de Potsdam. **(CR)**

Estava previsto – O Globo – Opinião – 23/06/2007

Se confirmado o fracasso da Rodada de Doha, sinalizado pelo insucesso do encontro do G-4 — Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia — na Alemanha, a diplomacia comercial brasileira adotada desde 2003 terá sofrido sua última e definitiva derrota, como previsto.

Pressionados pelo calendário, pois vence no próximo sábado o mandato do presidente americano, concedido pelo Congresso, para fechar acordos comerciais, os representantes do bloco de nações industrializadas e dois dos líderes do G-20 ainda tentaram aproximar suas propostas. De um lado, a de redução de subsídios e tarifas que distorcem o mercado de produtos agrícolas e afetam exportações do Brasil e de outros países; em troca, a atenuação de barreiras protecionistas contra exportações de produtos manufaturados e serviços das economias desenvolvidas.

Mais uma vez, em vão. Os ministros Kamal Nath, do Comércio indiano, e Celso Amorim, chanceler brasileiro, abandonaram a mesa de negociações tão logo o bloco dos desenvolvidos demonstrou nenhum interesse em avançar na sua proposta — pelo menos alegam Nath e Amorim. Estados Unidos e União Européia, por sua vez, acusam Brasil e Índia de açodamento.

A troca de acusações é desimportante. Sacramentada a suspensão da Rodada de Doha — aberta em Qatar, em 2001, para liberalizar o comércio mundial — pelo menos até a eleição do novo presidente americano, em 2008, o Brasil terá um árduo trabalho a fazer.

Tudo porque, em 2003, inspirado numa visão atrasada do mundo, em que países pobres e ricos teriam interesses conflitantes, o governo Lula abraçou uma diplomacia terceiro-mundista, sabotou as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e passou a depender quase exclusivamente da negociação multilateral de Doha.

Enquanto isso, todas as nações importantes no comércio internacional negociaram acordos bilaterais.

E cada acordo fechado significa dificuldades para o exportador brasileiro. Por sorte, a economia mundial, num ciclo histórico de expansão, beneficiou as exportações do Brasil, mas, como todo ciclo, este um dia acabará.

O país terá de ativar negociações de acordos idênticos, porém com uma séria dificuldade: chegou tarde e precisará fazer concessões mais generosas. Para complicar, o Mercosul tem de participar dos acordos, o que será quase impossível se o histriônico Hugo Chávez fizer parte do grupo.

OMC tenta salvar Rodada de Doha do fracasso - Cristiane Jungblut e Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 23/06/2007

Amorim diz que G-4 está morto, e Japão se propõe a mediar negociações entre ricos e pobres

GENEBRA, BRASÍLIA e PARIS. A Organização Mundial do Comércio (OMC) fez ontem uma reunião de emergência para tentar salvar a Rodada de Doha, após o fracasso, na véspera, das negociações do G-4, que reúne Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia (UE), na Alemanha.

Em meio a um impasse sobre subsídios agrícolas, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, chegara a afirmar que o G-4 "está morto". O Japão se ofereceu para mediar as negociações, enquanto o primeiroministro britânico, Tony Blair, procurou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Não penso que a Rodada de Doha esteja morta, nem sequer que esteja agonizando — disse Amorim após reunião com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. — Penso que é difícil (um acordo), mas não impossível.

Segundo Amorim, EUA e UE chegaram à reunião "com um nível mútuo de conforto": — Estados Unidos e UE consideram que o que eles acertaram é um acordo para o restante do G-4.

O impasse levou o Japão a oferecer ajuda.

— Ninguém está fazendo a ponte entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Acho que o Japão deve fazer este papel — afirmou o ministro do Comércio japonês, Akira Amari.

Impasse em Doha não significará o fim da OMC Já Lula disse a Blair que EUA e UE assumiram uma posição muito dura nas negociações e que a solução, agora, terá de ser política, não mais técnica.

Segundo o porta-voz do presidente, Marcelo Baumbach, Blair disse acreditar que as próximas 48 horas serão decisivas para definir o rumo de Doha e que conta com a liderança de Lula para salvar as negociações.

— O presidente Lula observou que os países desenvolvidos buscaram acomodar seus próprios interesses defensivos em agricultura e, ao mesmo tempo, pedir contribuição desproporcional daqueles em desenvolvimento no que diz respeito aos bens industriais — disse Baumbach. — Foi desconsiderado o princípio central da rodada, que é o desenvolvimento.

O Ministério da Agricultura lamentou, em nota, a suspensão das negociações, citando a desproporcionalidade entre as ofertas agrícolas dos ricos e as concessões pedidas aos países em desenvolvimento.

Nas próximas duas semanas, os presidentes dos grupos negociadores das áreas sensíveis — agricultura e produtos industriais — tentarão costurar um novo documento. O Brasil será peça-chave nas consultas.

Quando os textos forem apresentados, os países do G-4 só terão uma opção: aprovar ou rejeitar. Se rejeitarem, a rodada não será concluída este ano e pode acabar no limbo.

— Se a Rodada de Doha fracassar, estamos acabados — disse uma alta fonte da OMC, que não quis se identificar.

Lamy fez um apelo aos paísesmembros da OMC: — Agora é preciso agir urgentemente para recuperar a confiança e para que as negociações sejam bem-sucedidas.

Por sua posição firme nas negociações, Brasil e Índia são acusados pelos países ricos de ameaçar Doha.

Para alguns, o Brasil virou vilão.

— Há um ano Celso Amorim era visto na OMC como um conciliador. Hoje não é mais — comentou uma fonte.

O eventual fracasso da Rodada de Doha não levará a OMC a fechar suas portas: esta vai continuar resolvendo disputas comerciais. Mas, como disse um funcionário, sem Doha a OMC continuará refletindo uma realidade do passado.

Ricos vão a Amorim para salvar Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 24/06/2007

Vinte e quatro horas depois do colapso das negociações entre Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa (G-4) em Potsdam, na Alemanha, para fechar um pré-acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC), as autoridades comerciais americanas e européias procuraram o chanceler Celso Amorim em Genebra para estudar como reiniciar um diálogo que, na avaliação do Itamaraty, poderá servir para tentar salvar a Rodada Doha.O chanceler, porém, voltou a insistir que as flexibilidades terão de ser mostradas mais por parte dos países ricos que pelos emergentes.

'Não há mais um rompimento (nas negociações). Ficamos de manter contato e há o desejo de se retomar o processo', apressou-se a afirmar Amorim, ainda que confesse não saber como a negociação ocorrerá.

Na semana passada, o G-4 não conseguiu superar as diferenças sobre a abertura do mercado de bens industriais dos países emergentes e dos cortes de subsídios e tarifas agrícolas nos países ricos. Tanto Washington como Bruxelas culparam especialmente o Brasil pelo fracasso diante das posições consideradas 'intransigentes'.

Ontem, com ar de vitória, Amorim fez questão de declarar que a iniciativa de estabelecer contato partiu da representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, e do comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson. 'Caiu a ficha e agora eles estão correndo atrás do Brasil', afirmou, insinuando que sem o País não haverá um acordo.

Para negociadores experientes da OMC, já há quem fale em 'venezuelização' da política comercial brasileira diante de atitudes como as de Potsdam. A avaliação de que estariam correndo atrás do Brasil também foi rejeitada pelos europeus. Segundo um alto funcionário de Bruxelas, uma conversa telefônica ontem entre Mandelson e Amorim serviu para estudar formas de retomar o processo. Mandelson confessou ainda a pessoas próximas que achou 'muito estranho' o comportamento de Amorim na reunião em Potsdam. Na noite anterior, Schwab fez uma visita a Amorim. 'Falamos de coisas substantivas e de como salvar o processo. Ela disse que houve um mal-entendido. Isso só reforça minha convicção de que o Brasil estava certo em Potsdam', disse Amorim.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, também procurou Amorim. Segundo o chanceler, Lamy sabe que não pode conseguir um acordo sem o Brasil.

Pelos cálculos do governo, os novos contatos são prova de que há espaço para flexibilização entre os ricos e uma constatação de que a posição do País em Potsdam não foi 'radical'. Agora, a idéia do Brasil é abandonar o G-4 e ampliar o grupo para outros emergentes. Para o Itamaraty, seria difícil fazer prevalecer suas posições no G-4, mas com 10 ou 12 países, as possibilidades aumentam.

Chance de acerto comercial com os EUA diminui - Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

Segundo o secretário-executivo da Camex, saída para o Brasil é procurar outras regiões

O fracasso da Rodada Doha reduziu as chances de o Brasil conseguir uma abertura maior do mercado americano para os produtos brasileiros. Para o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Mário Mugnaini, o Mercosul deve encontrar dificuldades em fechar um acordo comercial com os Estados Unidos.

'Não vejo condição agora, afirmou ao Estado em sua última entrevista no governo, já que deixará o posto nos próximos dias. Ele acredita, porém, que buscar novos acordos bilaterais ou regionais e ampliar os já existentes podem ser uma alternativa para compensar o fracasso da reunião do G-4 (Brasil, EUA, União Européia e Índia) em Postsdam, na Alemanha.

Os EUA já sinalizaram com a disposição de negociar acordos bilaterais com os países do Mercosul, mas a posição do Brasil tem sido a de uma negociação em bloco, e não país a país. Outra dificuldade causada pela paralisação das negociações na OMC, diz Mugnaini, é a possibilidade de não haver a renovação pelo congresso dos EUA da chamada Trade Promotion Authority (TPA) - dispositivo, também conhecido como 'fast track', que permite ao Executivo negociar acordos de livre comércio sem a possibilidade de emendas pelo Congresso. A TPA vence em 1º de julho.

Por outro lado, embora a comissária de Agricultura da UE, Marianne Fischer Boel, tenha descartado na última quinta-feira um acordo com o Mercosul, Mugnaini acredita ser possível retomar as negociações entre os blocos. Ele pondera que a declaração de Boel deve estar contaminada pelo resultado negativo da Rodada Doha. 'Essa declaração tem de ter uma interpretação no tempo', disse. O secretário defende uma abertura gradual, por meio de cotas, para setores de interesse dos dois países. 'Podemos tentar um acordo centrado nas coisas que são importantes', defendeu.

Mugnaini aposta também na possibilidade de ampliar o acordo de cooperação econômica com o México e com a União Aduaneira da África Austral (Sacu), de

implementar o acordo com a Índia e de fechar acordos com Israel e com os países do Golfo Árabe. Ele considera que alguns desses acertos podem ser fundamentais para o programa brasileiro de etanol.

Às vésperas de deixar a Camex e de retornar para a área internacional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mugnaini acredita que um dos principais desafios da sua substituta, Lytha Spíndola - ex-secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento na gestão de Fernando Henrique Cardoso -, será terminar o processo de inclusão da Venezuela e da Bolívia ao Mercosul.

'Vai dar muito trabalho', disse. Ele acredita que atingir a convergência tarifária com a Venezuela deve levar de dois a três anos. 'É um sócio importante, um mercado importante, mas depende de tempo para ajustar suas tarifas.'

Nesta semana, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, disse que 'não está desesperado' para fazer parte do bloco, que também chamou de 'velho Mercosul'.

Sem OMC, Mercosul enfrenta novo desafio - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

A hora é de partir para acordos bilaterais, mas parceiros do bloco vão se reunir para elevar tarifas de importação

O Brasil e os parceiros originais do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), que precisam buscar novos mercados e ampliar o comércio para seus produtos, reclamaram do fiasco promovido pelos países ricos nas negociações da Rodada de Doha, em Potsdam (Alemanha), na semana passada, mas vão se reunir na quinta e sexta-feira para adotar medidas protecionistas em favor de segmentos industriais.

Na 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, em Assunção (Paraguai), em vez de atacar os vícios da TEC (Tarifa Externa Comum), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os três colegas deverão dar o aval para que o bloco aumente as tarifas de importação de tecidos, vestuários, calçados e tapetes.

O fracasso da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) legará ao Mercosul o pesado desafio de enfrentar seus próprios demônios. Criado 12 anos atrás, o bloco terá como alternativa aos ganhos esperados no âmbito multilateral a tarefa de embrenhar-se agora em negociações de liberalização comercial com os parceiros de maior interesse de seus setores produtivos. Esse dilema deverá dominar boa parte dos debates entre os presidentes dos países sócios do bloco.

Quando ainda se preparava para o embate em Potsdam, no início da semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, assinalou que o próximo passo seria a retomada de negociações de acordos comerciais do Mercosul. A primeira delas,

indicou o chanceler, seria com a União Européia, suspensa desde setembro de 2005. O dilema, entretanto, será em quais condições o Mercosul se apresentará para tal tarefa - e propor um aumento de tarifas protecionistas é um mau começo para quem quer destravar uma negociação emperrada.

'O mundo está menos interessado no Mercosul. O bloco está claramente fragilizado e com menor credibilidade', avaliou o ex-chanceler Celso Lafer. 'Quem vai querer negociar hoje com o Mercosul?', faz coro o também ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia. 'O Mercosul perdeu o bonde da história e deixou escapar a época em que era mais fácil negociar acordos de livre comércio.'

Para André Nassar, presidente do Instituto de Comércio Exterior e Negociações Internacionais, 'o Mercosul terá de enfrentar seus demônios, entre eles a adesão precipitada da Venezuela, se quiser levar adiante uma agenda de negociações externas'.

Na reunião de Assunção, o demônio de uma TEC ultrapassada é pauta certa nas discussões. Trata-se da definição de regras para acabar com a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum quando um produto importado por um país cruza a fronteira de seu sócio do bloco - discussão que se arrasta há anos. Paradoxalmente, em vez de enfrentar a distorção e iniciar sua atualização, por proposta de Brasil e Argentina os sócios devem aprovar o tal aumento de tarifas (tecidos, vestuários, calçados e tapetes).

O grau diferenciado de desenvolvimento das quatro economias - outro demônio - continua a ser um piores dos obstáculos a qualquer iniciativa de harmonização de políticas. Como ressaltou Antônio Donizete Beraldo, chefe do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), esse também é um dos fatores que levam o bloco, em toda a negociação, a puxar suas ofertas ao mínimo denominador comum. O resultado é inevitável: acordo magro, como o assinado entre Mercosul e Índia.

Chávez troca o 'velho Mercosul' por Irã e Rússia - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – 24/06/2007

Em vez de participar de cúpula no Paraguai, presidente venezuelano viaja para negociar submarinos e armas

Mesmo a 12,6 mil quilômetros de distância de Assunção, no Paraguai, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, será uma figura marcante na 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, nos dias 28 e 29. Embora nenhum dos quatro países originais do bloco mencione, os problemas trazidos pela adesão plena da Venezuela tornaram-se uma discussão inevitável nesse encontro semestral.

As pressões internas aumentaram depois de o próprio Chávez ter expressado sua pretensão de adequar o Mercosul a seus objetivos estratégicos. 'O velho Mercosul não me interessa', afirmou na semana passada. 'Se não há vontade de mudança, não estamos interessados no

Mercosul.' E disse que seu país 'não está desesperado' para completar o processo de adesão ao bloco.

Chávez trocou sua participação na cúpula por uma jornada pela Rússia, Bielo-Rússia e Irã. Nos dias 28 e 29, em Moscou, deverá negociar a aquisição de submarinos e armamentos para as forças armadas venezuelanas. Por trás de sua ausência está um cálculo político evidente: se demonstra pouco interesse no Mercosul, também evita reações agudas contra decisões como a cassação da licença da Rádio Caracas Televisão (RCTV) e os ataques ao Senado brasileiro, no desdobramento desse episódio. Chávez optou por buscar a distensão da crise que provocou no Mercosul e desfazer o incômodo que sua atuação gerou na diplomacia dos parceiros.

COMPLICADOR

Negociado a toque de caixa, o protocolo de adesão da Venezuela ao bloco foi assinado em julho de 2006 e deixou o Mercosul em uma encruzilhada. Os sócios, especialmente o Brasil, não têm como voltar atrás. A avaliação de que o país sobreviverá a Chávez e de que interesses econômicos e energéticos devem prevalecer às análises políticas do momento se tornou uma agravante.

'A Venezuela de Chávez virou um parceiro inadequado para o Mercosul. Chávez não se mostra leal ao projeto de integração e afeta a sua credibilidade', disse o ex-chanceler Celso Lafer. 'A presença da Venezuela é um complicador enorme para o Mercosul. Para ser um parceiro estratégico do Brasil, a Venezuela não precisava ser incluída no Mercosul', completa o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia. 'Esse caminho tem claro ranço ideológico.'

A rigor, a reversão desse cenário poderia vir dos Congressos brasileiro ou paraguaio, que não concluíram a tramitação do protocolo de adesão. Somente após a aprovação desse documento pelos parlamentos dos sócios originais e da Venezuela, o país participará com plenos direitos e deveres.

A reação de Chávez a um apelo do Senado brasileiro para que reconsiderasse o caso da RCTV piorou a situação. O venezuelano enviou 'condolências ao povo do Brasil' pelo fato de seu Legislativo 'repetir como um papagaio o que dizem em Washington'. Desde então, o Congresso guarda o protocolo na geladeira.

'O maior prejuízo para o Mercosul é ter entre seus sócios um país que traz riscos à democracia no continente', afirmou o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. 'A adesão da Venezuela foi negociada de forma açodada e deve ser revista. Mas não acredito que o Congresso chegue a vetar seu ingresso no Mercosul, porque Chávez, um dia, vai passar.'

'Primeiro precisa entrar no clube' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2004

O chanceler Celso Amorim alerta que a Venezuela precisa primeiro entrar como membro pleno do Mercosul para depois ter o direito de questionar as regras. Amorim, que garante não ter ficado 'perturbado' com a notícia da ausência de Chavez na reunião de Assunção, deixou seu recado: 'Quando um país entra para um clube ele passa a ter influência sobre as regras. Depois, se não estiver satisfeito, pode-se discutir essas regras. Mas primeiro precisa entrar no clube.'

O comentário pode ser interpretado como uma crítica à postura de Chávez que, antes mesmo de fazer parte do bloco, já o ataca - chamou-o de 'velho Mercosul' - e pede mudanças. Para Amorim, 'não há um velho ou novo Mercosul. Só há um Mercosul. O Mercosul é o que é'. O chanceler ainda destacou que o bloco vem avançando na inclusão de temas sociais. 'Ainda acho que é bom para o Mercosul a adesão da Venezuela, assim como é algo positivo para eles também.'

Amorim ainda apontou que os interesses do Brasil na América Latina não são apenas de 'curto prazo'. 'Não estamos apenas olhando para questões imediatas, mas na estabilidade da região', disse. Ele admite que o Brasil terá também de passar a comprar mais da região para não gerar desequilíbrios.

'Sem Doha, crescimento será menor' - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

Para especialista americano, efeitos não serão imediatamente visíveis, mas comércio mundial perderá fôlego

Entrevista com **Gary Hufbauer**, economista-sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional

Com o colapso das negociações do G-4 em Potsdam, na quinta-feira, muitos especialistas começaram a pensar seriamente num cenário até pouco tempo remoto: um mundo sem Doha. O que acontecerá com o comércio mundial sem as negociações multilaterais? E o Brasil, como é que fica sem um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC)? Os efeitos do fracasso de Doha não serão imediatamente visíveis, mas em alguns anos o comércio mundial começará a perder o fôlego, avisa Gary Hufbauer, economista-sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional e um dois maiores especialistas do mundo em comércio.

Hufbauer prevê uma proliferação das barreiras sanitárias como forma de protecionismo. Ele não acha que seja muito tarde para o Brasil entrar no jogo dos bilaterais, mas afirma que o País não conseguirá muitas concessões. Apesar de extremamente

desanimado depois do debacle de Potsdam, Hufbauer ainda não perdeu totalmente as esperanças. Abaixo, trechos da entrevista que ele concedeu ao Estado.

Depois do colapso das negociações do G-4, em Potsdam, qual é o futuro da Rodada Doha?

Muito desanimador. Os países passaram dias em negociações intensas e ninguém cedeu em nada. A probabilidade de a rodada dar certo é muito pequena. Mas há um detalhe importante: os ministros envolvidos nas negociações têm um tremendo incentivo para concluir a rodada, investiram muito, não haverá segunda chance para muitos deles, que não estarão por aí nas próximas negociações. Está em jogo a carreira de muitos desses ministros. Outra possibilidade é Pascal Lamy promover um encontro do 'gabinete de crise' , que ele havia mencionado fazer se tudo estivesse perdido.

O que acontece com o comércio mundial se não houver Doha?

No momento, há muito embalo no comércio mundial e nós não vamos perceber os efeitos de um fracasso de Doha. Da mesma maneira que os benefícios da liberalização comercial levam entre 3 a 10 anos após a assinatura dos acordos para serem sentidos, leva alguns anos para os efeitos negativos de uma não-abertura serem percebidos. Sem Doha, vamos ter uma desaceleração significativa no ritmo de crescimento mundial e um aumento do protecionismo. O comércio vinha crescendo muito acima da renda nos últimos anos, cerca de 3 pontos porcentuais acima, e isso vai desacelerar sem Doha, principalmente no setor de serviços. E os países ficarão mais agressivos na busca de novas formas de protecionismo. Em um cenário que afeta o Brasil em especial, as barreiras sanitárias devem ter um grande impulso. Não vejo um grande aumento em tarifas, mas alguns países vão impor todo tipo de barreira não tarifária.

Quem sofre mais com um possível fracasso de Doha?

Os países pobres e pequenos são os maiores perdedores. Eles não têm nenhuma alternativa de negociação. Não estou falando de Brasil ou Indonésia, e sim de Camboja e Bolívia.

O Brasil apostou tudo na rodada multilateral e não tem acordos bilaterais de peso. O que acontece com o País se Doha fracassar?

O Brasil é uma potência, como a Índia, então deveria ter muitas alternativas de acordos. Por causa de seu peso, deveria, facilmente, poder fechar acordos com a Coréia, Chile... No entanto, por causa de resistência política interna, só conseguiu chegar a um consenso sobre as negociações da OMC. Será preciso ter uma mudança na atitude do governo.

O chanceler Celso Amorim já havia dito que, após Doha, o Brasil iria buscar acordos bilaterais e regionais como UE-Mercosul. Ainda dá tempo?

Eu acho que o Brasil nunca estará atrasado. Com Doha ou sem Doha, teremos vários acordos bilaterais nos próximos anos no mundo. E o Brasil certamente pode ser parte disso. Mas há limitações. O que o Brasil e a UE vão negociar certamente não irá incluir grandes concessões em agricultura, embora possa haver abertura para exportações industriais brasileiras. Mas agrícolas, dificilmente. Se a UE não conseguiu chegar a um acordo sobre o setor agrícola com os EUA, imagine com o Brasil, que é o país agrícola mais competitivo do mundo.

Qual é a probabilidade de o Congresso renovar o Trade Promotion Authority (mecanismo que possibilita ao Executivo negociar acordos comerciais sem sofrer emendas do Congresso) antes de ele expirar (em 1.º de julho)?

A possibilidade para isso está bem próxima de zero. Membros do Congresso e do governo têm afirmado que é preciso haver algum avanço significativo na Rodada Doha para que concedam a renovação do TPA, e os últimos capítulos da negociação não são animadores. Mas estamos também em uma armadilha do tipo 'o que veio antes, o ovo ou a galinha?', porque outros dizem que a rodada não terá grande avanço sem o TPA, ninguém vai negociar para depois correr o risco de o acordo ser modificado no Congresso.

Como o sr. avalia a oferta de Susan Schwab, de reduzir o teto de US$ 22 bilhões para US$ 17 bilhões para os subsídios agrícolas concedidos pelos EUA?

Olha, eu disse em uma palestra esta semana: US$ 12 bilhões é o mínimo que devemos oferecer. Isso porque nós nem damos todo esse dinheiro para os agricultores, há muita 'água' (diferença entre o teto e o que realmente é dado) para cortar. Nós demos US$ 11 bilhões em 2006 e vamos dar só US$ 9 bilhões este ano.

Quem é: Gary Hufbauer

>É um dos maiores especialistas do mundo em comércio

>É especialista também em mercado de capitais, investimento direto estrangeiro, sanções e política fiscal

>É Ph.D. em Economia pelo King College, Universidade de Cambridge

É autor ou co-autor de vários livros em sua área

Rebaixar o Mercosul - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

Ainda não foi martelado o último prego no caixão da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), porque ainda há uma débil probabilidade de reversão do impasse.

Mas não se pode ter mais ilusões. Acabou o baile. E, se é assim, está mais do que na hora de produzir um plano B que vá na direção para a qual os demais países estão indo: na de negociações bilaterais de comércio. Até agora, essa era uma hipótese descartada pelo governo Lula. O Itamaraty investiu seu cacife nas negociações multilaterais, como a que acaba de fracassar, porque imaginava que só assim poderia mobilizar a solidariedade dos demais emergentes na luta contra o protecionismo dos países ricos. Agora, viu-se em Postdam, a Índia mais atrapalhou do que ajudou.

Em parte, a falta desse plano B reflete a concepção carregada de preconceitos ideológicos sobre a natureza do comércio exterior. O miolo do PT e o das esquerdas brasileiras sempre entenderam que liberação do comércio exterior é jogo neoliberal comandado pelos países centrais, com o objetivo de exercer domínio neocolonialista por outros meios.

Assim, a OMC nunca deixou de ser vista nesses ambientes como instituição internacional criada a partir do mesmo DNA que gerou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Por isso, as esquerdas sempre defenderam uma estratégia de desenvolvimento econômico centrada no avanço do mercado interno, o que exige proteção da indústria, na qual o comércio exterior só exerceria função complementar.

Essa foi a principal razão pela qual o governo Lula trabalhou para congelar as negociações da Alca; pouco se empenhou em obter avanços nas negociações do Mercosul com a União Européia; simplesmente ignorou acordos bilaterais com países que detêm grandes mercados consumidores; e deu prioridade a negociar acordos com países de fluxo comercial irrelevante.

Mas as coisas mudaram. Apareceu a China e sua fome por matérias-primas. Em apenas cinco anos as exportações brasileiras saltaram dos US$ 60 bilhões para prováveis US$ 160 bilhões neste ano. E o câmbio pressiona as indústrias no mercado externo e também no interno... Enfim, passou a ser preciso abrir mercados lá fora para não matar a indústria aqui dentro, e isso se faz por meio de negociações comerciais com países cujos mercados têm densidade comercial, acordos cuja falta agora está pesando.

O principal obstáculo para o avanço de acordos bilaterais é o Mercosul, onde nada funciona. Na condição de união aduaneira prematura, o bloco exige que seus membros tenham uma política comercial unificada. Isso implica que, para qualquer negociação comercial, o Brasil tem de arrastar Argentina, Uruguai, Paraguai e, agora, a Venezuela. São países cujos interesses de comércio exterior raramente coincidem. O Brasil é visto dentro

do bloco como potência subimperialista cuja indústria tem natureza predatória. Quem tem dúvidas sobre isso deveria examinar o tipo e o tamanho das salvaguardas impostas pelo governo argentino às exportações brasileiras.

Do ponto de vista do interesse público brasileiro, o melhor caminho parece ser o de rebaixar o Mercosul à condição de área de livre-comércio (ainda em formação), para deixar cada um dos seus membros com liberdade para negociar acordos bilaterais de comércio com quem lhes aprouver.

Falha nossa - Doha não é capital do Kuwait, como saiu na coluna de sexta-feira. É capital do Catar.

Doha enterrada. Vamos acordar? - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

E deu no que deu. Em nada. Não houve, nem haverá nunca, acordo com a União Européia e os EUA. Doha morreu, está enterrada e não aceita visitas. Morreu porque estava condenada desde o início. Eles não querem o que nós queremos e nós não queremos o que eles querem. Chato, para nós, mas não para eles, os países ricos. Nunca pensaram em ceder nada, porque não precisam. Não vivem de exportações agrícolas, matérias-primas, mas de produtos industriais.

CINISMO E BRIGA DE BOTEQUIM

O que não se esperava era tanto cinismo e grosseria. Líder na baixaria, a representante comercial americana, Susan Schwab, gargalhou quando os correspondentes falaram na possibilidade de uma retomada do diálogo em próxima reunião dos presidentes.

Madame Marianne Fischer Boel, comissária agrícola da comunidade, só perdeu para Bush a taça da hipocrisia. Disse que 'este era um péssimo dia para o comércio mundial, que perdeu muitas oportunidades'. Ela mesma deve estar felicíssima, pois é de uma rica família de agricultores. Parece, até, que planta... rosas subsidiadas.

Mas a taça ficou mesmo com Bush. Ele disse que está desapontado, e apontou o dedo em riste para a Índia e o Brasil.

EUA JÁ HAVIAM DECIDIDO

Em 22 de março, esta coluna informou sobre uma reunião de Bush com seu alto escalão econômico antes de sua vinda ao Brasil. Nesse encontro, Susan Schwab o convenceu de que os EUA não deveriam adotar nenhuma nova política de liberalização comercial. Decidiu-se não alterar nada, ficar em banho morno, dizendo que estavam dispostos a negociar, mas não cedendo mais nada. Bush veio ao Brasil e confirmou essa política. Dissemos, na coluna, que ele iria dizer sim e ela, não.

Foi o que aconteceu. Todo sorriso, ele deu tapinhas cordiais nas costas de Lula, enquanto Susan, quase grosseira, dizia não a tudo. Não muda. E ponto final. Um ponto final decidido, que seguiu caminho até o enterro final em Potsdam, onde a União Européia bateu os últimos pregos no caixão de Doha.

NÃO PARA O MERCOSUL

Quanto à União Européia, a única novidade foi que abandonou o multilateralismo e partiu para acordos bilaterais. Com o Mercosul? Ora, o Mercosul... é um anão comercial. Segundo plano. Não, em plano nenhum. Ficamos no banco de reserva. E foi a sensível cultivadora de rosas que afirmou, na quinta-feira: 'O Mercosul não pode esperar nada de nós, além do que oferecemos aqui, em Potsdam'. Só que não ofereceram nada.

CONGRESSO FECHA PORTAS

Como se não bastasse tudo isso, na terça-feira, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Representantes, que estuda a reforma agrícola americana, decidiu propor que a política agrícola permaneça inalterada por 5 anos. Eles propuseram também um aumento dos subsídios agrícolas ao algodão, mesmo tendo sido condenados pela OMC. OMC? Mas, para eles, o que é isso?

CHEGA? NÃO CHEGA

E agora? Vamos aos bilaterais? Ora, não é que o Itamaraty diz que agora tem pressa? O ministro Roberto Azevêdo, subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, embarcou para Genebra informando que 'atacará' na volta a agenda de possíveis acordos do Mercosul. Só que madame Boel, a das rosas, já disse 'não vem, porque não tem'.

Pressa, agora? Após mais de 4 anos de política do blablablá? Pressa após a pasmaceira comercial do governo FHC? Dois ex-embaixadores, Rubens Barbosa e José Botafogo Gonçalves afirmaram que em questão de comércio exterior o Brasil ainda não sabe o que quer. E o setor privado também não, acrescenta Botafogo. Só está reclamando agora que o dólar despencou, o juro está alto e o mercado está mais competitivo?

CHEGA. NÃO CHEGA, NÃO

Brasília não pode tentar reinventar a realidade. E se o Mercosul não quiser? Ora, senhores de Brasília. Vamos mudá-lo! Não violentamos as regras quando admitimos a Venezuela como membro de uma hora para outra? E então? Vamos ficar xingando de medrosos os europeus e os americanos?

Vamos mudar regras, romper barreiras, ao mesmo tempo que, complementarmente, como todo mundo, impomos taxas protetoras, para criar uma verdadeira política comercial que contemple os setores que exportam e atrair investimentos voltados para o comércio exterior.

Temos que nos transformar urgentemente em uma poderoso pólo exportador. Há alguma humilhação à soberania nacional produzir, exportar, criar empregos, renda, crescer? Pobre Japão, que vive disso...

JÁ DISSEMOS E REPITO A FRASE:

Aumentar as exportações é também uma questão de política social, pois, criando empregos à mão cheia, iremos reduzir a dependência do pobre trabalhador brasileiro do assistencialismo do Estado. E, por favor, senhores de Brasília, parem de xingar a Europa e os EUA. Eles estão defendendo seus próprios interesses.

E nós? Por que não fazemos isso com atos, em vez de ficar esperando à toa um novo acordo que já morreu há muito tempo? Vamos., vamos! E, sabe, imagino eles me dizendo, em Brasília, pô, Tamer, não empurra, não, que eu caio sozinho...

É... Ufa! Haja paciência. *Email -at@atglobal.net

Correção de rota – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/06/2007

A CONJUNTURA conspira contra a possibilidade de um acordo em relação à chamada Rodada Doha -a tentativa de baixar tarifas e barreiras comerciais em escala global.

Nos EUA, a sucessão presidencial se avizinha, e a gestão Bush nunca esteve tão desgastada. O desgaste também vai afastar mais cedo Tony Blair da chefia do gabinete britânico. Na União Européia, aumenta o poder dos países protecionistas, como a França, e de novos membros que desejam afastar a concorrência estrangeira, como a Polônia. Tudo isso ocorre em meio a um ciclo extraordinário de crescimento do comércio mundial. Há quatro anos as exportações no planeta se expandem a um ritmo anual de dois dígitos. É mais difícil convencer os 150 países da Organização Mundial do Comércio de que precisam baixar suas tarifas no momento em que faturam como nunca -e sem o concurso de um acordo multilateral.

Não chega a ser surpreendente, portanto, o fiasco de Potsdam, a cidade alemã onde representantes de EUA, UE, Brasil e Índia se reuniram para mais uma tentativa de salvar Doha. Como ocorreu no ano passado em Genebra, o fracasso das tratativas dá início a uma imensa batalha midiática para escalar culpados. Isso, porém, é o que menos importa diante da necessidade de o Brasil reformular a sua estratégia de política comercial externa. Independentemente de a OMC confirmar nas próximas semanas o óbito da Rodada Doha, o governo brasileiro terá de buscar novos acordos, ainda que mais restritos, para abrir mercados aos exportadores brasileiros.

Se a administração Lula acertou ao eleger a OMC como o fórum mais promissor para alavancar a economia brasileira (uma potência agrícola), errou ao menosprezar os acordos bilaterais e regionais. É preciso, agora, corrigir essa rota.

Eu protejo, tu liberas – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 24/06/2007

GENEBRA - O confronto que opõe o Brasil aos Estados Unidos e à União Européia nas negociações comerciais globais é um conflito entre visões diferentes do mundo, ainda que nenhum dos três lados o admita de público.

A tese européia e norte-americana é a de que o livre comércio é sempre e inexoravelmente benéfico para os países que o praticam. Logo, o Brasil deveria abrir seu mercado (em bens industriais e serviços) mesmo que obtivesse concessões limitadas (ou até zero) do mundo rico na área agrícola.

Portanto, quando EUA e UE oferecem algo em agricultura (pouco ou muito, depende do gosto do freguês), o Brasil estaria condenado a aceitar e oferecer a contrapartida na área industrial porque seria bom para ele, Brasil.

O lado brasileiro -e não apenas no atual governo, mas mais enfaticamente nele- acha, sim, que abrir a economia é bom, mas que é também necessário preservar um espaço tanto para defender, com tarifas altas, setores conjunturalmente ameaçados (caso recente de têxteis, por exemplo) como para políticas industriais (ainda que não tenham sido implementadas até agora).

Daí porque o Brasil exige que se aplique, na agricultura, a regra liberalizante, que o mundo rico exige dos outros, mas não usou na sua escalada para a riqueza nem usa em certos setores.

Se livre comércio é bom para todo mundo, por que os EUA protegem, por exemplo, sua produção de álcool a partir do milho, que é economicamente inviável? O custo de produção de etanol de cana-de-açúcar (o brasileiro) é 30% menor do que o produzido a partir do milho.

Se o livre comércio é bom para todo mundo, por que a Europa dedica 40% de seu orçamento comunitário à proteção da agricultura?

Nesses termos, o verbo que se conjuga na negociação pelos países ricos ficaria assim: eu protejo, tu liberas, nós ganhamos.

crossi@uol.com.br

Amorim descarta novo Mercosul pedido por Chávez – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 24/06/2007

O chanceler Celso Amorim respondeu ontem, com calma e muito tato, aos comentários do presidente venezuelano Hugo Chávez, feitos na quarta-feira, quando afirmou que "não está interessado no velho Mercosul" nem está "desesperado" para consolidar o processo de entrada no bloco.

"Quem quer entrar para um clube, primeiro aceita as regras existentes e depois tenta mudá-las", diz Amorim.

Ele próprio já descarta, antecipadamente, mudanças para criar "novo Mercosul", como quer Chávez. Para Amorim, as regras do clube, do jeito que estão, "são boas para o Mercosul e são boas também para a Venezuela".

O ministro comentou também a anunciada ausência do presidente da Venezuela na próxima cúpula do Mercosul, nesta semana em Assunção: "[A ausência] não nos perturba. Preferia que ele estivesse, mas, como é óbvio, ele é livre para fazer o que quiser".

Amorim não descarta mudanças no funcionamento do bloco sul-americano, mas deixa claro que elas virão, como já está ocorrendo, em um processo natural de evolução, não como conseqüência de uma refundação como parece querer Chávez. "O Mercosul vai evoluir, e vem evoluindo", afirma, para lembrar em seguida que houve grandes mudanças desde o lançamento do bloco, há mais de 15 anos, no tratamento de questões sociais.

Evoluiu também, segundo Amorim, a discussão em torno das cadeias produtivas, a melhor maneira de harmonizar as políticas econômicas.

Amorim cita recente missão enviada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ao Peru como demonstração de que também o setor privado está prestando mais atenção aos países vizinhos.

Aliás, o chanceler alerta que será preciso também pensar em importações dos vizinhos. Cita o exemplo do Equador que importa do Brasil US$ 900 milhões/ano e exporta magérrimos US$ 30 milhões. "Não dá para manter indefinidamente essa situação sem uma explosão", diz.

Triste fim da Rodada de Doha - Paulo Kliass – Carta Maior – 25/06/2007

Mas, afinal, do que trata a Rodada de Doha? Quais as implicações para a economia brasileira a respeito do chamado "fracasso"? Que lições podemos tirar para os momentos futuros da articulação do Brasil no cenário da mundialização?

Em meio à interminável sucessão cotidiana de novos capítulos da infindável crise política nas terras de Pindorama, algumas notícias de grande importância correm o risco de passar quase despercebidas da maioria das pessoas. O foco dos meios de comunicação não consegue se desviar de Vavá, de Renan, dos nomes sugestivos conferidos às operações da Polícia Federal, do apagão aéreo e de tantos outros assuntos similares. Um dos casos mais emblemáticos dessa falta de atenção é o da chamada Rodada de Doha. Há poucos dias foi tornada pública uma avaliação amplamente consensual entre os especialistas e os representantes de governos, até então limitada a conversas dos corredores da diplomacia, a respeito dos limites das negociações com que se pretendia avançar inicialmente.

Mas, afinal, do que se trata? Quais as implicações para a economia brasileira a respeito do chamado "fracasso"? Que lições podemos tirar para os momentos futuros da articulação do Brasil no cenário da mundialização? Já que são tantas as perguntas, vamos tentar compreender algumas, aos poucos.

Antes de mais nada é preciso lembrar que esse é um processo de negociação internacional que se dá no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), em uma tentativa de avançar e superar um conjunto de limites e obstáculos existentes na atuação de tal entidade. A OMC é mais uma das instituições multigovernamentais, integrada pela grande maioria dos países que atuam nas trocas internacionais, seja com importações ou exportações. No entanto, sua criação foi muito mais lenta que as demais organizações "irmãs", como o FMI ou o Banco Mundial. O que existia, até poucos anos atrás, para regular as relações comerciais entre os países era apenas um instrumento jurídico, o GATT (sigla em inglês para "Acordo Geral de Tarifas e Comércio"), algo bem menos institucionalizado que a OMC. Apesar de seu fundamento estar alicerçado no viés claramente ideológico do estímulo ao "livre comércio" entre as nações, a realidade se revelou bem mais complexa do que pudessem imaginar seus proponentes iniciais.

Ao longo das seis décadas que nos separam do final da Segunda Guerra Mundial, momento em que foram constituídas tais instituições, houve profundas mudanças nos mecanismos e na essência do comércio internacional. Assim, o GATT sempre esteve a reboque da realidade concreta da dinâmica da acumulação e dos negócios. Inicialmente, ele foi concebido como instrumento de difusão do ideal e da prática do liberalismo sem fronteiras, para estimular o livre comércio entre os países, sem quaisquer tipos de obstáculo. Era, na verdade, um meio de estimular a penetração da circulação dos bens industrializados dos países mais desenvolvidos em direção ao chamado Terceiro Mundo, à época muito influenciado por projetos de cunho nacionalista e desenvolvimentista, que impunham barreiras às importações para tentar desenvolver e proteger as suas próprias redes de indústria nacional.

Porém, aos poucos, os próprios países mais industrializados passaram à condição de réus, em posição defensiva frente às reclamações e insatisfação dos países menos desenvolvidos. Afinal, a grande demanda destes últimos passou a ser a abertura do comércio dos países do "Norte" para o ingresso dos produtos, sobretudo agrícolas, que poderiam vir dos países do "Sul". E a postura dos defensores incondicionais do liberalismo ganhou cada vez mais a conotação de contorcionismo retórico: liberalismo sim! Mas apenas para o quintal do vizinho... E haja imaginação e criatividade para buscar argumentos a justificar a prática protecionista, executada exatamente pelos governos que se apresentavam como os paladinos da causa do "laissez-faire, laissez-passer" na esfera internacional!

O fato é que a estrutura social e econômica de boa parte dos países europeus, dos Estados Unidos e do Japão estava assentada, e assim ainda permanece, em um volume significativo de subsídios públicos concedidos à produção agrícola e na existência de um conjunto de medidas protecionistas destinadas e preservar a produção e o emprego em tais setores de elevada sensibilidade política e social. Em poucas palavras, o "establishment" internacional obrigava os países pobres a adotar o ideário mais radical do liberalismo, por meio dos acordos com o FMI e demais instituições, enquanto se recusavam a implementar em seu próprio território as práticas que tanto apregoavam aos quatro ventos por meio de seus porta-vozes.

Além disso, os procedimentos - previstos no GATT - de apresentação de queixas e de julgamento de causas entre os países eram bastante lentos, senão inviáveis. Basta recordar os longos anos que o Brasil levou para ter seu direito reconhecido, quanto aos seus pleitos contra os obstáculos impostos pelos norte-americanos à entrada de nosso suco de laranja ou algodão naquele país. E é importante ressaltar que nem mesmo a decisão favorável a um país menos influente significa, na prática, o fim dos obstáculos e a abertura de seus mercados. Afinal, alguns países "podem" bem mais do que outros no comércio mundial. E são geralmente aqueles que detêm poderes de retaliação mais efetivos, bastante utilizados para sugerir a retirada das "queixas" das instâncias internacionais.

Finalmente, o avanço de consolidação dos blocos econômicos como a União Européia, o Nafta, o Mercosul e outros, provocou um novo rearranjo dos agentes intervenientes nas trocas internacionais, aspecto para o qual nem Gatt nem a OMC estavam minimamente preparados para lidar.

Assim, de certa forma, a história dessas instituições tem sido a sucessão interminável de rodadas de negociação, sempre na tentativa de buscar um patamar mínimo de consenso para um acordo mais atualizado. E a realidade das trocas comerciais está sempre alguns passos à frente, dificultando ou inviabilizando os avanços. Tanto que a institucionalização da OMC só ocorreu em 1993, ao término da chamada Rodada Uruguai.

Doha, a capital do Qatar, emirado do Oriente Médio, passou a freqüentar ainda mais as páginas econômicas dos jornais a partir de 2001, quando tem início uma nova tentativa de negociação no âmbito da OMC. Como as primeiras reuniões ocorreram naquela cidade, essa etapa recebeu a alcunha de Rodada de Doha. Na pauta das negociações, a sempre presente questão dos conflitos de interesse entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A grande novidade foi a disposição mais evidente de uma atuação

conjunta do bloco dos mais desfavorecidos, que pleiteavam de forma uníssona a redução de subsídios nos países industrializados e o fim das barreiras ali existentes à entrada de produtos oriundos de seus territórios. Havia os que apostavam numa possível fratura da aliança entre União Européia e Estados Unidos, de maneira a constranger estes últimos a aceitarem algum recuo. Os anos se seguirem, a Rodada prosseguia em novas tentativas ocorridas em Genebra, Paris, Hong Kong e agora, mais recentemente, em Potsdam.

A engenhosidade do ambiente diplomático chegou mesmo a criar a figura do G-4, para designar uma mesa negociadora envolvendo os Estados Unidos, a União Européia e dois representantes do "resto do mundo" (Brasil e Índia). Mas a recusa dos dois primeiros em abrir um mínimo de debate sobre o tema central fez com que o impasse saísse vitorioso. O prazo de 2007 chegou e não se logrou nenhum avanço. Em face de tal ausência de resultados, os países menos desenvolvidos continuam com as mesmas dificuldades para fazer suas exportações penetrarem os mercados de maior poder aquisitivo do mundo.

Ao que tudo indica, não existe perspectiva de mudança significativa a curto ou médio prazo. Enquanto os nossos dirigentes tupiniquins se empenham em incorporar, de forma irresponsável, o discurso liberal que vem de fora, sem o menor constrangimento em contrariar os interesses nacionais, já os representantes dos países ricos se comportam de forma mais pragmática. Por mais qualificado e profissional que seja o trabalho realizado pelo Itamaraty na área das relações internacionais, o fato é que os nossos governantes não contribuem muito. De um lado, o deslumbramento com o Primeiro Mundo e submissão à lógica dos EUA, marcadas pela época de FHC. De outro, a ingenuidade de achar que basta chamar Bush ou o ex-presidente Chirac de "companheiro" para que os grandes acordos internacionais fossem viabilizados. Aliás, o mesmo comportamento, que mesclava doses de idealismo com voluntarismo, que fez com que o Brasil tivesse sua imagem chamuscada entre seus pares, em razão de sua luta um tanto individualista e a "quase qualquer preço" para conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

É inegável que os avanços recentes obtidos na nossa pauta de comércio internacional tende a reduzir os prejuízos causados pela prática protecionista dos Estados Unidos e da Europa. Até porque o que deveria nos interessar mais é a conquista de mercados para exportação de produtos com maior grau de valor agregado, ou seja, de produtos com maior conteúdo tecnológico. Caso contrário, continuaremos a insistir na tecla dos produtos primários e do agronegócios, enquanto alguns dos chamados parceiros do Terceiro Mundo (a exemplo de Índia e China) colhem seus frutos da estratégia de diversificação de exportação de bens industrializados.

Paulo Kliass é doutor em Economia e membro da carreira federal "Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental". Atualmente cumpre programa de pós-doutorado na Université de Paris 13, França.

Doha será tema de cúpula do Mercosul - Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/06/2007

Com o fracasso da rodada, países do bloco terão de avaliar se partem para acordos bilaterais ou regionais

Um dia depois de desembarcar em Brasília, retornando de Potsdam, na Alemanha, o chanceler Celso Amorim reservou o domingo para descansar e analisar a repercussão no Brasil do fracasso da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC). O ministro também se prepara para duas reuniões de cúpula em que o resultado de Potsdam pode dominar o debate.

No final desta semana, acontece em Assunção, no Paraguai, a reunião dos presidentes dos países membros do Mercosul. Os parceiros do bloco terão de avaliar a conveniência de partir para acordos bilaterais ou regionais para compensar o fracasso de Doha. Na semana seguinte, no dia 4 de julho, ocorrerá em Lisboa a primeira reunião de cúpula entre Brasil e União Européia. O encontro foi marcado para preparar as bases para a consagração do Brasil como futuro 'parceiro estratégico' da UE.

Como há um consenso de que a Rodada Doha deve ficar em banho-maria, governo e especialistas acham que a saída é buscar esses acordos para abrir mercados.

A negociação entre Mercosul e União Européia pode ser retomada, depois de ter sido engavetada em setembro de 2005 para esperar o resultado na OMC. Mas negociadores brasileiros admitem que os ganhos podem ser pontuais, focados em alguns setores.

O Mercosul já tem acordos com a União Aduaneira da África Austral (Sacu) e com a Índia e deve fechar acordos com Israel e com os países do golfo árabe. Além disso, o Brasil tem um acordo de cooperação econômica com o México. Um acordo entre Mercosul e Estados Unidos é considerado pouco provável. O Brasil defende uma negociação com o bloco sul-americano, mas os EUA preferem uma negociação bilateral, país a país.

Para o economista Edgard Pereira, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ainda é cedo para descartar a possibilidade de algum avanço na Rodada Doha. 'Ao que me parece está no ponto da virada', avaliou. ' Alguém terá de ceder'.

Pereira enxerga como uma tática de negociação o endurecimento nas posições dos EUA e da UE para deixar Brasil e Índia em uma situação difícil com os outros países em desenvolvimento.

Brasil decide adotar nova estratégia após fracasso de Potsdam - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 25/06/2007

O Brasil poderá combinar três novas atitudes no rastro do fiasco de Potsdam, que aprofundou o estado calamitoso da Rodada Doha, na Organização Mundial do Comercio (OMC). Primeiro, o país vai se expor menos com o novo formato para tentar salvar a negociação global. Continuará no centro das articulações, até pelo seu peso como segundo maior exportador agrícola mundial, mas terá agora a companhia de outros emergentes nas barganhas decisivas, em reuniões restritas.

Segundo, o Brasil pode endurecer no ataque aos subsídios agrícolas dos Estados Unidos. Já estava certo que participaria da disputa aberta pelo Canadá na OMC contra as subvenções americanas, mas só como terceira parte. Agora, o governo brasileiro pensa ir além e entrar como co-demandante no contencioso. Isso terá mais que um forte teor simbólico. Ao invés de ser apenas observador, o país poderá coordenar com os canadenses as estratégias de ataque. A decisão será tomada esta semana.

Terceiro, o governo brasileiro quer acelerar alternativas à Rodada Doha. Nesse cenário, pressionará outros países em desenvolvimento para concluir até o final do ano a negociação Sul-Sul, que prevê troca de concessões tarifárias em torno de 30% só entre esses países. Essa discussão se realiza através do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), mecanismo da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) e toma maior dimensão para o país, já que 62% de suas exportações vai para países em desenvolvimento.

Enquanto isso, os Estados Unidos insuflam nos bastidores um grupo de 14 países em desenvolvimento, coordenados pelo Chile, a entrar em cena na OMC e colocar proposta de corte mais ambicioso na importação de produtos industriais. Esse grupo não mencionará cifras, mas a idéia é uma fórmula com coeficiente de corte entre 18 e 22, próximo do que americanos e europeus propuseram em Postdam, e que o Brasil e India recusaram por considerar que provocaria "desinvestimento e desindustrialização".

O grupo inclui México, Colômbia, Tailândia e Paraguai, membros do G-20 como o Chile, além de outros que deixaram o grupo do Brasil após Cancún, por pressão americana, como Costa Rica, Peru e Equador.

Quando reuniu o G-20 na sexta-feira, o ministro Celso Amorim detalhou o que aconteceu em Potsdam e, em seguida, perguntou se alguém queria falar. Ninguém se manifestou. Diplomata brasileiro argumenta que é isso ocorreu porque embaixador evita debater com ministro. "No G-20, todos pareceram de acordo com o que eu estava falando", interpretou Amorim.

Negociadores notam que "todo grupo tem suas dificuldades" e que o Brasil quanto mais tenta fazer, mais se expõe como "representante do G-20", "procurando refletir" a posição dos outros países em desenvolvimento, e nem sempre encontra "céu de brigadeiro".

Na reunião do Comitê de Negociações Comerciais, que discutiu o pós-Potsdam, o embaixador Clodoaldo Hugueney reagiu com firmeza às avaliações dos Estados Unidos e da União Européia, que falavam de progressos na área agrícola e atribuíam o fiasco à discussão de produtos industriais. "Parece que eu estava em outra reunião", reagiu Hugueney, insistindo na importância "da verdade nas relações internacionais".

O curioso é que a Argentina, que pressionou para o Brasil endurecer na negociação industrial, ficou calada na OMC, sem manifestar apoio público ao seu sócio do Mercosul. Só tarde da noite o ministro das Relações Exteriores, Jorge Taiana, tentou corrigir a

ausência amplamente notada, telefonando a Amorim, que já dormia. Taiana deixou o recado de que a Argentina apoiava a postura brasileira, mas o Itamaraty deixou claro que preferia que a Argentina manifestasse isso publicamente. "Business is business, cada um defende seus interesses", já tinha avisado a senadora argentina Cristina Kirchner, quando visitou a OMC.

Uma última tentativa desesperada para salvar a Rodada Doha pode ocorrer no final de julho. Se houver uma "dinâmica" na negociação depois da publicação dos textos dos mediadores agrícola e industrial, o diretor-geral, Pascal Lamy, poderá convocar reunião de uns 30 ministros.

Os textos, para servir de base para um acordo entre os membros como um todo, deveriam sair esta semana. Foram adiados, porque, no contexto atual, seriam estraçalhados no dia seguinte. Haverá antes muita consulta entre os países. "Agricultor não planta quando há furacão", notou o mediador agrícola, Crawford Falconer.

A tensão, porém, baixou ligeiramente depois que a representante comercial americana Susan Schwab e o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, tomaram a iniciativa de procurar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Schwab foi até a residência brasileira em Genebra "tomar um chá". Mandelson telefonou.

"Há uma nítida visão de que não só a nossa firmeza tinha fundamento, legitimidade, como precisam do Brasil e da Índia", disse Amorim. "'Sem que eu tenha me movido, eles procuraram falar comigo de coisas substanciais, não é nenhuma negociação, mas dizer que querem tentar salvar (a Rodada Doha), então tudo bem. Isso reforça minha convicção de que fiz a coisa certa". E acrescentou: "Vai ver, o que parecia tão absurdo em Potsdam, não parece mais tanto. Se eles estão correndo atrás, é porque tem alguma coisa aí."

Ajuda a sócios menores gera divergência no Mercosul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 25/06/2007

Paraguai e Uruguai ganharão a permissão para acrescentar mais componentes importados nos produtos que vendem, sem tarifas, ao sócios do Mercosul, segundo proposta negociada entre os diplomatas dos países do bloco, que será analisada pelos presidentes do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Os presidentes se reúnem a partir de quinta-feira, em Assunção, Paraguai, e terão de decidir, ainda, pontos sobre a ajuda aos sócios menores do Mercosul, que provocam polêmica até dentro do governo brasileiro.

A questão das "assimetrias" entre sócios maiores e menores do bloco deve ser o principal tema da reunião que, pela primeira vez em muitos anos, não contará com a presença do presidente da Venezuela, Hugo Chávez (ele preferiu viajar à Rússia, após dar declarações de que não lhe interessa participar do "velho" Mercosul).

As reuniões preparatórias para o encontro dos presidentes, na semana passada, terminaram sem que os técnicos concordassem com uma medida apoiada pelo ministro Celso Amorim: o fim da chamada dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) para alguns produtos provenientes do Uruguai e Paraguai.

Em uma união alfandegária perfeita, um produto importado, após ingressar em qualquer dos países sócios, pode circular livremente pelas fronteiras internas do bloco, o que estimula a instalação de indústrias e a interligação das cadeias produtivas entre esses

países. Como o Mercosul é uma união imperfeita, cada produto importado, mesmo já tendo pago a TEC, é obrigado a pagar de novo a tarifa, ao passar de um país ao outro.

Como manifestação de boa vontade, o Itamaraty defende que seja eliminada progressivamente essa barreira, a começar pelos produtos que já têm TEC igual a zero (o que teria efeitos nulos em matéria de arrecadação de imposto de importação, mas reduziria a burocracia no trânsito de mercadorias).

O governo argentino resiste à medida proposta por Amorim, temeroso de que fornecedores da China e Taiwan aproveitem as concessões no Mercosul e usem Uruguai e Paraguai como trampolim para invadir os mercados argentino e brasileiro. Amorim preferia que o fim da dupla cobrança fosse decisão conjunta do Mercosul, e se dispôs até a eliminar a TEC também nos produtos ingressados no Brasil a partir da Argentina, sujeitos a tarifa zero, mas surgiram resistências no próprio governo, por parte do Ministério da Fazenda.

Enquanto o Itamaraty acredita que, do ponto de vista do direito internacional, não convém criar vantagens no Mercosul para dois dos sócios sem estendê-las ao terceiro sócio no bloco, o Ministério da Fazenda tem argumentado que a extensão de benefícios à Argentina poderá provocar forte reação por parte do setor privado brasileiro, na prática inviabilizando politicamente a medida. Os assessores de Amorim afirmam que as conseqüências práticas da medida são apenas a desburocratização de procedimentos alfandegários, já que o fim da dupla cobrança, por enquanto, se limita aos produtos já com TEC zero.

O impasse na discussão, até agora, deixou Amorim sem uma das principais medidas com que pretendia estimular a interligação industrial no Mercosul e atender a queixas dos sócios menores. Para piorar o clima da reunião que se avizinha, Paraguai e Uruguai pretendem pôr à mesa, em Assunção propostas de maiores benefícios por parte dos sócios maiores.

Os uruguaios argumentam que a competitividade dos sócios menores é prejudicada pelos sistemas de incentivo fiscal brasileiro, com linhas de financiamento especiais do BNDES e regimes especiais, como o da Zona Franca. Querem que o Mercosul discuta um regime único de incentivos, o que o Brasil não aceita.

Os paraguaios defendem a ampliação do Fundo de Compensação Estrutural (Focem), que deve destinar US$ 100 milhões anuais a investimentos para reduzir as "assimetrias". O programa previsto pelo Paraguai, segundo diplomatas de um país sócio, ultrapassa a dezena de bilhão de dólares.

Os países deverão discutir também a retomada das negociações bilaterais, especialmente a realizada com a União Européia, depois do fracasso das tentativas de repor nos trilhos as discussões da rodada de liberalização comercial na organização Mundial do Comércio (OMC).

O clima na reunião não é dos melhores, já que ainda não foi resolvida até hoje a pendência entre Argentina e Uruguai por causa da instalação de usinas de celulose na margem uruguaia do rio Paraná, entre os dois países, alvo de protestos e bloqueios de estradas por parte dos argentinos. A meses da campanha eleitoral presidencial, o Paraguai deve receber as autoridades brasileiras e argentinas com novos protestos contra as dívidas e o que consideram uma injusta repartição de benefícios nas usinas binacionais de Itaipu (com o Brasil) e Yaciretá (com a Argentina).

Difíceis acordos, com ou sem OMC – Sérgio Leo – Valor Econômico – Brasil - 25/06/2007

Só o conhecimento superficial do que é a política externa brasileira explica que analistas estejam, agora, dizendo que o Brasil será obrigado a entrar com atraso na discussão de acordos comerciais bilaterais, com a iminência do fracasso nas negociações de liberalização na Organização Mundial do Comércio. A superficialidade, aliás, tem sido marca nessa discussão: só ela explica críticas como a deste domingo, de um conceituado analista de comércio internacional, Gary Hufbauer, que cobrou do governo brasileiro, em entrevista a "Estado de S. Paulo", uma mudança de atitude e um acordo com o Chile, país com o qual o Mercosul tem, há 11 anos, um acordo de livre comércio.

O que há em jogo não é OMC ou bilaterais, mas o momento para discutir cada um. Antes de partir para a fracassada reunião do G-4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia), na semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, já havia dito ao Valor que investia no acordo da OMC, a chamada Rodada Doha, porque este é a única instância capaz de reduzir os subsídios agrícolas dos países ricos, mas já avisava que o passo seguinte seria retomar negociações bilaterais de livre comércio, especialmente a do Mercosul com a União Européia. Os grandes parceiros já haviam avisado que não entrariam em discussões bilaterais enquanto não se aclarasse o cenário de Doha.

O Brasil, como exemplifica Amorim, pode oferecer à Europa nessa negociação maior abertura para importações em mercadorias como os têxteis - setor em que os fabricantes nacionais não admitem baixar as barreiras a exportadores de países em desenvolvimento, especialmente os asiáticos. Há, portanto, espaço para uma negociação bilateral que não esgotou margens de discussão na arena da OMC. Os atritos amplificados nas negociações entre Brasil, UE e EUA para destravar a Rodada Doha podem, porém, criar um ambiente de desconfiança capaz de contaminar as negociações futuras com os europeus.

Na semana passada, Amorim usou sua experiência para um gesto típico de negociador: bateu na mesa e saiu da sala na discussão do G-4, ao ver que Estados Unidos e União Européia recusavam-se a ceder no principal ponto da Rodada Doha: a redução dos subsídios agrícolas e a abertura do mercado de alimentos nos países desenvolvidos.

Mesmo disposto a uma atitude temerária, o ministro brasileiro sabia que tem, a seu lado, a opinião pública dos países desenvolvidos, e seu segmento mais ativo politicamente, as organizações não-governamentais. A Oxfam e a Action Aid foram as primeiras a tomar partido em favor de Brasil e Índia no jogo de acusações (blame game, no jargão das discussões comerciais) que se seguiu ao fiasco da reunião do G-4 em Potsdam.

Talvez isso ajude a explicar porque, já no sábado, a representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, e o comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, tenham substituído acusações por telefonemas a Amorim, para nova tentativa de ressuscitar a Rodada Doha. Sabem ter só até o fim de julho para tentar um acordo capaz de convencer o Congresso americano a prorrogar a autorização ao Executivo para firmar acordos sem risco de emendas parlamentares.

Atritos podem criar clima de desconfiança

A questão é como extrair maiores concessões de futuros parceiros em acordos bilaterais. O cenário, que não é dos melhores, só piora com a perspectiva de novos conflitos na OMC. Os indícios de que há poucas chances de um acordo mais ambicioso em Doha fazem especialistas preverem uma onda de disputas comerciais na organização. "Pode

haver uma guerra de guerrilha, um aumento dos recursos à OMC para solução de conflitos", prevê o economista Renato Baumann, da Cepal. Confirmando a previsão, o Brasil decretou o fim de sua lua-de-mel com as autoridades comerciais americanas e anunciou que entrará como parte interessada no processo aberto pelo Canadá contra os EUA, por abusos nos subsídios a produtos agrícolas como o milho.

Há forte interesse do Brasil no acordo com a União Européia, de onde partem sinais ambíguos: é séria a resistência na França contra qualquer abertura para importações agrícolas, especialmente ao competitivo Mercosul; após o colapso em Potsdam, a comissária de Agricultura da Comissão Européia anunciou ser difícil fazer concessões em um acordo de livre comércio com o bloco sul-americano, mas, ao mesmo tempo, no Brasil, o representante da União Européia, João Pacheco, e o laborioso embaixador de Portugal, Francisco Seixas da Costa, anunciavam a disposição e possibilidades de retomada das negociações.

Já está decidido que a negociação com a UE será retomada em setembro ou outubro, informa o diretor do departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Evandro Didonet. Nada faz supor que será fácil. Outra negociação muito adiantada é a do Mercosul com Israel, país pequeno que, no entanto, importa cerca de US$ 50 bilhões do mundo - enquanto as vendas do Brasil para lá são de míseros US$ 270 milhões anuais.

O governo pretendia fechar o acordo com Israel na reunião de cúpula do Mercosul, nesta semana, quando firmaria acordo semelhante com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que reúne os países árabes. Pode ser obrigado a mudar de estratégia e acertar isoladamente com os israelenses, porque entrou, aí, o fator indústria nacional, que cobra acordos do governo, mas revela grupos de pressão ameaçados quando um desses acordos está prestes a ser assinado.

No caso, a indústria petroquímica, brasileira e argentina, se opôs frontalmente ao acordo com os árabes, que ameaçam ser um competidor insuperável no campo dos derivados sofisticados do petróleo. O acordo com os árabes terá de incluir algum tipo de cota de importação, ou irá para o limbo.

Na próxima semana, volto a falar das perspectivas dos acordos bilaterais de comércio possíveis para o Brasil.

Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras

E-mail sergio.leo@valor.com.br

Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras
sergio.leo@valor.com.br

O Mercosul pós-Doha – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/06/2007

Os presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai devem reunir-se quinta-feira, em Assunção, para discutir a ajuda aos sócios menores do Mercosul e a estratégia do bloco diante do fracasso, agora quase certo, da negociação global de comércio. Resta uma pequena esperança de salvação da rodada, mesmo depois do fiasco, na última semana, das conversações entre os ministros do G-4 (Brasil, Índia, EUA e União Européia) em Potsdam. Mas ninguém mais aposta num acordo ambicioso e a saída mais provável, para os países mais ativos no comércio internacional, será a multiplicação de acordos bilaterais e regionais.

A pauta do encontro em Assunção será repleta de cobranças, principalmente ao Brasil. Os governos do Uruguai e do Paraguai querem melhor tratamento no Mercosul. O governo brasileiro tem mostrado simpatia pela concessão de um importante benefício. As indústrias paraguaias e uruguaias ficariam livres da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Essa dupla cobrança é uma das aberrações do Mercosul: o imposto incide quando o produto ingressa no bloco, em qualquer país sócio, e é novamente cobrado quando há reexportação para um parceiro.

O governo argentino é contrário à concessão e nisso é apoiado por algumas indústrias brasileiras. Uruguai e Paraguai, argumentam os críticos da proposta, podem tornar-se reexportadores de grande volume de componentes originários da China e de outras potências comerciais da Ásia.

Os governos do Uruguai e do Paraguai cobrarão também, quase certamente, maior volume de recursos para redução das "assimetrias". Na prática, os maiores sócios teriam de pôr mais dinheiro no Fundo de Compensação Estrutural, alimentado principalmente com dinheiro fornecido pelo Brasil.

Mas nesta altura não basta cuidar dos problemas internos do Mercosul. O bloco tem uma porção de fraturas e algumas podem agravar-se. As autoridades paraguaias têm sido pressionadas para obter do Brasil uma renegociação da dívida relativa à construção da Usina de Itaipu. Uruguaios e argentinos ainda não se entenderam a respeito das papeleiras na margem uruguaia do Rio Paraná. Se essas divergências fossem eliminadas, ainda sobrariam frustrações de outra ordem: o Mercosul não tem nenhum acordo de livre-comércio com grandes parceiros. A política externa do bloco tem sido um fracasso em termos econômicos.

Cinco anos e meio depois de lançada, a Rodada Doha está paralisada e, se for concluída, resultará em benefícios muito mais modestos que aqueles imaginados inicialmente. Durante esse período, o Mercosul enterrou a negociação da Alca, principalmente por causa da orientação política dos governos do Brasil e da Argentina. O Uruguai negociou com os EUA um acordo de investimentos e tem ameaçado deixar o Mercosul, se puder negociar um acordo de livre-comércio com a maior economia do mundo. O Paraguai tem mostrado inclinação semelhante. Para os dois países, a experiência do bloco regional foi frustrante, segundo seus governantes e muitos de seus empresários.

As conversações com a União Européia foram praticamente abandonadas há dois anos. Seriam retomadas em bases mais seguras, segundo se argumentou por algum tempo, depois da conclusão da Rodada Doha. A negociação global criaria o piso para as concessões entre os dois blocos. Neste momento, esse piso não existe e nenhum agricultor da Europa estará ansioso para aceitar a concorrência de produtores sul-americanos.

Se os quatro governos estiverem dispostos a mais um exercício de auto-engano, poderão programar negociações com outros blocos e países do mundo em desenvolvimento, na linha Sul-Sul defendida pela diplomacia petista. O primeiro problema será convencer os demais governos do mundo em desenvolvimento a dar prioridade ao Mercosul. Eles têm-se mostrado muito mais atraídos por acordos com os países do Primeiro Mundo.

Por enquanto, a única notícia boa sobre a próxima reunião de cúpula do Mercosul é a ausência do presidente venezuelano Hugo Chávez. Ele estará na Rússia, discutindo negócios na área militar. Essa é sua prioridade. O "velho Mercosul", disse Chávez na semana passada, não lhe interessa. Ausente, ele pelo menos não atrapalhará a discussão.

G-20 racha e ameaça liderança do Brasil - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2007

Grupo apresenta à OMC proposta com corte de tarifas de bens industriais superior ao desejado pelo governo brasileiro

Em uma iniciativa que pode minar a influência do Brasil nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), um grupo composto por países latino-americanos e outras economias emergentes apresentou uma nova proposta sobre como deve ocorrer o corte das tarifas de importação de bens industriais. O Brasil, assim como a Argentina, defende que o corte máximo seja de 50%. Para o grupo formado por México, Chile, Costa Rica, Peru e Colômbia, a taxa de cortes poderia ser de até 60%.

Na semana passada, Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa (grupo conhecido como G-4) fracassaram em chegar a um acordo na OMC durante uma conferência em Potsdam, na Alemanha. O motivo, segundo Bruxelas, foi a recusa do Brasil em aceitar cortes mais profundos em suas tarifas de importação de bens industriais. O chanceler Celso Amorim, porém, argumentou que a recusa teria ocorrido diante da proposta de abertura dos mercados agrícolas, considerada insuficiente.

Na reunião, Brasil e Índia representavam supostamente os interesses dos países em desenvolvimento e, em nome disso, teriam rejeitado a exigência dos países ricos em tarifas. A iniciativa foi aplaudida por países como Venezuela, Cuba e África do Sul.

Mas nem todos os governos de economias em desenvolvimento apreciaram a iniciativa e agora lançam sua própria estratégia. Ontem, em Genebra, um grupo de nove

países apresentou o que acredita que deva ser 'um meio-termo' na liberalização dos mercados mundiais.

Além dos latinos, o grupo tem o apoio de Tailândia, Cingapura e Hong Kong. Na semana passada, o governo americano já havia convocado parte desses países para uma reunião, com objetivo de fortalecer suas posições nas negociações e, assim, reduzir a influência brasileira.

O que ainda surpreendeu muitos é que parte desses países é filiada ao G-20, grupo liderado pelo Brasil nas negociações agrícolas. Tailândia e México, por exemplo, estão no G-20. Para diplomatas em Genebra, a atitude mostra que 'o Itamaraty não estará sempre no centro das atenções nem sempre será o fator de convergência'.

FLEXIBILIDADE

Além de propor cortes de até 60% nas tarifas, o novo grupo pede que os países ricos estabeleçam cortes acima de 75% em suas próprias tarifas de importação. 'Chegou o momento de todos mostrarem a flexibilidade necessária para concluir as negociações, no mais tardar, até o início de 2008', diz a proposta, submetida ontem à OMC.

'O tempo está acabando, por isso precisamos encorajar nossos membros a mostrar flexibilidade nos próximos dias', conclui o documento, que ainda sugere equilíbrio entre o que será oferecido em produtos industriais e o que os emergentes ganharão no setor agrícola.

O presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, prometeu apresentar sua proposta final na próxima semana e garantiu que levará em consideração todos os pontos de vista.

Brasil não cabe mais no Mercosul, diz especialista - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2007

Motta Veiga, do Cindes, acha que o País precisa defender as negociações de acordos bilaterais - O Brasil deve defender a liberdade de negociar acordos bilaterais isoladamente, sem precisar da concordância dos demais países do Mercosul. A avaliação é do especialista em comércio exterior Pedro da Motta Veiga, diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes).

'O Brasil não cabe mais dentro do bloco. Pode até continuar fazendo parte, desde que não atrapalhe mais o País', critica o especialista.

As regras atuais do bloco, composto ainda por Argentina, Uruguai e Paraguai, determinam que os países poderão negociar apenas em bloco acordos com outros países ou regiões.

Na avaliação do economista, o Brasil está se lançando ao mundo, com investimentos crescentes no exterior, ganhando maior visibilidade e respeito internacional. Além disso, mantém exportações diversificadas. 'É atraso de vida continuar amarrado ao Mercosul.'

Motta Veiga explica que o país que faria a maior oposição a essa possibilidade seria a Argentina. 'A Argentina só quer olhar para o próprio umbigo. Ignora o resto do mundo.'

Para o diretor do Cindes, o Brasil pode partir para acordos bilaterais com a perspectiva de insucesso na Rodada de Doha. Ele ressalta, contudo, que o atual governo tem preferido buscar entendimentos multilaterais, que, basicamente, não incluem itens como serviços, investimentos e compras governamentais.

CÚPULA

O especialista também analisa que o mais importante da cúpula de presidentes do Mercosul, prevista para o fim de semana, é o fato de o presidente venezuelano, Hugo Chávez, não ir ao encontro. 'Isso é sinal de que ele já percebe que o Mercosul não é o que ele estava querendo que fosse.'

Motta Veiga é contra o ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele explica que, diferentemente dos quatro sócios, a economia venezuelana não tem uma atividade agrícola forte, assunto importante nas negociações do bloco, e está sendo conduzida na direção do socialismo.

Ele diz que 'não é fácil, eu diria que é praticamente impossível, fazer um acordo' entre economia de mercado dos quatro sócios e a venezuelana, que caracteriza como voltada ao socialismo.

Isso porque, segundo ele, é incompatível discutir subsídios e regras comerciais com um país no qual o Estado interfere na economia, oferece insumos pelo preço que quer e dá subsídios, referindo-se à Venezuela.

'Só um milagre pode salvar Doha' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2007

Entrevista - Mariann Fischer Boel: comissária européia para Agricultura e Desenvolvimento Rural - A comissária européia diz que, em caso de fracasso da rodada, o processo de negociação deve ser colocado no freezer

A União Européia (UE) está disposta a negociar tarifas preferenciais para o etanol com o Brasil em um eventual acordo entre Bruxelas e Mercosul. Mas condiciona isso a uma definição sobre o futuro da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em entrevista ao Estado, a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, afirma

que o colapso da conferência de Potsdam, na semana passada, entre Índia, Brasil, Estados Unidos e Europa, foi causado pelo comportamento de brasileiros e indianos. Para ela, é preciso um "milagre" para que as negociações sejam concluídas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Por que a conferência de Potsdam fracassou? A flexibilidade européia na agricultura não teria sido insuficiente?

Mostramos flexibilidade por meses e estávamos preparados para modificar mais uma vez nossa proposta diante da possibilidade de acordo. Mas é importante que um acordo seja balanceado, inclusive em outras áreas. Há um ano, o processo entrou em colapso diante da recusa americana em cortar subsídios para a agricultura. Desta vez, vimos sinais de flexibilidade da parte dos EUA. Infelizmente, o corte de tarifas para produtos industriais era insuficiente, considerando o que havíamos oferecido em agricultura.

O que o Brasil ganharia com a sua oferta agrícola?

Um considerável novo acesso ao mercado europeu para uma dúzia de produtos. O Brasil seria mais competitivo com a queda nas tarifas de importação que oferecemos. Mesmo para produtos que queremos declarar sensíveis, teríamos uma importante abertura, com redução de tarifas e estabelecimento de cotas. O fim dos subsídios à exportação e menores subsídios também criariam aberturas interessantes em outros mercados e ajudariam a aumentar os preços das commodities agrícolas.

O Brasil acusou o bloco europeu e os americanos de terem chegado a um acordo de cotas antes de irem a Potsdam e, então, de terem forçado um acordo com os países emergentes. Isso de fato ocorreu?

Isso não é verdade. A Europa foi à reunião querendo negociar com o G-4. A idéia de divisão entre ricos e pobres é injusta e incorreta. A UE foi a Potsdam com a determinação de pressionar os EUA em subsídios. Pela primeira vez parecia que estava funcionando, até que a negociação foi interrompida abruptamente na quinta-feira.

Quem perde com o fracasso da rodada?

Todos nós. Mas especialmente os países em desenvolvimento. O Brasil vai perder novos acessos a mercados para seus produtores competitivos. Alguns acreditam que essas oportunidades podem ser recuperadas em acordos bilaterais. Mas a Europa nunca será capaz de oferecer bilateralmente o que estava preparada para oferecer nas negociações multilaterais. Um fracasso ainda significa perder o poder de influenciar a direção em que irão os subsídios dos EUA.

Por que a Europa não poderia oferecer bilateralmente o que estava disposta a fazer na OMC?

As negociações com o Mercosul são apenas mais uma na lista de conversas bilaterais que esperamos ter nos próximos meses. A OMC continua sendo a prioridade. No contexto multilateral, estamos preparados para fazer concessões em todos os setores. Temos o que chamamos de bolso único. Ou seja, não vamos fazer concessões duas vezes. Temos de ter em mente que, em caso de fracasso, o processo negociador da rodada deve ser colocado no freezer por algum tempo. Mas algum dia ele voltará e não podemos fazer concessões num acordo bilateral que, em alguns anos, tenhamos de fazer no âmbito multilateral.

Isso quer dizer que as negociações entre Mercosul e UE podem ficar congeladas ou teremos um acordo até o fim do ano ?

Ainda é cedo para dizer. Nossa prioridade continua sendo Doha. Claro que vamos estudar a possibilidade de negociar com vários países, incluindo o Mercosul. Mas isso não ocorrerá da noite para o dia.

Qual a possibilidade de que haja entendimento no comércio de etanol entre Brasil e Europa?

Sabemos que teremos de importar um certo volume de etanol para que possamos atingir nossas metas de consumo. Acredito, portanto, que estaríamos preparados para incluir o etanol em um acordo amplo entre UE e Mercosul.

Qual será o impacto do fracasso de Doha para o mercado agrícola?

Viveremos em um mundo mais incerto, sem controles. Hoje, os mercados de commodities estão bem. Mas isso não vai durar para sempre. Um acordo significaria tarifas e subsídios menores, levando a mais comércio, altos preços e competição. Uma situação em que o Brasil só teria a ganhar.

Em sua opinião, há possibilidade de concluir a rodada neste ano?

Espero que sim. O colapso de Potsdam não ajuda e precisaremos de um milagre para termos sucesso. Espero que nossas parceiros reflitam sobre os prejuízos de um fracasso antes que seja tarde demais.

Quem é: Mariann Fischer Boel - De nacionalidade dinamarquesa, formou-se em economia na Bélgica em 1964 - Foi ministra dinamarquesa da pasta de Alimentos, Agricultora e Pesca de novembro de 2001 a agosto de 2004 - É comissária européia para Agricultura e Desenvolvimento Rural desde novembro de 2004

Argentina deixa sessão e impede votação sobre RCTV no Mercosul – Rodrigo Rötzsch – Folha de São Paulo – Mundo – 26/06/2007

Delegação cita problemas com vôo; tema volta a ser debatido em 30 de julho

A retirada antecipada da delegação argentina impediu que o Parlamento do Mercosul votasse ontem, durante sua terceira sessão, em Montevidéu, um requerimento para criar uma comissão que avaliaria o estado da liberdade de imprensa e expressão na Venezuela.

Embora fosse esperado que a delegação brasileira abordasse o tema da não-renovação da concessão à rede de TV venezuelana RCTV e os ataques do presidente Hugo Chávez ao Senado brasileiro -ao qual chamou de "papagaio" dos EUA-, quem o fez foi o oposicionista uruguaio Pablo Iturralde.

"A livre expressão não é para um canal de TV, é para o povo. Existe uma série de temas que impõem que se crie uma comissão que investigue a situação do Estado democrático de Direito na Venezuela", disse Iturralde.

A proposta foi feita por volta das 17h30. Antes, foram debatidos outros temas, como o regimento interno, que não pôde ser aprovado porque não havia quórum, já que só 3 dos 18 membros da delegação paraguaia estiveram presentes.

"A vontade de integração da Venezuela não está em questão, está demonstrada na cooperação energética e financeira. Menos ainda está em questão o caráter democrático do governo do presidente Chávez", rebateu o venezuelano Alfredo Murga. A Venezuela participa do Parlamento do Mercosul com uma delegação sem direito a voto, já que o processo de adesão do país ao bloco ainda não foi concluído.

Murga defendeu o fim da concessão à RCTV, que saiu do ar no último dia 27. "A não-renovação da concessão foi uma medida não só legítima como legal", afirmou. A delegação venezuelana distribuiu um DVD, chamado "Digam a verdade", no qual sustenta que a licença não foi renovada porque a programação da RCTV -que apoiou o golpe contra Chávez em 2002- é ofensiva à moral e aos bons costumes, e não por questões políticas. Enquanto Murga falava, a delegação argentina deixou o Parlamento, embora a sessão estivesse inicialmente marcada para continuar hoje. Os argentinos alegaram que o cancelamento do vôo que os levaria a Buenos Aires, às 21h, obrigou que saíssem mais cedo para pegar o vôo das 19h30.

A saída dos argentinos fez com que o presidente do Parlamento, o uruguaio Roberto Conde, encerrasse a sessão sem que a proposta de Iturralde fosse avaliada. O deputado questionou a decisão, já que o protocolo constitutivo do Parlamento diz que a sessão não pode ser iniciada sem que haja membros de todos os países, mas não que ela tem que ser encerrada caso isso ocorra.

A delegação brasileira, ao contrário do esperado, não se manifestou sobre o tema. Quem chegou mais perto foi o senador Pedro Simon (PMDB-RS). "Nós temos que superar pequenos desentendimentos. O presidente de uma república amiga não foi feliz ao se referir ao Senado do Brasil", disse.

A questão da RCTV agora deve ser debatida pelo Parlamento do Mercosul na sua próxima sessão, que ocorre em 30 de julho, também em Montevidéu.

Países têm proposta alternativa para Doha – Folha de São Paulo – Mundo – 26/06/2007

Latino-americanos e asiáticos oferecem mais concessões das nações em desenvolvimento que na proposta brasileira

Segundo a proposta, todos os membros da OMC precisam ceder terreno nas negociações da Rodada Doha, sobre comércio global

DA ASSOCIATED PRESS

Um grupo de países latino-americanos e asiáticos membros da OMC (Organização Mundial do Comércio) propôs ontem um "meio-termo" nas negociações para liberalizar o comércio de produtos manufaturados -um sinal de que os países em desenvolvimento podem estar se afastando do Brasil e da Índia.

A proposta, obtida pela Associated Press, pede mais concessões tanto dos países ricos quanto dos pobres, como parte dos esforços para se alcançar um novo pacto comercial global, e surge poucos dias depois que as negociações entre as quatro maiores potências da OMC sobre a eliminação de barreiras às importações agrícolas e industriais fracassaram na Alemanha.

Assinada por Chile, Colômbia, Costa Rica, Hong Kong, México, Peru, Cingapura e Tailândia, a oferta abriria os mercados industriais no mundo em desenvolvimento a uma maior concorrência estrangeira do que as propostas feitas na semana passada pelo Brasil e pela Índia.

As duas potências emergentes foram duramente criticadas pelos Estados Unidos e pela União Européia por se recusarem a oferecer novas oportunidades de mercado para exportações de manufaturados. Os governos de Índia e Brasil atribuíram o impasse à relutância dos Estados Unidos em reduzir os bilhões de dólares que pagam anualmente em subsídios agrícolas.

"Os prejuízos e ganhos cessantes associados ao fracasso de congelar [a Rodada Doha] superam em muito os custos de um acordo, mesmo que imperfeito", disse a proposta dos oito membros da OMC.

"Chegou a hora de todos os membros mostrarem a flexibilidade necessária para concluir as negociações até o início de 2008 no máximo", afirma o documento obtido pela agência de notícias. "O tempo está se esgotando, por isso encorajamos outros membros a demonstrarem suas próprias flexibilidades nos próximos dias."

Segundo a proposta, todos os membros da OMC precisam ceder terreno nas negociações sobre comércio global. As negociações visam acrescentar bilhões de dólares à economia mundial e tirar milhões de pessoas da pobreza por meio de novos fluxos de comércio.

Os oito membros da OMC disseram que sua oferta foi "apresentada supondo um equilíbrio geral entre todas as áreas [da Rodada Doha], especialmente a agricultura". A nova proposta se aproximaria mais das demandas americanas e européias, pedindo que os países em desenvolvimento aceitem um número "na faixa próxima de 20". Ela pede que os países ricos vão além do número de 10 que estão exigindo.

Sob a fórmula complexa usada pela OMC para determinar os cortes de tarifas comerciais, um número menor corresponde a cortes maiores e maior acesso ao mercado para os exportadores.

Tradução de LUIZ ROBERTO MENDES GONÇALVES

MAPA LAMENTA IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES DO G-4 – Sitio Eletrônico do MAPA – 22/06/2007

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lamenta que a reunião de ministros G-4 (Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia) tenha sido suspensa sem que se tenha chegado a um acordo que permitisse o avanço das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A desproporcionalidade entre as ofertas em agricultura feita pelos países desenvolvidos e as concessões por eles demandadas dos países em desenvolvimento em bens industriais tornaram impossível prosseguir nas conversações em Postdam.

O Mapa espera que os esforços até agora empreendidos não sejam perdidos e que as negociações possam ser continuadas e concluídas no âmbito multilateral, na OMC, em Genebra. Sempre tendo em conta o objetivo pelo qual a Rodada Doha foi lançada: o desenvolvimento.

Brasil deve mudar foco na discussão climática, diz britânico - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007

O governo britânico enviou um emissário de alto nível ao Brasil, nesta semana, para propor medidas comuns de combate ao aquecimento global. Entre as medidas, os britânicos propõem baixar barreiras comerciais como uma ferramenta para estimular geração de energia e sistemas de transportes de baixa emissão de carbono na atmosfera. Para o emissário britânico, John Ashton, representante especial do Reino Unido para mudanças climáticas, os países têm de deixar de ver os esforços de redução das emissões de carbono como uma opção que pode reduzir empregos e o crescimento na economia.

"Se dissemos que é uma escolha entre empregos e crescimento, de um lado, e baixas emissões de carbono, de outro, os governos sempre vão escolher emprego e crescimento, e fracassaremos", advertiu o especialista, que participou, ontem, de mesa-redonda com especialistas brasileiros ligados à discussão sobre aquecimento global.

Contrariando a posição do governo brasileiro, para quem os países ricos devem arcar com a maior parte dos custos na transição para uma economia com menores emissões de carbono, Ashton defendeu, em encontros com autoridades em Brasília, uma mudança de foco nesse debate. "Precisamos mostrar que é uma escolha falsa, e construir um caminho que nos permita movermo-nos rapidamente para baixas emissões de carbono e, ao mesmo tempo, reforçar o que tentamos fazer em empregos e crescimento", disse.

Explorar opções como os biocombustíveis pode ser um dos caminhos, embora haja questões "complexas" a resolver, como o efeito de alternativas como o etanol do milho americano sobre preços de alimentos, e a devastação de florestas para obtenção de bioalternativas, como o óleo de palma no Sudeste Asiático.

Ashton informou que está no Brasil para buscar alternativas de atuação conjunta nos esforços de redução do aquecimento global. Ele insinua que o Brasil poderia esforçar-se para pressionar outros países, inclusive europeus, a remover barreiras para a adoção de alternativas sustentáveis, como o etanol de cana como combustível. "Na Europa, quem quer abastecer com etanol seu veículo não pode, porque lá não se pode comprar carros flex fuel", exemplifica, ao argumentar que decisões nesse campo dependem não só do governo, mas de uma teia de interesses que envolve montadoras, consumidores e outros agentes.

Ele adverte que o fracasso, até agora, nas negociações de liberalização comercial na organização Mundial de Comércio (OMC) pode fortalecer pressões protecionistas que defendem o uso de argumentos ambientais para criação de barreiras ao comércio. Manifestações do Congresso americano, do recém-eleito presidente francês Nicolas Sarkozy e de políticos alemães apontam na direção, diz ele.

Países em desenvolvimento racham após fracasso do G-4 - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007

Movimentos contra e a favor da posição do Brasil e da Índia na negociação de produtos industriais confirmam o racha entre países em desenvolvimento, no rastro do fiasco de Potsdam. México, Chile e Costa Rica, que têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos; Peru e Colômbia, que negociam esses acordos com Washington, além de Hong Kong, Cingapura e Tailândia apresentaram ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) uma proposta defendendo concessões no corte de alíquotas industriais.

O grupo alega que as perdas com o fiasco ou congelamento da Rodada Doha superam em muito um "acordo menos que perfeito" e que "no contexto específico de Nama (produtos industriais), uma mostra concreta de flexibilidade tem sido rara mesmo nesse estágio da negociação". O grupo sugere um corte que pode variar entre 58% e 64% nas alíquotas de nações em desenvolvimento, com flexibilidade para proteger entre 5% a 10% de linhas tarifárias. Os países ricos deveriam cortar acima de 70% nas suas alíquotas.

A proposta está próxima do que a União Européia (UE) defendeu em Potsdam e foi recusada pelo Brasil, por ter potencial para "desinvestimento e desindustrialização" nos países em desenvolvimento.

Houve reações mistas em Genebra. Alguns negociadores, que só falam sem serem citados, diante do clima de tensão, notam que esses países defendem seus interesses específicos e não se sentem representados pela "posição mais rígida do Brasil". Outros chamam a atenção para a composição curiosa do grupo: os que têm maiores vínculos comerciais com os EUA e os que já têm tarifas baixas e vão cortar pouco na Rodada, mas que pedem para os outros aceitarem amplas reduções tarifárias.

Outras nações participaram do grupo coordenado pelo Chile, mas não se comprometeram formalmente com o texto. Um deles é o Paraguai, membro do Mercosul e portanto com Tarifa Externa Comum (TEC) com o Brasil, Argentina e Uruguai. A missão paraguaia em Genebra, em todo caso, despachou uma funcionária para Assunção com a proposta para ser examinada pelo governo e possivelmente para discussão com os parceiros do bloco do Cone Sul, esta semana.

"Temos posição mais ofensiva, mas estamos atados ao Mercosul e não podemos fazer nada", disse um diplomata paraguaio. O Uruguai foi sondado a participar. Mas o embaixador Guillermo Vallez negou qualquer participação ou apoio. "Somos independentes", afirmou esse membro do G-20. Já a Argentina pediu ontem a convocação de reuniões do G-20 e do Nama-11, duas alianças de países em desenvolvimento (a primeira para agricultura, a segunda para bens industriais), para expressar publicamente seu respaldo à posição de Brasil e Índia. Chile, México e Tailândia, que assinaram a proposta que diverge do Brasil, são do G-20.

Buenos Aires procura corrigir o mal-estar causado pelo seu silêncio constrangedor durante a reunião dos 150 países membros da OMC que se seguiu ao fiasco de Potsdam, ainda mais que a Argentina era menos flexível que o Brasil na área industrial, e Brasília acabou refletindo a posição argentina. Para reparar o erro, o ministro das Relações Exteriores, Jorge Taiana, telefonou na sexta-feira à noite para o ministro Celso Amorim, que já dormia. Deixou o recado de que a Argentina apoiava o Brasil, mas recebeu a resposta de que o melhor seria tornar esse apoio público. Foi o que Taiana fez, em comunicado no qual expressou "reconhecimento e solidariedade" com as posições de Brasil e Índia.

A nota destacou que os dois países "defenderam com dignidade os interesses dos países em desenvolvimento na busca de um acordo equilibrado" para "fortalecer" a OMC e acusou os EUA e a UE de serem os responsáveis pelo fiasco. Com a Rodada em crise, o Mercosul discutirá a lista de produtos sensíveis para Doha, esta semana.

Para Mandelson, a aliança entre brasileiros e indianos fica ' fraca' após Potsdam – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007

A União Européia aposta numa ruptura entre o Brasil e a Índia, líderes de grupos de países em desenvolvimento, no novo formato de negociação para salvar a Rodada Doha. Por sua vez, os EUA continuam alvejando o país por ter "abandonado" a mesa de negociações em Potsdam. O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, fez um balanço das discussões do G-4 para negociadores dos 27 países membros. Ele atribuiu o "rompimento temporário" ao que chamou de "intransigência" brasileira na área de bens industriais. Contou que Amorim teria acenado no máximo com corte pelo coeficiente 25 a 30. O ministro nega ter mencionado esses números.

Segundo um negociador que ouviu o relato de Mandelson, o comissário disse que, com a negociação de volta à OMC, a aliança entre Brasil e Índia fica "mais fraca" e pode ser rompida. No G-4, os dois países se mostraram unidos, apesar de interesses divergentes. Agora, as barganhas serão entre mais países, incluindo Argentina, África do Sul e China. Em Potsdam, Mandelson sempre olhava para o ministro indiano Kamal Nath e lembrava que a Índia já tinha iniciado liberalização, procurando causar um racha com o Brasil.

O que o comissário europeu não contou foi sobre a suposta flexibilidade na área agrícola, aumentando a suspeita de países comunitários. "Sem transparência, a suspeita vai além da situação rural, mas há uma divisão maior dentro da UE sobre Doha", afirmou outro negociador. Quanto à representante comercial americana, Susan Schwab, sua versão sobre o chá com Amorim em Genebra tem outro tom que o dado pelo ministro. "Se eles (Schwab e Mandelson) estão correndo atrás, é porque tem alguma coisa por aí", disse Amorim, numa indicação de que a posição brasileira teria sido melhor entendida.

"Ouvi dizer, não vou dizer de quem, que as pessoas ficaram muito impressionadas com nossos argumentos em produtos industriais, sobretudo que nossos cortes em tarifas aplicadas representam mais criação de comércio do que os cortes dos países desenvolvidos", contou o ministro.

Fonte do USTR, agência de representação comercial americana, disse que Schwab se encontrou com Amorim para ver se as coisas haviam se acalmado desde que ele e Nath "decidiram partir" da negociação. "Ela disse que estava desapontada com o fato de o Brasil não ter mostrado flexibilidade para se mover em produtos industriais e que, partindo, tenha deixado na mesa muita coisa que teria beneficiado agricultores e industriais brasileiros", acrescentou a fonte. "Schwab acha que os maiores perdedores foram os países em desenvolvimento, que tinham muito a ganhar com a oferta americana."

Para o governo brasileiro, a questão é simples: os países ricos estavam acostumados a obter resultados obtidos com "um pouquinho de pressão" sobre as nações em desenvolvimento. "Agora isso não dá mais", afirma Amorim.

Para certos negociadores em Genebra, o que estava na mesa em Potsdam, com o limite a US$ 17 bilhões para os subsídios agrícolas americanos, não será diferente de um acordo final. "Aí então não haverá acordo", avisa o embaixador brasileiro na OMC, Clodoaldo Hugueney. **(AM)**

O sentido da integração sul-americana - Jorge d´Escragnolle Taunay Filho – Valor Econômico – Opinião - 26/06/2007

A integração sul-americana constitui hoje um dos eixos condutores da política externa brasileira. A superação do subdesenvolvimento e das assimetrias, objetivo maior da América do Sul, requer a união dos países do continente.

O impulso atual à integração foi possível porque se adquiriu uma convicção compartilhada entre os governos e povos sul-americanos de que o fenômeno da globalização, que proporcionou níveis inéditos de crescimento econômico e trocas comerciais globais, é o mesmo que, em sua face perversa, aprofunda assimetrias e contribui para a marginalização econômica, social e política de dezenas de países e bilhões de seres humanos.

Hoje, o desenvolvimento de todos e cada um dos países no mundo depende do crescimento de seus vizinhos. Não é mais possível pensar na prosperidade do Brasil sem pensar no bem-estar de nossa região. A integração, nesse contexto, constitui alternativa consciente para enfrentar os desafios impostos pelos atuais constrangimentos internacionais e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades que se oferecem.

A velocidade que buscamos imprimir ao processo de integração é a mesma das transformações e obstáculos apresentados pelo atual contexto econômico e político internacionais, e tem proporcionado resultados concretos em período bastante curto.

Houve robusto crescimento das exportações brasileiras para nossos vizinhos, as quais quase triplicaram entre 2003 e 2006, impulsionadas, em grande parte, por produtos com alto valor agregado. A América do Sul sozinha já é, para o Brasil, um mercado maior que os Estados Unidos. No ano passado, as vendas brasileiras para países sul-americanos totalizaram quase US$ 27 bilhões. A tendência ascendente continua em 2007.

O caso da Argentina é emblemático. Trata-se do segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. O intercâmbio bilateral alcançou quase US$ 20 bilhões em 2006, com crescimento de 22,4% em relação ao ano anterior.

No setor da infra-estrutura regional, em que quase tudo estava ainda por fazer, produziram-se avanços notáveis: entre 2003 e o corrente ano, o Brasil aprovou mais de US$ 6 bilhões em financiamentos para exportações de produtos e serviços de empresas brasileiras, destinados a projetos de infra-estrutura nos países sul-americanos nas áreas de transportes, energia, saneamento e telecomunicações. São projetos que fomentam empregos e renda tanto aqui quanto nos países vizinhos, criando oportunidades de trabalho para muitas populações carentes. A integração sul-americana vem gerando, portanto, ganhos econômicos palpáveis para o Brasil.

Ainda assim, medir o sucesso da integração apenas por seus resultados comerciais é um erro. A política comercial é apenas uma das dimensões da política externa. A construção de uma América do Sul integrada vai muito além do comércio, tendo por meta desenvolver um espaço coeso nos âmbitos político, econômico, financeiro, social e cultural. Trata-se, sobretudo, de construir um destino comum.

Construção da União Sul-Americana é um processo recente que demandará recursos, tempo e visão estratégica de longo prazo

Um bom exemplo que mostra o lado humano da integração foi a conclusão, em 2006, do acordo sul-americano para a dispensa de vistos e habilitação de documentos de viagem. Esse acordo constitui o primeiro passo para a construção de uma cidadania política sul-americana. Contribuirá seguramente para aumentar o intercâmbio de pessoas entre os

países da América do Sul, aí incluídos turistas, empresários, trabalhadores, artistas e estudantes.

A construção da União Sul-Americana é um processo recente, que demandará tempo, paciência, recursos e visão estratégica de longo prazo. Em toda a história, os presidentes sul-americanos reuniram-se apenas seis vezes, todas elas depois do ano 2000. Não se exclui que, no processo de consolidação dessa União, eventuais divergências entre seus membros possam aflorar, inevitáveis quando se trilha caminho inexplorado.

Questões político-ideológicas ou eventuais afinidades entre as lideranças sul-americanas não constituem de modo algum as bases sobre as quais vem se construindo a integração da América do Sul. Os países da região possuem uma enriquecedora variedade de opções políticas e visões de mundo. Essa variedade, longe de enfraquecer o projeto da integração, constitui uma de suas forças e evidencia seu caráter plural e democrático.

Dificuldades que há muito constituíam agenda negativa na região foram resolvidas, de forma negociada, por meio dos esforços da diplomacia brasileira, o que abriu espaço para a agenda da integração. O futuro que desejamos para nossa região não poderá ser construído pela defesa inflexível de posições individuais, mas pelo estabelecimento gradual da percepção de que a América do Sul integrada produzirá igualmente benefícios para países grandes e pequenos.

O meio século durante o qual se consolidou a União Européia foi entremeado por diversos momentos de paralisação, pessimismo e ameaças de defecção. Exigiu dos estadistas e povos europeus tenacidade e sacrifício de interesses imediatos, em nome de um futuro comum de que todos os países hoje se beneficiam. Foi necessário, acima de tudo, coragem para avançar nos momentos em que alguns recomendavam o recuo: o Ato Único Europeu, de 1986, que abriu caminho para a criação da União Européia, foi firmado após longo período de descrédito quanto à possibilidade de aprofundar a integração.

Circunstâncias históricas muito específicas mantiveram, durante séculos, os países sul-americanos relativamente afastados uns dos outros. Se pretendemos desempenhar um papel relevante entre as nações e, principalmente, se desejamos criar condições para o desenvolvimento pleno de nossos povos, as circunstâncias atuais exigem a construção de um futuro compartilhado.

Embaixador Jorge d´Escragnolle Taunay Filho é subsecretário-geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

Contra transposição, grupo invade fazenda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/06/2007

Cerca de 1.500 pessoas ocuparam na madrugada de ontem as Fazendas Mãe Rosa e Toco Presto, em Cabrobó (PE), para protestar contra o início das obras de transposição do Rio São Francisco. A área é usada pelo Exército como canteiro para a construção do canal Eixo Norte da transposição. A maioria dos manifestantes é de pescadores e sem-terra, além de índios da etnia Truká. O Exército informou que a manifestação não impede os trabalhos. O Ministério da Integração ainda não decidiu o que fará em relação à invasão.

MST lucra com venda de arroz para americanos - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/06/2007

O socialismo do Movimento dos Sem-Terra (MST) acaba de ganhar um empurrão do capitalismo americano. Pequenos grupos de assentados da reforma agrária no Rio Grande do Sul, que trabalham a terra de forma coletiva, estão começando a exportar arroz ecológico para os Estados Unidos.

O primeiro carregamento, de 40 toneladas, foi despachado para Chicago, Illinois, onde funciona uma central de distribuição dos chamados orgânicos. De lá, o arroz é redistribuído para supermercados, que registram um crescimento acelerado na venda de alimentos produzidos com respeito ambiental.

O arroz dos assentados gaúchos sai dos banhados ao redor de Porto Alegre sem nenhum agrotóxico. "O controle das pragas é feito com o manejo da água nos quadros de arroz e a adubação é totalmente orgânica", explica Carlos Alberto de Souza, de 38 anos, diretor da Cooperativa de Produtos Agropecuários de Nova Santa Rita.

A produtividade é menor que nas plantações com herbicidas e adubos químicos: enquanto os sem-terra obtêm a média de 85 sacas por hectare, os vizinhos chegam a 120 sacas. Mas, segundo Souza, vale a pena: "Não despejamos produtos químicos nos rios, preservamos a saúde dos agricultores, que não ficam expostos aos venenos, e os custos são menores."

Numa área experimental, os sem-terra também cultivam o arroz com a ajuda de carpas. Soltos nos quadros com água , os peixes comem as ervas daninhas e revolvem a terra. "Elas fazem o trabalho de máquinas", explica Souza.

A cooperativa funciona no Assentamento Capela. Em 1993, quando ele foi criado, 70 das 100 famílias levadas para lá optaram por cultivar a terra de modo individual. Outras 30, estimuladas pelo MST, optaram pela propriedade coletiva da terra e criaram a cooperativa.

Experiências semelhantes ocorreram em outros cinco assentamentos na região metropolitana de Porto Alegre. São quase 130 famílias que uniram forças para obter escala na produção de arroz. Na safra atual, elas totalizaram 55 toneladas.

Até agora os assentados vendiam para o governo, que utiliza o arroz na merenda escolar, restaurantes e no Mercado Municipal de Porto Alegre. A venda para os EUA foi articulada por uma exportadora especializada em orgânicos.

O carregamento saiu do assentamento de Tapes, que foi visitado pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, em 2005. Na ocasião, ele atacou os EUA, dizendo que já nasceram com "ânsia imperialista". Os sem-terra fizeram uma encenação, na qual o Tio Sam sufocava pequenos agricultores.

Cresce insatisfação do Paraguai com o bloco – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/06/2007

Gota d'água é o recente bloqueio da Argentina às bananas paraguaias

O Mercosul, causador de conflitos comerciais internos dos mais variados gêneros, agora pode ser chamado de 'bananeiro'. Desde o fim de semana, empresários, políticos e líderes de opinião do Paraguai reclamam dos bloqueios que grupos de argentinos fazem na fronteira entre os dois países para impedir a entrada de caminhões transportando bananas paraguaias.

O bloqueio argentino - contra o qual o governo do presidente Néstor Kirchner nada fez - suscitou a ira dos produtores de banana do Paraguai, que exigem que o governo do presidente Nicanor Duarte Frutos retire o país do Mercosul caso o conflito não seja resolvido.

O confronto começou na sexta-feira passada, quando seis caminhões procedentes do Paraguai foram bloqueados por piquetes de produtores argentinos na cidade de Clorinda, principal ponto de acesso para o território argentino das cargas provenientes de Assunção.

Os problemas se arrastavam desde o dia 4 de junho, quando o bloqueio às bananas paraguaias foi ordenado pelo governo argentino, que aplicou restrições sanitárias temporárias contra o produto.

Mais de 25 mil caixas de bananas paraguaias apodreceram em território argentino por causa das restrições. O bloqueio irritou o senador paraguaio Silvio Ovelar, que afirmou no Parlamento em Assunção que 'o Mercosul foi criado para colocar ponto final nesse tipo de arbitrariedades e obstáculos comerciais'. Os senadores paraguaios anunciaram que denunciarão os obstáculos impostos pela Argentina no Parlamento do Mercosul (Parlasur).

ICEBERG

O conflito bananeiro, surgido na véspera da cúpula, é a ponta do iceberg da decepção paraguaia com o Mercosul. Nos últimos dois anos, diversos setores políticos e empresariais indicaram que o país nada ganhou com o bloco comercial e pedem que o país faça um acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

O jornal ABC Color - o principal do Paraguai - publicou um editorial no qual aconselha que os produtores 'amontoem bananas podres na frente dos presidentes na Cúpula do Mercosul'. Segundo o jornal, o Mercosul 'é um retumbante fracasso, especialmente para os sócios menores'. O ABC indica que o Mercosul não tomou as medidas para garantir 'o tão falado livre comércio, que, sem dúvida, é o fundamento de prosperidade e progresso dos povos. O Mercosul se transformou em um organismo político que serve ao Brasil e à Argentina para afirmar sua liderança'.

Alberti Soljanic, presidente da Associação Rural e da Federação para a Indústria e Comércio, foi categórico: 'O Mercosul é uma farsa. O setor empresarial paraguaio não esperava nada dessa cúpula, um encontro de líderes hipócritas'.

Negociação de acordo com a UE deve ser iniciada até outubro - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 2706/2007

Mas o tema poderá ser relançado já na próxima semana, em Lisboa - As negociações em torno de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia (UE) deverão ser retomadas em setembro ou outubro, disse ontem o embaixador da Comissão Européia no Brasil, João Pacheco. O tema, porém, poderá ser relançado já na próxima semana, durante a reunião de cúpula Brasil-União Européia, programada para o dia 4, em Lisboa.

Na pauta consta uma discussão sobre as dificuldades de conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o conseqüente fortalecimento das negociações de acordos bilaterais.

'A cimeira será uma oportunidade para os presidentes debaterem a situação', comentou o embaixador. Ele frisou que a prioridade para a Europa é o acordo multilateral da Rodada Doha. Essa é também a opção da diplomacia brasileira. 'Mas, se não conseguirmos, temos de constatar que não conseguimos e virar-nos para a negociação bilateral', disse.

Na avaliação do embaixador, as últimas tentativas para chegar a um acordo na Rodada Doha deverão prosseguir até o fim de julho. Depois, a solução será buscar acordos bilaterais, como o Mercosul-União Européia.As chances de êxito dessa negociação são maiores do que as da Rodada Doha. 'É claro que é mais fácil', disse, sem deixar de reconhecer que, ainda assim, as dificuldades são grandes.

Um dos fatores que tornam a negociação do Mercosul com a União Européia relativamente menos complicada, segundo Pacheco, é a ausência de países de peso, como China e Estados Unidos. Na Rodada Doha, a presença dos chineses dificulta avanços na abertura comercial para produtos industriais. Já os Estados Unidos exercem forte pressão contra cortes nos subsídios à agricultura.

DIFERENÇA

Outro ponto positivo, avaliou o embaixador, é o fato de, hoje, o Mercosul estar em melhor condição econômica do que em 2004, quando as negociações em torno do acordo comercial chegaram ao impasse. 'Em 2004, estávamos saindo da grande crise argentina',

recordou. Na época, a Argentina se recusou a fazer maior abertura no mercado de automotivos.

A cúpula Brasil-União Européia será uma ocasião para alinhavar os próximos passos porque participam personagens importantes dos acordos comerciais. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e o comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, estarão presentes na reunião de cúpula, acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

Também está prevista a presença dos primeiros ministros de Portugal, José Sócrates, da Eslovênia, Janez Jansa, e da Alemanha, Angela Merkel, além do ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e dos comissários europeus para Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner e Política Externa, Javier Solana.

Do lado brasileiro, a indicação é que não se deve esperar nenhum avanço do encontro de Lisboa, pois não se trata de uma reunião negociadora. O evento se refere ao Brasil e não estarão presentes os demais sócios do Mercosul. Além disso, os acordos comerciais não são o tema central da cúpula.

O ponto principal da cúpula é o lançamento de uma parceria estratégica entre Brasil e União Européia em áreas como direitos humanos, clima e ciência e tecnologia. Nisso, o Brasil está atrasado. É o último integrante do chamado Bric (grupo de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China) a ser contemplado com tal aliança. 'Antes tarde do que nunca', comentou João Pacheco. O ato marcará o início da presidência portuguesa da UE.

FRASE

João Pacheco - Embaixador da União Européia no Brasil

'A cimeira (do dia 4, em Lisboa) será uma oportunidade para os presidentes debaterem a situação. As chances de êxito da negociação de um acordo comercial da União Européia com o Mercosul são maiores que as chances da Rodada Doha.

Nas negociações de 2004, estávamos saindo da grande crise argentina'

CNI pede ao Congresso que tire Venezuela do Mercosul - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 27/06/2007

Entidades empresariais estão fazendo lobby no Congresso Nacional para impedir a entrada da Venezuela no Mercosul nos termos até agora negociados. Apesar da crescente exportação do Brasil para o país, a resistência tem duas razões. As indústrias temem que as posições políticas do presidente Hugo Chávez atrapalhem o bloco nas negociações com grandes mercados, como União Européia e Estados Unidos, e há dúvidas sobre o tamanho do possível ganho econômico com a entrada da Venezuela no bloco, porque o ritmo e o cronograma da abertura venezuelana ainda não foram definidos. Para que o país de Chávez se torne membro pleno do Mercosul, falta apenas a aprovação dos congressos brasileiro e paraguaio.

Em carta enviada aos senadores que fazem parte da comissão de Relações Exteriores do Senado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) formalizou a preocupação com o tema. A entidade se prepara agora para explicar aos congressistas detalhadamente suas objeções ao ingresso da Venezuela, já que o assunto é bastante técnico. A estratégia de abordagem dos senadores deve ser definida em breve. A CNI também enviou cartas sobre o tema para os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Desenvolvimento, Miguel Jorge.

"Não é uma questão de contradizer a posição política do governo, mas de explicar que para aderir ao bloco os países precisam ao menos cumprir as etapas necessárias", diz Soraya Rosar, gerente-executiva da unidade de negociações internacionais da CNI. Ela diz que o objetivo não é interromper o fluxo comercial e ressalta que o aumento das exportações do Brasil para a Venezuela está relacionado com a conjuntura macroeconômica e não com a entrada do país no Mercosul.

De janeiro a maio deste ano em relação a igual período de 2006 as exportações do Brasil para a Venezuela cresceram 31%. No ano passado, as empresas nacionais venderam US$ 3,6 bilhões aos venezuelanos, alta de 60% comparada com 2005. Desse total, mais de US$ 3,2 bilhões correspondem a produtos industrializados. O superávit do Brasil com a Venezuela atingiu US$ 2,97 bilhões em 2006.

O governo já enviou o protocolo de adesão para a aprovação do Congresso, mas a Venezuela ainda não finalizou as negociações para aderir à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul nem adaptou sua legislação às regras do bloco. A data da abertura do mercado venezuelano para os países do Mercosul está marcada para 2014, um prazo de sete anos, mas o que preocupa os empresários é que o país de Hugo Chávez ainda não explicou qual será o ritmo dessa liberalização e em que momento cada grupo de produtos será incorporado à TEC. Não se sabe, por exemplo, em que momento de hoje até 2014 os carros exportados pelo Brasil poderão entrar na Venezuela com tarifa zero.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) também seguiu a movimentação da CNI e enviou carta a quatro senadores e três deputados. No documento, a entidade afirma que está preocupada com os "aspectos comerciais e financeiros", sugere que Amorim seja convidado a explicar as razões de uma adesão tão "rápida e incompleta", e diz estar certa que os deputados "saberão defender os interesses nacionais, não aprovando a entrada da Venezuela no Mercosul nos termos negociados até o momento".

"Sou totalmente favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul, mas é um absurdo pagarmos o preço do ingresso da Venezuela sem uma vantagem efetiva", diz Humberto Barbato, presidente da Abinee. De 2005 para 2006 o setor praticamente dobrou

suas exportações para a Venezuela, atingindo US$ 987 milhões. Desse total, US$ 700 milhões correspondem a telefones celulares.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) quer sensibilizar o Congresso para a importância dos acordos bilaterais. Na semana passada, empresários do setor se reuniram com deputados para explicar as dificuldades de competir com a China sem acordos preferenciais. "A Venezuela é um mercado importante para o setor têxtil, mas não pode criar dificuldade para a abertura de mercados mais amplos", diz Fernando Pimentel, diretor-executivo da Abit.

Enquanto o lobby contra a Venezuela funciona a todo vapor no Congresso, os setores que são favoráveis à entrada do país no bloco preferem não explicitar suas posições. A avaliação dos empresários é que está cada vez mais complicado defender Hugo Chávez, devido a suas declarações polêmicas. O setor automotivo, que é o mais importante para o intercâmbio no Mercosul hoje, não se pronuncia oficialmente e não está conversando diretamente os senadores e deputados.

A Venezuela é um mercado importante para as montadoras, que exportaram 44,5 mil veículos para o país em 2006, 14% a mais que no ano anterior. O potencial de crescimento é ainda mais significativo, já que a venda de veículos na Venezuela em 2006 chegou a 340 mil unidades, alta de 50% em relação a 2005. No entanto, o setor está preocupado com a oposição de Chávez a acordos com mercados como a União Européia. As montadoras também querem que o governo seja mais transparente nas informações sobre a abertura do mercado venezuelano para o Brasil. "Existe uma zona cinzenta muito grande", diz uma fonte.

De acordo com Carlos Cavalcanti, diretor-adjunto do departamento de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a entidade está avaliando o assunto e não tomou uma posição. Ele diz que, no longo prazo, o ingresso da Venezuela, terceiro maior mercado do continente sul-americano, é importante para o Mercosul. O problema é a influência de Hugo Chávez no curto prazo.

País precisa ter alternativas comerciais à Rodada Doha - Valor Econômico – Brasil - 27/06/2007

O impasse a que a Rodada Doha chegou, na semana passada, demonstra de forma cabal a necessidade de o governo brasileiro recorrer a outras alternativas de negociações para abrir novos espaços para o crescimento das operações comerciais do país. É mais do que hora de Brasília conceder prioridade às conversações para acordos bilaterais, como têm feito outros governos, de forma a que o país não seja prejudicado nas transações comerciais internacionais enquanto não se encontra uma forma de desatar Doha. Talvez seja ainda muito cedo para uma avaliação mais criteriosa e definitiva sobre as responsabilidades do fracasso do encontro realizado em Potsdam, na Alemanha, mas é evidente que o Palácio do Planalto e o Itamaraty devem se apressar em buscar novos caminhos para que as empresas brasileiras continuem conseguindo aumentar de forma considerável tanto suas exportações como as importações. Nos últimos anos, o Brasil teve a oportunidade de elevar continuamente suas compras e vendas de bens e serviços, um movimento que tem sido, de forma geral, muito benéfico por várias razões - uma delas, pelo alívio das contas do balanço de pagamentos e outra, não menos importante, pela ajuda no combate à inflação proporcionado pela pressão da entrada de produtos estrangeiros.

Por enquanto, a possibilidade de retomada de Doha parece ter sido muito dificultada pela maneira como se encerraram as reuniões da semana passada. A Rodada chegou muito perto do fracasso total com o fiasco de negociação crucial entre os ministros do Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia (o G-4), em meio a recriminações Sul-Norte, envolvendo interesses de países em desenvolvimento e desenvolvidos. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acusou os EUA e a UE de terem feito um acordo entre eles para reduzir a ambição na área agrícola, ao mesmo tempo em que exigiram corte de tarifas de importação de produtos industriais que traria "desinvestimento e desindustrialização nos países em desenvolvimento".

Os Estados Unidos e a Europa, por sua vez, criticaram duramente o Brasil e a Índia, como não se viu em seis anos de negociação global, dizendo que os dois gigantes em desenvolvimento ofereceram "nada" e recuaram na negociação industrial. Peter Mandelson, comissário europeu de Comércio, disse que a demanda dos EUA e da UE era "razoável", porque o coeficiente proposto na fórmula só resultaria em redução média de 1,3% nas tarifas aplicadas pelo Brasil e Índia. A representante comercial americana, Susan Schwab, acrescentou que parecia que o Brasil e a Índia não estavam na sala de negociação ou, quando estavam, queriam mudar "a trave do gol" todo o tempo. "Não podemos negociar conosco mesmo", insistiram Mandelson e Schwab. Amorim retrucou que mesmo com o coeficiente 30 para corte de tarifa industrial dos países em desenvolvimento isso geraria mais comércio do que o coeficiente 10 para países industrializados.

O colapso torna quase impossível que um esboço de acordo na Organização Mundial de Comércio (OMC) seja concluído nos próximos meses, um passo necessário para completar 35 mil páginas de acordo até o fim do ano. Além disso, com a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos começando, negociadores vêem a sensibilidade política frear qualquer acordo até 2008. As chances da negociação global serem concluídas até 2009 parecem mínimas, tal o tamanho da divergência entre os principais atores da discussão.

É certo que o Brasil começa a tentar reformular sua estratégia na diplomacia, conforme mostrou o correspondente do Valor em Genebra, Assis Moreira, na edição de segunda-feira, dia 25. Além de endurecer no ataque aos subsídios agrícolas dos Estados Unidos, o governo brasileiro está considerando pressionar outros países em desenvolvimento para concluir até o final do ano a negociação Sul-Sul, que prevê troca de concessões tarifárias em torno de 30% só entre esses países. Essa discussão se realiza através do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), mecanismo da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), e toma maior dimensão para o país, já que 62% de suas exportações vai para países em desenvolvimento. É um primeiro passo.

Fiasco de Doha é alívio para pecuaristas irlandeses – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2007

Adivinhe quem está "aliviado" com o fiasco na Rodada Doha: o agricultor da Irlanda. Os produtores irlandeses não se cansavam de afirmar que o comissário europeu do comércio, Peter Mandelson, se preparava para "entregar" o mercado europeu para a carne brasileira.

"Produtores de carne aliviados com o colapso na Organização Mundial do Comércio", destacou ontem o jornal "Irish Independent". Os irlandeses mantém, em todo caso, o combate contra a carne brasileira, que acusam de todos os males, escondendo porém o maior deles: a competitividade e a qualidade.

Enquanto os irlandeses se acalmam, achando que a negociação na OMC não avançará mesmo, negociadores brasileiros continuam suspeitando que os Estados Unidos fizeram um acordo secreto com a União Européia, pela qual obteriam uma boa cota (com tarifa menor) para seus exportadores de carne. O ministro das Relações Exteriores Celso Amorim foi o primeiro a levantar a suspeita, notando que, embora a cota deva ser global - para todos os países -, há mecanismos "para manipular" e favorecer um parceiro.

A União Européia resiste muito a dar o volume de cotas exigido pelo Brasil, mas prometia passar boa parte do volume extra-cota (com tarifa maior) para a intracota (com taxa menor). Agora, sem acordo, nem isso. **(AM)**

'Pequenos' terão voz em cúpula do Mercosul - Denise Chrispim Marin e Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007

Brasil e Argentina vão ouvir queixas de Paraguai e Uruguai

O Brasil e a Argentina - os chamados 'sócios grandes'do Mercosul - decidiram ouvir as insistentes queixas de Paraguai e Uruguai - 'os pequenos' do bloco - sobre as assimetrias comerciais existentes dentro do Cone Sul e tentar encontrar soluções concretas. A decisão de prestar atenção aos protestos de Montevidéu e Assunção ocorreu depois que em 2006 os dois governos flertaram com a possibilidade de fazer um acordo direto com os Estados Unidos, passando por cima do Mercosul. O susto em Brasília e Buenos Aires foi suficiente para que os governos dos países grandes, pela primeira vez, dessem atenção às reivindicações dos pequenos.

Assim, os ministros e presidentes dos países membros terão na agenda de discussões da 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul um 'Plano para a Superação das Assimetrias'. Os empresários paraguaios e uruguaios alegam que o Mercosul ficou muito aquém das promessas iniciais. Segundo eles, o bloco comercial só foi lucrativo para Brasil e Argentina.

Entre as medidas de sedução, segundo fontes diplomáticas, estão as regras de origem. Nesse caso, o Brasil venceu a resistência da Argentina e deve conseguir a aprovação da flexibilização das regras sobre o conteúdo Mercosul dos produtos exportados pelo Uruguai e Paraguai aos dois principais mercados do bloco. O Paraguai terá direito a compor até 60% de seus produtos com itens importados de fora do Mercosul até 2022.

No caso do debate sobre as assimetrias econômicas, decidiu-se criar um grupo para estudar medidas adicionais para superar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico dos quatro sócios originais do bloco. O grupo deverá apresentar propostas até dezembro. 'Essa é uma questão complicada, levará tempo. Não dá para resolver da noite para o dia', explicou o subsecretário de Integração Latino-Americana e Mercosul da Argentina, Eduardo Sigal.

Também estão sendo debatidos os novos projetos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Nessa reunião, deverão ser aprovados projetos de desenvolvimento para Paraguai e Uruguai. O Focem já financia 11 projetos. Neste ano, contará com US$ 125 milhões em caixa, dos quais US$ 87,5 milhões vindos do Brasil. Além disso, o Mercosul analisa a criação de um fundo para financiar a integração produtiva de pequenas e médias empresas do Mercosul. De quebra, os ministros debaterão um plano para identificar e eliminar os subsídios aplicados dentro dos países que integram o Mercosul. Segundo os sócios pequenos, os incentivos da Argentina e do Brasil para seus setores industriais e agrícolas acabam criando condições de concorrência distorsivas e, conseqüentemente, provocam desvios no fluxo de investimentos. Esse plano será discutido nesta cúpula, mas somente estará pronto para a próxima reunião do Mercosul, no final deste ano.

Um dos pontos de maior interesse para o Brasil será a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC). O Mercosul deve aprovar a proposta do Brasil de elevar a tarifa de importação de confecções e calçados para 35% - a alíquota máxima prevista na TEC. Também aprovará igual pedido da Argentina para tecidos e tapetes. O objetivo é conter as importações, especialmente da China.

Sigal afirmou que a cúpula transcorre num 'clima positivo'. O negociador argentino descartou que a ausência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, colabore para o clima ameno. 'Nada a ver. A Venezuela participa ativamente do Mercosul.'

Bloco inicia discussão para reformar tarifa comum – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007

Alteração visa principalmente aos produtos industrializados e é motivada pela expectativa da conclusão de Doha

O Mercosul abriu ontem o debate sobre a reforma da Tarifa Externa Comum (TEC), em especial dos produtos industrializados, motivado pela expectativa, ainda incerta, de conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo o ministro Carlos Márcio Cozendei, diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, tratou-se de uma discussão preliminar sobre uma alteração que se tornará inevitável, mesmo que o compromisso dos quatro sócios originais do bloco, nas negociações da OMC, não for de abertura incisiva nos seus mercados industriais. A rigor,

essa reforma deverá também adequar a TEC, que começou a ser aplicada em janeiro de 1995, à estrutura produtiva atual do bloco.

Embora indefinida e sob elevado risco de fracasso, as negociações da Rodada Doha indicam que dificilmente o Brasil e seus sócios do Mercosul passarão ilesos a um corte de 50% nas tarifas de importação mais altas para o setor industrial.

A oferta oficial do Brasil na OMC - reservada para o caso de obter concessões agrícolas satisfatórias dos Estados Unidos e da União Européia - equivale ao Coeficiente 30 da Fórmula Suíça, usada para calcular os cortes de tarifas. Os demais sócios do Mercosul tendem a acompanhar essa oferta, de olho nos prováveis ganhos a contrapartida: a abertura do mercado agrícola europeu e a redução dos subsídios concedidos pelos Estados Unidos a seus agricultores.

Essa oferta significaria uma queda na tarifa máxima de importação para bens industriais de 35% para 16,15%. A tarifa média registrada na OMC ficaria em 14,68%. Nas contas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2.474 itens seriam atingidos, ou seja, teriam seu atual nível de proteção tarifária rebaixado à metade, o que os tornaria mais vulneráveis na concorrência dentro do próprio Mercosul. A maioria deles corresponde a bens de consumo.

Para contornar o novo problema de competitividade desse universo, uma das alternativas seria a redução das tarifas de importação aplicadas sobre os insumos usados na fabricação desses bens atingidos pelo corte - opção que ampliaria o escopo da reforma da TEC e lhe daria um caráter bem menos protecionista.

Curiosamente, a discussão sobre a reforma da TEC em função da abertura industrial requerida pela OMC ocorre justamente no momento em que o Mercosul dará seu aval à elevação da tarifa de importação para quatro itens industriais - tecidos, confecções, calçados e tapetes - ao teto de 35%.

Tão polêmica quanto os cortes de alíquotas da TEC, no Mercosul, será a discussão das exceções. O mandato para a abertura do setor industrial, seguido na negociação desse tema na Rodada Doha, prevê exceções para 10% do universo tarifário do setor, no caso de países em desenvolvimento. No Mercosul, isso significa que 880 itens - de um total de 2.474 atingidos pelo Coeficiente 30 - poderiam manter tarifas mais altas que o teto de 16,15% por um período.

Acomodar os interesses dos quatro sócios originais será um desafio a mais para o bloco, que terá de cuidar para não incluir todo um capítulo - como o automotivo, por exemplo - entre os beneficiários da exceção.

Atraso em adesão ajuda a Venezuela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007

Para diplomatas, Chávez desistiu de abrir mercado a Brasil e Argentina

O atraso na tramitação do protocolo de adesão plena da Venezuela ao Mercosul, há quatro meses congelado no Congresso brasileiro, beneficiará o próprio presidente venezuelano, Hugo Chávez, que já não se mostra nada propenso a abrir o mercado de seu país aos produtos argentinos e brasileiros.

Diplomatas da Argentina e do Brasil, reunidos ontem para a 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, avaliam que Chávez mudou de planos, não quer assumir o ônus de recuar e espera por uma decisão negativa dos parlamentares brasileiros.

Há quatro meses, o protocolo está na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da Câmara dos Deputados, onde acabou congelado desde os ataques de Chávez ao Congresso. O texto ainda terá de passar por outras duas outras comissões até ser enviado ao plenário da Câmara, de onde será remetido, se aprovado, ao Senado.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) chama a atenção para o fato de o protocolo permitir à Venezuela usufruir dos direitos de um membro pleno a partir da ratificação do texto pelos Legislativos dos países. Mas suas obrigações serão postergadas. Em especial, adverte a CNI, será jogada para adiante a liberalização do seu mercado para produtos de Brasil e Argentina.

A CNI alerta que tampouco há definição sobre a participação da Venezuela nas negociações em curso do Mercosul com outros países ou blocos, como Israel e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), nem sobre a adesão a acordos já firmados pelo bloco.

Amorim cobra países emergentes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007

Chanceler liga para chileno e discute proposta alternativa levada à OMC

Em um sinal de que o Brasil não está em uma situação confortável na região, o chanceler Celso Amorim decidiu ligar para ministros dos países latino-americanos que patrocinaram uma proposta de cortes de tarifas na Organização Mundial do Comércio (OMC) que vai contra a posição adotada pelo Itamaraty na conferência fracassada de Potsdam.

Ontem, um documento interno da Comissão Européia ainda indicou que, ao contrário do que vinha sendo dito por Amorim, o governo americano estava disposto a reduzir seus subsídios agrícolas e que um acordo nunca esteve tão perto de ser assinado como em Potsdam.

Na semana passada, Brasil, Índia, Europa e Estados Unidos se reuniram na Alemanha para tentar fechar um acordo que pudesse salvar a OMC de um fracasso. O entendimento entrou em colapso em parte por causa da recusa de Brasil e Índia em aceitarem um corte superior a 50% em suas tarifas de importação de bens industriais. Os dois governos disseram estar defendendo os interesses dos emergentes.

Mas um dia após o fracasso de Potsdam, outro grupo de países emergentes, composto por Chile, México, Costa Rica, Colômbia, Peru e economias asiáticas, apresentou uma proposta mais flexível.

Diplomatas sul-americanos revelaram ao Estado que Amorim ligou ao governo chileno para pedir explicações. O chanceler teria pedido que, em futuras iniciativas, que esses países consultassem o Brasil antes.

Novo colapso da Rodada Doha – Paulo – Nogueira Batista Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/06/2007

O campo mais promissor para o Brasil parece ser o das negociações Sul-Sul. O resto é perda de tempo

"ASSIM É a raça humana. Noé deveria ter perdido a arca", observou Mark Twain. O que me fez lembrar essa observação do grande escritor norte-americano foi a intransigência e a arrogância dos Estados Unidos e da União Européia nas negociações da Rodada Doha da OMC. A Rodada Doha foi lançada em 2001 como "Rodada do Desenvolvimento", com discursos grandiloqüentes sobre liberalização da agricultura e a prioridade que seria dada aos interesses dos países em desenvolvimento. O então chanceler brasileiro, Celso Lafer, teve um arroubo quase poético e vislumbrou um "espaço de liberdade".

Não aconteceu. O fracasso da reunião do G4 (EUA, UE, Índia e Brasil) em Potsdam confirma o que já se podia perceber há muito tempo: as grandes potências não farão concessões significativas em agricultura -nem na OMC, nem em acordos biregionais ou bilaterais.

Reina o cinismo. Depois da interrupção do encontro de Potsdam, os europeus e os norte-americanos tiveram a desfaçatez de falar em progressos na área agrícola, atribuindo o fracasso do encontro à inflexibilidade do Brasil e da Índia em matéria de liberalização dos mercados industriais. "Parece que eu estava em outra reunião", comentou o representante brasileiro em Genebra, o embaixador Clodoaldo Hugueney, insistindo na importância "da verdade nas relações internacionais".

A verdade... Tudo indica que norte-americanos e europeus se orientam nesse particular por uma outra observação de Mark Twain: "A verdade é a coisa mais valiosa que temos. Vamos economizá-la". O Brasil atuou bem. Fez o que pôde. Não podia aceitar cortes acentuados nas tarifas sobre importações de bens industriais. Com poucas exceções,

as nossas tarifas já são baixas. Foram substancialmente reduzidas nas décadas recentes. Elas funcionam hoje como compensação parcial para as desvantagens estruturais ou sistêmicas com que se defrontam as empresas brasileiras (deficiências de infra-estrutura, custo tributário, custo do crédito doméstico, entre outras). Na situação atual em que a moeda brasileira registra substancial e persistente apreciação, uma redução expressiva das tarifas de importação poderia colocar em risco diversos segmentos do nosso parque industrial.

A essa altura, parece muito difícil que a Rodada Doha venha a ser reiniciada em bases adequadas. O Brasil terá de mudar a sua estratégia de negociação comercial. Sem ilusões, claro. Nada ganharemos com a retomada das velhas negociações de livre comércio com a União Européia ou com os Estados Unidos. A comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, já avisou: "A Europa nunca será capaz de oferecer bilateralmente o que estava preparada para oferecer nas negociações multilaterais". Os norte-americanos também descartam acordo com o Brasil ou o Mercosul.

Questionada sobre o assunto, a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, caiu na gargalhada.

O campo mais promissor para o Brasil parece ser o das negociações Sul-Sul. Trata-se, primeiramente, de fortalecer e ampliar o Mercosul, além de implementar os acordos assinados pelo bloco com outros países. Novos acordos estão sendo negociados com Israel e com países árabes. Além disso, por meio do Sistema Geral de Preferências Comerciais, poderemos negociar trocas de preferências tarifárias entre países em desenvolvimento, sem estendê-las aos desenvolvidos.

Esse parece parece ser o melhor caminho para nós. O resto é, na melhor das hipóteses, perda de tempo.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 52, escreve às quintas-feiras nesta coluna. Diretor-executivo no FMI, representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago). **pnbjr@attglobal.net**

À espera de desculpas - Eliane Oliveira, Ascânio Seleme e Sergio Fadul – Entrevista com Celso Amorim – O Globo – Economia – 28/06/2007

Chanceler sugere que Chávez se retrate ao Congresso brasileiro para entrar no Mercosul

BRASÍLIA. Um mês após o atrito entre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o Senado brasileiro — que criticou a cassação da licença da emissora de TV mais popular daquele país e foi chamado por Chávez de papagaio dos EUA — o episódio continua mal-resolvido, diz o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O chanceler, que participa hoje da abertura da cúpula de presidentes do Mercosul em Assunção, no Paraguai, sugere algum tipo de retratação de Chávez ao Parlamento brasileiro, para o Congresso ter boa vontade ao votar o ingresso dos venezuelanos como membros plenos do bloco.

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, Amorim diz que o Brasil investirá no fim das assimetrias econômicas que afetam Paraguai e Uruguai. Ele afirma que a ausência de Chávez no evento enfraquecerá o país nas discussões do Mercosul: "As nações são soberanas e emitem os sinais políticos que querem dar". Ele também descarta a retomada da Alca, como alternativa ao fracasso da Rodada de Doha da OMC.

O GLOBO: Alguma novidade nesta reunião de cúpula do Mercosul? CELSO AMORIM: O problema é que o Mercosul se reúne a cada seis meses. Então, temos que ter sempre uma notícia espetacular a cada seis meses e não é fácil. Estamos avançando nas assimetrias, menos do que eu gostaria, para facilitar um pouco a vida do Uruguai e do Paraguai. E há avanço no comércio de moedas locais entre Brasil e Argentina.

E quanto à ausência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez? AMORIM: Eu e o presidente Lula preferiríamos que o presidente Chávez estivesse em Assunção. Mas as nações são soberanas e dão os sinais políticos que querem dar. Claro que a ausência do líder tira um pouco do peso que o país tem numa reunião.

Na semana passada, Chávez disse que estava cansado do que chamou de "velho Mercosul".

AMORIM: Ele nem chegou a entrar, como pode estar cansado? Chávez tem liberdade de emitir as opiniões que quiser, mas achamos que o Mercosul não pode ser chamado de velho, pois só tem 16 anos. É um adolescente e, na história das nações, é um bebê que está evoluindo.

Mas não é difícil ter um parceiro como a Venezuela, que provoca tantos ruídos? AMORIM: Nossa relação bilateral é muito boa. Agora, as concepções de como deve ser a integração nem sempre são as mesmas. Temos de conviver com essas divergências.

Isso ocorre na União Européia (UE).Precisamos nos acostumar a isso sem fazer drama.

O episódio da cassação da licença da RCTV, quando Chávez chamou os parlamentares brasileiros de papagaios dos EUA, foi superado? Como a diplomacia brasileira poderia convencer os parlamentares a aprovarem o ingresso da Venezuela no Mercosul? AMORIM: É preciso um gesto de boa vontade.

Ninguém quer uma autoflagelação da Venezuela, é necessário um gesto positivo em relação ao Congresso brasileiro. Afinal, somos um país democrático e os senadores foram eleitos democraticamente, da mesma maneira que respeitamos e defendemos Chávez, eleito pelo voto popular.

Não precisamos coincidir em tudo, mas seria interessante uma aproximação.

Uma visita de Chávez ao Congresso brasileiro, por exemplo? AMORIM: Não sou eu quem vai dizer a maneira como isso seria feito. Desde que soltamos uma nota rigorosa em resposta à declaração de Chávez, ele nos disse várias vezes que tem muito apreço por Lula. Mas não houve manifestação direta sobre o Congresso brasileiro, e o protocolo de adesão tem que passar por lá.

Tecnicamente, como está o processo de adesão da Venezuela ao Mer cosul? AMORIM: Há um outro aspecto: a distribuição dos cronogramas de liberalização econômica e adequação à Tarifa Externa Comum (TEC). Está pior do que desejaríamos. Não estamos conseguindo nos reunir. O cronograma em relação a Paraguai e a Uruguai já foi acertado, mas o global, que envolve Brasil e Argentina, ainda não está fechado.

O comércio na região não aumentaria na mesma proporção sem o Mercosul? AMORIM: Esse é um segredo que a história é incapaz de decifrar. Minha opinião é que não, porque o comércio cresceu imensamente logo nos primeiros anos de Mercosul.

Que mensagem Lula passará aos presidentes do bloco na cúpula? AMORIM: Ele deve falar sobre as assimetrias e a disposição do país de continuar trabalhando na integração.

A divisão entre Brasil e Índia, de um lado, e EUA e UE, de outro, na Rodada de Doha, pode se configurar num conflito Norte-Sul? AMORIM: Eles (EUA e UE) não gostam de ouvir isso, mas é a realidade. Americanos e europeus acertaram um nível de conforto mútuo: não o pressiono demais nisso, você não me pressiona demais naquilo e nós nos juntamos para pressionar Brasil nisso aqui e a Índia naquilo ali. Não funcionou.

Brasil e Índia abandonaram a reunião do G-4? AMORIM: Não, Brasil e Índia não se retiraram. Brasil e Índia não quiseram participar de uma coisa que caminhava para ser uma certa farsa.

A retomada das negociações da Alca seria uma alternativa? AMORIM: É colocar as energias no lugar errado. É preferível um acordo entre Mercosul e EUA, Mercosul-Nafta ou Mercosul-Canadá, porque já temos acordos com todos os sul-americanos e por causa do contexto negociador da Alca, que é pouco favorável ao Brasil.

Brasil perde preferência nos EUA - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007

Três produtos passarão a pagar impostos para entrar no mercado americanos; medida é considerada retaliação

Os Estados Unidos excluíram três produtos brasileiros do Sistema Geral de Preferências (SGP), medida que está sendo considerada retaliação à posição brasileira na negociação da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e à decisão de pedir a licença compulsória do medicamento Efavirenz, do laboratório americano Merck, Sharp & Dohme.

A Representação de Comércio dos EUA (USTR) anunciou ontem que freios, acessórios de freios e ferrozircônio exportados pelo Brasil passarão a pagar impostos de importação. A medida atinge US$ 224 milhões exportados, que passarão a ter tarifas de 2,5% a 4,2%.

O anúncio surpreendeu a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). 'Achávamos que eles renovariam a inclusão desses produtos. Acredito que seja retaliação do USTR por causa da quebra da patente do Efavirenz e, talvez, por causa da posição do Brasil na negociação de Doha', disse Carlos Cavalcanti, diretor-adjunto de Comércio Exterior do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp.

O outro país atingido pela exclusão foi a Índia. Suas exportações de US$ 2,2 bilhões em jóias de ouro passam ser tributadas. A Índia esteve ao lado do Brasil nas negociações do G4 em Potsdam, que fracassaram. Outros países atingidos foram Venezuela (US$ 263 milhões de metanol),Tailândia (US$ 700 milhões em componentes de jóias) e Filipinas (fiação para ignição). A Tailândia também quebrou a patente de remédio antiaids.

Uma das referências para a concessão do SGP é o respeito à propriedade intelectual. Neste ano, poucos dias depois de o Brasil ser excluído da lista de alerta de propriedade intelectual (special 301) do USTR, o País anunciou a licença compulsória do Efavirenz.

O SGP concede isenção tarifária a US$ 3,6 bilhões exportados pelo Brasil. Pela lei, um país perde o direito à isenção de produtos cujas exportações para os EUA ultrapassem US$ 125 milhões. Mas há possibilidade de o governo americano decidir manter a isenção. A prorrogação da lei, aprovada em dezembro de 2006, recomendava que o Executivo americano revogasse, no dia 1º de julho de cada ano, a autorização para produtos cujas exportações ultrapassem US$ 187,5 milhões (150% do limite de US$ 125 milhões).

Mas a lei deixava espaço para negociação, porque dizia que 'o presidente deveria revogar', não que 'precisa revogar'. Por causa da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, a Fiesp e outros analistas acreditavam que o USTR recomendaria ao Executivo que não excluísse os produtos do SGP.

'Essas determinações refletem a emenda do Congresso (de dezembro) cujo objetivo é fazer do SGP um instrumento poderoso de desenvolvimento, particularmente para os países mais pobres', disse a representante de comércio, Susan Schwab, em uma nota oficial.

Brasil e Argentina são colonialistas, diz jornal – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007

'ABC Color', do Paraguai, ataca tratado sobre Itaipu

O jornal conservador paraguaio ABC Color, o mais influente do país, dedicou a primeira página de sua edição de ontem a um editorial no qual denuncia o 'infame e repudiável neocolonialismo' do Brasil e da Argentina por causa da intenção de ambos de controlar o 'mais valioso recurso energético' do país, a energia hídrica.

O editorial foi publicado horas antes da chegada dos presidentes dos países do Mercosul a Assunção, para participar da 33ª cúpula do bloco, que termina hoje. Para o jornal, o Mercosul é um processo 'inútil'.

A denúncia atende a setores descontentes com os tratados firmados pelo país com o Brasil e a Argentina para a construção das Hidrelétricas de Itaipu e de Yaciretá. Brasil e Argentina se recusam a renegociar esses acordos.

Segundo o ABC, o 'absoluto desprezo pela soberania paraguaia' começou em 1973, quando Argentina e Brasil recorreram aos 'iníquos e leoninos acordos negociados com autoridades corruptas da ditadura de Alfredo Stroessner' para explorar a energia do Rio Paraná.

Para o jornal, com base nos termos dos tratados, a Argentina e o Brasil criaram um 'mecanismo vergonhoso de usura que permite aumentar as gigantes dívidas das companhias binacionais (das hidrelétricas)'.

No texto, o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, foi chamado 'traidor da Pátria' por tentar convencer os parlamentares do país que a dívida da Yaciretá, de US$ 10,9 bilhões, decorre de um cálculo contábil e por sugerir a sua troca pela venda de energia barata à Argentina.

Apesar das pressões, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou claro, em sua visita oficial a Assunção, em maio, que o tratado de Itaipu não seria rediscutido.

O Paraguai reivindica mudanças das regras de pagamento da dívida de US$ 19 bilhões da Binacional Itaipu com o Tesouro Nacional e a Eletrobrás, fixadas no Tratado de Itaipu, de 1973, e no acordo de renegociação da dívida, de 1997. Há pelo menos dois anos, o Paraguai pressiona pelo 'fim da dupla indexação' das parcelas dessa dívida, o equivalente a US$ 1,7 bilhão em 2005.

O acordo de 1997 estabeleceu a remuneração da dívida com base em uma taxa de juros fixa de 7,5% ao ano, mais a variação da inflação americana, medida por dois índices. Na época, a inflação nos Estados Unidos era quase negativa. Hoje, mais alta, passou a pesar nos compromissos de Itaipu com o caixa brasileiro.

O argumento para eliminar a indexação pela inflação americana é tortuoso: isso diminuiria os desembolsos de Itaipu com a dívida e, assim, restaria mais dinheiro para obras sociais da empresa em ambos os países.

'Se os ricos não abrirem a agricultura, não tem negócio' - Leonencio Nossa e Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007

Presidente Lula reafirma posição brasileira nas negociações da Rodada Doha - Às vésperas de uma viagem para discutir com dirigentes europeus o impasse nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou que o Brasil não recua da posição assumida na semana passada, na Alemanha, de só falar de redução de tarifas de importação de bens industriais se os Estados Unidos e a União Européia diminuírem os subsídios da agricultura.

'Não podemos trabalhar com eles no século 21 como se trabalhou no século 20', disse ele, no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, no Palácio do Planalto. 'Devem compreender que os países emergentes precisam ter a oportunidade de disputar com eles', ressaltou. 'Não tem acordo.'

Foi a primeira manifestação pública de Lula desde o fracasso da reunião da OMC em Potsdam, Alemanha. Durante o encontro, Brasil e Índia não concordaram em reduzir em

50% suas tarifas de importação de bens industriais. Os Estados Unidos e os países europeus criticaram a posição dos dois emergentes de se retirar das negociações.

Lula disse que, 'no fundo', os países ricos queriam abrir o mercado de bens dos emergentes sem aceitar a abertura do mercado agrícola, setor em que as nações em desenvolvimento são mais competitivas. 'Então, não tem negócio', afirmou.

O presidente relatou que, numa conversa na sexta-feira passada por telefone, o então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, tentou convencê-lo a aceitar os termos do acordo propostos por americanos e europeus.

'O Tony Blair me ligou ponderando que, se o Brasil não aceitasse o coeficiente que eles iam propor para a indústria, não tinha acordo', contou. 'Eu falei: então não tem acordo, porque, mais uma vez, vocês querem que os países emergentes, os países pobres, abram as suas porteiras e vocês lacrem as de vocês.'

Lula também relatou que, na conversa com Blair, disse que aceitaria viajar para qualquer lugar para discutir a retomada das negociações. A visita de Lula a Portugal, na próxima quarta-feira, inclui encontros com a chanceler alemã, Angela Merkel, o chefe de governo da Espanha, José Luiz Zapatero, e o presidente de Portugal, Cavaco Silva. 'Mas, se eles não abrirem a agricultura, não tem mais conversa', avisou. A platéia, formada por representantes do agronegócio, aplaudiu.

PRESSÃO

Lula lembrou que os Estados Unidos queriam aumentar de US$ 15 bilhões para US$ 17 bilhões o limite de subsídios aos agricultores e o Brasil queria que esse limite ficasse em US$ 12 bilhões. Ele reclamou ainda da pressão dos países ricos para que os emergentes, como Brasil e Índia, abrissem seus mercados para produtos industrializados.

O presidente disse que, como é do interesse do País ser competitivo no mercado mundial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem permitido que os frigoríficos consigam investimento para competir no mercado externo. O banco deu apoio ao frigorífico Friboi para comparar a empresa americana Swift.

O Brasil, segundo Lula, está em vias de construir o primeiro 'carro verde'. 'Dia desses tive a notícia extraordinária de que a Braskem vai fabricar plástico a partir do álcool', disse ele.

Amorim espera palavra simpática do venezuelano – Folha de São Paulo – Mundo – 29/06/2007

DA REDAÇÃO - O chanceler brasileiro, Celso Amorim, disse ontem que espera "uma palavra simpática" do presidente venezuelano Hugo Chávez em relação ao Congresso brasileiro, "que foi eleito legitimamente".

"Acho que isso ajudaria, a boa vontade é sempre positiva de lado a lado", completou Amorim, que está em Assunção, no Paraguai, para a cúpula do Mercosul. Chávez chamou o Congresso brasileiro de "papagaio" de Washington depois do pedido feito pelo Senado para que ele revisse a decisão de não renovar a concessão da RCTV.

O vice-chanceler venezuelano para a América Latina e o Caribe, Rodolfo Sanz, que está na cúpula, afirmou que Chávez não deve desculpas "porque não houve ofensa". Disse ainda que a política de integração "não é determinada pelos grupos econômicos do Brasil". Na semana passada, Chávez disse que não está interessado no "velho Mercosul", dominado por "oligarquias".

Em Brasília, a Câmara barrou ontem a aprovação de dois acordos do Brasil com a Venezuela, um na área tributária e outra na de comunicações, por ação do PSDB. "O Congresso foi ofendido pelo presidente da Venezuela. Há uma escalada autoritária naquele país", disse o líder tucano na Casa, Antônio Carlos Pannunzio (SP).

Com a Sucursal de Brasília

Sem abertura na agricultura, não tem mais conversa com EUA e UE, afirma Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Uma semana após Estados Unidos e União Européia terem travado com o Brasil um intenso tiroteio por conta do fracasso das negociações de liberalização comercial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que, sem abertura na agricultura, "não tem mais conversa" com europeus e americanos.

"Se eles não abrirem a agricultura, não tem mais conversa. Não podemos trabalhar com eles no século 21 como se trabalhou no século 20", disse.

"Eles precisam compreender que os países emergentes precisam ter a oportunidade de disputar com eles", completou Lula, ao anunciar sua visita a Portugal na semana que vem, quando terá encontros com diferentes líderes europeus.

Lula falou rapidamente sobre a Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), ontem, no Palácio do Planalto, em evento de lançamento do novo plano safra da agricultura empresarial.

O presidente, ao adotar um discurso duro, procurou explicar os motivos que, na semana passada, resultaram no fracasso das conversas do G4 (Brasil, EUA, Índia e União Européia), cujo objetivo era salvar a rodada de negociações comerciais. Na ocasião, o presidente americano, George W. Bush, criticou diretamente o governo brasileiro. **(EDUARDO SCOLESE)**

O bloco do 'cada-um-por-si' - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/06/2007

Reunião de cúpula do Mercosul é marcada por insatisfação crescente de países-membros

ASSUNÇÃO Areunião de cúpula de chefes de Estado do Mercosul, que começa hoje na capital paraguaia, trará à tona pelo menos um ponto em comum: a insatisfação com o bloco. Governos, empresários e a sociedade em geral estão, cada um com suas razões, em posição desconfortável com uma união aduaneira que não avança devido aos problemas internos e à morosidade na procura de acordos comerciais com outros mercados de fora da América do Sul.

Um das conseqüências desse quadro de estagnação e do tempo perdido com pendências internas é a ausência dos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e dos associados Alvaro Uribe, da Colômbia, e Alan Garcia, do Peru. Chávez, que preferiu negociar comércio e armamento na Rússia, na Bielo-Rússia e no Irã, já demonstra uma posição independente e não dá sinais de que reduzirá facilmente suas tarifas de importação.

O vice-chanceler venezuelano, Rodolfo Sanz, disse ontem que seu governo não fará qualquer tipo de retratação aos parlamentares brasileiros em troca da aprovação, pelo Senado, da adesão de seu país ao Mercosul. A declaração foi uma resposta à sugestão de aproximação feita pelo ministro das Relações

Exteriores, Celso Amorim, em entrevista ao GLOBO.

Paraguai rejeita barreiras do Brasil

Para piorar a situação, o Paraguai vetou ontem medida importante prometida pelo governo brasileiro para compensar as indústrias de confecções e calçados pelas perdas causadas pelo real valorizado: o aumento para 35% das tarifas de importação desses produtos. A elevação, anunciada há cerca de um mês pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, precisava da aprovação de todos os sócios do Mercosul.

Os paraguaios sugeriram que o assunto seja resolvido antes entre os empresários dos quatro países.

Um sinal do desentendimento entre os países do bloco é o editorial de primeira página publicado na edição de ontem do diário paraguaio "ABC Color". Segundo o jornal, Argentina e Brasil são "neocolonialistas" e "violam deslealmente a soberania do Paraguai em Itaipu e Yacyretá", referindo-se às hidrelétricas que o país compartilha no Rio Paraná com os vizinhos.

Na Venezuela, parte dos empresários está preocupada com a invasão de produtos brasileiros, especialmente manufaturados, e reclama do superávit comercial que só faz crescer a favor do Brasil. A insubmissão de Chávez e suas críticas ao Mercosul não se justificam, portanto, apenas por sua necessidade de se projetar como líder, em uma clara disputa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— O Mercosul não pode ser apenas um bloco que se reúne a cada seis meses. Não pode ser apenas encontros sucessivos de presidentes. Precisamos de instituições mais robustas.

Montevidéu (sede do Mercosul) tem de ser como Bruxelas (sede da União Européia) — reconheceu o assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

O nível de insatisfação com o Mercosul será demonstrado hoje pelos presidentes, acreditam diplomatas

que participaram ontem da reunião prévia de chefes de Estado. Lula, por exemplo, destacará os

avanços já obtidos, defenderá medidas para reduzir as assimetrias, mas fará um apelo para que todos se

unam no combate à ineficiência, que atinge o sistema de solução de controvérsias e o planejamento e a

execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento.

Na cúpula de Assunção, foram aprovadas medidas para agradar aos sócios menores. Paraguaios e

uruguaios foram beneficiados com a prorrogação, até 2022, dos índices de nacionalização de 40%

(Paraguai) e 50% (Uruguai). Os dois sócios pediam índices menores, ou a flexibilização das regras de

origem, mas enfrentaram forte resistência dos argentinos. (*) Com agências internacionais

VENEZUELA NEGA RETRATAÇÃO A PARLAMENTARES , na página 28

Venezuela não vai se retratar com parlamentares, como propôs Amorim - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/06/2007

Para chanceler, Chávez apenas reagiu à intromissão do Senado brasileiro

ASSUNÇÃO. A sugestão do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista ontem ao GLOBO, para que Hugo Chávez tente uma aproximação com o Congresso brasileiro, foi mal recebida pelas autoridades venezuelanas que participam da reunião de cúpula de chefes de Estado do Mercosul. O vice-chanceler da Venezuela, Rodolfo Sanz, afirmou ontem na capital paraguaia que seu governo não fará qualquer retratação aos parlamentares brasileiros em troca da aprovação, pelo Senado, do protocolo de adesão de seu país ao bloco.

Sanz disse que houve intromissão dos senadores em assuntos internos — a não-renovação da licença da emissora de televisão RCTV — e que há no Parlamento brasileiro representantes da direita que defendem os interesses de grupos econômicos contrários ao ingresso da Venezuela no Mercosul: — Nossas decisões internas não podem ser condicionadas à aprovação do protocolo de adesão. Há setores políticos da direita brasileira que vêem o ingresso da Venezuela no Mercosul como um elemento pernicioso às negociações do bloco com outros países. Essa postura encobre o desejo de grupos econômicos que não apostam na integração verdadeira.

Há um mês, Chávez, que está em Moscou e não participará da cúpula, chamou os parlamentares brasileiros de "papagaios dos americanos".

Foi sua reação a uma carta do Senado brasileiro pedindo que ele revisse a decisão de não renovar a licença da RCTV.

— O presidente Chávez não tem do que se retratar, nem de se desculpar. Ele responde às declarações que ferem a soberania do país. Nisso, não fazemos qualquer tipo de concessão — disse Sanz. Ele também criticou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em estudo recente, a CNI alertou que, quando o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul for totalmente ratificado pelos Congressos dos quatro países do bloco (Uruguai e Argentina já aprovaram, faltam Brasil e Paraguai), os venezuelanos se beneficiarão do livre mercado. No entanto, não há ainda garantia de que o país vizinho reduzirá suas tarifas de importação, devido ao atraso na apresentação dos cronogramas.

— São inaceitáveis as declarações dessa associação, que vê a integração como simples comércio e como maximização de lucros de suas empresas.

Isso não é integração — disse Sanz. — Nenhum país abre suas fronteiras para ser liquidado por multinacionais.

Procurada, a CNI disse que não comentaria as declarações de Sanz.

Garcia vê discurso ideológico de industriais Amorim disse que sua sugestão não é para Chávez pedir desculpas, mas tentar uma aproximação positiva: — Uma palavra simpática do presidente Chávez em relação ao Congresso brasileiro, que afinal de contas foi eleito legitimamente. Acho que isso ajudaria.

A boa vontade sempre é positiva, de lado a lado.

Já o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, disse que há "cegueira" da parte de alguns industriais brasileiros contrários ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

— Em alguns casos, percebo um discurso de natureza políticoideológica.

Sanz, que fora cobrado pelo chanceler uruguaio, Reinaldo Gargano, pelo atraso na apresentação dos cronogramas, assegurou que seu país cumprirá o novo prazo, 9 de setembro.

Brasil foi o país que mais ganhou com o Mercosul, indica estudo - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 29/06/2007

Dezesseis anos depois de lançado o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, o Brasil foi o país que mais se beneficiou da integração regional como um todo. Por outro lado, a integração não conseguiu reduzir os desequilíbrios de renda e desenvolvimento que atingem não só os países menores do bloco - Paraguai e Uruguai - mas também regiões inteiras do Brasil e da Argentina, que até agora não foram beneficiadas pela união aduaneira entre os quatro países.

Esta é a conclusão de um trabalho intitulado "Assimetrias no Mercosul: Impedimento para o Crescimento?", elaborado e recém-concluído pela Rede de Investigações Econômicas do Mercosul. A Rede Mercosul é composta de quase uma centena de economistas ligados às universidades do Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil (da qual fazem parte UFRJ, Ipea, Unicamp e Funcex). Eles estudam os principais aspectos econômicos do bloco e já lançaram cerca de dez livros, além de inúmeros "papers".

O trabalho que analisa as assimetrias foi coordenado pelo Centro de Análises e Difusão da Economia Paraguaia (Cadep) e pelo Departamento de Economia (Decon) da Universidade da República do Uruguai. É composto por quatro estudos distintos, dois que

apontam o estado atual das desigualdades, um que analisa políticas já implementadas e sugere novas (a cargo de economistas da Universidade do Uruguai) e um que analisa como outros blocos econômicos, principalmente a União Européia, atuaram para resolver as assimetrias entre os países-membros.

Os modelos econométricos aplicados não se limitaram às fronteiras políticas, mas dividiram o Mercosul em regiões econômicas. Dessa divisão ficou demonstrado que, nesses 16 anos de integração, as brechas de desenvolvimento que haviam entre as regiões começaram a diminuir entre 1991 e 1995, mas desde então voltaram a alargar-se. Geograficamente, as regiões que mais ganharam com a integração estão na Argentina (Patagônia, no extremo sul, Pampa, no centro, região de pecuária, e a Grande Buenos Aires) e as que mais perderam são o Norte e o Nordeste do Brasil e o Paraguai.

"Não se pode saber qual a influência do Mercosul na redução ou aumento dessas diferenças, mas sabe-se que houve fatores que aceleraram e outros que retardaram o crescimento dessas regiões", diz o economista paraguaio Fernando Masi, diretor do Cadep e coordenador do estudo. Masi foi secretário de política econômica do Ministério da Economia do Paraguai entre 2003 e 2004 e participou da equipe que implementou o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Na parte do trabalho que analisa o atual estado das assimetrias, os economistas mostraram que o Brasil foi o grande ganhador do processo de integração em seu principal aspecto: a liberalização tarifária. Sem barreiras para vender seus produtos dentro do Mercosul, os setores produtores de bens de alta tecnologia (e maior valor agregado) brasileiros ganharam um espaço de exportação dentro do bloco que não teriam fora dele. "A Argentina, o Uruguai e o Paraguai começaram a importar do Brasil máquinas e equipamentos que antes eram importados de outros países, porque ficou mais barato", explica Masi.

No período analisado, informa o estudo, o Brasil apresentou melhoras competitivas em vários setores industriais, especialmente nos de químicos, maquinaria elétrica e não-elétrica, equipamentos de transporte, profissionais e científicos. Os países menores ganharam competitivamente nos setores industriais de tecnologia baixa (como têxtil, confecções e calçados) e manufatura de recursos naturais (tabaco, bebidas e alimentos, entre outros).

"No caso do Paraguai, embora sejamos mais atrasados industrialmente, estamos exportando muito mais produtos industriais, como roupas, tecidos, alimentos processados, bebidas, manufaturas de couro e madeira", diz o economista.

Nem por isso o Brasil passou à frente dos vizinhos em renda per capita, como mostra o quadro acima. "Isso se deve a que os indicadores sociais da Argentina e do Uruguai sempre foram e continuam sendo melhores que os do Brasil", diz Masi.

Segundo ele, regiões que já detinham fatores de impulso ao desenvolvimento (produtividade, competitividade, localização geográfica, institucionalidade), conseguiram aproveitar melhor o ambiente de liberalização tarifária criado com a integração regional. Assim, as que mais ganharam com o Mercosul foram as mais ricas da Argentina, enquanto o Sul e o Sudeste do Brasil e o Uruguai também ganharam, porém menos.

As regiões que nunca reuniram as condições de vantagem comparativa foram ficando para trás. Estão na classificação de "perdedoras" o Norte e o Nordeste do Brasil e o Paraguai. Para Masi, o atraso dessas regiões não pode ser atribuído ao Mercosul, mas sim à falta de políticas de desenvolvimento, que impediu o acesso aos benefícios da integração.

A contribuição do Mercosul para a redução das desigualdades está na implementação de políticas de apoio a essas regiões. "Sem isso nunca vamos chegar ao estágio de mercado comum ao qual chegou a Europa, por exemplo", diz Masi. Ele afirma que, no caso europeu, "ficou provado que só a abertura de mercado não é condição suficiente para a convergência de renda das áreas menos desenvolvidas". Se não forem adotadas políticas de desenvolvimento, diz ele, "o Uruguai e o Paraguai vão levar 20 anos para participar de forma mais significativa da produção industrial mais avançada do Mercosul".

"Se não abrirem a agricultura, não tem conversa", diz Lula sobre Doha - Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 29/06/2007

Às vésperas da primeira reunião de cúpula União Européia-Brasil, marcada para a próxima semana, em Lisboa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou um tom duro para acusar europeus e americanos de exigir mais benefícios do que oferecem aos países em desenvolvimento nas negociações comerciais para retomar a Rodada Doha. "Se eles não abrirem a agricultura, não tem mais conversa", declarou. "Não podemos trabalhar com eles no século XXI como se trabalhou no século XX. Eles precisam compreender que os países emergentes precisam ter a oportunidade de disputar com eles."

Em discurso a lideranças e parlamentares ruralistas, no Palácio do Planalto, Lula afirmou que o fracasso na retomada das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi causado pela insistência dos países ricos na abertura do mercado de bens industriais dos emergentes. "No fundo, no fundo, nós iríamos abrir mais o nosso mercado de produtos industriais, e eles não iriam abrir para nós aquilo em que nós somos tão competitivos quanto eles, que é o mercado agrícola."

Lula afirmou que, em telefonema na sexta-feira passada, o então premiê britânico Tony Blair "exigiu" do Brasil um corte na proteção à indústria local. "Ele disse que se o Brasil não aceitasse o coeficiente que eles iam propor para a indústria não tinha acordo. Eu falei: então não tem acordo, porque mais uma vez vocês querem que os países emergentes, os países pobres, abram as porteiras e vocês lacrem as de vocês", disse o presidente.

Estimulado pelo apoio da platéia de ruralistas, ávidos pela abertura dos mercados europeu e americano, Lula afirmou que as negociações no âmbito da OMC são puramente políticas, e não têm a ver com questões técnicas. "O momento de negociação dos técnicos acabou, agora é decisão política."

Em resposta a discursos de produtores rurais pela abertura de novos mercados, o presidente informou que insistirá no tema durante a cúpula UE-Brasil, em Portugal. "Estou viajando na terça-feira para Portugal, vou ter encontros com representante da União Européia [Durão Barroso], com a chanceler alemã [Angela Merkel], com o presidente de Portugal [Aníbal Cavaco Silva], com o primeiro-ministro da Espanha [José Luiz Rodríguez-Zapatero]". E ameaçou: "Mas se eles não abrirem a agricultura, não tem mais conversa".

Em relato sobre a fracassada tentativa de relançar a Rodada Doha da OMC, ocorrida na semana passada em Potsdam, na Alemanha, o presidente Lula afirmou que "nós queríamos que eles abrissem na questão da agricultura, eles não abriram e começaram a fazer pressão para que os países emergentes abrissem para os produtos industriais".

Segundo Lula, as exigências dos países emergentes eram a redução dos subsídios concedidos ao setor agropecuário dos países ricos. "Para se chegar a um acordo, os EUA deveriam reduzir os seus subsídios, que tinham um limite de US$ 40 bilhões", disse. Segundo ele, os EUA aplicaram subsídios de US$ 15 bilhões nos últimos três anos.

Democracia e integração econômica - Fábio Ulhoa Coelho – Estado de São Paulo – Espaço Aberto -30/06/2007

Para a História, o fracasso da Rodada Doha é nada. Se, como tudo indica, vier a ocorrer, não passará de pequeno revés na irrefreável integração do planeta num só mercado. A globalização (eliminação das fronteiras nacionais como referência do comércio) não se detém, porque o capitalismo tem insaciável sede de mercado. Regime econômico de crises periódicas e injustiças permanentes, ele depende do constante desbravar de novos pólos de consumo.

Após a derrocada dos modelos de planificação centralizada, marcada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, não sobreviveu nenhuma alternativa, ainda que teórica, à organização da economia com base na liberdade de iniciativa. Como essa liberdade está sempre acompanhada de alguma anarquia (produz-se o que não é preciso e se deixa de produzir o que é), o modelo só funciona se houver constante expansão dos mercados.

Uma das chaves da prosperidade no capitalismo é a criatividade na criação de mercados. O fordismo, num de seus aspectos menos conhecidos, mas de grande importância estratégica para o fortalecimento da economia dos EUA, mostrou que pagar bem ao operário fazia dele também um consumidor. Engenhosa maneira de criar mercado.

Durante a 1ª Guerra, a economia norte-americana cresceu vendendo onde as empresas européias momentaneamente estavam sem condições de operar (isto é, na própria Europa e em suas colônias). Finda a conflagração, as empresas européias aos poucos se reorganizaram e retomaram esses espaços. Os EUA, então, enfrentaram uma crise de superprodução, que está na origem da quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

A 2ª Guerra Mundial foi a última disputa bélica por mercados coloniais. Uma das conquistas do vencedor, os EUA, foi o compromisso, em Bretton Woods, de que os Aliados eliminariam de vez o que ainda restava dos entraves dos antigos pactos coloniais. O objetivo, claro, era aumentar os mercados.

Sem mais colônias para escoamento de seus produtos, a Europa encontrou na integração econômica, em meados do século passado, a via de aumento dos mercados. Desde então vem implantando um portentoso projeto de eliminação das fronteiras nacionais que sinaliza ao resto do mundo como será o futuro da economia.

Por paradoxal que soe, a Rodada Doha deve fracassar porque a economia mundial está num momento bom. Quando o ciclo de prosperidade se esgotar e as negras nuvens da

próxima crise de superprodução surgirem no horizonte, a saída será o aprofundamento da integração econômica global. EUA e União Européia, então, estarão fortemente interessados em reduzir seus astronômicos subsídios agrícolas em troca do acesso ao mercado brasileiro e de outros países em desenvolvimento.

Pois bem, se a globalização é inevitável, interessa apenas calcular o momento certo para negociar cada etapa do aprofundamento da integração, para que seja a mais frutífera para o Brasil.

Este é o contexto para discutir a importância da cláusula democrática nos processos de integração. Por meio dela se estabelece que somente podem participar da integração econômica, e dela se beneficiar, Estados democráticos. De início, vale o registro de que nem todos os processos de integração contemplam essa cláusula. Nos menos ambiciosos, que se contentam com a formação de meras zonas de livre comércio, não preocupa a inexistência de democracia em parte do bloco. Já nos mais ambiciosos, que miram a constituição de mercados comuns ou mesmo comunidades econômicas, a cláusula tem sido prestigiada.

Não é à toa que o aprofundamento da integração econômica está associado à defesa da democracia. Não se trata apenas de uma ajuda da economia à causa democrática. Na verdade, a plena liberdade de iniciativa se alimenta de outras liberdades, em especial a de imprensa.

Ilustra bem essa dependência a questão dos direitos dos consumidores. Onde é assegurada a plena liberdade de imprensa, graves desrespeitos a esses direitos são amplamente divulgados, com repercussão evidentemente negativa para o empresário envolvido - e em alguns casos até mesmo para todo um segmento do empresariado. Empresas que operam em país sem liberdade de imprensa têm mais condições, por meio de pressões políticas, de impedir ou maquiar a notícia de um acidente de consumo, por exemplo.

Gozam, assim, de uma inconcebível vantagem competitiva relativamente aos que operam em país democrático, tornando difícil o aprofundamento da integração econômica além do nível da zona de livre comércio. O cerceamento da liberdade de expressão pode gerar outras vantagens competitivas indevidas, que impedem a formação de um mercado comum, porque reduz ou suprime o controle social sobre os governantes. Quando a imprensa não é livre, tendem a ser maiores a corrupção, a sonegação de impostos, o direcionamento de licitações, a manipulação da autoridade de defesa da concorrência, a falta de independência dos juízes e outras distorções prejudiciais ao modelo de liberdade de iniciativa. Nas ditaduras o ambiente econômico é bem diverso do das democracias.

Então, é correta a hesitação do Congresso Nacional brasileiro em aprovar o ingresso da Venezuela no Mercosul. Enquanto não ficar claro se ela tem realmente condições de cumprir a cláusula democrática do bloco, convém não precipitar qualquer decisão. Nenhum mercado comum pode ser consistentemente construído se não houver a completa eliminação das vantagens competitivas derivadas dos marcos institucionais dos países em

integração. É o caso, em outros termos, de calcular se a integração econômica com a Venezuela não deveria aguardar momento institucionalmente mais propício.

A globalização nivela pelo alto. A expansão da democracia para onde houver mercados totalmente integrados é só uma das implicações positivas desse complexo processo histórico.

O Mercosul e Chávez – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 30/06/2007

A maior parte da conta ficou de novo para o Brasil, na reunião de cúpula do Mercosul, em Assunção, encerrada na sexta-feira. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou na noite anterior com um mimo para o presidente paraguaio, Nicanor Duarte Frutos: a Medida Provisória 380, destinada a regularizar a atividade dos sacoleiros, principais clientes do comércio de Ciudad del Este, vizinha de Foz do Iguaçu. Horas antes, chanceleres e ministros de Fazenda haviam aprovado a criação de um fundo para financiamento de pequenas e médias empresas do bloco. É fácil adivinhar de onde sairá a maior parte do dinheiro. Em contrapartida, o Paraguai vetou a aprovação, na conferência de cúpula, de uma tarifa comum mais alta para conter a invasão de sapatos e roupas importados da China. O assunto ficou para depois. Além disso, o presidente brasileiro teve de ouvir um discurso do boliviano Evo Morales contra a produção de etanol - um dos programas defendidos com maior empenho pelo governo brasileiro. Morales não teve o cuidado, sequer, de escolher palavras macias. "O senhor Castro", disse ele, citando o presidente cubano, "advertiu contra a sinistra idéia de converter alimentos em combustível."

O coronel Hugo Chávez, da Venezuela, outro guru do presidente boliviano, também brilhou em Assunção, embora tenha faltado à reunião para visitar a Rússia, a Belarus e o Irã. O vice-presidente venezuelano, Jorge Rodríguez, esbravejou contra os "grupos da direita reacionária" contrários à incorporação de seu país no Mercosul. Um dia antes, o vice-ministro venezuelano de Relações Exteriores para a América Latina e o Caribe, Rodrigo Sanz, havia sido mais explícito, condenando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) por sua resistência à admissão da Venezuela como sócia do bloco. A CNI protesta contra o ritmo de liberalização comercial pretendido pelo governo venezuelano. Além disso, alerta para o perigo de subordinar à opinião de Chávez qualquer negociação do Mercosul com as grandes potências.

O governo da Venezuela não ficou sozinho em sua investida contra os industriais brasileiros. Teve o apoio do assessor especial para Assuntos Internacionais do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia. Segundo Garcia, o governo leva em conta a opinião dos empresários e dos sindicalistas, mas deve zelar, antes de tudo, "pelo interesse nacional".

Nesse caso, é difícil dissociar o interesse nacional dos objetivos apontados pelos dirigentes e técnicos da CNI e também da Fiesp. Eles não estão pedindo medidas protecionistas, freqüentemente passíveis de contestação. Também não estão pedindo

favores ao Tesouro Nacional. Estão simplesmente chamando a atenção para dois pontos: 1) o governo venezuelano pretende condições e prazos muito diferenciados para ajustar seu país às normas do Mercosul; e 2) o Mercosul precisa de maior integração no mercado global, por meio de acordos bilaterais e inter-regionais, e não tem sentido sujeitar a diplomacia do bloco aos objetivos políticos de Hugo Chávez.

Essas opiniões são simplesmente sensatas. O comércio entre Brasil e Venezuela tem crescido sem depender de alianças políticas ou de acordos complexos entre os dois países. Poderá continuar em expansão com ou sem Mercosul, desde que o governo venezuelano não opte pela adoção de barreiras políticas.

Esses são os interesses comerciais e econômicos. Não há outros em jogo, neste momento, nem pode haver, se o governo brasileiro não estiver disposto a seguir o presidente Chávez na escolha de seus desafetos. Se esse for o caso, o presidente Lula e seus assessores devem explicar ao público brasileiro, com urgência, sua concepção de interesse nacional.

O presidente Lula disse em Assunção ser preciso fortalecer o Mercosul como "interlocutor internacional", especialmente se fracassar a Rodada Doha de negociações internacionais. De fato, ou se prepara o bloco para negociar com os parceiros mais importantes ou o melhor será dissolver a união aduaneira e retornar à condição de zona de livre-comércio. Nesse caso, cada qual ficará livre para se entender com quem quiser, sem ter de levar em conta uma tarifa externa comum.

A incorporação da Venezuela não contribuirá para o fortalecimento do bloco para essa finalidade, a não ser que o grande objetivo venha a ser a negociação de acordos Sul-Sul. Dado o lamentável currículo da diplomacia petista, essa hipótese não é totalmente descartável.

Lula é alvo de críticas no Mercosul - Denise Chrispim Marin Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007

Evo Morales ataca projeto de biocombustíveis; concessões não evitam reclamações do Paraguai e do Uruguai

A 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, concluída ontem em Assunção, foi marcada pelos torpedos disparados pela vizinhança contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de acertos da diplomacia brasileira para atender aos apelos das economias menores do bloco, o Uruguai e o Paraguai, Lula deixou Assunção carregado por novas críticas de Evo Morales, da Bolívia, ao seu caro projeto de biocombustíveis e pelo veto paraguaio a seu pedido de elevação ao teto de 35% da Tarifa Externa Comum (TEC) para calçados e confecções.

Poucos minutos depois de o presidente Lula defender os biocombustíveis, em discurso oficial, seu colega Evo Morales voltou a atacar o projeto, que afirmou ser uma 'sinistra idéia de converter alimentos em combustíveis para famintos carros americanos'. Em seu discurso, Evo se referiu à reportagem da edição de abril da revista britânica The Economist.

A contragosto, a publicação concluíra que o líder cubano Fidel Castro estava certo ao criticar os biocombustíveis. Evo reproduziu a observação da revista de que a demanda para a produção de etanol, a partir do milho, havia elevado os preços do grão nos Estados Unidos e, conseqüentemente, disparou os preços da terra e das carnes. 'O senhor Castro advertiu contra a sinistra idéia de converter alimentos em combustível.'

Lula, ao contrário, dissera que a experiência brasileira na produção de etanol, biodiesel e H-bio demonstra que não há comprometimento da segurança alimentar e destacou o enorme potencial ambiental, social e econômico do projeto.

'Os biocombustíveis oferecem uma oportunidade sem paralelos para transformarmos a região (Mercosul) em pólo industrial e tecnológico na vanguarda dessa revolução energética.' Antes de deixar Assunção, o presidente brasileiro conversou reservadamente com Evo Morales.

PARAGUAI - Em conversas paralelas ao encontro semestral do Mercosul, Lula oferecera ao Paraguai a construção de linhas de transmissão de energia elétrica em seu território, custeadas pela Eletrobrás, e anunciara a edição da Medida Provisória 380, que cria uma espécie de Simples para os sacoleiros que compram no país. Esses temas foram tratados na noite de anteontem, durante encontro entre Lula e o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos.

A delegação paraguaia, entretanto, respondeu à boa vontade do governo Lula com a decisão de vetar o pedido brasileiro de elevação da tarifa de importação de confecções e de calçados - embora anos atrás tenha aprovado igual pedido da Argentina. O pedido não chegou nem a ser apresentado na reunião de ministros. Ontem, as autoridades brasileiras descartavam o risco de a medida não ser aprovada, no final de negociações entre empresários dos dois países. O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, iniciará essas conversas na próxima semana, em Assunção.

Atento aos constrangimentos causados pelas queixas do Uruguai e do Paraguai contra os sócios maiores do bloco, o presidente Lula destacou que as 'vantagens do mercado integrado somente serão reais quando estiverem ao alcance de todos' e reconheceu que, em 16 anos, o Mercosul não é ainda 'o que sonhamos'. E mencionou a lista de medidas acertadas ontem pelos ministros de Relações Exteriores e da Fazenda.

Entre elas, estão o prazo até 2009 para eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) sobre produtos importados de fora do bloco, a criação de um fundo para financiar pequenas e médias empresas e a ampliação dos projetos de desenvolvimento paraguaios e uruguaios. Mais informações nas págs. B4, B5, B8, B10 e B11

Venezuela volta a atacar a 'direita' - Denise Chrispim Marin e Ariel Palácios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007

Vice-presidente repetiu críticas de ministros de que conservadores resistem à entrada do país no Mercosul

A Venezuela voltou a atacar os 'grupos da direita reacionária' que se opõem ao processo de integração do Mercosul. Trata-se de expressão similar àquelas utilizadas, anteontem, nos ataques de dois ministros venezuelanos ao Congresso brasileiro e à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Desta vez, o cenário foi oficial e não o palanque para a imprensa. Na 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, o vice-presidente da Venezuela, Jorge Rodríguez, valeu-se de seu discurso para criticar especialmente os setores supostamente contrários ao ingresso pleno de seu país ao Mercosul.

'Os setores conservadores inimigos da integração, a direita reacionária, são os mesmos que resistem à incorporação plena (da Venezuela)', disparou Rodríguez, que pouco antes havia cobrado do Brasil e do Paraguai a aprovação de seus congressos ao protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, aprovado em julho de 2006.

Rodríguez defendeu também que o processo de adesão à área de livre comércio do Mercosul deve ser 'palpável' e adotado de 'forma gradativa'. O vice-presidente representou Hugo Chávez, que desde ontem visita oficialmente a Rússia e a Bielo-Rússia. Nos próximos dias, seguirá para o Irã. Sua ausência no encontro apenas indicou, como acentuou o chanceler Celso Amorim, uma 'definição de prioridades' por parte da Venezuela.

Anteontem, o ministro das Finanças da Venezuela, Rodrigo Cabezas, e o vice-chanceler para América Latina e Caribe, Rodolfo Sanz, renovaram os recentes ataques de Chávez ao Congresso brasileiro e acusaram a CNI de ser 'inimiga' do Mercosul. Sanz acrescentara que o Congresso é influenciado por 'grupos empresariais e políticos de direita' e criticara também sua 'ingerência' em assuntos internos venezuelanos, referindo-se à moção do Senado contra a negativa de Chávez à renovação da concessão para a emissora RCTV.

Além da resistência do Congresso brasileiro em aprovar o protocolo de adesão da Venezuela, resta outro obstáculo ainda mais duro. O presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, nem sequer enviou o documento ao Congresso de seu país. Na prática, espera a conclusão das negociações sobre a liberalização do comércio da Venezuela com o Brasil e a Argentina para definir se o encaminhará ou não.

'Para nós, é fundamental que a Venezuela incorpore todos os elementos do Tratado de Assunção (1991), as normativas adicionais e o programa de eliminação de tarifas na área de livre comércio', afirmou o ministro das Relações do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, à imprensa. A conclusão dessa negociação está agendada para o dia 2 de setembro.

Chile recua e mantém apoio a Lula em Doha - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007

País reconsidera posição a favor de corte de 60% nas tarifas de importação de bens industriais

O Chile recuou ontem de sua decisão de contrariar as posições do Brasil na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e buscou um novo alinhamento com o País. Essa mudança foi informada pela própria presidente chilena, Michelle Bachelet, ao seu colega brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro privado pela manhã. Horas depois, nos seus discursos durante a 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, Bachelet confirmou o recuo.

Lula aproveitou para dizer que o risco de fracasso das negociações na OMC reforça o 'caráter estratégico do Mercosul', como instrumento de inserção dos seus membros aos fluxos de comércio e de investimentos internacionais.

No início da semana, Chile, México, Colômbia e Costa Rica, além de países asiáticos, formaram um novo agrupamento na OMC e propuseram um corte de 60% nas tarifas de importação de bens industriais. Boa parte desses países, como o Chile, é sócia do Brasil no G-20, e está ciente das posições mais conservadoras de Brasília no capítulo industrial. A movimentação desse novo grupo causou mal-estar no governo brasileiro, especialmente ao Itamaraty.

'Meu país, como membro associado do Mercosul, dá a maior importância às negociações da Rodada Doha e expressa todo seu apoio às gestões realizadas pelo Brasil, como representante do G-20', declarou Bachelet, referindo-se à frente de países em desenvolvimento que negocia em conjunto apenas o capítulo agrícola da Rodada.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o chanceler do Chile, Alejandro Foxley, foi igualmente claro ao apoiar as posições brasileiras na Rodada, durante o encontro entre Lula e Bachelet.

Ambos já haviam conversado por telefone, na segunda-feira, sobre o constrangimento gerado no governo brasileiro pela criação do novo grupo e por sua posição numa matéria delicada ao Brasil e outras economias em desenvolvimento. 'Ouvi do chanceler chileno a reiteração da decisão de apoiar os esforços e de trabalhar com o Brasil na OMC', afirmou Amorim, referindo-se à conversa de ontem. 'Mas tudo tem de ser traduzido em uma dinâmica genebrina', completou.

A oferta brasileira, que será formalizada em caso de concessões substanciais dos Estados Unidos e da União Européia na área agrícola, equivale a um corte de 50% nas tarifas industriais. Essa oferta reduz pela metade o número de itens industriais atingidos pela derrubada de tarifas de importação, em comparação com o corte de 60% proposto pelo novo grupo.

Amorim preferiu não especular com a imprensa sobre as razões da formação desse novo agrupamento. Atribuiu a iniciativa aos 'mistérios de Genebra', onde está a sede da OMC.

Diplomatas brasileiros explicam que o corte de 60% seria como um 'corte em água'. Mas, se for aplicado a todas as economias em desenvolvimento da OMC, entre as quais o Brasil, haveria um 'corte na carne' porque esses países aplicam tarifas maiores. Em comparação com a atual oferta brasileira, o dobro dos itens do setor industrial seria atingido pelo corte de tarifas.

'ABC' volta a chamar Brasil de imperialista – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007

Como na primeira vez, a razão são os acordos para a venda da energia da Hidrelétrica Binacional de Itaipu

O jornal ABC Color, o principal do Paraguai, voltou ontem a qualificar o Brasil e a Argentina de imperialistas. Em editorial que ocupou toda a primeira página, afirmou que as hidrelétricas binacionais de Itaipu, com o Brasil, e a de Yaciretá, com a Argentina, em vez de contribuir para desenvolver as três economias, tornaram-se um meio de os dois vizinhos tirarem proveito do Paraguai.

O ABC Color acusa as autoridades do próprio país de terem permitido os 'vergonhosos acordos' ao longo das últimas três décadas, que significaram a venda da parte paraguaia de energia elétrica em Itaipu com preços 'trinta vezes mais baixos que o real'.

Conservador e nacionalista, o jornal sustenta que o Brasil e a Argentina são 'cúmplices na infame exploração do Paraguai'. O ABC, com freqüência, exige a revisão dos acordos de preços e uma atualização substancial das tarifas da energia elétrica vendida ao Brasil. Para o ABC, o presidente Nicanor Duarte Frutos é um 'entreguista'. E alertou: 'Se não forem tomadas medidas para revisar dívidas, tarifas, compensações e, principalmente, os injustos termos dos tratados, que impedem que o Paraguai disponha da energia da hidrelétrica, a situação pode levar a conseqüências imprevisíveis'.

'PERERÎ'

Empresários da União Industrial Paraguaia (UIP) e de outras organizações voltaram, ontem, a destacar a posição de 'perer□' (fraco, no idioma guarani) do governo Duarte Frutos nas negociações do Mercosul. Eles consideram que o governo deveria assumir posições mais 'duras' contra os 'costumeiros abusos do Brasil e da Argentina'.

O vice-presidente paraguaio, Luis Alberto Castiglioni, desafiou o presidente a 'mostrar-se valente' diante dos sócios do Mercosul. Castiglioni é conhecido pela defesa de negociações de livre comércio com os Estados Unidos, passando por cima do Mercosul.

Ontem, em encontro com o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, a UIP sustentou que é preciso 'firmeza e intransigência' para conseguir acordos com terceiros países ou blocos. Nos últimos dois anos, lideranças empresariais em Assunção e Montevidéu pregaram a necessidade de acordos diretos com os EUA e outros blocos.

'Não tenho uma visão idílica do processo de integração regional', admitiu Vázquez. 'Não a tenho, mas tampouco sou fatalista. Sou consciente de seus problemas e não me resigno. O Uruguai não se resigna a esse Mercosul da retórica protocolar e das fotos oficiais. Em 2006, o governo Vázquez flertou com a possibilidade de um acordo com os EUA, mas as negociações ficaram em banho-maria.

No discurso de encerramento da Cúpula, Duarte Frutos disse que o Mercosul passa por um momento de significativas 'objeções e não faltam razões objetivas para isso'. Mas também disse que 'a dissolução do Mercosul seria um fracasso, um retrocesso, uma idiotice'. O presidente também criticou as assimetrias comerciais existentes no bloco, que prejudicam Paraguai e Uruguai.

Mercosul deve ter exportação recorde - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007

Apesar das dificuldades políticas, vendas dentro do bloco devem alcançar US$ 30 bilhões neste ano, diz Funcex

Apesar das críticas setoriais e políticas, o Mercosul caminha para registrar novo recorde de exportações em 2007 entre os parceiros. O valor deverá fechar ao redor dos US$ 30 bilhões este ano, o triplo do registrado em 2002, ano considerado como o 'fundo do poço' nas vendas entre os parceiros, depois de sucessivas crises econômicas nos países membros, principalmente no Brasil e na Argentina.

A estimativa para 2007 é da Fundação Centro de Estudos em Comércio Exterior (Funcex). Levantamento feito pela entidade a pedido do Estado mostra que, depois do forte avanço no comércio entre os países membros de 1995 a 1998, as vendas internas foram declinando a partir de 1999.

Isso ocorreu não por um problema estrutural do bloco, mas principalmente por causa de sucessivas crises econômicas dos integrantes do bloco.

'No geral, o fluxo de comércio no Mercosul vai muito bem', diz o economista da Funcex Fernando Ribeiro. Ele explica que, no início desta década, os efeitos da desvalorização brasileira, em 1999, e da crise da Argentina, que fez o Produto Interno Bruto (PIB) do parceiro vizinho encolher pelo menos 20%, prejudicaram o comércio dentro do Mercosul.

Nos anos seguintes, a corrente de comércio entre os parceiros voltou a se recuperar. Entre 2002 e 2006, as exportações dentro do bloco cresceram 150%. Passaram de pouco mais de US$ 10 bilhões para US$ 25,5 bilhões no período. Para 2007, Ribeiro projeta um crescimento entre 10% e 15% dessas exportações, o que deverá ampliar as exportações internas para a casa dos US$ 30 bilhões.

A questão, explica Ribeiro, é que a expansão de vendas internas foi desproporcional entre os parceiros. Esse, talvez, seja o principal motivo das divergências e rivalidades internas. Entre 1998 e 2006, o valor das exportações da Argentina para parceiros do Mercosul permaneceu praticamente no mesmo nível. O Uruguai vende hoje para o bloco menos do que em 1998. Enquanto isso, as vendas brasileiras aumentaram perto de US$ 5 bilhões.

'O Uruguai vendia US$ 1,5 bilhão há oito anos para o Mercosul e atualmente exporta US$ 1 bilhão ao ano para o bloco. Ou seja, tem de chiar', argumenta o economista da Funcex. 'É preciso reconhecer isso. O argumento deles é o de que o Mercosul também tem de trazer benefício. A gente tem um baita saldo comercial com eles, e para eles isso é naturalmente desagradável. Eles param, olham e dizem que o Mercosul não está sendo favorável.'

ISOLAMENTO

No Brasil, surgem críticas de setores que sofreram restrições para vender para a Argentina e questionamentos se vale a pena o País permanecer no bloco, o que impossibilita fechar acordos bilaterais isoladamente. 'Não poder fazer acordo separadamente é um problema, a questão comercial, não', pondera Ribeiro.

Na avaliação da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o Brasil deveria partir para acordos com outros países e regiões. 'O Mercosul foi uma espécie de armadilha que o Brasil criou e caiu nela. Hoje, o País não pode fazer acordos bilaterais', observa o vice-presidente executivo da entidade, José Augusto de Castro.

O executivo defende a transformação do Mercosul numa espécie de acordo multilateral, que liberaria cada país para firmar acordos com outras regiões, conforme sua conveniência.

Adesão do Brasil à OCDE pode comprometer liderança no G-20 – Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007

Direto da fonte - Enquanto o Mercosul vai de mal a pior - vide as fortes acusações ao Brasil, de imperialismo, publicadas ontem pelo jornal paraguaio ABC Color, enquanto rolava em Assunção a Cúpula do Mercosul -, volta a freqüentar o noticiário a hipótese de adesão do Brasil à OCDE. Essa adesão sempre foi um assunto polêmico para os governos brasileiros. Por um lado, valoriza-se a participação em uma entidade que reúne os países mais ricos do mundo e que constitui um foro de interlocução e negociação sobre vasta

gama de temas econômicos e regulatórios. Por outro, há um certo desconforto em tornar-se membro de uma organização identificada como um Clube dos Países Ricos.

Essa adesão implicaria, ressalta Michel Alaby, da Adebim, mudança da política externa brasileira, que hoje trabalha no sentido da Cooperação Sul-Sul. A visão da organização é, grosso modo, no sentido Norte-Sul. 'Aderir a esse princípio seria renunciar à condição de país em desenvolvimento, dificultando o exercício, pelo País, de posição de liderança entre os países em desenvolvimento (G-20)', destaca Alaby. Significaria o comprometimento da posição do Brasil na defesa dos interesses da abertura dos mercados e da eliminação dos subsídios à produção e à exportação da agropecuária.

Outro ponto que ainda não está bem esclarecido é, em caso de adesão, em que nível o Brasil teria de rever sua legislação para se adequar aos códigos e instrumentos existentes na organização. 'As implicações econômicas dessa adequação ainda não foram avaliadas', ressalta o consultor.

Mas não há vantagens nessa adesão? Certamente que sim. Uma delas seria poder participar no ambiente de coordenação política e econômica que é a OCDE, além de utilizar profissionais competentes para formulação de estudos econômicos e sociais para subsidiar o governo para as reformas regulatórias necessárias. Além disso, a participação do Brasil na OCDE tornaria os dados sobre a economia brasileira mais transparentes à comunidade internacional, trazendo, com certeza, reflexos positivos sobre a percepção do risco país e sobre os esforços do Brasil para obter o chamado investment grade.

Na fronteira, políticos criam "mini-Mercosul" – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007

DOS ENVIADOS À TRÍPLICE FRONTEIRA - A crise desencadeada pela nova aduana foi estopim para a criação de um Parlamento Trinacional, uma espécie de "mini-Mercosul" que líderes de cidades na fronteira têm usado para pressionar governos federais.

Em reuniões mensais desde abril, eles demandam maior participação nas decisões de Assunção e Brasília para resolver a crise comercial na região.

"O Brasil cortou o comércio de um dia para o outro, prejudicando a unidade do Mercosul", diz Nelson Aguinalgalde, presidente do Parlamento e da Câmara de Ciudad del Este.

Segundo o Itamaraty, a crise não azedou as relações no Mercosul, mas o governo paraguaio teria sentido que o bloco ignora seus interesses e tem sido cobrado por Ciudad del Este a forçar a abertura comercial. A MP de ontem atendeu às demandas.

Decisão paraguaia tem remédio, diz Amorim – Rodrigo Rötzsch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007

Chanceler brasileiro crê que veto de vizinho à elevação de tarifa para calçados e confecções no Mercosul não seja irreversível

"Quando um país faz uma reivindicação, outro aproveita para colocar outra", afirma; regra de sacoleiro poderia ser trunfo

O ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) disse ontem em Assunção que a decisão do Paraguai de impedir a elevação da TEC (Tarifa Externa Comum) do Mercosul sobre confecções e calçados importadas de fora do bloco, pleiteada pelo Brasil, não é irreversível.

Amorim disse que o assunto não foi discutido na conversa que Lula teve com seu colega paraguaio, Nicanor Duarte Frutos, na noite de anteontem, em reunião no hotel onde aconteceu ontem a 33ª Cúpula de Presidentes do Mercosul.

"Isso não é uma discussão para presidentes, isso é um processo normal do CMC (Conselho do Mercado Comum), isso vai acontecer naturalmente."

O ministro disse que a decisão paraguaia, que impediu a elevação da taxa dos atuais 20%, em média, para 35%, "seguramente tem remédio".

"Sempre tem remédio, essas coisas sempre têm algum intercâmbio, para dizer assim. Quando um país faz uma reivindicação, outro aproveita para colocar outra", disse. A recusa do Paraguai em elevar a tarifa impede sua imediata implementação porque no Mercosul as decisões são tomadas por consenso entre os países-membros -Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

A decisão de elevar a TEC fora tomada pela Camex (Câmara de Comércio Exterior) em abril. O objetivo era invadir a invasão de produtos chineses no Mercosul, o que dificulta a competitividade dos calçados e roupas brasileiras.

O ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Ruben Ramírez Lezcano, pediu que, antes da alteração na tarifa, fossem promovidas reuniões entre empresários brasileiros e paraguaios para que se chegasse a um denominador comum.

Um dos "intercâmbios" sugeridos por Amorim, segundo a Folha apurou, pode ser o fato de se ter considerado que o Brasil cedeu mais ao Paraguai no novo sistema para importação de produtos do vizinho, o que ocorreu ontem, depois da reunião do CMC. A flexibilidade brasileira poderia ajudar a fazer o Paraguai rever sua posição na questão da TEC.

Mercosul deve aprofundar parcerias, diz Lula – Rodrigo Rötzsch - Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007

DO ENVIADO ESPECIAL A ASSUNÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, durante sua participação na 33ª Cúpula dos Presidentes do Mercosul, realizada em Assunção (Paraguai), que, "agora, mais do que nunca", o bloco deve "aprofundar a parceria com outros países e blocos". "Os desafios de uma globalização assimétrica, exemplificados pelas dificuldades enfrentadas para concluir a Rodada Doha para o Desenvolvimento, realçam ainda mais o caráter estratégico do nosso projeto comum. O Mercosul é cada vez mais um instrumento fundamental para a inserção de nossos países nos fluxos mundiais de comércio e investimento", disse o presidente durante seu discurso na cúpula dos chefes de Estado. O presidente disse que as parcerias com outros blocos e países farão o Mercosul "se fortalecer como interlocutor internacional".

A mensagem de Lula vem depois do fracasso do G4, grupo integrado por Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia, nas negociações da Rodada Doha de liberalização comercial na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Apoio - Apesar do insucesso nas negociações, o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) disse que o Brasil recebeu apoio unânime de seus pares na reunião do Mercosul. Um desses apoios, o da Venezuela, veio em público, na reunião: o vice-presidente Jorge Rodríguez, que representou Hugo Chávez, em viagem à Rússia, disse que a Venezuela "apoiava, felicitava e saudava" os esforços do Brasil na OMC.

A Rodada Doha foi também um dos temas da reunião bilateral que Lula teve ontem de manhã com a presidente do Chile, Michele Bachelet.

O Chile foi um dos países que assinaram uma carta propondo um "meio-termo" nas negociações da OMC após o fracasso das negociações dentro do G4.

"Ouvi uma manifestação muito clara da presidente e do chanceler [chilenos] de apoio ao que o Brasil tem feito na OMC. Houve uma reiteração do interesse de trabalhar com o Brasil na questão da OMC. E que qualquer iniciativa que não contemplasse isso deveria ser parada", disse Amorim.

Ele atribuiu ao fato de o Chile ter se associado à proposta que não incluiu o Brasil a "mistérios de Genebra (cidade-sede da OMC)".

Além de Lula e Bachelet, participaram da cúpula de ontem em Assunção os presidentes Nicanor Duarte (Paraguai), Tabaré Vázquez (Uruguai), Néstor Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador).

No evento, o Paraguai passou a presidência pro tempore do Mercosul, pelos próximos seis meses, para o Uruguai. **(RR)**

Morales critica 'entusiasmo nocivo' com etanol - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 30/06/2007

Líder boliviano fez ataque logo após Lula defender biocombustíveis na reunião do Mercosul

ASSUNÇÃO. O presidente da Bolívia, Evo Morales, reacendeu ontem as críticas aos biocombustíveis e ao etanol, carro-chefe da política externa brasileira.

Em seu discurso na reunião de chefes de Estado do Mercosul, Morales citou um artigo da revista britânica "The Economist", sob o título "Fidel tinha razão".

O texto destaca a alta dos preços das terras, do milho e das carnes por conta da expansão desse mercado.

— Quando (Fidel Castro) se levantou da cama para escrever um artigo criticando o entusiasmo nocivo de George W.

Bush pelo etanol, ele tinha razão — disse Morales.

A declaração do líder boliviano foi feita pouco depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazer uma defesa veemente dos biocombustíveis. Em referência às críticas feitas há alguns meses pelos presidentes de Cuba, Fidel Castro, e Venezuela, Hugo Chávez, Lula disse que a experiência brasileira na produção de biocombustíveis "não compromete em nada a segurança alimentar".

Lula: é hora de buscar acordos com outros mercados Segundo o presidente da Bolívia, é "sinistra" a idéia de converter alimentos em combustíveis para "famintos automóveis americanos": — Os biocombustíveis fizeram subir o preço do milho (a partir do qual se produz etanol), que é mais usado para alimentar animais e, com isso, o preço das carnes também aumentou.

Lula — que se reuniu depois com Morales a portas fechadas e evitou comentar as declarações do boliviano — pediu, em seu discurso, soluções criativas para fortalecer o Mercosul. Ele enfatizou que houve avanços com as medidas de redução das assimetrias econômicas entre os países da região e disse que é hora de buscar acordos comerciais com outros mercados: — Está claro que o Mercosul deve aprofundar a parceria com outros países e blocos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Isso fará com que o bloco se fortaleça como interlocutor internacional.

Uma semana após se juntar a um grupo de nações latino-americanas e apresentar uma proposta de redução das tarifas de produtos industrializados na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Chile voltou atrás e reiterou, ontem, seu apoio ao Brasil nas negociações da Rodada de Doha. A informação foi dada pela presidente do país, Michelle Bachelet, a Lula, em um encontro realizado pela manhã: — Meu país, como associado ao Mercosul, expressa todo o seu apoio às gestões realizadas pelo Brasil em representação ao G-20.

O uruguaio Tabaré Vázquez, que assumiu ontem a presidência do Mercosul por seis meses, disse que dará atenção especial ao livre comércio, à criação do Banco do Sul, à integração energética e às questões ambientais.

Preocupado com a repercussão negativa provocada pela ausência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que está em viagem à Rússia, o vicepresidente venezuelano, Jorge Rodriguez, assegurou ontem que seu país jamais pensou em desistir de ser membro do Mercosul. Ele criticou os meios de comunicação, afirmando que a imprensa "criou um fato" que não é verdadeiro.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL